**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**
**Escola de Engenharia**
**Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção**

Juliana Teixeira Gonçalves

# INCLUSÃO PELA CONFLUÊNCIA: A COOPERAÇÃO ENTRE CATADORES AUTÔNOMOS E COOPERATIVAS

Belo Horizonte
2024

Juliana Teixeira Gonçalves

# INCLUSÃO PELA CONFLUÊNCIA: A COOPERAÇÃO ENTRE CATADORES AUTÔNOMOS E COOPERATIVAS

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito para o título de Doutora

Orientador: Prof. Dr. Francisco de Paula Antunes Lima

Banca examinadora

Prof.ª Dr.ª Sylmara Lopes Francelino Gonçalves Dias (NOSS- USP)

Dr. Ricardo Abussafy de Souza (Erasmus University)

Prof. Dr. Klemens Laschefski (Instituto Geociências IGC- UFMG)

Prof. Dr. Marcelo Alves de Souza (Dep. Engenharia de Produção - Núcleo Alter-Nativas – UFMG)

Belo Horizonte
2024

Gonçalves, Juliana Teixeira.
G635i Inclusão pela confluência [recurso eletrônico] : a cooperação entre catadores autônomos e cooperativas / Juliana Teixeira Gonçalves. – 2024.
1 recurso online (223 f. : il., color.) : pdf.

Orientador: Francisco de Paula Antunes Lima.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Engenharia.

Bibliografia: f. 215-223.

1. Engenharia de produção – Teses. 2. Coleta seletiva – Teses. 3. Catador de material reciclável – Teses. 4. Cooperativas – Teses. I. Lima, Francisco de Paula Antunes. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Engenharia. III. Título.

CDU: 658.5(043)

Ficha catalográfica elaborada pelo bibliotecário Marcio A. A. Gomes CRB/6 2812
Biblioteca Prof. Mário Werneck, Escola de Engenharia da UFMG

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

**Escola de Engenharia**

**Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção**

## FOLHA DE APROVAÇÃO

## INCLUSÃO PELA CONFLUÊNCIA: A COOPERAÇÃO ENTRE CATADORES AUTÔNOMOS E COOPERATIVAS

# JULIANA TEIXEIRA GONÇALVES

Tese submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, como requisito para obtenção do grau de Doutor em ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, área de concentração PESQUISA OPERACIONAL E INTERVENÇÃO EM SISTEMAS SOCIOTÉCNICOS, linha de pesquisa Estudos Sociais da Tecnologia, Trabalho e Expertise.

**Prof(a). Francisco de Paula Antunes Lima** - Orientador

UFMG

**Prof(a). Sylmara Lopes Francelino Gonçalves Dias**

USP

**Prof(a). Marcelo Alves de Souza**

UFMG

**Prof(a). Klemens Augustinus Laschefski**

UFMG

**Prof(a). Ricardo Abussafy de Souza**

CIRCUS

Belo Horizonte, 06 de dezembro de 2024.

---

Documento assinado eletronicamente por **Francisco de Paula Antunes Lima**, **Professor do**

**Magistério Superior**, em 24/01/2025, às 16:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Alves de Souza**, **Professor do Magistério Superior**, em 29/01/2025, às 11:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Klemens Augustinus Laschefski**, **Professor do Magistério Superior**, em 29/01/2025, às 13:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Sylmara Lopes Francelino Gonçalves Dias**, **Usuária Externa**, em 07/02/2025, às 01:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Abussafy de Souza**, **Usuário Externo**, em 19/03/2025, às 15:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3704446** e o código CRC **22198F51**.

**Referência:** Processo nº 23072.264870/2024-42 SEI nº 3704446

Esta tese é dedicada a Luiz Netto (*in memoriam*) e seu trabalho incansável de militância e ativismo rebelde em prol de catadores e catadoras de todo o Brasil.

## AGRADECIMENTOS

Nesta longa jornada, cheia de adversidades, agradeço aqueles que caminharam comigo. Às palavras que me guiaram em momentos de necessidade, ao conhecimento que floresceu em cada acolhimento. A todos que me estenderam suas mãos e compartilharam sonhos e esperanças, e, nos momentos de dúvida, foram faróis, iluminando a estrada e a direção. Caminhei por muitos caminhos, encontrei vozes que ecoavam em silêncio e sabedoria que se revelava nas entrelinhas.

Aos que me ofereceram seu tempo, suas palavras cuidadosas e olhares atentos, sou grata pela escuta, pela paciência, pelo espaço para o erro e o aprendizado. Aos meus professores, que trouxeram luz e sombra, construindo dúvidas e certezas provisórias, agradeço pelo rigor me moldou, me desafiou a ver além.

Àqueles que participaram ativamente deste trabalho, catadores de materiais recicláveis, autônomos e cooperados, tecedores de vidas invisíveis, seus gestos e sua sabedoria popular me ensinaram mais do que os livros e as intermináveis disciplinas acadêmicas. A vocês, o caminho de volta é sempre de gratidão.

Aos que partiram, deixando suas marcas antes de seguir, suas ausências transformaram-se em presença constante. Na memória, ainda os ouço: suas risadas, seus sonhos interrompidos. Todos os que se foram vivem nas palavras que agora escrevo. Cada perda é um fio invisível tecendo esta obra, que é também uma homenagem a quem não está mais aqui.

À minha filha, cujos sorrisos me devolveram a leveza nos dias mais difíceis, agradeço por me lembrar da alegria e por me mostrar que o mundo é muito maior que esta tese. Nos teus olhos, vejo o futuro, e é por ti que sigo, tentando construir um mundo que faça sentido - um mundo mais justo, mais cuidadoso, mais livre.

Aos meus irmãos, que me ensinaram a rir mesmo quando o peso era grande, que trouxeram leveza ao caminhar, fazendo-me lembrar que o amor sempre nos cerca. E à minha mãe, guerreira incansável, símbolo de força e amor incondicional, meu mais profundo agradecimento. Com minha família, aprendi que as raízes são fundamentais e que é preciso honrar as histórias que nos moldam.

Aos amigos e amigas e ao meu namorado, que esperaram nas margens, sempre apoiando com muito carinho e estando ao meu lado em todos os momentos.

E, finalmente, a todos os que vieram antes de mim, cujo legado me trouxe até esse lugar. Esta tese, fruto de muitas mãos, pensamentos e afetos, é mais do que conclusões de um percurso acadêmico, é a certeza de que cada passo foi movido por aqueles que acreditaram, compartilharam e sonharam comigo. Esta obra é tanto sobre as ideias quanto sobre as pessoas que a tornou possível.

A todos, meus mais profundos agradecimentos e que este trabalho possa, de alguma maneira, retribuir o tanto que recebi ao longo dessa jornada.

*(se a gente começar a escrever  anotar*
*e nomear  o que acontece*
*será que  consegue fazer as coisas*
*existirem de outro modo?)*

Marília Garcia, Parque das Ruínas, 2018, p.23

## RESUMO

Diante da necessidade de melhorar as condições de trabalho dos catadores, aumentar as taxas de reciclagem e aprimorar o sistema de coleta seletiva existente, este estudo visa aprofundar a discussão sobre o trabalho dos catadores que atuam nas ruas da cidade, principalmente daqueles que não fazem parte de grupos organizados em cooperativas e associações. A proposta é desenvolver uma pesquisa que permita identificar as diferentes interações dos catadores autônomos e o sistema formal, além de analisar como "pontes" podem ser construídas entre cooperativas e catadores para alterar essa realidade. Como os catadores desempenham um papel crucial na viabilização da reciclagem no Brasil, é essencial desenvolver sistemas que fortaleçam a sua atuação. Portanto, analisar a contribuição desses trabalhadores junto às cooperativas, pode fornecer elementos importantes para repensar e agir em prol do aumento da reciclagem ao mesmo tempo que valoriza o trabalho dos catadores. A pesquisa segue uma abordagem social de base empírica, utilizando a pesquisa-ação e a *Grounded Theory* para investigar a interação entre catadores autônomos e cooperativas. Seu objetivo geral é tornar mais evidente a complexidade do trabalho dos catadores e suas relações com organizações populares, aliadas a intervenções e ao acompanhamento do trabalho de catadores autônomos, especialmente na cidade de Belo Horizonte. O processo de análise da relação de interação entre catadores autônomos e cooperativas, a partir dos casos estudados, se dá de três formas: aversão, conflito e colaboração. A cooperação entre esses dois grupos distintos pode ser inicialmente desenvolvida pela comercialização conjunta, vista como terreno comum que favorece essa interação e a construção de alternativas. As experiências de comercialização conjunta são variadas, e por isso, foram analisadas com base no conceito de encontros colaborativos (Manzini, 2017). Esses encontros, promovidos pela comercialização conjunta, trazem elementos que podem ajudar a desenvolver e aperfeiçoar as experiências, fundamentadas no vínculo e no comprometimento em prol da cooperação.



**Palavras-chave:** Gestão de Resíduos Sólidos; Coleta Seletiva; Inclusão de Catadores

## ABSTRACT

Given the need to improve working conditions for waste pickers, increase recycling rates, and enhance the existing selective collection system, this study aims to deepen the discussion about the work of waste pickers who operate on the streets of the city, especially those who are not part of groups organized into cooperatives and associations. The proposal is to develop research that allows identifying the different interactions of waste pickers who are not part of cooperatives or the formal system, and to analyze how “bridges” can be built between cooperatives and waste pickers to change this reality. Since waste pickers play a crucial role in enabling recycling in Brazil, it is essential to develop systems that strengthen their role. Therefore, analyzing the contribution of these workers, together with cooperatives, can provide important elements to rethink and act towards increasing recycling, while also valuing the work of waste pickers. The research follows a social approach with an empirical basis, using action research and Grounded Theory to investigate the interaction between independent waste pickers and cooperatives. Its general objective is to make more evident the complexity of the work of waste pickers and their relationships with grassroots organizations, combined with interventions and the monitoring of the work of autonomous waste pickers, especially in the city of Belo Horizonte. The analysis of the interaction relationship between independent waste pickers and cooperatives, based on the cases studied, occurs in three ways: aversion, conflict, and collaboration. Cooperation between these two distinct groups can initially be developed through joint commercialization, seen as a common ground that favors this interaction and the construction of alternatives. Joint commercialization experiences are varied, and for this reason, they were analyzed based on the concept of "collaborative encounters" (Manzini, 2017). These encounters, promoted by joint commercialization, bring elements that can help to develop and improve experiences, based on the bond and commitment in favor of cooperation.



**Keywords** - Solid Waste Management; Selective Collection; Inclusion of Waste Pickers

# Lista de Figuras

Figura 1 - Fachada do galpão da Ascaruna em Itaúna (MG). Fonte: Registro da Autora, 2022. ..... 46

Figura 2 - Espaço interno do galpão da Ascaruna possui áreas destinadas a refeições, banheiros e armários disponíveis para uso dos associados. Fonte: Registro da autora, 2022 ..... 46

Figura 3 - Mapeamento de características de catadores de materiais recicláveis. Elaboração Própria, 2024 ..... 62

Figura 4 - Catadores autônomos realizando coleta de recicláveis na calçada com espalhamento de materiais em Belo Horizonte. Fonte: Redes Sociais, 2023. ..... 105

Figura 5 - Registro da Reunião com catadores para alinhamento de informações e orientações para o trabalho no carnaval. Fonte: Registro da autora, 2020. ..... 129

Figura 6 - Localização da Central Santa Tereza. Fonte: Elaboração Própria com software Google Earth, 2020. ..... 131

Figura 7 - Localização do ponto móvel em relação à central Santê. Fonte: Elaboração Própria com software Google Earth, 2020. ..... 132

Figura 8 - Fotografia aérea do bloco atendido pelo ponto móvel. Fonte: Redes Sociais e adaptação da autora, 2020. ..... 133

Figura 9 - Registros da operação do ponto móvel. Fonte: Registro da autora, 2020. .. 134

Figura 10 - Estrutura utilizada pela Central Santê vista da Praça Joaquim Ferreira da Luz, no bairro Santa Tereza, BH. Fonte: Registro da autora, 2020. ..... 135

Figura 11 - Diferentes formas de organização do trabalho nas centrais. Fonte: Registro da autora, 2020. ..... 136

Figura 12 - Diferentes formas de acondicionamento e transporte de materiais na coleta de materiais recicláveis no Carnaval. Fonte: Registros da autora, 2020. ..... 138

Figura 13 - Registro da balança utilizada na Central Santê. Fonte: Registro da autora, 2020. ..... 144

Figura 14 - Balança de mesa utilizada em supermercados e alugada pelo projeto mas que não foi utilizada. Registro da autora, 2020 ..... 144

Figura 15 - Uso da balança de mão nas centrais Savassi e Floresta. Fonte: Registro da autora, 2020 ..... 145

Figura 16 - Contribuição de projetos de reciclagem no carnaval de BH em quatro anos. Fonte: Elaboração própria com dados da SLU e ANCAT, 2020. ..... 147

Figura 17 - Incidência de catadores de rua na região leste de Belo Horizonte e destaque da localização da cooperativa de vermelho. Fonte: SLU/PMGIRS 2027 e Dias et al 2023 ..... 155

Figura 18 - Atores do sistema de coleta seletiva e inclusão confinada. Elaboração Própria, 2024 ..... 172

Figura 19 - Representação da fragmentação da atuação da reciclagem diante da coleta seletiva e inclusão confinada. Elaboração Própria, 2017 ..... 173

Figura 20 - Cadeia produtiva e cadeia de valor da reciclagem. Fonte: Elaborado pela autora com base em Wilson *et al.* (2006) e Rutkowski *et al.* (2014)..... 183

Figura 21 - Mapa de organizações colaborativas entre catadores autônomos e cooperativas e associações. Elaboração própria a partir de Manzini, 2017..... 195

Figura 22 - LEVA para catadores autônomos. Elaboração Própria ..... 206

Figura 23 - Base de Apoio para catadores autônomos. Elaboração Própria, 2024..... 208

Figura 24 - Central de Integração de Catadores. Elaboração Própria, 2024. ..... 209

Figura 25 - Diferentes estruturas de apoio ao trabalho de catadores vinculados à estrutura de galpão de triagem e coleta seletiva preexistentes. Elaboração Própria, 2024..... 210

## Lista de quadros

Quadro 1 - Levantamento sobre o perfil social de catadores de materiais recicláveis que não participam de cooperativas ou associações.....**Erro! Indicador não definido.**

Quadro 2 - Modos de inclusão e Características principais**Erro! Indicador não definido.**

# SUMÁRIO

1. Introdução ..... 15

2. Contexto sociohistórico da catação e SUAS formas de organização ..... 21

2.1. A alvorada da reciclagem: uma jornada pelas primeiras organizações de catadores do Brasil ..... 23

2.2. Organização política e a política de organização: surgimento do movimento social e o modelo associativo ..... 27

2.3. Refletindo o presente: Panorama contemporâneo da catação autônoma nas ruas das cidades ..... 33

2.4. A reviravolta inclusiva: abertura de caminhos para cooperação com a valorização de catadores de rua ..... 41

3. Teorias e Conceitos fundamentais ..... 52

3.1. Conceitos-chave e Definições relevantes ..... 55

3.2. Teorias e Categorias Analíticas ..... 71

4. Percursos Metodológicos ..... 80

4.1. Pesquisador como sujeito multicultural ..... 81

5. O limite da inserção de catadores em galpões de triagem de cooperativas e associações ..... 89

5.1. Se há tanta limitação na retirada de catadores da rua e inserção em galpões de triagem, porque há catadores que permanecem? ..... 91

5.2. *"Cooperativa nem pensar!"* Experiências de inserção de catadores em galpões de triagem ..... 93

6. A guerra do lixo: conflitos urbanos e dinâmicas sociais na atividade de catação nas ruas 104

6.1. Conflitos urbanos entre catadores, moradores e prefeitura diante da encruzilhada do lixo na rua ..... 104

6.2. Entre eles e nós: a rua como espaço de conflito e convívio de diferentes formas de vida de catadores ..... 112

7. A cooperativa, o galpão e a rua: dinâmica de cooperação em prol da reciclagem inclusiva ..... 119

7.1. O despertar da inclusão para além dos muros ..... 121

7.2. A experiência do carnaval de rua e integração de catadores ..... 125

7.3. A comercialização conjunta e construção da parceria entre catadores ..... 148

8. Construindo pontes: A integração dos catadores de rua ao sistema de reciclagem 157

8.1. Compreendendo as formas de vida a partir da experiência entre catadores .. 158

*8.1.1. Diferentes experiências produtivas* ..... 159

*8.1.2. Contraste entre regras internas, trabalho e remuneração* ..... 162

*8.1.3. Vulnerabilidades sociais e demanda de acolhimento ampliado* ..... 166

8.2. A rua como lócus do trabalho e conflito entre catadores em sistemas de coleta seletiva 170

8.2.1. *Inclusão confinada e atuação fragmentada de catadores nos sistemas de coleta seletiva municipais* ..... 170

8.2.2. *O conflito no uso da rua como espaço de trabalho* ..... 175

8.2.3. *Cadeia de valor, onde está o inimigo comum?* ..... 181

8.3. A comercialização conjunta como estratégia de organizações colaborativas 186

9. De problema a solução: como potencializar a reciclagem popular partir da cooperação entre catadores nas ruas da cidade..... 198

9.1. Criando a visibilidade: identificação, formalização e levantamentos sobre catadores autônomos..... 198

9.2. Integrando políticas públicas: rompendo paradigmas do possível ..... 202

9.3. Ampliando a coleta seletiva: estruturas necessárias para as diferentes organizações colaborativas ..... 204

10. Considerações finais: pontos de partida ..... 212

11. Referências Bibliográficas..... 216

# 1. INTRODUÇÃO

Os catadores de materiais recicláveis conquistaram um espaço político relevante desde o surgimento das primeiras experiências de gestão integrada de resíduos sólidos no país. Esses trabalhadores, que encontram nas ruas a matéria-prima para geração de renda, tornaram-se peças-chave nos sistemas de reciclagem nas cidades brasileiras e são atores centrais nas políticas públicas. A inclusão de catadores tornou-se diretriz nos processos de gestão de resíduos sólidos no Brasil e não ocorre da mesma forma em todos os lugares. Entretanto, as diferentes formas de inclusão baseiam-se em uma lógica comum, que se desenvolve em meio a conflitos de distinção e disputa de materiais: as cooperativas e associações de catadores têm prioridade na gestão de resíduos e nos sistemas de coleta seletiva, mas, e os catadores autônomos, o que fazer deles?

A diversidade existente dentro da categoria de catadores de materiais recicláveis dificulta a universalização de políticas de inclusão que adotam um caminho único: a saída da rua para o trabalho no galpão. Esse caminho único para a inclusão já demonstrou suas limitações sob vários aspectos: não respeita trajetórias e formas de vida individuais, culpabiliza os indivíduos que não se adequam ao trabalho coletivo dentro de galpões, cria distinção e conflitos entre os diferentes, os coloca à mercê e dependentes do poder público e, finalmente, adota políticas e ações que deixam de atender cerca de 90% da categoria. Do outro lado, das cooperativas, esse modelo divide os catadores que atuam nas cidades, dificultando a rotina de trabalho, a logística de coleta e afasta os cooperados da população, afetando a quantidade e a qualidade dos materiais separados nos domicílios.

O presente estudo é uma continuidade de um processo de pesquisa-ação voltada para compreensão, identificação e construção de análises sobre a categoria profissional dos catadores que atuam nas ruas, especialmente aqueles não vinculados a cooperativas e associações. A proposta é refletir sobre uma questão prática: "**Como desenvolver a inclusão através da confluência entre catadores em sistemas de coleta seletiva?**". Para isso, a pesquisa se orienta por uma abordagem social de base empírica, utilizando a pesquisa-ação e a *Grounded Theory* para investigar a interação entre catadores autônomos e cooperativas. O objetivo geral é tornar mais visível a complexidade do trabalho dos catadores e suas relações com organizações populares. A pesquisa se desdobra em dois objetivos principais: um prático, que visa contribuir para a inclusão dos catadores nos

sistemas de coleta seletiva e aprimorar suas interações com cooperativas e associações, e um teórico, voltado à produção de conhecimento e compreensão mais profunda dessa realidade.

O objetivo prático busca propor soluções para a inclusão dos catadores autônomos, alinhando-se a uma pesquisa resolutiva que vai além da simples identificação de problemas. O objetivo teórico, por sua vez, foca em ampliar o entendimento sobre as condições de trabalho dos catadores, utilizando a imersão no campo para acessar informações que não seriam facilmente obtidas por métodos tradicionais. Assim, a pesquisa busca tanto intervir na realidade quanto gerar conhecimento que oriente futuras ações e intervenções no setor.

Diante da necessidade de melhorar as condições de trabalho dos catadores, aumentar as taxas de reciclagem e aprimorar o sistema de coleta seletiva existente, este estudo visa aprofundar a discussão sobre o trabalho dos catadores que atuam nas ruas da cidade, principalmente aqueles que não fazem parte de grupos organizados em cooperativas e associações. A proposta é desenvolver um estudo onde seja possível identificar as diferentes interações de catadores que não integram cooperativas e o sistema formal, e analisar como “pontes” podem ser construídas entre cooperativas e catadores para alterar essa realidade. Se os catadores desempenham um papel crucial na viabilização da reciclagem no Brasil, é essencial desenvolver sistemas que fortaleçam a sua atuação. Portanto, analisar a contribuição desses trabalhadores, junto às cooperativas, pode fornecer elementos importantes para repensar e agir em prol do aumento da reciclagem ao mesmo tempo que valoriza o trabalho dos catadores.

A inclusão enquanto uma interação dinâmica se alia à noção de *confluir* que, para o mestre quilombola Antônio Bispo dos Santos, é um processo em que a integração com o outro acontece com respeito e fortalecimento de sua trajetória. Antônio Bispo aponta a confluência como imagem acessível para o entendimento do encontro entre diferentes, como as águas de dois rios (Bispo dos Santos, 2023). A analogia nos permite refletir sobre os processos de inclusão que consideram as trajetórias para construção de um encontro colaborativo entre diferentes formas de vida nas ruas das cidades e para que esse encontro seja capaz de se manter no tempo.

Antes de apresentar estratégias de confluência, precisamos entender o contexto histórico em que as atividades de inclusão atuais se desenvolvem, a fim de compreender como, partindo de um ponto comum – os catadores de rua ou de lixões – foram sendo traçadas trajetórias divergentes, que colocam em competição partes de um mesmo grupo social, ainda que, em certos momentos, eles se reconheçam como uma mesma categoria profissional.

Retirar catadores das ruas para realocá-los em galpões de triagem foi a estratégia adotada pelas políticas públicas desde a década de 1990, organizando-os em cooperativas e associações. Essa estratégia foi inicialmente pensada para promover a organização política, a emancipação na cadeia produtiva, a construção de identidade de grupo e o fortalecimento do movimento social, entre outras expectativas (Dias, 2002). Contudo, na construção de modelos de gestão e inclusão de catadores, a partir dos anos 2010, essa estratégia deixou de ser um meio para o fortalecimento da categoria e tornou-se uma condição) para participar de processos de diálogos e construções sociais. Isso dificultou que outros processos alternativos se desenvolvessem, criando distinções entre catadores que estão em cooperativas e associações (os incluídos) e os "outros" (catadores de diferentes realidades, os não-incluídos). Assim, criou-se uma dicotomia ontológica (Carenzo & Miguez, 2010) formada por abordagens de inclusão de catadores que partem da construção de distinções entre trabalhadores para definir qual grupo será contemplado por políticas públicas e qual ficará de fora.

Atualmente, observam-se sinais de uma tendência de aceitação da atuação integrada e reconhecimento de catadores como uma totalidade, uma categoria profissional única, independentemente de como eles se organizam. Todavia, muitos ajustes ainda precisam ser feitos para que as ações e a noção de integração dos catadores autônomos aos sistemas de coleta seletiva ocorram de forma efetiva e com respeito às trajetórias e modos de vida e trabalho, reconhecendo limitações e diferenças. Isso implica repensar, em termos teóricos, a própria noção de inclusão e as dicotomias impensadas, como, por exemplo, incluídos x excluídos, organizados x não-organizados, coletivo x individual, formais x informais, que criam barreiras para a construção de novos modelos de inte(g)ração (ou seja, a integração pela interação). Além disso, é necessário considerar como a dinâmica da cadeia produtiva da reciclagem impõe o cenário de disputa constante por materiais recicláveis nas ruas da cidade.

O conflito que ocorre nas ruas, relacionado à atuação dos catadores, demanda intervenções mais efetivas do poder público e mudanças de perspectivas sobre o trabalho dessas pessoas. Um caminho que passa pelo contraste de modos de existência, que encontra um setor produtivo desigual que afeta o trabalho e o dia a dia de quem está desenvolvendo a reciclagem nas cidades, onde a saída se encontra na confluência entre catadores em práticas de comercialização conjunta.

Este estudo pretende desenvolver análises e proposições que sejam resolutivas e contribuam para acelerar esses processos de integração e ajustar perspectivas em uma efetiva conexão ou confluência, nos termos de Santos (2015), entre catadores que trabalham nos galpões de triagem e nas ruas, bem como ONGs, Empresas, Universidades e Poder Público. O objetivo é possibilitar a construção de pontes, e não muros, para inclusão de catadores[1]. Essa concepção de integração entre catadores é colocada aqui como uma "encruzilhada", onde não há somente um caminho, mas sim um campo de possibilidades (Rufino, 2019).

A metáfora da "encruzilhada" representa tanto a situação atual dos catadores como um grupo social dividido e em conflito, quanto o ponto em que se situa esta tese, que começa por recuperar as diferentes trajetórias desenhadas desde os anos 1990 a fim de compreender suas divergências atuais e as possibilidades de cooperação. A falta de ações de integração cria impasses tanto para o fortalecimento do movimento social e político dos catadores como um todo, quanto para o desenvolvimento dos sistemas municipais de gestão de resíduos. A tese defendida aqui é que a superação desses impasses depende do desenvolvimento de ações de cooperação entre esses dois grupos sociais, fazendo confluir essas trajetórias sem negar suas particularidades.

Este estudo está dividido em 10 capítulos que se estruturam em quatro partes. A primeira parte consiste no segundo capítulo, que contextualiza historicamente a realidade dos catadores no Brasil. Essa contextualização não se limita apenas a publicações relacionadas à formação do movimento social e à organização de cooperativas, mas também a estudos que traçam um panorama dos catadores autônomos, na história recente.

[1] A inclusão como "uma construção de pontes e não de muros" é uma proposta inicialmente colocada em discussão em um evento em Belo Horizonte em 2016, feita pelo catador de materiais recicláveis chamado Evaldo Garcia que atua na cidade mineira de Lavras no processo de integração de catadores de rua e lixão.

Seguindo a perspectiva de Adichie (2019), que adverte sobre o perigo de uma única narrativa histórica, esse capítulo visa ampliar o horizonte para além da história predominante, que muitas vezes se concentra nos catadores organizados em cooperativas e associações que têm atraído mais a atenção dos pesquisadores.

A segunda parte abrange os terceiro e quarto capítulos, nos quais são apresentados o referencial teórico e os percursos metodológicos utilizados. Os conceitos centrais desta seção giram em torno da gestão de resíduos e da inclusão dos catadores, abordados a partir de uma perspectiva decolonial. Nesse contexto, a ideia de inclusão é articulada à noção de confluência, enfatizando um encontro colaborativo entre diferentes formas de conhecimento e modos de vida. O percurso metodológico conecta a pesquisa-ação à *grounded theory*, ancorando-se em um percurso empirista que busca compreender e valorizar as práticas e saberes cotidianos dos catadores, permitindo a construção de uma análise situada e sensível às realidades e perspectivas locais.

A terceira parte engloba os capítulos 5, 6 e 7, que descrevem os casos empíricos estudados. O capítulo 5 analisa o processo de integração dos catadores em cooperativas, contrastando suas diferentes formas de vida. A dificuldade de inserção e permanência desses catadores será explorada por meio de narrativas de suas trajetórias de vida. A limitação da permanência de catadores nos galpões de cooperativas leva a maioria desses trabalhadores a atuarem nas ruas, o que gera conflitos entre si, mas também com cooperativas, poder público e moradores, tema do capítulo 6. Esse cenário de confronto nas ruas estimula a reflexão sobre novas formas de interação, incluindo a possibilidade de comercialização conjunta, discutida no capítulo 7.

A quarta parte inclui os capítulos 8 e 9, dedicados à análise e recomendações oriundas da discussão a partir dos casos empíricos. Como a proposta é desenvolver uma reflexão orientada para ações mais resolutivas, esses capítulos se complementam. O capítulo 8 aborda as diferenças entre as formas de vida dos catadores que geram conflitos, enquanto busca entender a estrutura da cadeia de produção da reciclagem e seu impacto na vida das pessoas e na interação com outros trabalhadores. Esse entendimento é essencial para compreender como ocorrem os encontros colaborativos e para construir possíveis estruturas de apoio na expansão do sistema de coleta seletiva paras as ruas da cidade. A discussão sobre recomendações segue em três etapas, desde a construção da visibilidade,

passando pela integração das políticas públicas até chegar na ampliação das estruturas para a coleta seletiva.

Por fim, a parte final compreende o capítulo 10, que sintetiza a discussão em considerações finais, as quais não só encerram o estudo, mas também servem como ponto de partida para novas abordagens e perspectivas.

# 2. CONTEXTO SOCIOHISTÓRICO DA CATAÇÃO E SUAS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO

A prática de catação remonta a um passado distante, entrelaçada às necessidades de sobrevivência e à ausência de políticas de gestão de resíduos sólidos. Contudo, o desenvolvimento dessa atividade passa por mudanças constantes diante do crescimento urbano, das transformações tecnológicas e dos novos padrões de consumo. No Brasil, a partir do final dos anos 1990, as formas de organizações produtivas, particularmente através de cooperativas e associações, emergiram devido a diversas experiências e estudos como estratégias fundamentais para a valorização do trabalho dos catadores e para a implementação de práticas mais sustentáveis de manejo de resíduos. Apesar de seu papel crucial, essas estruturas atendem, após 30 anos, somente cerca de 10% do universo de catadores no Brasil (Bouvier & Dias, 2021; Gonçalves-Dias *et al.*, 2022). Portanto, compreender os limites enfrentados por essa minoria organizada para ampliar sua atuação se torna essencial para o desenvolvimento de políticas públicas e estratégias que possam abranger e beneficiar a totalidade dos catadores no país.

Estima-se que, no Brasil, sejam coletados 0,98 quilogramas por cada habitante por dia (SNIS, 2022). Essa estimativa referente à "geração" representa apenas o montante coletado para aterramento, sem considerar descartes nas ruas e bota-foras clandestinos e tampouco o desvio de resíduos do aterro sanitário feito por centenas de milhares de catadores nas ruas da cidade. Esse processo resulta na utilização de dados subestimados quanto à real geração de resíduos nas cidades e a efetiva capacidade dos catadores de recuperar materiais recicláveis e reutilizáveis.

O aumento na quantidade de resíduos produzidos no Brasil é evidente. Nos últimos anos, a geração de resíduos sólidos nas cidades aumentou significativamente, passando de 67 milhões de toneladas por ano em 2010 para 80 milhões de toneladas em 2022, representando aumento de 19% (Abrelpe, 2010; Abrelpe, 2022). Isso traz consigo o desafio de gerenciar de maneira eficaz ao longo do tempo tudo que é gerado pela sociedade brasileira. Especialmente porque, em um período de 10 anos, a composição dos resíduos descartados pela população se transforma devido à evolução tecnológica e hábitos de consumo e, atualmente, também em decorrência das condições de proteção sanitária resultantes da pandemia (Amaral, 2023; Andrade, 2023). Consequentemente, é

imperativo reconsiderar o formato de gestão, comunicação e controle do sistema de resíduos de acordo com tais mudanças.

O gerenciamento dos resíduos sólidos urbanos prioriza a melhoria da saúde das pessoas e do ambiente que estão inseridas. Os sistemas de coleta seletiva são concebidos não apenas para gerenciar descarte, mas também para contribuir com a coleta de resíduos, visando alimentar o sistema produtivo da reciclagem aliado ao aumento da vida útil de aterros e geração de trabalho e renda (Gutberlet, 2015).

Para compreender a situação atual e contexto dos sujeitos de pesquisa, realizamos uma breve revisão histórica centrada nos momentos e nas situações que levaram à criação das cooperativas como forma prioritária de organização dos catadores. Para isso, este capítulo se divide em quatro seções, na primeira parte, pretende-se retratar o universo da catação com foco nas estratégias de apoio institucional e práticas de organização coletiva, abrangendo desde a história das primeiras organizações dos catadores até a implementação de sistemas de coleta com a participação de cooperativas e associações. Na segunda parte, apresentamos a linha histórica da formação do movimento social e das estratégias destinadas à organização e formalização dos grupos.

Com o levantamento histórico-bibliográfico, foi possível identificar que a maior parte dos estudos existentes se concentra na realidade de catadores organizados em cooperativas. Como essa pesquisa pretende contextualizar os sujeitos estudados, optamos, metodologicamente, por compensar a escassez de literatura analítica com a compilação de levantamentos de pesquisas mais recentes, que oferecem um perfil abrangente do catador que trabalha nas ruas da cidade, será apresentado na terceira seção desse capítulo. Enquanto isso, a quarta seção explora as relações de cooperação, ainda emergentes, entre trabalhadores e organizações de catadores. Ao final do capítulo, buscamos ter uma compreensão do que foi desenvolvido em prol dos catadores na história recente, ao mesmo tempo que oferecemos uma visão panorâmica dos trabalhadores chamados aqui de catadores autônomos[2]. Para retomar a discussão sobre a inclusão a partir da analogia de confluência, esses momentos da história podem ser vistos a partir do desenho de duas

[2] Utilizaremos o termo “catador autônomo”, metodologicamente escolhido para caracterizar trabalhadores que não fazem parte de cooperativas e associações tradicionais, podendo até mesmo integrar núcleos produtivos familiares e coletivos. O uso desse termo e as discussões envolvidas nesta escolha serão aprofundadas nos capítulos subsequentes.

trajetórias que partem de um mesmo lugar – a catação na rua e nos lixões – e seguem caminhos sociais diferentes, mas, que agora, tendem a se encontrar em diferentes configurações e/ou situações.

## 2.1. A alvorada da reciclagem: uma jornada pelas primeiras organizações de catadores do Brasil

Embora registros sobre a atividade produtiva que hoje conhecemos como catação de materiais recicláveis existam desde a década de 1930 no Brasil, apenas no final do século XX o tema começou a ganhar relevância na literatura acadêmica (Jacobi & Teixeira, 1997; Dias, 2002; Grimberg, 2007). Desde os que garis separam lixo durante a coleta, passando pelos "garrafeiros" circulam pelas cidades em busca de materiais, até os ferros-velhos e catadores que garimpam materiais nas ruas e em lixões, todos são personagens que há anos resistem na história das cidades brasileiras (Aguiar & Helfant, 1999). A partir dos anos 90, especialmente, as discussões sobre catadores e estudos relacionados às experiências de organização produtiva e associativismo ganharam destaque nacionalmente. Isso ocorreu porque, na última década do século XX, após a Eco 92, juntamente com a necessidade de mudanças devido aos impactos causados pela sociedade do consumo no meio ambiente, um novo ator social começou a ter relevância nas discussões socioambientais do país. Esses novos atores, popularmente conhecidos a época como 'catadores de papel', passaram a ganhar destaque na agenda ambiental (Dias, 2002).

A realidade dos 'catadores de papel' já era relatada por Carolina Maria de Jesus em seu diário conhecido como 'O Quarto de Despejo', que se passa na década de 1950. O diário retrata a resposta adaptativa a escassez e a pobreza da autora, que atuava como catadora de papel nas ruas da cidade de São Paulo. Essa adaptação a pobreza, ao desemprego e a falta de oportunidades profissionais, materializada na atividade de coleta de recicláveis, permanece sendo um fenômeno na sociedade brasileira ao longo dos anos. Em 1994 crianças que trabalhavam no lixão na cidade de Olinda no Estado de Pernambuco se intoxicaram com suspeita de ingestão de carne humana advinda do lixo hospitalar depositado no lixão. Esse fato chocou o mundo e levou a UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) criar o Programa Nacional Lixo e Cidadania em 1998, com foco nas crianças e adolescentes (Oliveira, 2007). Diversas entidades e organizações

investiram em ações para erradicar o trabalho infantil nos lixões inserindo as crianças e adolescentes em escolas e em atividades socioeducativas ao mesmo tempo em que a necessidade de integração de catadores em sistemas de limpeza foi ganhando pauta na opinião pública (Oliveira, 2007).

Até então, os trabalhadores que exerciam seus ofícios nas ruas urbanas enfrentavam a criminalização e repressão por meio de 'operações limpeza', que visavam retirar catadores das ruas centrais da cidade e confiscar seus materiais e pertences (Jacobi & Teixeira, 1997; Silva *et al.*, 2001). Em Belo Horizonte, a Superintendência de Limpeza Urbana mantinha o Centro de Memória e Pesquisa (CEMP) [3] onde era possível acessar documentos relativos aos autos de infração emitidos durante o período de perseguição aos catadores (abrangendo os anos de 1978 a 1989). Esta situação pode ser identificada no trecho a seguir, onde o relatório do agente de fiscalização oferece uma opinião sobre a atividade de catadores

> "Muitas delas já foram corrigidas, outras, de pequeno porte, estão por corrigir, mas a que emerge de tudo, como ameaçadora ao nosso monopólio e predatória porque suja o ambiente da sua ação criminosa, é a do CATADOR DE PAPÉIS, mendigo, via de regra, que nada mais é que um preposto, explorado e desamparado, dos donos de depósitos de papéis velhos, que se enriquecem à sua custa e a margem da lei" (Tavares, 2013 - Pasta Operação Catadores de Papéis CEMP/SLU, 1980)

A resistência à repressão estatal e o apoio de instituições da Igreja Católica culminaram na formação das primeiras organizações dos catadores em São Paulo, Porto Alegre e Belo Horizonte[4]. Em São Paulo, a Associação dos Catadores de Papel foi estabelecida em 1986 por meio do trabalho realizado pela Organização de Auxílio Fraterno (OAF) (Pereira & Teixeira, 2011). Posteriormente, em 1989, essa associação se transformou na Cooperativa dos Catadores de Papel, Papelão, Aparas e Reaproveitáveis - Coopamare (Ribeiro &

[3] O Centro de Memória e Pesquisa – CEMP SLU BH– se encontra desativado e os documentos históricos estão em processo de transferência para outro setor possivelmente vinculado ao arquivo público da cidade. Pelo que foi apurado durante a pesquisa, o futuro do CEMP e seus arquivos ainda é incerto na cidade de Belo Horizonte.

[4] Reconhecemos aqui que as experiências citadas são, nesse caso, as mais conhecidas por serem foco central de registros acadêmicos de relevância, contudo é importante considerar que há experiências que antecedem o período relatado, como a organização de catadores em Canoas (RS) com registros referentes ao ano de 1986 e podendo haver outras pelo Brasil que não foram tema de estudos acadêmicos no período e em consequência disso pouco conhecidos ou até desconhecidos.

Besen, 2007). Em Porto Alegre, a Associação dos Catadores de Material de Porto Alegre foi criada em 1986, com o apoio do trabalho eclesial de base da Igreja Católica (Pereira & Teixeira, 2011). Enquanto isso, em Belo Horizonte, a pastoral de rua e outros atores sociais locais deram suporte ao surgimento da Associação de Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável - Asmare, em maio de 1990 (Dias, 2002).

Essas organizações como focos de estudos e com a visibilidade na literatura acadêmica se tornaram referências importantes para modificar a imagem dos catadores, que atuavam nas vias públicas e eram erroneamente associados à sujeira nas ruas (Jacobi & Teixeira, 1997). Além da necessidade de oferecer espaços mais 'saudáveis' para os trabalhadores, a estratégia de organização e operação em galpões de triagem se firmou como um caminho para melhorar as condições de trabalho e renda, além de promover mudanças estruturais na gestão de resíduos sólidos nas cidades (Gonçalves-Dias, 2009; Ribeiro & Besen, 2007).

Diante do cenário da necessidade de inclusão de catadores e organização produtiva dos trabalhadores, as cooperativas, se tornaram um método para inserção de catadores no sistema de gerenciamento de resíduos de maneira formal, sobretudo em países em desenvolvimento (Godfrey *et al.*, 2017).

No Brasil, a coleta seletiva foi iniciada na cidade de Niterói, no bairro de São Francisco, em 1985, como o primeiro projeto sistemático e documentado (Ribeiro & Do Carmo Lima, 2000). Em Belo Horizonte, o sistema de coleta seletiva com a participação de catadores teve início com apoio da iniciativa da ONU (Organização das Nações Unidas), com o Programa LIFE (*Local Iniciative Facility for Urban Environment*), lançado no Brasil em 1993 (Silva, 2000). Essa parceria permitiu à cidade implantar um novo modelo de gestão de resíduos através da criação de pontos de entrega de materiais e da definição de rotas nas ruas da cidade para coleta realizada por catadores usando seus tradicionais carrinhos de madeira, impulsionados por esforço humano (Diniz, 2000). No início dos anos 2000, a discussão sobre catadores começou a evidenciar os benefícios ambientais e econômicos da reciclagem, indo além das questões sociais relacionadas às condições de trabalho dos mesmos (Diniz, 2000). Nesse período, estudos sobre a inclusão de catadores apontavam a inviabilidade econômica da coleta seletiva porta a porta

> "Então, se você for montar uma estrutura de coleta seletiva, porta a porta, aonde não existe a cultura da segregação interna, você vai dobrar o custo do serviço de limpeza urbana! Porque? Porque o que encarece, é exatamente o transporte! Muito poucos países no mundo têm coleta seletiva porta a porta! Eu acho absolutamente inviável" (Relato de um coordenador técnico do projeto de coleta seletiva em parceria com Asmare em Belo Horizonte apud Silva, 2000. p. 100)

E, além disso, destacavam as vantagens econômicas para os municípios ao integrar os modelos ponto a ponto nos sistemas de gestão de resíduos, seguindo as tendências de países considerados desenvolvidos.

> "Assim, nos países desenvolvidos não se admite mais, a não ser em situações muito especiais, a coleta porta-a-porta, considerada atrasada em sociedades mais modernas. A existência de containers basculáveis em pontos estratégicos nos logradouros públicos permite a economia e a rapidez do serviço de coleta feita através de veículos que trabalham apenas com o motorista. Neste caso, é importante lembrar a melhora que se adquire na questão de segurança e de respeito ao trabalho humano" (Ribeiro & Do Carmo Lima, 2000. pág. 59)

O sistema de coleta seletiva, que iniciou através da estratégia de organização em cooperativas e associações atrelado a um modelo ponto a ponto, inspirado principalmente nas experiências de países europeus, se consolidou com os dois modelos se complementando, porta a porta e ponto a ponto (Takeda, 2002). Porém os sistemas de coleta seletiva desenvolvidos no Brasil pressupõem a existência de um mercado para os materiais recicláveis e dependem da valorização desse mercado para viabilizar todo o sistema (Aguiar, 1999). A expansão histórica do setor da reciclagem no Brasil guarda relação estreita com a ampliação da população de catadores, tornando-se possível e viável como negócio lucrativo somente quando encontrou numeroso contingente de trabalhadores, desocupados ou semi-ocupados, convertível em catadores (Bosi, 2008). Devido a isso, no Brasil são recicladas 100% das latinhas de alumínio (ABAL, 2023), considerando que o volume recuperado pelos sistemas de coleta seletiva formal nas grandes cidades é relativamente baixo, infere-se que a maior parte dos materiais como sendo "desviada" pelos catadores autônomos e outros coletores, inclusive os garis e funcionários de serviços gerais de empresas privadas e públicas.

Na fase inicial das primeiras iniciativas de coleta seletiva no Brasil não havia previsão de remuneração pelo serviço prestado na implantação de sistemas de coleta seletiva (Bosi, 2008). As primeiras iniciativas de coleta seletiva implementadas no país se fundamentaram em criar condições para garantir o acesso ao material reciclável, pois a sua comercialização se configurou como principal fonte de receita para os trabalhadores. Sendo assim, todas as organizações que surgiram tinham como demanda principal o acesso ao maior volume de materiais recicláveis possível como forma de aumentar a remuneração, reivindicação que é presente em muitas das iniciativas de coleta seletiva no país. No entanto, essa dinâmica de implantar a coleta seletiva nas cidades brasileiras e depender exclusivamente do valor da comercialização dos materiais para remuneração do trabalho encontrou limites e desafios significativos que serão aprofundados mais adiante neste estudo.

## 2.2. Organização política e a política de organização: surgimento do movimento social e o modelo associativo

A estratégia de organização de catadores em associações e cooperativas teve como principal motivação a busca por melhores condições de trabalho, especialmente no combate ao trabalho realizado nas ruas e nos lixões, considerados o principal obstáculo para o desenvolvimento saudável da atividade.

> "No entanto, verifica-se nas ruas da cidade uma parcela considerável de catadores autônomos ainda não organizados em movimentos, cooperativas e associações, sujeitos às intempéries climáticas, com sinais de esgotamento físico, com seus carrinhos de tração humanos, muitas vezes acompanhados de filhos menores. Além disso, são explorados pelos donos de depósitos de recicláveis." (Berte *et al.*, 2013. p 23)

> "De maneira caótica e desmedida, os catadores saíam à revelia pelas ruas da cidade, "catando" todo tipo de material que pudesse gerar alguma renda de sua venda. Ao final do dia, acabavam por utilizar os seus próprios barracos e/ou autoconstruções precários como armazém.[...]. A precariedade desse trabalho de coleta, que em sua dinâmica trazia pequeno ganho para o catador e gerava externalidades negativas ao saneamento e à salubridade locais [...] a prefeitura começou a esboçar a possibilidade de organizar a atividade de coleta, permitindo a utilização do espaço da olaria comunitária construída para fornecer tijolos aos mutirões das casas populares como um galpão que abrigasse esses catadores.

> [...] a cooperativa seria uma resposta organizacional adequada para dar forma mais eficaz e sustentável à situação. (Coelho & Godoy, 2011, p.736)

O trabalho nos galpões nas cooperativas e associações seria o caminho viável para o trabalho de forma mais segura e eficiente e garantia de capital social para desenvolver redes de apoio e luta por políticas públicas (Gutberlet, 2015). A partir dos anos 2002, com a instituição do Movimento Nacional dos Catadores (MNCR), a categoria passou a ter representatividade e participação em decisões e marcos regulatórios. A definição política do termo "catadores de materiais recicláveis", registrado no Cadastro Brasileiro de Ocupações (CBO) também é considerada conquista do MNCR (Bortoli, 2009). Alguns autores sugerem que esse registro representou um ganho significativo no reconhecimento do grupo de catadores, embora não existam evidências de mudanças substanciais decorrentes do registro do número 5192 na CBO (Bortoli, 2009). No entanto, o registro possibilitou a identificação dos catadores em bancos de dados públicos, viabilizando a mensuração de sua proporção, mesmo que subestimada (Dias, 2009). A definição política do uso do termo "catadores de materiais recicláveis" no Brasil demarca a luta histórica, porém, é possível identificar que, recentemente, há discursos políticos que indicam o uso do termo "recicladores" ou até "agentes ambientais" por considerarem "catadores" um termo pejorativo, desconsiderando, assim, toda uma trajetória histórica de reconhecimento do trabalho.

A partir da segunda metade da década de 2000, a tendência de organização de catadores se torna evidente como estratégia para enfrentar questões relacionadas ao acesso a direitos, renda e cidadania (Sousa & Mendes, 2006). Nesse período, os galpões de triagem passam a ser considerados equipamentos essenciais para a estruturação de organizações de associações e cooperativas de catadores, bem como para viabilizar a coleta seletiva nas cidades.

As estratégias de organização de catadores, principalmente impulsionadas pelo investimento público, estabelecem conexões com outros setores da sociedade que demandam trabalho e renda. Como resultado, a estratégia de organização de catadores passa a englobar a inserção de pessoas desempregadas, que aprendem o ofício de reciclagem em cooperativas e associações como alternativa de renda, principalmente devido ao contexto socioeconômico desfavorável do período. No entanto, esse aporte de

recursos e estrutura ainda dependia de uma ‘vontade política’, em decorrência da falta de legislação específica na época (Velloso, 2005). O investimento e ações decorrentes dessas estratégias aumentaram o número de grupos de catadores pelo país. Entretanto, esse aumento não resultou na redução do número de catadores nas ruas ou nos lixões. Como mencionado por de Souza Moraes (2009), “*há indícios de haver uma proliferação de catadores, sobretudo, em pequenos municípios*”. O autor coloca que a comercialização de materiais como estratégia de sobrevivência se soma à complementação de renda e amplia o contingente de trabalhadores coletando nas ruas (de Souza Moraes, 2009). Os catadores que não fazem parte de cooperativas e associações passam a ser considerados um problema por não adotarem o modelo proposto e, muitas vezes, são tratados de forma pejorativa em estudos, através da utilização de termos como “proliferação”, para categorizar sua presença nos espaços urbanos, ou “avulso”, como se fosse uma característica própria do trabalho.

O termo "avulso" geralmente é usado para descrever algo isolado, não integrado a um contexto maior ou realizado de forma temporária, específica e desconectada, o que pode ser uma maneira limitada de caracterizar catadores de rua. Uma discussão mais aprofundada sobre termos e categorias analíticas relacionadas aos sujeitos de pesquisas será realizada no capítulo 3.

Os catadores de rua, ou “catadores avulsos” (Ribeiro & Besen, 2007), “catadores desorganizados” (Gonçalves, 2003) ou como denominados por Carmo *et al*. (2004) como “predatórios de rua”, são identificados em diversas pesquisas como um problema ou desafio a ser enfrentado. No caso dos “predatórios de rua”, os autores descrevem esse tipo de catador como “*aquele que antecipa a coleta e realiza a dispersão de materiais pelas ruas*” (Carmo *et al*., 2004). Os catadores que atuam nas ruas são frequentemente demarcados como um problema ou anomalia no sistema, permanecendo no imaginário social e nas publicações acadêmicas com atribuições de falta de escolha, marginalidade, perversidade e submissão. A situação de exploração enfrentada pelos catadores de materiais recicláveis, sobretudo aqueles que estão fora das organizações, tornou-se uma das questões mais evidentes nas discussões após a fundação do movimento social que representa essa categoria (Da Silva, 2006). Essas concepções alimentaram a estratégia de integrar o maior número possível desses catadores em organizações, visando sobretudo garantir melhores condições de trabalho para esse grupo.

> "A formação de cooperativas de reciclagem de lixo vem sendo estimulada por órgãos governamentais, amparados por projetos de assistência social das instituições religiosas, setor privado, terceiro setor, ONGs, etc., com o objetivo maior de gerar renda e possibilitar o exercício da cidadania a estas pessoas excluídas do mercado formal de trabalho." (Magera, 2003 p.14)

A prioridade das políticas públicas passou a ser direcionada aos catadores organizados em associações e cooperativas, estabelecendo essas entidades como a porta de entrada para tais políticas. Isso consolidou a ideia polarizante do "catador organizado" como um ideal evolutivo, deixando os demais trabalhadores à margem de todo o processo. Esse direcionamento das políticas públicas, focado em priorizar cooperativas e associações, foi solidificado com a sanção da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS - Lei nº 12.305/2010). Nesse contexto, ao longo dos anos, a ideia de retirar os catadores das ruas para integrá-los em galpões passou a mostrar resultados práticos insuficientes, e os grupos organizados passaram a incluir mais trabalhadores provenientes de outras profissões do que especialmente da catação nas ruas. Além disso, há um estigma associado aos catadores que permanecem nas ruas das cidades e optam por não se envolver com esses grupos organizados, ao mesmo tempo o afastamento recente do MNCR da pauta da população em situação de rua fez com que as ações de envolvimento com trabalhadores vulneráveis perdessem centralidade (Velloso, 2005; Da Silva, 2006). Entretanto, a sanção de políticas públicas não pode representar o ápice da conquista de um movimento social, apenas criam um quadro institucional favorável para que as ações sejam efetivas (Antunes Lima *et al.*, 2011). É crucial desenvolver respostas e adaptar os modelos propostos a longo prazo e caso não se estabeleça um caminho reverso, as políticas conquistadas podem se tornar meras intenções (Antunes Lima *et al.*, 2011).

Entretanto, alguns autores apontam limitações e armadilhas nesse processo de organização de cooperativas e o modelo econômico em que estão inseridas.

> "O cooperativismo surgiu de uma necessidade social, sem amparo legal, tomou força e idealizou gerações e, diante de um sistema político opressor e excludente, encontrou, neste sistema, uma forma de sobreviver dignamente. Tais sociedades coletivas fizeram surgir pensadores e reformadores doutrinários do cooperativismo, mas, sem uma fiscalização para manter sua jurisprudência, o cooperativismo tende a ser usado por capitalistas gananciosos que visam somente a burlar as leis

> trabalhistas e, utilizar a cooperativa para encobertar uma subcontratação por meio de subsídios e isenções, tanto de ordem tributária quanto trabalhista." (Magera, 2005. pág. 69)

No caso de cooperativas de catadores essas limitações são potencializadas seja pelas circunstâncias da informalidade ou pela precarização crônica vivida pelos trabalhadores no setor da reciclagem no Brasil. As discussões sobre a construção de políticas voltadas à inclusão de catadores e sistemas de operação de coleta seletiva em parceria com as organizações de catadores tendem a ter um direcionamento à produção e volume de materiais, subentendendo que o processo de venda dos recicláveis pagaria o serviço. Além disso, as organizações de catadores atuando em parceria com prefeituras são cobradas pela destinação de todos os materiais coletados, sem muitas alternativas para geração de renda e diversificação da receita.

> "As cooperativas também devem atuar de forma responsável. Elas precisam oferecer o serviço de coleta seletiva de todos os materiais recicláveis aos seus clientes, incluindo os menos interessantes economicamente. A coleta seletiva fracionária, ou seja, coleta só de PET (sigla de polietileno tereftalato, material de que são feitas as garrafas de refrigerante), por exemplo, não tem compromisso ambiental e compromete o desenvolvimento da cadeia produtiva da reciclagem. O cliente da coleta seletiva realizada pela cooperativa necessita de um serviço que colete todos os materiais recicláveis que ele gera. Se algum material não tem destinação na comercialização da cooperativa é responsabilidade da cooperativa destinar adequadamente aquele material" (Gonçalves, 2003, p. 73)

De fato, enfatizar a responsabilidade de fornecer um serviço de qualidade é crucial, ao mesmo tempo que se ressalta a necessidade desse serviço ser remunerado adequadamente. As cooperativas oferecem serviços que vão além da reciclagem, conforme apontado por alguns estudos que indicam atendimento às demandas da comunidade (Magera 2005; Lima *et al*, 2022). Esses aspectos poderiam ser enfatizados, demonstrando a abrangência e a importância dos serviços prestados por essas organizações.

> "Na cooperativa (E), pôde observar um fato curioso: enquanto este autor fazia a pesquisa na cooperativa entrou ali uma garota de 16 anos, que estuda na Escola de Ensino Fundamental Municipal, perto da cooperativa e, sem cerimônias, dirigiu-se a um dos cômodos onde estavam centenas de livros, revistas e jornais, que os cooperativados guardam como sua biblioteca e

> pegou uns livros para levar para casa, com o objetivo de realizar um trabalho escolar que a professora havia pedido para ela. Interessante! Cooperativa de lixo servindo como biblioteca pública! E o que chama mais a atenção ainda: tendo mais livros do que a própria escola. Eis a triste situação das escolas públicas brasileiras." (Magera, 2005, pág.48)

O caminho em direção ao cooperativismo popular no setor da reciclagem requer um cuidadoso desenvolvimento para evitar armadilhas que possam levar as entidades a reproduzirem a exploração que buscam combater, tornando-se vulnerável às pressões de mercado e perpetuando condições precárias. Esses problemas que o cooperativismo popular no setor da reciclagem busca evitar, mas pode acabar reproduzindo, incluem a exploração de mão de obra (dos Reis *et al.*, 2016), concentração de poder, falta de autonomia, precarização das condições de trabalho (Campos, 2013) e desigualdade na distribuição de recursos. Compreender as limitações dos modelos propostos pode auxiliar no aprimoramento e na busca por alternativas. É importante destacar que o reconhecimento dessas limitações nem sempre é evidente nos estudos sobre catadores de materiais recicláveis. Há um viés de desejabilidade social identificável em diversos estudos em que muitos pesquisadores atribuem às cooperativas e associações uma conquista automática de direitos, melhores condições de trabalho e até aumento na renda, benefícios que nem sempre se consolidam efetivamente. Apesar das inúmeras dificuldades e limitações que envolve a consolidação do modelo cooperativista popular defendido, principalmente pelos movimentos sociais de catadores organizados, a existência de cooperativas e associações de catadores é considerada essencial para o desenvolvimento do setor, não apenas no Brasil. As cooperativas e associações é o caminho existente para integração de catadores nos sistemas de gestão de resíduos (Miranda *et al.*, 2020) a partir de uma formalização do trabalho e reconhecimento da atividade (Aparcana, 2017). As cooperativas melhoram as condições sociais, econômicas e políticas dos catadores (Gutberlet, 2015; da Silva & Bolson, 2018). Neste estudo vamos focar apenas nas limitações que afastam e criam dificuldades na integração com catadores autônomos, pois a priorização das ações e a centralidade das organizações de catadores resultou em certa falta de compreensão sobre a atividade desses trabalhadores e também na proposição de alternativas.

Priorizar cooperativas e associações como ponto central divide abordagens, e há pesquisadores que apontam seus limites, especialmente no que diz respeito ao que é perdido com essa priorização.

> "São bastante significativas as ações do Governo Federal de incentivo às cooperativas de catadores. No entanto, pouco é pensado naqueles que trabalham informalmente. Tem-se uma ideia errônea de que ao se priorizar as cooperativas, os catadores autônomos irão se filiar a elas, o que acontece apenas com uma parcela. Os demais se mantêm firmes na opção pelo trabalho familiar [...] A partir do momento em que o Governo prioriza as cooperativas, sem se preocupar com a inserção dos catadores autônomos, gera-se um fenômeno que pode ser nomeado de exclusão da exclusão." (Teixeira, 2011, pág. 132)

As cooperativas e associações são o paradigma vigente para a organização de catadores e, nesta pesquisa, esse modelo não será contestado. O foco está em explorar como, a partir das cooperativas, é possível respeitar e desenvolver os espaços de trabalho na rua e outras formas de organização e interação entre catadores. A organização em cooperativas e associações pode continuar sendo algo central na estratégia, mas respeitando a diversidade de práticas.

## 2.3. Refletindo o presente: Panorama contemporâneo da catação autônoma nas ruas das cidades

A disponibilidade de dados e informações do setor de resíduos sólidos é um desafio que vem sendo trabalhado há décadas, remontando ao final do século passado (Fergutz *et al*, 2011). Apesar dos avanços com a criação do SNIS (Sistema Nacional de Informações de Saneamento) e SINIR (Sistema Nacional de Informações de Resíduos), pesquisadores e técnicos que propõem políticas de resíduos ainda não obtêm informações suficientes em seus levantamentos. No campo de atuação com catadores de materiais recicláveis, essa dificuldade é ainda maior, as limitações não se restringem apenas à falta de informações e dados sobre catadores e sua atuação, mas também ao desconhecimento sobre a maior parcela dos trabalhadores do país, aqui denominados de catadores autônomos. Esse desconhecimento gera demandas por levantamentos de dados, produção de pesquisas e mapeamentos diversos. Embora existam pesquisas sobre catadores desde o século passado, nos últimos 10 anos a situação dos autônomos despertou interesse especial, resultando em investimentos de diversas organizações em desenvolver pesquisas e

levantamentos. Ao reunir esses estudos sobre catadores autônomos em diferentes cenários territoriais no contexto brasileiro, foi possível identificar características comuns nesses levantamentos, que abordagem demandam gerais, perfil social e aspectos produtivos relacionado ao trabalho que precisam de aprofundamento. O foco na descrição do perfil de catadores autônomos tem o objetivo de caracterizar, mesmo de forma limitada, os sujeitos de pesquisa, sem necessariamente comparar esse perfil geral de catadores autônomos ao de catadores cooperados que estão disponíveis no Anuário da Reciclagem (Pragma, 2022) e no Atlas Brasileiro da Reciclagem (Ancat, 2022), dentre outros levantamentos.

Para descrever o perfil geral de catadores autônomos para fins deste estudo, serão utilizados os seguintes relatórios de pesquisa e levantamentos: Inventário de Catadores PMGIRS BH (2016), parte do diagnóstico de catadores para o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos de Belo Horizonte (MG); o estudo de Gomes *et al.* (2019), que analisa os catadores em Fortaleza (CE); a Pesquisa Cataki (2022), que reúne informações de São Paulo (SP), Belo Horizonte (MG) e Rio de Janeiro; e a Pesquisa Ciclosoft (2023), que coleta informações de catadores em três cidades brasileiras: Fortaleza (CE), São Paulo (SP) e Porto Alegre (RS). Os levantamentos utilizados estão descritos no **Erro! F onte de referência não encontrada.**.

Quadro 1- Pesquisas e Levantamentos utilizados para traçar o perfil social de catadores de materiais recicláveis que não participam de cooperativas ou associações. Fonte: Elaboração Própria, 2024.

| **Levantamento** | **Ano** | **Instituição** | **Objetivo** |
|---|---|---|---|
| Inventário de Catadores de Belo Horizonte (MG) | 2016 | Superintendência de Limpeza Urbana de - SLU BH | Com a expectativa de um censo completo, buscou identificar todos os catadores em atividade na cidade de Belo Horizonte considerando os catadores em dois grupos "organizados" e "avulsos". |
| Vulnerabilidade e o direto à saúde dos catadores de resíduos não associados em Fortaleza (CE) | 2019 | Universidade de Fortaleza (Unifor) | Fornece um diagnóstico das condições dos catadores que atuam nas ruas e analisa suas relações com as políticas públicas. |
| Pesquisa *Cataki* | 2022 | ONG *Pimp My Carroça* | Através da pesquisa de perfil social de catadores, realizar um comparativo entre os que utilizam o |

| | | | |
|---|---|---|---|
| | | | aplicativo *Cataki*[5] e aqueles que não utilizam. A pesquisa foi realizada com catadores de três cidades brasileiras (São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte). |
| Catadores Autônomos: Participação de catadoras e catadores não organizados na reciclagem | 2023 | CEMPRE - Compromisso Empresarial para Reciclagem | Traz um capítulo dentro da Pesquisa Ciclosoft (que fornece um panorama da coleta seletiva no Brasil desde 1994) onde realizam um mapeamento exploratório sobre o perfil e demandas de catadores autônomos no Brasil com pesquisas em três cidades Brasileiras (Porto Alegre, São Paulo e Fortaleza) |

Muitas pesquisas empregam metodologias de identificação visual que condicionam os dados e informações coletadas. Isso ocorre quando a pesquisa se concentra apenas nos catadores presentes nas ruas, assim como quando aborda somente aqueles que realizam a coleta com carrinhos nas vias públicas. Embora a atividade de catação seja uma alternativa econômica para várias pessoas em situação de rua, estudos como a Pesquisa Cataki (2022) mostram outro lado, evidenciando catadores que fazem coleta utilizando veículos motorizados e raramente são identificados por busca ativa através de identificação visual. Isso revela que, ao realizar um levantamento com uma metodologia restrita a áreas de comércio ou a catadores em trânsito pelas ruas (ou seja, aqueles visualmente identificados como catadores a partir da interpretação do observador), a tendência é encontrar entrevistados em situação de rua em suas diversas configurações. Quando não é possível identificar o universo de pessoas nessa condição, qualquer generalização pode ser equivocada e por isso é importante destacar que uma compreensão precisa e abrangente do grupo de pessoas em estudo para evitar conclusões imprecisas.

Com base na compilação dos estudos mencionados anteriormente, identificamos sete características predominantes entre os catadores autônomos, comumente observadas em pesquisas e levantamentos: uma proporção maior de homens; negros; níveis de

[5] O aplicativo *Cataki*, lançado em 2015, se estabeleceu como uma plataforma digital criada pela ONG *Pimp My Carroça*. Esta plataforma conecta pessoas que geram resíduos com catadores de materiais recicláveis que se cadastraram para realizar serviços de coleta de materiais domiciliares. Além disso, a plataforma facilita a localização de pontos de entrega de resíduos, cooperativas e sucateiros.

escolaridade baixos; moradias precárias e/ou insuficientes; jornadas de trabalho exaustivas; infraestrutura de trabalho limitada e acesso reduzido a benefícios sociais.

**Na categoria de catadores autônomos, há uma proporção maior de homens.**

A atividade de coleta de resíduos realizada por catadores autônomos é mais frequentemente desempenhada por homens autodeclarados. O fato de as pesquisas apresentarem homens correspondendo estatisticamente à maioria dos catadores autônomos, evidencia a vulnerabilidade das mulheres que também estão nessa categoria. Desenvolver levantamentos que incluam dados sobre sexo ou gênero dos trabalhadores precisa estar alinhado a ações planejadas ou análises que visem contribuições práticas. Nesse contexto, a predominância de homens atuando nas ruas aponta para duas direções para quem analisa apenas dados quantitativos: a necessidade de ações voltadas aos trabalhadores com perfil masculino, especialmente em relação à saúde e segurança; e por outro lado, a necessidade de implementação de ações de proteção às mulheres que trabalham na reciclagem e atuam nas ruas.

A atividade de coleta realizada nas ruas demanda dos trabalhadores diversas estratégias: articulação com colegas de trabalho, diálogo com o gerador de resíduos, interação com fiscais ou outros agentes públicos e demais atores presentes nos espaços públicos. A vulnerabilidade das mulheres que trabalham nas ruas é uma discussão que não se restringe apenas às catadoras de materiais recicláveis. No entanto, é importante considerar que elas estão mais suscetíveis a violências físicas e sexuais.

Considerando a questão de gênero e a violência que pessoas LGBTQIAP+ sofrem, não foram encontradas pesquisas, diagnósticos ou levantamentos que permitam compreender como a diversidade sexual está presente na categoria de catadores no Brasil, o que inviabiliza o debate sobre essa situação de forma mais aprofundada.

**A categoria de catadores autônomos é racializada.**

A proporção de pessoas que se autodeclaram pretas e pardas compõem a categoria “negras” para análises de dados sociodemográficos. Levantamentos sobre catadores, em geral mostram que é uma categoria racializada, porém há pouca análise e aprofundamento sobre o assunto no âmbito do trabalho. Os dados estatísticos evidenciam o tratamento

desigual dispensado aos negros em todas as dimensões da vida, mas é necessário ir além da mera comprovação da existência do racismo (Souza, 2021).

A atividade de catação envolve elementos da sociedade escravista do século XVIII onde pessoas escravizadas eram responsáveis por limpar e remover as imundícies dos logradouros, conhecidos como “tigres” no Rio de Janeiro colonial (Eigenheer, 2009). A análise sócio-histórica dos dados precisa estar relacionada com ações efetivas de equidade e reparação além de ser tratada na arena do debate público, onde o racismo precisa ser reconhecido como um problema histórico a ser enfrentado.

**Os catadores autônomos possuem baixa escolaridade.**

A atividade de catação de recicláveis não requer dos trabalhadores altos níveis de conhecimento técnico e tornando-se então uma alternativa para uma parcela da população excluída do mercado de trabalho. Quando o trabalhador possui níveis mais altos de escolaridade, há maiores oportunidades de trabalho, e até mesmo de acesso à organização dos serviços prestados. Essa situação indica uma entrada na atividade e permanência, principalmente para catadores que atuam de forma autônoma.

Uma ação direcionada à demanda apresentada por essa característica identificada seria o desenvolvimento de oportunidades de acesso à educação, alfabetização e formação, que poderiam alterar o indicador de escolaridade dos trabalhadores. No entanto, a maneira como essas oportunidades são oferecidas precisa ser reformulada pois nem sempre se alinham com as demandas de trabalho.

**A situação de moradia de catadores autônomos é precária.**

A relação entre catadores em situação de vulnerabilidade e moradia precária pode indicar possíveis diretrizes para o desenvolvimento de políticas públicas. No entanto, esse dado aponta a necessidade de compreender também os espaços habitacionais desses catadores. As pesquisas Cataki (2022) e Inventário (2015), identificaram que muitos catadores usam suas moradias para armazenar materiais recicláveis e até mesmo para realizar triagem antes da comercialização. Essas informações também indicam que o espaço de trabalho dos catadores não se restringe apenas aos lixões, coleta na rua e galpões de triagem; pois a moradia também desempenha um papel produtivo na vida desses trabalhadores. A ocupação do espaço público para moradia e atividades de reciclagem frequentemente

resulta em conflitos com os residentes locais e desencadeia a necessidade de medidas de controle sanitário, por parte do Estado.

**Catadores autônomos enfrentam jornadas de trabalho exaustivas.**

A ênfase na quantidade de materiais coletados resulta em exaustão física para esses indivíduos. A procura por materiais recicláveis está intrinsecamente vinculada à busca por uma fonte de renda. Contudo, as oscilações nos valores desses materiais influenciam não só a intensidade do trabalho, mas também o impacto dessa produção no bem-estar físico dos catadores. É fundamental levar em consideração a duração da jornada de trabalho, especialmente no que tange à carga horária. A constatação de que muitos catadores enfrentam jornadas longas, muitas vezes sem pausas ou oportunidades de descanso adequado, indica a permanência da precarização do trabalho que historicamente acompanha essa categoria profissional. Os estudos apresentam que a promoção da reciclagem e a inclusão dos catadores precisa estar associada à redução da jornada de trabalho e à melhoria das condições a que esses trabalhadores são submetidos, incluindo a infraestrutura de apoio ao trabalho na rua.

**Existe pouca infraestrutura de apoio para o trabalho de catadores autônomos.**

Para exercer a coleta e comercialização de materiais recicláveis, os catadores necessitam desenvolver diversas estratégias produtivas. Um exemplo é a carência de equipamentos adequados para a coleta, especialmente quando se trata do tipo de carrinho mais apropriado para catadores que realizam pequenas coletas em eventos ou em seus bairros. Existe uma dificuldade considerável na discussão sobre o formato de coleta de recicláveis e a utilização de veículos de propulsão humana nas ruas da cidade considerando não apenas sua atividade no trânsito, mas também espaços para estacionar de forma segura, por exemplo. A utilização da moradia como espaço de trabalho é uma alternativa adotada pelos catadores para estruturar suas atividades. No entanto, a relação entre trabalho e moradia pode ser um problema quando o catador se vê obrigado a dormir na rua junto com seu veículo ou outro equipamento de transporte, por não possuir um local seguro para guardá-lo. A falta de condições materiais de trabalho, reforça as relações de poder com compradores, havendo casos de empréstimos de carrinhos de coleta em situações não regulamentadas, deixando o catador vulnerável a diversas violações de direitos e exploração do trabalho. Essas características do trabalho dos catadores, quando analisadas

para além dos dados quantitativos, evidenciam demandas históricas que não são resolvidas apenas com a organização de cooperativas ou associações, na medida em que a maior parte deles realiza seu trabalho na rua. Os sistemas de coleta seletiva carecem, portanto, de uma diversificação estrutural e de transporte para atender às necessidades desses catadores autônomos, o que não se resolve apenas com a promoção de espaços de triagem.

**Catadores autônomos têm pouco acesso a benefícios sociais.**

As pesquisas Ciclosoft (2023) e Inventário de Catadores da PBH (2016) mostram que a proporção de catadores que autodeclaram não receber benefícios relacionados à política de assistência social, como o Bolsa Família ou Benefício de Prestação Continuada (BPC), ultrapassam 65%. Os catadores de materiais recicláveis se enquadram como público-alvo dessas políticas, as quais se destinam a suas famílias. Porém, utilizar apenas da autodeclaração não permite uma análise criteriosa no que tange a limitação do atendimento dos benefícios e o real atendimento da unidade familiar de catadores, muitas vezes gerenciada pela mulher. Esses dados podem então indicar limitações do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) no acesso e também na identificação de catadores, o que ressalta a necessidade de uma compreensão mais aprofundada da relação dos catadores com o público da assistência social e o desenvolvimento de ações específicas integradas com outros setores sociais que são voltadas ao trabalho e não apenas à condição de vulnerabilidade ou público-alvo de políticas públicas setoriais.

Esses conjuntos de características encontradas nos levantamentos utilizados destacam a necessidade de uma abordagem mais aprofundada, o desenvolvimento de medidas, análises e políticas públicas que transcendam a mera representação estatística de questões sociais. É crucial contextualizá-la de maneira adequada, já que, caso contrário, poderiam reforçar preconceitos e estereótipos. Os atributos descritos em diferentes levantamentos realizados têm contribuído significativamente para estabelecer o cenário fundamental na discussão sobre o perfil dos catadores autônomos que desempenham suas atividades nas ruas, o cerne central desta tese.

Durante o levantamento sócio-histórico realizado para esta pesquisa, não foram identificadas políticas públicas voltadas a catadores autônomos que considerassem em sua formulação pesquisas ou levantamentos sobre as condições de vida e de trabalho desse

grupo social. No entanto, a análise para compreender o universo da catação e como superar as dificuldades nos leva a considerar que, se houver ações que precisam ser desenvolvidas, não podem se limitar apenas à produção de dados estatísticos. Por exemplo, o estudo do Inventário de Catadores em Belo Horizonte, que subsidiou o Plano Municipal de Gestão Integrada, não foi utilizado para desenvolver metas ou diretrizes relacionadas aos catadores autônomos na cidade.

Isso ocorre devido à centralidade de estudos e levantamentos que retratam o catador como um problema a ser diagnosticado de forma isolada, sem considerar as limitações dos programas de coleta seletiva existentes. Essa lacuna dificulta o uso desses estudos e levantamentos no desenvolvimento de alternativas viáveis para lidar com os problemas identificados. O que precisa ser questionado não é apenas a forma como algumas pesquisas são produzidas e concebidas, colocando o catador autônomo como problema, mas também a falta de utilização desses estudos para a proposição de soluções.

Levantamentos e mapeamentos de experiências podem ser eficazes quando se busca compreender como incluir os trabalhadores e as limitações práticas das intervenções existentes, esse conhecimento do que é realizado e o que deu certo nas experiências vigentes tem potencial de contribuir de forma mais efetiva no desenho de alternativas. A elaboração de censos e pesquisas genéricas, possuem sua importância, mas pouco se mostraram eficientes no desenvolvimento de soluções e alternativas dos problemas que são apresentados.

A proposta de considerar as experiências de cooperação existentes como rica fonte de aprendizado pode ser um caminho que contribua mais comparado na fixação de estudos que focam apenas nos problemas de inclusão sem produzir alternativas. Estas experiências existentes, mesmo que desafiadoras, trazem lições valiosas, abrindo caminho para soluções criativas e inovadoras. Ao aprender com o passado, somos capazes de melhorar e evoluir, transformando obstáculos em oportunidades e enriquecendo nosso percurso. Dessa forma, a seguir apresentamos essa necessidade da mudança de perspectiva, começando essa abordagem a partir do que já existe.

## 2.4. A reviravolta inclusiva: abertura de caminhos para cooperação com a valorização de catadores de rua

A reciclagem realizada por catadores nas ruas da cidade deve ser integrada às discussões e análises dos sistemas de gestão de resíduos urbanos. No entanto, essa abordagem nem sempre é contemplada e, quando ocorre, é comum haver interpretações equivocadas como a compreensão limitada sobre a realidade desses catadores que atuam por conta própria, assim como existiu em um passado recente um desconhecimento total da importância dos catadores enquanto categoria profissional. Medina (2007) em seu estudo global sobre o trabalho de catadores de materiais recicláveis chega em mitos e/ou desconhecimentos sobre catadores que geram constatações equivocadas e que dificultam o desenvolvimento da categoria no mundo[6]. Rosaldo (2017) por sua vez também coloca a dificuldade relacionada a mitos, mas voltado a catadores que não fazem parte de cooperativas, inspirado no estudo de Medina (2007), com intuito de contribuição no debate sobre criminalização do trabalho de catadores autônomos [7]. Apesar de partirem de perspectivas diferentes, os dois autores apontam o problema relacionado ao desconhecimento, a formação de estereótipos e a propagação de preconceitos que precisam ser considerados nas discussões, pois são constatações dadas como verdade.

Dentre os mitos elencados pelos autores, serão citados aqui os dois considerados os mais significativos para essa discussão: o mito da falta de eficiência e/ou organização da reciclagem na rua e o mito de que as cooperativas resolveram o "problema" da reciclagem na rua (Medina, 2007; Rosaldo, 2017). Apesar dos autores utilizarem o termo "mito", as constatações serão problematizadas aqui como um "imaginário social" por ser um termo neutro que não carrega julgamentos de valor que muitas vezes prejudica a ampliação do debate sobre inclusão de catadores autônomos.

[6] Medina (2007) caracteriza os seguintes mitos em seu estudo global: 1) Reciclagem informal é um fenômeno recente; 2) Todos os catadores são indigentes e extremamente pobres; 3) O trabalho de catadores é uma atividade marginal; 4) Os catadores realizam uma atividade desorganizada; 5) O trabalho de catadores tem impacto econômico mínimo; 6) O trabalho de catadores é uma atividade estática; 7) Os catadores são um incômodo e precisam ser eliminados; 8) Os catadores não têm lugar nos sistemas modernos de gestão de resíduos (Medina, 2009, tradução livre).

[7] Rosaldo (2017) caracteriza os seguintes mitos sobre catadores autônomos: 1) Os catadores autônomos oferecem poucos benefícios à sociedade; 2) Cidades "modernas" não têm catadores autônomos; 3) A reciclagem de rua não é eficiente; 4) Catadores autônomos causam congestionamento de trânsito; 5) Catadores abusam dos animais; 6) Catadores são delinquentes e criminosos; 7) As cooperativas de reciclagem resolveram o "problema" da reciclagem de rua; 8) A catação de rua é quase a pior profissão que existe; 9) A reciclagem é uma fonte de vulnerabilidade; 10) Não é possível melhorar as condições de trabalho dos catadores enquanto permanecerem nas ruas.

**A reciclagem de rua não é eficiente e nem organizada.**

O desempenho do sistema de reciclagem informal se destaca pelo simples fato de existir a coleta realizada por catadores nas ruas (Vergara *et al*., 2016). Para esses trabalhadores o principal incentivo para realizar o trabalho de coleta de materiais recicláveis é econômico e garante sua subsistência, por causa disso, trabalham para aumentar a quantidade e qualidade dos materiais coletados. O sistema de coleta desenvolvido por catadores autônomos, mais conhecido como sistema informal, consegue capilaridade, atendendo pontos nas cidades onde a coleta seletiva do município não atinge, dando conta de desviar centenas de toneladas de materiais com o uso de diversos modelos de transporte, estratégias e redes de contato (Gonçalves, 2017).

Em um estudo mais global, Gutberlet (2015), com dados de 2008, aponta que, no Brasil, das quase 10 milhões de toneladas de sucata reciclada anualmente, apenas 0,7% são coletadas por programas oficiais de coleta seletiva. No caso da reciclagem do papel, essa taxa de coleta pelos sistemas formais é de 7,5%; para o plástico, 17,7%; e para a reciclagem de vidro, 10% (Gutberlet, 2015). Essas informações corroboram discussões sobre os resultados produtivos da reciclagem realizada por catadores, que operam à margem dos programas públicos de incentivo à reciclagem no Brasil. Embora o trabalho realizado por catadores nas ruas das cidades seja eficiente na lógica do mercado e da produção de materiais, é importante reconhecer que as condições de trabalho não são as ideais.

**As cooperativas de reciclagem resolveram o "problema" da reciclagem de rua**.

O imaginário social que constata as cooperativas de reciclagem como caminho único para retirada de catadores das ruas ainda está presente nos discursos e diretrizes de políticas públicas. Como será abordado em detalhes no capítulo 5, a estratégia de integração de catadores que antes trabalhavam nas ruas para os galpões de triagem das cooperativas e associações apresenta várias limitações. Além da dificuldade de obter recursos financeiros suficientes e proporcionar oportunidades de trabalho interno, o modelo econômico desses grupos organizados é altamente dependente da eficácia da coleta seletiva implementada pelo município. A abordagem que visa retirar catadores das ruas, preferencialmente realocando-os para galpões distantes dos bairros nobres e centros comerciais, pode ser entendida como uma forma de "tecnologia do ocultamento", descrita

por Passos Lima (2021). A autora aponta que a construção de galpões de triagem em regiões distantes dos grandes centros da cidade e retirada de catadores das ruas é uma solução técnica fundamentada no afastamento, operando na retirada do campo de reflexão e ação e prejudicando, assim, sua resolução (Passos Lima, 2021). Frequentemente, a estratégia de remover os catadores das ruas, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade, pode ser vista mais como uma estratégia de afastamento do problema do que uma solução eficaz. Essa abordagem tende a negligenciar a necessidade de melhorar as condições de trabalho e representa um reconhecimento equivocado do valor do trabalho dessas pessoas.

Rosaldo (2017) aponta que muitas cidades encontraram formas de reconhecer e remunerar o trabalho dos catadores de rua. Em Bogotá, Colômbia, funcionários do governo local identificaram 18.000 catadores autônomos por meio do censo e então lhes deram uniformes em reconhecimento ao serviço público que prestavam. Além disso, Bogotá realiza pagamentos bimensais aos catadores tendo como base os materiais que eles vendem aos estabelecimentos credenciados (Rosaldo, 2017). Contudo, as limitações de integração de catadores autônomos são um desafio crescente e as experiências existentes não dão conta de lidar com todo o universo, bem como os problemas enfrentados pelas experiências poucas vezes são colocados em discussão.

No Brasil, existem algumas iniciativas de colaboração entre catadores autônomos e cooperativas ou associações. Essas iniciativas buscam melhorar e aprimorar o modelo de coleta seletiva, reconhecendo o trabalho dos catadores que atuam nas ruas. As experiências têm as cooperativas como centralidade no processo de inclusão e integração com os trabalhadores, mas ainda há limitações relacionadas à remuneração, reconhecimento no sistema de coleta seletiva e melhorias de condições de trabalho. As experiências levantadas em algumas cidades mineiras e projetos em desenvolvimento em várias partes do Brasil têm como objetivo transformar esse cenário. O trabalho realizado pela Coopert em Itaúna (MG), Asmare em Belo Horizonte (MG) e Acari em Itajubá (MG) são exemplos das poucas experiências sistematizadas em trabalhos já publicados que procuram discutir a inclusão de catadores autônomos em cooperação com grupos organizados. Porém, esse capítulo também se propõe apresentar um levantamento de experiências emergentes, mesmo com a falta de trabalhos publicados, indicando

possibilidades de aprofundamento acadêmico e potencialidades de desenvolvimento científico a partir da sistematização dessas iniciativas.

**Cooperação entre Ascaruna e Coopert em Itaúna, Minas Gerais**

A Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Itaúna (Ascaruna) representa uma iniciativa voltada para estabelecer uma dinâmica de cooperação entre a Cooperativa de Trabalho e Reciclagem (Coopert) e os catadores de materiais recicláveis que desempenham suas atividades nas ruas da cidade de Itaúna, localizada em Minas Gerais (Antunes Lima *et al.*, 2022). A Ascaruna foi formalmente criada em 2006 por alguns cooperados da Coopert, com o intuito de promover um trabalho que oferecesse suporte aos grupos de catadores que, até então, atuavam nas ruas da cidade, principalmente com sucateiros e ferros-velhos (Ferreira *et al.*, 2014). A região central da cidade foi o local escolhido pelos catadores autônomos para realizar o trabalho de catação nas ruas. Esse aspecto tornou-se uma questão relevante durante as discussões sobre a implantação da coleta seletiva no município. A operação da coleta seletiva na região central, liderada pela Coopert confrontava-se, então, com a necessidade de integrar os catadores que trabalhavam nas ruas da cidade e não demonstravam interesse em deixar essa prática para se juntar à cooperativa e trabalhar no galpão.

A proposta da Coopert foi, portanto, apoiar a organização desses catadores com base em uma ideia associativista e desenvolver a produção a partir do recebimento do material coletado por eles nas ruas, pagando um preço mais justo. Ao mesmo tempo, busca-se estabelecer um ambiente de trabalho mais adequado e práticas de acolhimento, promovendo relações mais solidárias em comparação àquelas presentes nos depósitos e sucatarias (Antunes Lima *et al.*, 2022). Devido à distância geográfica entre a região central da cidade e a sede da Coopert, a proposta era estabelecer um galpão pequeno como ponto de apoio. Esse ponto permitiria a operação da coleta seletiva na região central, mantendo o contato com a comunidade e reforçando a importância dessa prática, além disso, a iniciativa visava manter os laços com os catadores que já atuavam nessa área (Ferreira *et al.*, 2014).

Ao conceber um ponto de apoio externo às atividades da cooperativa, o grupo responsável pela estratégia optou por estabelecer uma associação independente da operação da cooperativa. Dessa maneira, a associação garantiria o desenvolvimento do trabalho de

forma mais autônoma, pagaria menos impostos para a realização das atividades e teria maior facilidade na integração com os catadores (Ferreira *et al.*, 2014). Segundo Ferreira *et al.* (2014), a Coopert custeia o aluguel do galpão, água, luz, despesas com contador, café, açúcar, gás e o pagamento do cooperado que coordena o trabalho de compra dos materiais. Os catadores iniciam a coleta do material no centro da cidade e o transportam para o espaço da associação. Lá os coordenadores realizam uma pré-triagem em conjunto com os catadores: todo o material é pesado e separado em big bags (Ferreira *et al.*, 2014). Após a pesagem, os catadores recebem o valor da comercialização em dinheiro no momento da venda ou recebem um vale para acumular a quantia quando o valor a ser recebido é baixo. Semana após semana, a Coopert efetua o recolhimento do material com seu próprio caminhão. Ao chegar na cooperativa, especialmente o plástico, passa por um processo de retriagem, conforme exigido pelos compradores, e é vendido junto com o restante do material produzido pela cooperativa dentro do galpão (Ferreira *et al.*, 2014).

A diretoria da Ascaruna é constituída por cooperados da Coopert, e os catadores associados compõem a Assembleia Geral, que é o órgão deliberativo máximo da associação (Antunes Lima *et al.*, 2022). Os catadores responsáveis pelo acompanhamento mais direto à Ascaruna são designados pela diretoria da Coopert, dentro de seu quadro de cooperados. O perfil e características particulares de cada pessoa influencia diretamente na quantidade de catadores que fazem parte da associação e na perenidade de seu vínculo, ponto que é considerado crítico por alguns estudos a partir das dificuldades e limitações da experiência (Antunes Lima *et al.*, 2022; Ferreira *et al.*, 2014).

Apesar dos desafios inerentes à operação do sistema de cooperação entre Ascaruna, Coopert e catadores autônomos, o galpão da associação tem funcionado como um espaço de encontro, onde os catadores se reúnem para refeições e conversas, entretanto esse processo de cooperação guarda algumas ambiguidades (Ferreira *et al.*, 2014). Pois a prática de acolhimento e encaminhamento para pessoas em situação de vulnerabilidade ainda não se integrou de maneira efetiva aos programas sociais e políticas públicas existentes no município voltadas à esse público (Gonçalves, 2022). Atualmente, os problemas relacionados ao consumo de substâncias como álcool e outras drogas têm limitado a melhoria das relações e a construção de confiança entre catadores (Gonçalves,

2022)[8]. Alguns catadores cooperados da Coopert não enxergam vantagens na operação de comercialização na Ascaruna e destacam prejuízos financeiros nessa iniciativa, pois observa-se que os catadores associados vendem para os ferros-velhos da cidade os materiais de maior valor, deixando na Ascaruna apenas os materiais de menor valor (Ferreira *et al.*, 2014; Gonçalves, 2022).

Figura 1 - Fachada do galpão da Ascaruna em Itaúna (MG). Fonte: Registro da Autora, 2022.

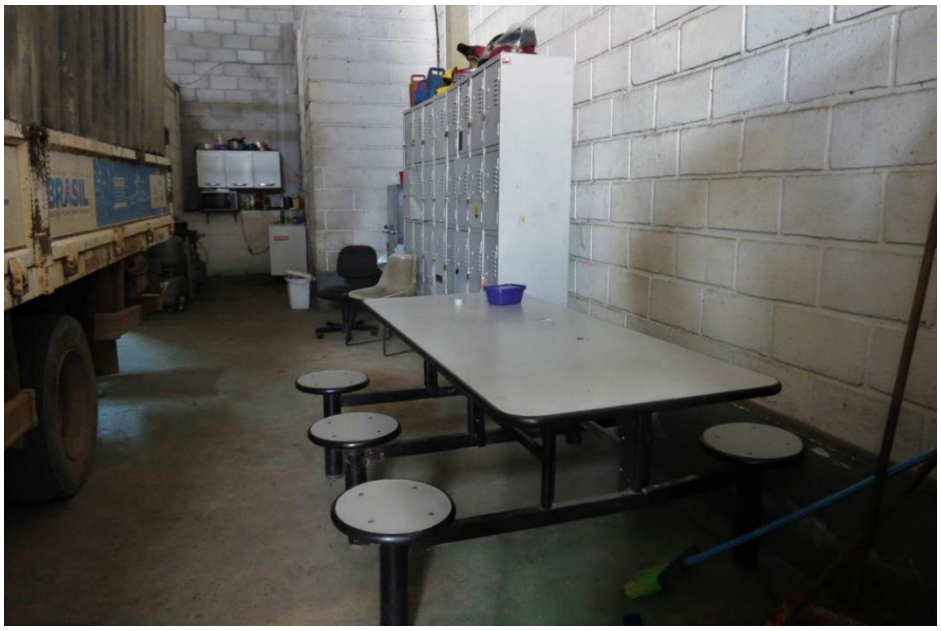


Figura 2 - Espaço interno do galpão da Ascaruna possui áreas destinadas a refeições, banheiros e armários disponíveis para uso dos associados. Fonte: Registro da autora, 2022

[8] Uma liderança da Coopert relatou que o benefício de recebimento de cestas básicas, concedido durante a pandemia, foi retirado devido ao fato de alguns catadores da Ascaruna estarem comercializando essas cestas ou as trocando por drogas (Gonçalves, 2023)

**Asmare e a cooperação com a população em situação de rua**

Fazendo parte do grupo das primeiras organizações de catadores do Brasil, a Asmare, em Belo Horizonte, mantém atuação direta com catadores que trabalham nas ruas e também com aqueles que não possuem moradia. Historicamente a Asmare realiza acolhimento de pessoas em situação de vulnerabilidade que coletam material reciclável nas ruas através do acesso a um espaço de triagem, veículo de coleta e venda a preços justos (Dias, 2006). Embora a existência da Asmare exista desde 1990, ainda não se criaram programas oficiais de inclusão de catadores que atuam nas ruas vinculados a uma estratégia de ampliação da coleta seletiva (Antunes Lima *et al.*, 2022). O trabalho de acolhimento e inserção de catadores na Asmare vem desde então sendo realizado por iniciativa própria, através de parcerias, seja com de instituições religiosas, ONGs, setor privado ou sociedade civil.

Atualmente, a Asmare divide sua operação entre dois galpões de triagem. Um deles, onde a associação começou, atende ao grupo que realiza coleta nas ruas com os tradicionais carrinhos de propulsão humana, e o outro galpão é destinado ao processamento dos materiais provenientes do programa de coleta seletiva do município, além de também atender à coleta de grandes geradores. O galpão destinado aos catadores de rua um box destinado à triagem e acondicionamento dos materiais, bem como prensas e equipe administrativa que faz a comercialização dos materiais coletados e separados. Além disso, oferece um espaço destinado à alimentação, banheiros e espaço para reuniões.

Os catadores de rua associados à Asmare têm direito a receber recursos provenientes do programa Bolsa Reciclagem[9]. O valor recebido do incentivo financeiro é determinado com base na sua produção e é distribuído a cada três meses pela associação. Vale destacar que não é possível acessar o recurso do Bolsa Reciclagem sem fazer parte de associações ou cooperativas e por conta disso, esse benefício se torna atrativo para alguns catadores devido à sua condição de associados. Apesar de ser uma experiência que se estende desde

[9] Bolsa Reciclagem é um Programa de Pagamento por Serviços Ambientais Urbanos à catadores de materiais recicláveis que fazem parte de cooperativas ou associações localizadas no Estado de Minas Gerais. Sancionado pela Lei Estadual nº19.823/2011 e regulamentado pelo Decreto nº45.975/2012 o Programa se caracteriza como incentivo financeiro pago diretamente para os catadores a partir do material comercializado a partir de notas fiscais.

o surgimento da organização, a Asmare enfrenta diversas limitações no modelo de cooperação com os catadores de rua.

> "As principais limitações desse modelo são: a dependência de espaço e de fornecimento do equipamento de coleta, e a Asmare não conseguir garantir infraestrutura para responder à demanda dos catadores acolhidos nessas parcerias, sendo necessário conceber um sistema de coleta e triagem menos concentrado ou mais difuso no território urbano, Isso é necessário também para ampliar a escala da coleta seletiva caminhando em direção à universalização e criar melhores condições de trabalho para os catadores de rua que evitariam longos trajetos" (Antunes Lima *et al.*, 2022, p.71)

A dificuldade de engajamento político de catadores e a dificuldade de parcerias para manter as atividades de integração também são limitações que a Asmare enfrenta para manter o processo de acolhimento de catadores em situação de vulnerabilidade (Sousa *et al.*, 2021). Para além da inclusão, apesar de apresentarem certas limitações, os casos da Ascaruna e da Asmare demonstram alternativas de cooperação para ampliar a coleta seletiva em áreas urbanas onde a geração de resíduos é considerável e a demanda por coleta não é atendida, ou é realizada de forma limitada (Antunes Lima *et al.*, 2022).

**Outras Experiências de Cooperação**

A integração entre catadores a partir da comercialização de materiais também aparece na experiência da Associação dos Catadores Autônomos de Reciclagem Itajubense (ACARI) na cidade de Itajubá (Minas Gerais). Gonçalves *et al.* (2021) apontam que a estratégia de integração e cooperação entre catadores de rua e catadores que atuam no galpão resultou em um sistema relativamente eficiente de logística de transporte e uso de incentivos para manutenção e permanência dos catadores na organização. O grupo de catadores que compõem a ACARI se divide em: associados internos ao galpão, associados externos (catadores de rua) e provisórios (Gonçalves *et al.*, 2021).

O processo para tornar-se associado na ACARI envolve várias etapas e não é um procedimento automático em que o catador que comercializa o material é imediatamente integrado ao grupo. Existe um período de avaliação, onde se observa o volume coletado e a frequência da entrega dos materiais no galpão da associação (Gonçalves *et al.*, 2021). Os catadores de rua que se tornam associados passam por um cadastro e recebem

uniforme, luvas e *big bags* para a realização de suas atividades. Além disso, o catador tem a opção de ter seus materiais recicláveis coletados pelo caminhão da associação em uma frequência estabelecida, uma vez que atinjam um volume estipulado (Gonçalves *et al*., 2021). A associação realiza um controle de produção individualizado com o objetivo de distinguir o material proveniente da coleta externa, que representa 40% da produção total da associação[10].

> "Toda a produção individual passa a ser mensurada e registrada em um caderno para cada catador associado de forma que a contabilização dessas produções individuais será utilizada nos cálculos das remunerações complementares, como os créditos de logística reversa e os pagamentos por serviços ambientais através do programa Bolsa Reciclagem (Lei Estadual n°19.823/2012). [...] Além disso, os catadores associados têm acesso a um plano funerário e um convênio de saúde que lhes dá desconto em supermercados e em consultas médicas e odontológicas. Outros benefícios esporádicos são o recebimento de cestas básicas e outros recursos provenientes de projetos dos quais a associação se beneficia." (Gonçalves *et al.*, 2021, pág. 14)

A integração de catadores de rua ao processo produtivo da ACARI possibilitou, simultaneamente, o aumento do volume processado pela associação e o acesso desses catadores a programas e políticas públicas aos quais anteriormente não teriam acesso. A capacidade de absorver a produção dos catadores de rua é considerada um benefício significativo, pois nem todos os ferros-velhos existentes na cidade estão envolvidos na comercialização de materiais específicos com baixo valor de mercado, como embalagens longa vida e determinados tipos de plásticos, os quais apenas a associação é capaz de negociar (Gonçalves *et al.,* 2021). A dificuldade de deslocamento dos catadores de rua até o galpão é uma limitação de acesso ao sistema de comercialização devido a complexidade de transportar grandes volumes e falta de estrutura disponível para esses catadores. Para solucionar parcialmente esse problema, a associação implementou o serviço de coleta no qual um caminhão da própria entidade se dirige a um local definido pelo catador para retirar a produção, geralmente em sua própria residência. Contudo, ainda há falta de estrutura de apoio, pois essas residências não têm capacidade para armazenar uma grande quantidade de materiais, além de não serem locais adequados para essa atividade

[10] Dados referentes à produção do ano de 2023 disponibilizados por Raquel Manzanares e Diego Alexander que compõem a assessoria técnica da ACARI em Itajubá.

específica. Isso pode gerar problemas com a vizinhança caso a coleta não seja realizada com frequência e resulte no acúmulo excessivo de materiais. A experiência da ACARI em Itajubá (MG) assemelha-se a várias outras iniciativas em que cooperativas e associações estabelecem relações com catadores que atuam nas ruas por meio da comercialização conjunta de materiais. No entanto, essas experiências ainda não possuem o mesmo volume de publicações acadêmicas relacionadas a elas.

A partir do trabalho de campo exploratório realizado nessa tese e com o intuito de contribuir para esse mapeamento de experiências e também atendendo a necessidade de ampliar o campo de pesquisa relacionado ao tema, foram levantadas iniciativas que têm potencial de contribuir para o aprofundamento analítico relacionado a integração de catadores autônomos e cooperativas ou associações:

- **Projeto Novo Ciclo - Ação Reciclar (Poços de Caldas, Minas Gerais):** com foco na inclusão de catadores autônomos, o projeto visa à comercialização conjunta de materiais recicláveis coletados por esses catadores que atuam fora do galpão de triagem, com preços e condições de trabalho melhores. O Projeto recebeu financiamento da empresa Danone e teve início em 2016, conseguindo implementar pontos de apoio de coleta de materiais para atender os catadores que realizam o trabalho de coleta nas ruas da cidade.
- **Cooperativa CRUMA (Poá, São Paulo):** Com o objetivo de também se aproximar dos catadores que não fazem parte da cooperativa, foi organizado um sistema de pagamento pela produção da coleta de catadores que atuam nas ruas da região onde o galpão está localizado.
- **Cooper Recifavela - Projeto Recircular (São Paulo, capital):** Localizada em uma das favelas mais antigas da cidade de São Paulo, a Cooper Recifavela criou o Recircular com o objetivo de desenvolver a economia da região, integrando catadores da própria comunidade na reciclagem dos materiais, sem que necessariamente precisem fazer parte formalmente da cooperativa. Nessa experiência, a estratégia escolhida foi o desenvolvimento de um projeto com CNPJ diferente para facilitar a dinâmica administrativo-financeira e consolidar um plano de negócios que não aumentasse os custos diretos da cooperativa. Os catadores não precisam ir ao galpão para realizar a entrega de sua produção, pois

a logística e remuneração ficam a cargo do projeto Recircular realizado pela Cooper Recifavela.

A maior parte dessas iniciativas partem do incentivo econômico e da comercialização conjunta de material para desenvolver a integração com os catadores e por conta disso, o aprofundamento de tais experiências podem contribuir para ampliar o debate e aperfeiçoamento das práticas voltadas à abordagem integradora. A falta de estudos e levantamentos que procuram sistematizar e discutir experiências entre autônomos e cooperados é uma consequência da priorização acadêmica voltada a cooperativas e grupos organizados como é possível identificar nas publicações disponíveis e estudos clássicos na área.

## 3. TEORIAS E CONCEITOS FUNDAMENTAIS[11]

Nesta pesquisa, nosso foco está voltado para os catadores autônomos que operam nas ruas, sem fazer parte de associações ou cooperativas. Este capítulo apresenta a base teórica geral que orienta o processo de análise empírica, começando pela fundamentação da escolha dos termos "catadores autônomos" ou "catadores de rua" para os sujeitos de pesquisa, bem como o que entendemos por inclusão de catadores e as questões e problemáticas relacionadas a essas abordagens e experiências de integração. A analogia da confluência e a metáfora de encruzilhada serão utilizadas para complementar a narrativa. A interpretação dos sujeitos de pesquisa e as argumentações relacionadas à estratégia metodológica e teórica para utilização dos termos propostos também compõem essa parte do capítulo. Após a definição dos conceitos principais, prosseguiremos com a descrição das teorias e categorias analíticas utilizadas.

As teorias e categorias analíticas adotadas focam nas discussões sobre o agrupamento analítico de formas de vida como elementos iniciais da análise. As relações de produção e interação entre catadores a partir da comercialização conjunta, alinham-se com a proposta de análise que discute a cooperação e encontros colaborativos.

A construção teórica deste capítulo, parte da abordagem decolonial, que fundamenta a discussão sobre o contexto da pesquisa, que é a gestão de resíduos sólidos. Essa abordagem permite trazer uma reflexão crítica de fundo, presente de forma transversal na análise e fundamentação teórica apresentada. Assim, este capítulo está divido em duas partes: na primeira, apresentamos os conceitos e definições relevantes para a contextualização da pesquisa; na segunda, realizamos uma discussão sobre as teorias e categorias de análise utilizadas.

### Por uma abordagem decolonial sobre a Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos nas cidades brasileiras

Este estudo assume uma perspectiva decolonial para analisar como as práticas de gestão de resíduos refletem e perpetuam relações de poder desiguais. A decolonialidade contribui

[11] Agradecemos à banca de qualificação que brindou esse capítulo com excelentes contribuições e direcionamento para aperfeiçoar a análise geral da pesquisa. Um agradecimento especial à Prof.ª Sylmara (USP), Prof.ª Larissa (UFV), Prof. Marcelo (UFMG) e Jacqueline pesquisadora do ORIS (Observatório da Reciclagem Inclusiva e Solidária).

para o desenvolvimento de análises que buscam entender a marginalização de grupos sociais na formulação e implementação de políticas públicas. Segundo Aníbal Quijano (2005), a decolonialidade refere-se à desarticulação das estruturas de poder que emergem da colonização. Em termos de gestão de resíduos, isso implica uma análise das desigualdades sociais, raciais e de classe que influenciam as políticas públicas, evidenciando a urgente necessidade de incluir vozes de trabalhadores marginalizados na discussão.

As políticas de gestão de resíduos sólidos no Brasil, especialmente a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS lei federal nº12.205/2010) e as ações decorrentes dessa lei, têm avançado, mas ainda são permeadas por desigualdades históricas. A contribuição dos catadores ainda é reconhecida de forma fragmentada e repleta de estereótipos e preconceitos, considerando as cooperativa e associação como as únicas formas dignas de trabalho, perpetuando uma visão colonizadora que marginaliza práticas locais. Embora a inclusão de cooperativas de catadores na gestão de resíduos seja frequentemente vista como uma solução, sua implementação efetiva é deficitária.

Em diversas cidades do Brasil, a implementação de políticas de coleta seletiva ilustra como a gestão de resíduos pode ser excludente. Além de enfrentarem desafios constantes na busca por reconhecimento e direitos, os catadores organizados em cooperativas poucas vezes são considerados na construção das operações de coleta seletiva e na integração ao sistema, e os catadores autônomos são ainda mais ignorados. A colonialidade do poder e do saber, conceitos propostos por Aníbal Quijano e Walter Mignolo, referem-se à continuidade das relações de dominação, que persistem por dispositivos diferentes quando os sistemas sociais mudam. Nesse sentido, o sistema de gerenciamento de resíduos não é diferente, mesmo quando ocorrem mudanças importantes como retirar catadores de lixões e das ruas e organizá-los em cooperativas. Os catadores de materiais recicláveis, especialmente os autônomos, frequentemente enfrentam uma marginalização de suas atividades, expressão do que é chamado colonialidade do poder (Quijano, 2005). Historicamente, os catadores autônomos têm sido desconsiderados nas políticas públicas de gestão de resíduos, sendo vistos como ilegais, informais e desviantes. Essa invisibilidade reflete uma estrutura de poder que privilegia modelos de gestão centralizados em galpões de triagem, cujas atividades padronizadas muitas vezes não consideram a realidade vivida pelos catadores nas ruas, que desempenham um papel

importante na cadeia produtiva da reciclagem e nas taxas de reciclagem nacionais. Mesmo as cooperativas são submetidas a essas relações de poder, pois poucas são remuneradas pelos serviços ambientais prestados à cidade e via de regra ocupam galpões situados na periferia das cidades.

Por sua vez, a colonialidade do saber se manifesta na forma como o conhecimento sobre gestão de resíduos é produzido e aplicado (Mignolo, 2003). O saber técnico e científico, frequentemente proveniente de elites acadêmicas e administrativas, desconsidera muitas vezes as práticas e conhecimentos acumulados pelos catadores ao longo dos anos. Esses trabalhadores possuem um conhecimento profundo sobre a coleta, triagem e reciclagem de materiais, que deveria ser valorizado e integrado nas políticas públicas, mas é frequentemente marginalizado. Além disso, os moradores das cidades raramente participam da construção de políticas públicas voltadas à reciclagem e coleta seletiva, há poucas ferramentas de controle social do serviço de limpeza urbana, o que diminui a efetividade das políticas e favorece o aterramento em massa e até incineração dos resíduos. Isso aumenta ainda mais a dificuldade de implementação de sistemas que favoreçam a reciclagem e inclusão de catadores de uma maneira geral.

O pressuposto de trazer a abordagem decolonial para a discussão da gestão de resíduos e o desenvolvimento de alternativas para a inclusão de catadores autônomos reside na necessidade de reconhecer e desafiar as estruturar de poder e saber que historicamente marginalizam esses trabalhadores. Essa abordagem busca legitimar os saberes e práticas de catadores que atuam nas ruas como fundamentais para a gestão eficaz dos resíduos, em contraste com a visão hegemônica que privilegia soluções altamente tecnológicas e que confinam catadores em galpões de triagem. Além disso, procura combater a estigmatização dos catadores e sua atuação nas ruas, resgatando sua importância social e econômica, além de promover a dignidade e o reconhecimento dos seus direitos como trabalhadores da cadeia da reciclagem. Ao adotar a perspectiva decolonial que permeia o quadro teórico desta tese de forma estruturante, busca-se não apenas a inclusão de catadores, mas uma transformação profunda nas estruturas sociais e econômicas que regem a gestão de resíduos nas cidades no Brasil, promovendo uma mudança sistêmica necessária e que valorize a diversidade de saber e práticas.

## 3.1.Conceitos-chave e Definições relevantes

Apresentar conceitos-chave e definições relevantes de forma aprofundada neste estudo tornou essencial para garantir a devida compreensão dos termos utilizados, evitando ambiguidades e mal-entendidos. Definir termos importantes, como “catadores autônomos”, que não é um consenso na literatura, é indispensável para promover consistência na interpretação do estudo e assegurar que os leitores compreendam os elementos que contribuíram na escolha metodológica do uso desse termo. Em muitas passagens deste texto, o termo “cooperativa” é utilizado com mais frequência para se referir a organizações de catadores, mesmo que, em alguns momentos, isso reduza ou torne invisível a diversidade composta por “cooperativas e associações”. Essa escolha envolveu a prioridade de escrever um texto fluido e com menos repetições, mas reconhecemos a importância dessa diferença, sobretudo para os catadores organizados nesses empreendimentos. A apresentação dos termos escolhidos para utilização no texto é uma prática que demonstra os pressupostos alinhados à discussão. O objetivo é contextualizar e fundamentar esses termos, permitido uma argumentação estruturada que contribua para a discussão acadêmica de forma mais aprofundada.

### 3.1.1. **Catador(es) de Material Reciclável: Recorte de Categoria Catadores Autônomos**

O conceito-chave mais importante desta pesquisa está voltado para a forma de trabalho daqueles que não estão vinculados a cooperativas e associações, denominados aqui como **catadores autônomos**. Como contribuição metodológica, esse termo será fundamentado nesta parte do referencial teórico para fins de recorte analítico. Ressalta-se que, sem pretensão de cunhar ou oficializar qualquer termo, conceber de uma forma fundamentada a categoria, que seja a mais próxima da prática dos sujeitos de pesquisa, seria o melhor caminho.

Essa discussão terminológica divide-se em três partes. Primeiro, apresentaremos o contexto geral do grupo de catadores e a dificuldade de definição. Serão discutidos, em seguida, os conceitos mais usados e suas limitações ou contradições práticas. Por fim, apresentaremos a proposta de utilização do termo com os embasamentos necessários.

De uma forma geral, a descrição da categoria de catadores de materiais recicláveis é uma questão importante, tanto para o reconhecimento da categoria quanto para questões que

envolvem a representação. A representação de uma categoria heterogênea requer abordagens e definições bem qualificadas, que precisam ser abrangentes. Nesse sentido, a Aliança Internacional de Catadores (AIC) desenvolveu sua estratégia. A AIC é um sistema organizativo que se autodenomina um sindicato de organizações de catadores, com representantes de 34 países. Como estratégia de constituição, em seu congresso de lançamento, apresentou a seguinte definição de catadores(as) de materiais recicláveis:

> "pessoas que participam (individual ou coletivamente) da coleta, separação, triagem, transporte e venda de materiais e produtos recicláveis e reutilizáveis (papel, plástico, metal, vidro e outros materiais) de forma informal ou semi-formal, como trabalhadores(as) por conta própria, ou em um contexto de cooperativa ou de economia social e solidária, e como trabalhadores(as) que posteriormente alcançaram acordos de trabalho formal por meio de suas organizações. Nossa descrição inclui catadores(as) itinerantes, catadores(as) atuais e antigos(as) que têm novas funções e envolvimento em organizações de catadores(as), e aqueles(as) que foram integrados(as) aos sistemas municipais de gestão de resíduos sólidos e continuam a coletar, selecionar e vender recicláveis" (AIC, 2022)

A definição da AIC procura ser abrangente o suficiente para considerar as diversidades existentes e dar visibilidade às características que precisam maior reconhecimento. Essa definição abrangente dialoga com a definição mais específica e pragmática formalmente utilizada no Brasil. Segundo o Cadastro Brasileiro de Ocupações (CBO), a descrição sumária para catador(es) de materiais recicláveis caracterizada por aqueles que "*catam, selecionam e vendem materiais recicláveis como papel, papelão e vidro, bem como materiais ferrosos e não ferrosos e outros materiais reaproveitáveis*". Sob o código 5192-05 "Catador de Material Reciclável" é uma ocupação que compõe o CBO desde 2002. A estratégia da ocupação "catador(es)" no CBO permitiu um avanço no reconhecimento da categoria no Brasil (Crivellari & Dias, 2008). O cadastro também destaca que o acesso ao trabalho é livre, sem exigência de escolaridade ou formação profissional, e apresenta condições gerais para o exercício da ocupação:

> "O trabalho é exercido por profissionais que se organizam de forma autônoma ou em cooperativas. Trabalham para venda de materiais a empresas ou cooperativas de reciclagem. O trabalho é exercido a céu aberto, em horários variados. O trabalhador é exposto a variações climáticas, a riscos de acidente na

> manipulação do material, a acidentes de trânsito e, muitas vezes, à violência urbana. Nas cooperativas surgem especializações do trabalho que tendem a aumentar o número de postos, como os de separador, triador e enfardador de sucatas." (MTE, 2010. p. 805)

Considerando a definição formal para catadores de materiais recicláveis da CBO, há três atividades essenciais: catar, selecionar e vender. Essa definição procura ser o mais pragmática possível, facilitando a identificação, uma vez que a CBO é uma ferramenta para identificação de grupos de trabalhadores e o desenvolvimento de políticas públicas (Crivellari & Dias, 2008). Portanto, a definição geral de catadores, em um sentido formal, não gera tantas controvérsias. A dificuldade surge quando se torna necessário entender as formas de organização e distinguir um grupo dentro da categoria geral.

Desde a criação do modelo de integração de catadores, por meio da organização em cooperativas e associações, surgiu a demanda de distinguir aqueles que fazem parte desses grupos para fins de recorte de atuação de políticas públicas. A categoria geral descritiva existente não consegue trazer a distinção necessária para a atuação política, e é nesse contexto que surge o termo "catadores organizados" como uma categoria de distinção. Essa categoria, criada para diferenciar aqueles que estão em cooperativas e associações, estabelece um dualismo entre os "organizados" e os supostamente "não-organizados". A adjetivação "organizado" sugere uma associação entre a capacidade produtiva e a organização do trabalho, evidenciada em grupos que se integram para desenvolver sua produção de maneira coletiva. No entanto, o oposto não é necessariamente verdadeiro; ou seja, aqueles que não estão em cooperativas possuem, essencialmente, uma organização produtiva.

Nesse sentido, embora "catadores organizados" seja um termo cunhado para referir-se àqueles que estão em cooperativas e associações, não podemos afirmar que os "não-organizados" são aqueles que não fazem parte desses grupos. O uso do prefixo "não" junto do atributo "organizado" ocasiona ao equívoco de negar a capacidade organizativa de um amplo grupo de trabalhadores, os quais precisam se organizar de alguma forma para desenvolver suas atividades. Portanto, o termo "não-organizado" carece de conteúdo empírico suficiente para categorizar o grupo de catadores que não fazem parte formalmente de cooperativas e associações, sendo esse termo o mais problemático utilizado atualmente. Isso ocorre porque usar uma forma de negação para referir-se a

qualquer grupo social é a maneira mais fácil de esvaziar suas características. Devemos, portanto, sempre fazer referência ao que aquele grupo é e não ao que ele não é. Assim, acreditamos que é um equívoco empírico e um descuido teórico o uso do termo "catadores não-organizados" para designar ou nomear sujeitos que não integram formalmente cooperativas ou associações de catadores.

Essa discussão sobre o uso de termos para designar catadores que trabalham nas ruas da cidade, em contraste com aqueles que atuam em cooperativas e associações, é necessária devido à falta de consenso na literatura e à instabilidade terminológica nos discursos políticos. Os termos nem sempre conseguem abranger toda a complexidade e dinâmica da categoria profissional em questão. Os termos mais utilizados na literatura, conforme levantados por Gonçalves (2017), são: “catadores individuais”; “catadores independentes”; “catadores avulsos”, “catadores informais”, “catadores de rua” e “catadores autônomos”. Essa instabilidade terminológica reflete a diversidade de características que já estão presentes nos significados sugeridos por cada adjetivação: “individual”, “independente”, “avulso”, “informal” e “autônomo” (Gonçalves, 2017). Todas essas categorias representam características de catadores, mas têm dificuldade em capturar sua diversidade, sendo necessário fundamentar sua utilização.

No entanto, é comum que grande parte da literatura utilize esses termos como um contraponto aos catadores organizados, em vez de considerá-los como parte de uma composição mais ampla de catadores. Isso acontece m porque os catadores cooperados e associados têm sido frequentemente o foco dos estudos acadêmicos, pelo menos nas últimas três décadas. Como resultado, a utilização desses termos tende a evidenciar ainda mais a diferença em relação aos organizados, em vez de reconhecer a diversidade e complexidade da categoria como um todo.

De fato, o termo “Catadores Individuais” é frequentemente utilizado como contraponto ao trabalho coletivo de Catadores Organizados nas cooperativas e associações, destacando características individuais do trabalho que podem ser empiricamente identificadas em alguns grupos. No entanto, não podemos afirmar que todos os catadores que trabalham fora do ambiente de cooperativas não se organizam em coletivos ou que trabalham exclusivamente de forma individual. Assim, o atributo “individual” pode não ser adequado para referir-se ao grupo de catadores em questão, uma vez que muitos deles

podem estar envolvidos em formas de organização coletiva ou familiar, mesmo que não estejam formalmente vinculados a cooperativas ou associações.

No que diz respeito à dificuldade de adaptação às regras coletivas fundamentais nos grupos organizados, o termo “Catador Independente” é frequentemente mobilizado. O atributo “independente” pode estar relacionado, em certa medida, a uma não subordinação ao regime de regras ao qual a cooperativa estaria sujeita.

Entretanto, o termo “independente” para designar o grupo em questão pode não se adequar à realidade de muitos desses catadores, que estão subordinados à relação com sucateiros, depósitos ou ferros-velhos. A categoria “independente”, portanto, reflete apenas de parte da realidade desse grupo, especialmente se sua função for apenas apresentar o contraponto em relação aos catadores que estão organizados em cooperativas e associações.

O atributo “avulso” é frequentemente considerado pejorativo, pois carrega uma conotação de desorganização, falta de direção ou propósito. Seu uso, como um contraponto, sugere uma falta de compromisso ou integração desses catadores a sistemas mais amplos e organizados, como as cooperativas. Além disso, o termo “avulso” pode indicar características de trabalho temporário ou ocasional, que são empiricamente identificáveis em alguns grupos de catadores, mas seu uso pode reforçar estigmas sociais. Assim, embora haja uma certa identificação de características, sua aplicação é limitada, assim como ocorre com os outros termos apresentados anteriormente. Contudo, no contexto dessa pesquisa, o termo “avulso” é carregado de atribuições pejorativas, o que torna seu uso inadequado[12].

A utilização do termo “catadores de rua” envolve algumas questões em relação ao seu uso, pois caracteriza os trabalhadores pelo local onde atuam. No entanto, alguns catadores de rua são membros de cooperativas ou associações, tornando essa terminologia inadequada para descrever sua forma de organização produtiva. Ao empregar “catadores de rua”, podemos nos referir a indivíduos que podem ou não fazer parte de cooperativas. Exemplos incluem grupos de catadores associados à Asmare em Belo Horizonte e à

[12] Durante o evento Expocatadores realizado em dezembro de 2022 a catadora Anemone do Movimento Nacional de Catadores do Estado da Bahia fez uma fala pedindo para que seja extinto o uso do termo “avulso” para catadores por ser pejorativo e sugerindo o uso do termo “catadores de rua”.

Coopamare em São Paulo, que são exemplos de catadores de rua e também associados ou cooperados. Essas organizações podem ser consideradas formas híbridas, situando-se no meio do caminho entre catadores autônomos e cooperados, que serão consideradas na análise das formas de integração.

No caso do termo "catadores informais", utilizado para caracterizar aqueles que estão fora dos grupos organizados em cooperativas e associações, as limitações teóricas superam as empíricas. Isso ocorre porque o uso desse termo sugere que os catadores vinculados a cooperativas teriam algum nível de formalidade, mas essa situação não é tão bem definida, uma vez que pode haver informalidade total ou semiformalidade nas cooperativas ou associações. O termo não contempla adequadamente a situação de catadores cadastrados como Microempreendedor Individual (MEI), que possuem CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica), que poderiam se enquadrar em uma modalidade distinta, por exemplo. Se o que caracteriza um catador como informal é sua inserção em um setor econômico, isso também pode ocorrer com aqueles que estão dentro de cooperativas ou associações, além das dificuldades de acesso à proteção social e aos contratos de trabalho. De maneira geral, na literatura, os catadores enquanto categoria se encaixam total ou parcialmente na categoria informal, o que não é condicionado à sua organização produtiva, dificultando o uso desse termo para diferenciar a categoria.

E, por fim, o atributo "autônomo", atribuído aos catadores que trabalham fora do ambiente de cooperativas e associações. O "autônomo" remete a um contraponto voltado ao formato de organização produtiva como característica, inclusive prevista na definição da ocupação no CBO. Algumas pessoas podem argumentar que, na teoria, uma cooperativa é composta por indivíduos autônomos, o que é parcialmente correto, pois uma cooperativa é uma pessoa jurídica autônoma, especialmente quando é efetivamente autogestionária. No entanto, o atributo "autônomo" não se refere apenas à autonomia individual, mas a uma configuração organizativa diferente. Mesmo considerando que os membros de uma cooperativa são autônomos, sua liberdade não é plena, já que abrem mão de parte de sua liberdade individual em prol de objetivos que só poderão ser alcançados se cooperarem economicamente entre si com fim em um interesse em comum. Os cooperados estão subordinados a um CNPJ, comprometendo-se a organizar sua conduta em modelos de autogestão que atendam as demandas coletivas.

Outra forma de subordinação que envolve o trabalho em cooperativas e associações de catadores é a necessidade de horários e prazos de execução de tarefas bem definidos, procurando evitar o máximo atrasos, visando o cumprimento de acordos coletivos. Em contraste, no trabalho autônomo, o próprio trabalhador organiza sua atividade, decidindo onde e como realizar seu serviço com regras que lhe são inerentes. O catador autônomo estabelece sus próprios horários e controla a execução das tarefas para alcançar os objetivos de sua atividade, embora isso pode levar uma autoexploração evidente. Essa rotina exaustiva, muitas vezes, não permite descanso adequado e, em certas situações, o trabalhador pode se ver obrigado a trabalhar mesmo em condições adversas, como chuva, frio ou calor intensos. Sua dependência do trabalho para obter renda também pode integrá-lo a sistemas de exploração produtiva, gerando uma piora nas condições de trabalho desse grupo.

Assim a utilização dos atributos “autônomo” e “cooperado/associado/organizado” seria como espécies de um gênero de atividade produtiva denominada “catadores de materiais recicláveis”. É importante considerar que o trabalho dos catadores em cooperativas situa-se numa zona intermediária entre o trabalho subordinado e autônomo, o que dificulta definições muito precisas. Portanto, é necessário ter atenção ao uso dos termos para não invisibilizar características definidoras de cada grupo.

A escolha teórico-metodológica de utilizar o termo “catadores autônomos” visa designar grupos que operam fora das cooperativas e associações, organizando seu trabalho de forma independente, seja individual ou coletivamente, incluindo também grupos familiares. Como categoria teórica, o termo é capaz de capturar características mais universais do grupo sem simplificar demais sua complexidade. Dada a falta de um termo consolidado para descrever esse grupo específico, é necessário fundamentar o uso dos termos em qualquer pesquisa que envolva “catadores autônomos”.

Contudo, para considerar a complexidade do processo de análise de sujeitos heterogêneos, também é adotada a categoria empírica “catadores de rua” como parte do processo de identificação dos sujeitos e na discussão sobre interação entre a rua e o galpão nos casos estudados. Dessa forma, a categoria de “catadores de rua” contribui para entender a proposta de integração entre as espécies “autônomo” e “organizado”, qualificando assim de forma mais precisa os sujeitos da pesquisa.

De maneira mais aprofundada, Gonçalves (2017) apresenta algumas características do trabalho de catadores de materiais recicláveis que vão além da forma de organização, incluindo o tempo dedicado à atividade, com uma classificação de “catadores eventuais”, “catadores em tempo parcial” e “catadores em tempo integral” (Gonçalves, 2017, p.45)

Assim, considerando todas as categorias estudadas para o mapeamento de termos e conceitos utilizados na discussão e caracterização da categoria “catadores de materiais recicláveis”, é possível identificar quatro classificações diferentes: tipos de unidade produtiva (cooperativa, associação, individual, coletivo e familiar); tipos de organização produtiva (cooperado, associado, contratado[13] e autônomo); tipos de espaço de trabalho (galpão de triagem, lixão, domiciliar e rua) e por fim, formas diferentes de tempo dedicado à atividade (eventual, parcial ou integral).

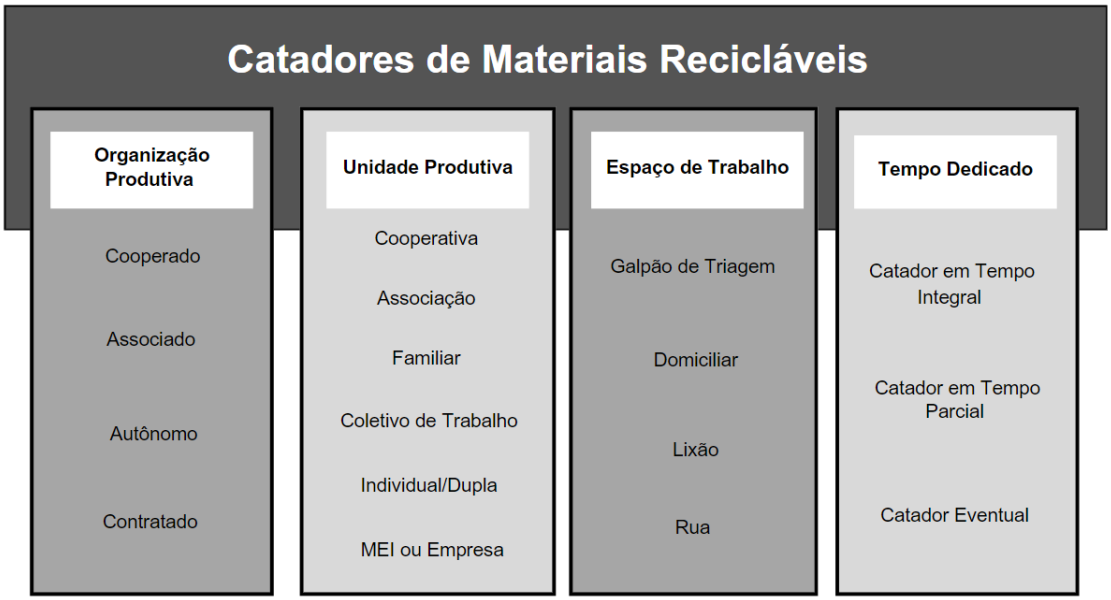


Figura 3 - Mapeamento de características de catadores de materiais recicláveis. Elaboração Própria, 2024

Identificar os diferentes aspectos do trabalho dos catadores é importante porque parte de uma abordagem que considera a heterogeneidade da categoria, sem invisibilizar outros aspectos importantes. Ao trazer visibilidade para além do que será abordado na pesquisa, define-se o que será aprofundado e o que ficará de fora, garantindo uma compreensão mais completa e nuançada dos catadores. Pretendemos, com isso, desenvolver uma

[13] Catadores contratados ou com carteira assinada foram identificados nos estudos de Crivellari & Dias (2008) a partir dos dados da RAIS que é um banco de dados chamado “Relação Anual de Informações Sociais” que contém informações socioeconômicas solicitado pelo Ministério do Trabalho e Emprego a partir das informações dos empregadores que inserem o CBO dos catadores em contratos de trabalho.

análise mais rica e inclusiva, que reconheça as múltiplas facetas do trabalho dos catadores e suas diversas realidades.

### 3.1.2. **Inclusão de catadores de materiais recicláveis e Gestão de Resíduos**

O termo "Inclusão" surge na discussão sobre políticas de gestão de resíduos e catadores a partir do início da década de 1990 (Jacobi & Teixeira, 1996; Dias & Matos, 2008; Pinhel, 2013). Esse conceito emergiu da necessidade de repensar os modelos de gestão de resíduos já implantados, visando a criação de um sistema que facilitasse a reciclagem. Ou seja, o serviço de limpeza urbana, com a perspectiva de manter a cidade limpa, precisava desenvolver um mecanismo de gestão de resíduos pelo qual alguns materiais seriam coletados por possuírem retorno econômico e por alimentarem o setor industrial da reciclagem, resultando na coleta seletiva. Nesse contexto, tornou-se necessário criar mecanismos para incluir catadores no sistema já planejado pelo setor de limpeza urbana, promovendo, assim, a inclusão.

Contudo, para que um catador seja incluído, é preciso considerar que ele passou por algum processo de exclusão. O entendimento de que os catadores fazem parte de um sistema produtivo que movimenta um setor econômico não permite afirmar que são totalmente excluídos da sociedade (Gonçalves, 2017). A exclusão é um processo dinâmico, e ao mesmo tempo que se está incluído em um determinado processo, pode-se estar excluído em outro (Castel, 2002). Essa dinâmica deve ser compreendida, pois é improvável que um sujeito 100% incluído ou 100% excluído. Embora essa pretensão possa não ser plenamente alcançada, é essencial identificar está ficando de fora e o que pode ser feito de forma alternativa para maximizar a participação processos inclusivos, que podem ocorrer em diferentes níveis. A discussão proposta nesta tese vai além da dualidade exclusão-inclusão, explorando as nuances que existem entre essas dinâmicas e as fronteiras que elas estabelecem.

A inclusão de catadores será discutida com base nas experiências de modelos de inclusão já existentes, vivenciadas por cooperativas e associações. Há diversas abordagens e modelos de inclusão vigentes, e a forma de incluir catadores em sistemas de coleta seletiva não resulta em modelos homogêneos, nem é uma construção linear (Gonçalves *et al*., 2023). Sob essa perspectiva, Scheinberg (2012) apresenta contribuições significativas ao definir três modelos emergentes de reciclagem inclusiva, que dialogam

com a discussão apresentada a seguir sobre modos de inclusão. A autora aborda modelos de reciclagem inclusiva a partir das práticas de países de baixa e média renda, com o Brasil sendo uma das experiências utilizada em sua análise. Os modelos incluem: (i) "modelo de serviço" (tradução livre) onde os catadores são pagos pelo serviço que prestam e, assim, se tornam parte do sistema de gerenciamento de resíduos; (ii) o "modelo de commodities", onde a cadeia de valor é encarregada da valorização dos materiais, onde o preço pago pelos materiais movimenta todo o processo; (iii) o modelo emergente, que a autora denomina como "modelos híbridos", esse modelo envolve uma prática de responsabilidade compartilhada, onde há divisão de benefícios e receitas na reciclagem e no gerenciamento de resíduos (Scheinberg, 2012). No entanto, a autora foca apenas na relação entre catadores e poder público e, como veremos na discussão a seguir, a população precisaria também ser considerada no processo.

As diferentes formas de inclusão de catadores em sistemas de coleta seletiva no Brasil possibilitam um mapeamento de experiências que podem ajudar a definir melhor o conceito de inclusão. É fundamental entender que os modelos de inclusão são variados e precisam ser desenvolvidos, assim como suas características e os pontos em que a inclusão se amplia para interferir nos modelos hegemônicos de coleta seletiva, que podem ter atingido um limite após mais de 30 anos de operação. Os estudos realizados por Gonçalves *et al.* (2023), Campos (2018) e Antunes Lima *et al*. (2022) fornecem insights sobre as diferenças entre as formas de inclusão de catadores e trajetória evolucionária desses modelos, permitindo um mapeamento útil que caracteriza a abordagem de inclusão defendida nesta tese.

## Modos de inclusão de catadores: um exercício conceitual[14]

*Inclusão confinada*

A inclusão confinada[15] é um modelo no qual o sistema de coleta seletiva se desenvolve a partir da organização de catadores em cooperativas e associações. A diretriz desse modelo

[14] Essa discussão está contida no artigo não publicado denominado "Inclusão de catadores de materiais recicláveis em sistemas de coleta seletiva municipais: proposições teórico-práticas para construção de novas alternativas" (Gonçalves; Campos; Lima, 2023)

[15] O termo "confinado" pode, de fato, ser criticado por sua conotação pejorativa, mas seu uso pode também ser visto como uma provocação necessária para refletir sobre o tipo de inclusão que está sendo oferecida aos catadores. Ao nomear esse modo de inclusão como "confinada", o intuito é gerar desconforto suficiente para trazer à tona a pergunta: é esse o papel que realmente queremos para os catadores dentro de um sistema

consiste em retirar os catadores das ruas ou lixões para que trabalhem exclusivamente dentro dos galpões de triagem. A centralidade operacional desse modelo é o galpão de triagem, cedido ou alugado, que funciona como um equipamento urbano voltado exclusivamente para o recebimento de materiais. Os catadores não possuem, ou possuem pouco, controle sobre o material reciclável que chega para ser processado, ficando, assim, à mercê da quantidade e qualidade do material coletado por terceiros. Além disso, a receita das cooperativas e associações é totalmente dependente do volume de material comercializado. O poder público municipal, operador do sistema de coleta seletiva, é o único responsável pelas campanhas de mobilização e ações de educação ambiental, os catadores não têm conexão ou diálogo com a população e nem participam de processos de mobilização. Se a qualidade do material e o volume a ser processado forem baixos, automaticamente a renda dos catadores diminui. Esse problema é comumente atribuído ao trabalho "predatório" dos catadores que atuam de forma autônoma nas ruas, gerando conflito direto. Nesse contexto, a relação com catadores autônomos é antagônica e conflituosa, marcada pela disputa de materiais, resultando assim em ações repressivas por parte do poder público.

O modelo de inclusão confinada, mesmo com características problemáticas, contribui em uma primeira etapa de integração dos catadores, reconhecendo parcialmente a sua importância e fornecendo suporte para a organização e desenvolvimento de melhorias nas condições de trabalho. Contudo, a inclusão confinada não é capaz de promover inovação social ou melhoria contínua nos serviços de reciclagem nas cidades, criando um cenário de tensão social pela disputa dos materiais nas ruas e à falta de conexão com a população atendida pelo serviço. Em resumo, na inclusão confinada, os catadores limitam sua atividade ao espaço do galpão de triagem, sem participação ativa na proposição melhorias ou desenvolvimento de soluções.

*Inclusão Ampliada*

O modo de inclusão ampliada apresenta uma perspectiva mais abrangente da atuação de catadores, indo além dos muros do galpão de triagem. Isso ocorre por meio da contratação

inclusivo? A proposta do termo é evidenciar uma característica grave e muitas vezes invisibilizada, mesmo quando falamos de inclusão. Catadores são frequentemente "incluídos" em estruturas que limitam sua autonomia, criatividade e seu poder de decisão, transformando a inclusão em uma espécie de isolamento dentro de um sistema rígido.

de serviços de coleta remunerados, permitindo certa diversificação da receita e aproximação parcial com os moradores. Esse modelo surge a partir da avaliação do sistema de coleta seletiva existente e dos posicionamentos das lideranças de catadores, que evidenciam as limitações do modelo de inclusão confinada. O aumento da renda, o reconhecimento do trabalho, a remuneração pela coleta e a aproximação com a população atendida são algumas das demandas atendidas por esse modelo de inclusão, mesmo que, em certos momentos, de forma limitada.

Os contratos diretos ampliam as possibilidades de atuação dos catadores na cidade e, ao realizar a contratação com a remuneração pelo serviço, o status de inclusão e a perspectiva do trabalho também mudam. No entanto, as experiências voltadas para modelos de inclusão ampliada enfrentam dificuldade na transição dos contratos de coleta operados há décadas por empreiteiras, que passam a ser realizadas por cooperativas. Esse aspecto permite o aprendizado e evolução do sistema de coleta seletiva vigente, passando pela modernização dos sistemas de contratação e pelos modelos jurídicos de atuação junto ao poder público.

O sistema de remuneração do modelo de inclusão ampliada inicia com a contratação do serviço de coleta seletiva junto à prefeitura, mas não se limita a isso. Remunerar pela coleta é um primeiro passo para a transição da inclusão confinada para a ampliada. Contudo, a coleta é apenas um dos elementos do serviço prestado pelas cooperativas e associações. Uma vez contratadas e atuando nas rotas de coleta seletiva, as cooperativas tendem a ver o trabalho de catadores nas ruas como um problema, mas com certa tolerância. Esse problema está relacionado à forma de contratação por tonelada coletada na rota. Em territórios onde há a presença de catadores de rua, as cooperativas contratadas tendem a ser mal remuneradas devido à atuação desses catadores. Essa relação tende a ser conflituosa se o sistema de medição do serviço for por tonelada coletada, vinculando a remuneração das cooperativas a essa métrica.

Ao reconsiderar a rua como espaço para a prestação do serviço, a coleta seletiva realizada pelas cooperativas e associações se aproxima da população. Em contratos que contemplam o serviço de mobilização, o distanciamento diminui ainda mais. O modo de inclusão ampliada permite a construção de possibilidades, mas ainda não é a solução

definida, pois a contratação da coleta como elemento central permanece limitada por dificuldades operacionais e pela inovação necessária no modelo de coleta seletiva em si.

*Inclusão Híbrida*

Na inclusão híbrida, a cooperativa ou associação funciona como porta de entrada para a construção de relações de cooperação, sejam formais ou informais, especialmente com catadores autônomos. Os dois modelos de inclusão mencionados anteriormente têm como centralidade as cooperativas ou associações que, por sua vez, se restrigem ao trabalho nos galpões ou assumem a função de coleta nas ruas, mas ainda sob a tutela do sistema implementado pelo poder público, que geralmente não estabelece relações positivas com os catadores de rua e autônomos. O modelo de inclusão híbrida não é tão comum e possui experiências ainda incipientes e transitórias. Contudo, a tendência de abrir espaço para o protagonismo dos catadores em sistemas de coleta seletiva mais democráticos pode fazer com que esse modelo contribua para cenários futuros.

As características desse modelo envolvem a participação da população como coprodutora da coleta, junto aos catadores, gerando um potencial de inovação. Nesse modo de inclusão, o modelo econômico das cooperativas e associações se transforma e se diversifica, captando recursos a partir de serviços integrados. O sistema de remuneração é desenvolvido para depender cada vez menos do volume de material coletado, através de estratégias e alternativas adaptadas aos territórios.

O modo de inclusão híbrida é um cenário em construção que precisa ser desenvolvido a partir das críticas apresentadas em relação ao confinamento dos catadores em galpões de triagem, que dependem excessivamente do volume de materiais, tornando-se reféns dos preços de venda e sem perspectivas de avanço ou inovação. De forma resumida, as principais características dos modos de inclusão apresentados estão no **Erro! Fonte de r eferência não encontrada.**.

Quadro 2 - Modos de inclusão e Características principais - Fonte: Gonçalves et al., 2023.

| | **Noção de Cooperativas e Associações** | **Atuação dos catadores no Sistema de Coleta Seletiva** | **Relação com Catadores Autônomos** | **Relação com a População Atendida** | **Sistema de Remuneração** |
|---|---|---|---|---|---|
| **Inclusão Confinada** | Galpão de triagem como condição para inclusão | Passivos, apenas operam a triagem no galpão | Antagônica e incompatível | Não há relação direta | Apenas comercialização de materiais |
| **Inclusão Ampliada** | Meio para acesso formal à inclusão via contratação | Semipassivos apenas atuam na coleta via contrato | Antagônica, mas aberta a possibilidades | Relação indireta, parcial | Comercialização dos materiais e Contratação pelo serviço de coleta como complemento |
| **Inclusão Híbrida** | Porta de entrada para possibilidades formais ou não | Ativos, contribuem na construção, consolidação e adaptação ao sistema | Cooperação protagonizada pela diversidade de serviços | Co-produtoras do modelo de coleta | Diversidade de serviços e comercialização apenas complemento |

A abordagem de inclusão de catadores requer o entendimento das diferentes dimensões relacionadas aos sistemas vigentes. Entendemos a inclusão como um processo dinâmico e um meio pelo qual o trabalho de catadores pode ser desenvolvido e aperfeiçoado. Inclusão remete a uma abertura de fronteira para o outro, e essa abertura precisa de discussão contínua para qualificar um termo tão importante. Inclusão é um processo sempre limitado e que requer escolhas e linhas de corte, sobretudo na elaboração de políticas públicas e projetos de intervenção. Reconhecer as limitações é um primeiro passo para que elas não sejam naturalizadas, mas compreendidas como fronteiras que precisam ser ampliadas. Nesse sentido, abordaremos a inclusão a partir da analogia de confluência, com base nas contribuições do mestre quilombola Antônio Bispo dos Santos, conhecido como Nego Bispo.

## Inclusão pela confluência

Para iniciar a discussão a partir do diálogo com as contribuições de Bispo, o mestre quilombola nos orienta a ter cuidado com os processos de denominação, pois segundo ele, a arte de dar nome é a arte de dominar. A dominação é um processo de apagar uma memória para que outra seja construída. (Bispo dos Santos, 2023). Para enfrentar a

sociedade colonialista, Bispo sugere a estratégia de transformar as armas dos inimigos em defesa, passando a denominar de forma a contrariar as palavras colonialistas e enfraquecê-las. Nesse contexto, "Confluência" foi a palavra que melhor germinou na guerra das denominações travada por Bispo, defendendo uma abordagem contra-colonialista.

> "Não tenho dúvida de que a confluência é a energia que está nos movendo para o compartilhamento, para o reconhecimento, para o respeito. Um rio não deixa de ser um rio porque conflui com outro rio, ao contrário, ele passa a ser ele mesmo e outros rios, ele se fortalece. Quando a gente confluência, a gente não deixa de ser a gente, a gente passa a ser a gente e outra gente - a gente rende. A confluência é uma força que rende, que aumenta, que amplia. Essa é a medida." (Bispo dos Santos, 2023.p.15)

A confluência se dá no espaço de fronteira, ela alimenta o pensamento fronteiriço. A fronteira é entendida como espaço de diálogo, conversa e possibilidade. Na confluência não se busca atravessar para o lado do outro e nem que ele deixe de existir, se espera que haja respeito e diálogos de fronteira (Bispo dos Santos, 2023). Diferente do limite, a fronteira oferece uma abertura maior para conexão com o outro. O limite, por sua vez, é o espaço da guerra e dos conflitos que estão em disputa de influência, onde não há confluência e nem compartilhamento. Bispo (2023) afirma que o compartilhamento não se realiza no território alheio, mas na fronteira com o outro. A confluência, por sua vez, é o exercício da vida na fronteira (Bispo dos Santos, 2023). Nesse sentido, Bispo ressalta a importância de diferenciar troca de compartilhamento para completar esse entendimento:

> "Quando ouço troca, entretanto, sempre digo: 'Cuidado, não é troca, é compartilhamento'. Porque a troca significa um relógio por um relógio, um objeto por outro objeto, enquanto no compartilhamento temos uma ação por outra ação, um gesto por outro gesto, um afeto por outro afeto. E afetos não se trocam, se compartilham. Quando me relaciono com afeto com alguém, recebo uma recíproca desse afeto. O afeto vai e vem. O compartilhamento é uma coisa que rende." (Bispo dos Santos, 2023, p.36)

A confluência acontece no espaço da fronteira e das possibilidades, onde o compartilhamento é ferramenta essencial para o diálogo com o outro. Confluência é a lei que rege a convivência entre os elementos da natureza e nos ensina que nem tudo que se ajunta se mistura, ou seja, nada é igual (Bispo dos Santos, 2007). Ao contrário da noção

de unificar e transformar tudo em uma só coisa, onde a diversidade é vista como problema, a confluência valoriza a diversidade e os encontros entre diferentes.

A inclusão pela confluência ocorre a partir do encontro de diferenças na fronteira, dada a relação de proximidades. Essa analogia pode ser explicada da seguinte forma: imagine dois rios que correm separadamente, cada um com suas características e trajetórias próprias. Em determinado ponto, esses rios se encontram e convergem, formando um único fluxo mais forte e abrangente. Essa confluência representa a junção de forças e recursos sem mudar a essência de cada fluxo. Um exemplo disso é o "Encontro das Águas" na região próxima à cidade de Manaus, no estado do Amazonas, onde as águas escuras do Rio Negro e as águas barretas do Rio Solimões correm lado a lado sem se misturarem por vários quilômetros, devido às diferenças de temperatura, densidade e velocidade do fluxo. Eventualmente, as águas acabam se misturando, formando o rio Amazonas considerado como maior rio do mundo.

Nesse contexto, os "rios" representam os diferentes atores que confluem, sendo os catadores autônomos e cooperativas. A inclusão pela confluência é o compartilhamento que esses dois atores desenvolvem em prol de um valor comum. Isso significa que, em vez de operar de forma isolada ou competitiva, influenciando e dominando o outro, passo a exercitar o compartilhamento em um pensamento de fronteira, onde o encontro se dá a partir da diferença e das possibilidades que emergem dele. Assim, incluir é confluir.

Utilizar a analogia da confluência para discutir inclusão de catadores de materiais recicláveis pode ser uma forma útil de enfatizar a necessidade da convergência entre diferentes grupos e práticas. No entanto, essa analogia apresenta algumas limitações que precisam ser consideradas, sem comprometer seu uso. A analogia pode simplificar a complexidade das interações e relações entre catadores autônomos e cooperativas. A dinâmica social, econômica e política envolvida na inclusão de catadores é muito mais complexa do que a simples convergência. Além disso, a confluência sugere um processo harmonioso e fluido de integração enquanto, na realidade, a inclusão de catadores pode envolver conflitos de interesses, disputa por recursos e resistência à mudança. A imagem de rios que fluem juntos podem implicar passividade, onde a integração ocorre naturalmente, sem intervenção. Na prática, a inclusão de catadores requer políticas ativas, mediação de conflitos e esforços coordenados entre diversos atores.

## 3.2.Teorias e Categorias Analíticas

A teorias são conjuntos de ideias, princípios ou modelos desenvolvidos por diversos autores para explicar fenômenos ou aspectos específicos da realidade. Elas e as categorias analíticas oferecem uma visão estruturada sobre como o problema de pesquisa pode ser interpretado, ajudando a construir a argumentação analítica. Dessa forma, discutiremos inicialmente a categoria analítica de formas de vida, que ajudará a explorar as diferenças entre os catadores e o que emerge de suas interações. Por fim, abordaremos os conceitos de cooperação e colaboração, introduzindo a categoria analítica de encontros colaborativos para entender melhor como essas interações podem promover uma integração mais efetiva entre os catadores.

### 3.2.1. **Forma(s) de vida**

Uma das categorias analíticas a ser utilizada para o conteúdo empírico deste estudo será desenvolvida a partir da noção de "formas de vida" (*Lebensform)* apresentada por Wittgenstein (1953). Segundo seus estudos, as formas de vida são a consolidação dos padrões sociais de comportamento que têm a linguagem como base (Marrades, 2014). A definição precisa do que o filósofo apresentou como "formas de vida" em suas publicações não foi aprofundada por ele, e, consequentemente, a tarefa de interpretar este termo coube à posteridade, gerando várias possibilidades e visões a partir disso (Ribas, 2020).

Nesse sentido, há diferentes interpretações relacionadas à noção de forma de vida, mas duas se destacam de maneira mais frequente nos textos relacionados à temática: a interpretação orgânica e a interpretação histórico-cultural (Marrades, 2014). A interpretação orgânica entende a existência de uma única forma de vida, a humana, a partir de comportamentos biológicos (Gier, 1980). Já a interpretação histórico-cultural, a mais difundida e a qual este estudo irá considerar, leva em conta aspectos sócio-histórico-culturais dos seres humanos e suas relações. Em outras palavras, essa interpretação considera que a forma de vida é uma maneira de viver que se relaciona com a estrutura de classes, os valores de sociedade, a religião, os tipos de indústria e comércio, bem como as atividades de recreação que caracterizam um grupo de pessoas (Marrades, 2014). Criar um dilema sobre as formas de vida serem biológicas ou culturais não contribui para a discussão, pois é evidente que elas são culturais no sentido de serem criadas e moldadas

por comunidades linguísticas e sujeitas a mudanças (Marrades, 2014). Importa notar que a noção de formas de vida não é uma proposta de categoria explicativa. Gier (1980) argumenta que elas são validações ou dados encontrados no final de qualquer cadeia de explicações e que Wittgenstein estaria mais preocupado com o significado da vida e com os conceitos que são utilizados do que com suas causas ou status ontológico (Gier, 1980). Com base na interpretação sociocultural da noção de forma de vida, o autor Peter Winch apresenta contribuições pertinentes, a partir de um interesse epistemológico por fenômenos sociais, para elucidar a noção de forma de vida de Wittgenstein. Para Winch, a forma de vida é a maneira pela qual o mundo se apresenta e como o interpretamos, para isso, ele utiliza a categoria epistemológica de "seguir uma regra".

> O mundo é para nós o que se apresenta através de conceitos. Isto não quer dizer que nossos conceitos não possam mudar; mas quando mudam, isto quer dizer que o nosso conceito do mundo também mudou. (Winch, 2020. p.26)

Sendo assim, cada modo de vida possui um histórico de crenças, valores e práticas que orientam a práxis cotidiana e determinam as coisas como são (Scivoletto, 2016). O desafio e, talvez, um dilema, dentro da discussão sobre a comparação entre práticas humanas é cair em uma espécie de relativismo do qual não há distanciamento crítico suficiente para descrever os fenômenos culturais de outros. Velloso (2003) apresenta a metáfora dos diferentes pontos de vista para explicar esses paradoxos:

> "Segundo essa metáfora, para observarmos uma cultura diferente, precisamos de um ponto de vista qualquer. Uma primeira opção seria a de adotarmos a nossa cultura como o ponto de vista correto. Nesse caso, diríamos que nós estamos de acordo com a realidade como ela de fato é, mas a outra cultura, não. Poderíamos também adotar com o ponto de vista os padrões da outra cultura como nossos. Nesse segundo caso, também não estaríamos permitindo uma diversidade de pontos de vista, mas apenas considerando que somente a outra cultura estivesse de acordo com a realidade como ela de fato é. Uma terceira solução para esse impasse seria a de adotarmos um ponto de vista "neutro", que não favorecesse a nenhuma das duas culturas. Esse terceiro ponto de vista, no entanto, teria que consistir de traços comuns às duas culturas em questão, sob pena de um não compreender absolutamente o outro." (Velloso, 2003. p. 171)

Para a autora, a necessidade de termos algo em comum para compreender o outro nos traz o problema do "solo comum". No entanto, há dificuldade em descrever a realidade a partir

de pontos de vista diferentes, e a noção de forma de vida de Wittgenstein auxilia na análise desses problemas (Velloso, 2003).

> "Essa noção [de forma de vida] nos ajudaria a compreender o choque cultural entre esses diferentes povos, sem apelar para a posição '*insustentável*' do relativista. Segundo Winch, nesses casos, a maior dificuldade que temos de enfrentar é originada do fato de que a nossa *forma de vida* não dispõe dos conceitos necessários para compreendermos uma *forma de vida* diferente. Assim, ao estabelecermos contato com outra cultura, deveríamos ter, como ponto de partida, um outro solo comum, como conceitos pertencentes às duas culturas que nos permitisse compreendê-la. Esse solo comum seria, portanto, mais fundamental que as formas de vida de cada um dos povos em questão." (Velloso, 2003. p.172)

Nesse solo comum pode-se desenvolver o problema de evidenciar o que ocorre nas situações de conflito. O contato entre duas formas de vida, grupos ou culturas pode levar a uma colisão entre crenças, valores ou práticas que geram mal-entendidos ou desacordos que poderiam ser resolvidos a partir desse solo comum (Scivoletto, 2016).

> "Nesse contexto, entendemos "mal-entendido" como um mal-entendido de significado que pode, em princípio, ser resolvido por meio do discurso explicativo (Schnadelbach). Em contrapartida, chamamos de "desacordo" uma "posição diferente" em relação a um fato (discurso teórico) ou a uma norma (discurso prático)." (Scivoletto, 2016.p.49)

O mal-entendido seria uma incapacidade de construir uma representação sinóptica que conecte outros aspectos daquela forma de vida (Marrades, 2014). A representação sinóptica designa a maneira como percebemos as coisas a partir do todo, um método de compreensão que permite fazer conexões, estabelecendo analogias com nossos próprios modos de vida a partir do contato de um outro (Marrades, 2014; Scivoletto, 2016). Entender por que o outro age de determinada maneira implica compreender o sistema de regras que orienta o comportamento daquele grupo, e não suas intenções (Winch, 2020). Esse entendimento do outro em busca de justificativas que expliquem sua atividade não é o caminho para conectar-se, isso porque, para Marrades (2014):

> "Se quisermos chegar nesse "saber" certo e incorrigível obtido por meio de explicações ou interpretações que supostamente levam a uma intuição do significado da regra, Wittgenstein responderia que este tipo de justificativa racional está fadado ao

> fracasso. A cadeia de razões tem limite, que não se encontra em uma forma de certeza intuitiva, mas em uma força de ação. A justificativa termina em uma declaração "é assim que agimos". E aprendemos a agir dessa forma, não necessariamente porque as regras do jogo nos foram explicadas, mas jogando, praticando o jogo" (Marrades, 2014, p.143)

Essa cadeia de explicações chega a um limite, ou seja, a algo que está no final do raciocínio. Para Marrades (2014), isso seria como dizer: "não há o que fazer, eles são assim e ponto final". Esse ponto final designa, então, o término da cadeia de explicações, apontando para um modo de ser e agir fora do domínio da razão (Marrades, 2014). Para Winch (2020), toda forma de vida possui um conjunto de regras, e o autor afirma que o modo de vida anarquista é tão governado por regras quanto o do monge:

> "É importante ressaltar que, no sentido em que estou falando de regras, é tão verdade falar do anarquista seguir regras no que está fazendo, como o é quando se fala a mesma coisa do monge. A diferença entre estas duas espécies de homens não está em que um siga regras e o outro não; está nas diferentes espécies de regras que cada um segue, respectivamente. A vida do monge está circunscrita a regras de comportamento traçadas de maneira explícita e rígida: deixam o menos espaço possível para a escolha individual em situações que exigem ação. O anarquista, por outro lado, escapa das normas explícitas o mais possível, e se orgulha de considerar todos os chamados para a ação "pelos seus méritos": isto é, sua escolha não lhe é determinada com antecedência pela regra que está seguindo. Mas isso não quer dizer que possamos eliminar de todo a ideia de uma regra ao descrevermos seu comportamento. Não podemos fazê-lo porque, se me posso permitir um pleonasmo expressivo, o modo de vida do anarquista é um modo de vida. Deve ser diferenciado, por exemplo, do comportamento sem finalidade de um raivoso lunático. O anarquista tem razões para agir como age, para ele, é essencial não ser governado por normas explícitas e rígidas. Apesar de conservar a liberdade de escolha, são, entretanto, significativas as escolhas que faz: são elas guiadas por considerações, podendo ele ter bons motivos para escolher um rumo em vez de outro. E essas noções, que são essenciais para descrever o modo de comportamento do anarquista, pressupõem a noção de regra." (Winch, 2020, p. 57)

O autor indica que só é possível compreender outras práticas ou formas de vida a partir de analogias com nossas próprias práticas, aliado ao desafio da autocompreensão sem cair no relativismo (Winch, 2020). Para resolver o relativismo, haveria, então, dois estágios a

partir da discussão proposta por Winch: analogias formais e noções comuns. No primeiro estágio, é necessário entender que toda sociedade possui um jogo de linguagem, e por isso há semelhanças iniciais. A partir da interação, surgem estranhamentos que mostram que as regras de racionalidade que pertencem a uma forma de vida não pertencem necessariamente a outra, trazendo dificuldade para a quebra de paradigma (Scivoletto,2016). À medida que essas conexões de analogia são feitas, elas podem corresponder a ações, gestos, atitudes e expectativas entre formas de vida, abrindo, então, a possibilidade de ao menos alguma compreensão do outro (Marrades, 2014).

No segundo estágio, destaca-se a noção comum que desenvolve a concordância entre formas de vida. Winch cita que nascimento, reprodução e morte seriam noções comuns universais na sociedade em geral, mas que em cada interação de forma de vida há noções comuns próprias (Winch, 2020). As noções comuns são formas de orientar a intercompreensão e ampliar as formas de vida em interação, mas não são métodos propriamente ditos (Scivoletto, 2016).

A categoria analítica de formas de vida possui algumas limitações, sobretudo por ter sua base exclusivamente na linguagem e jogos de linguagem. Essa limitação se encontra evidente ao se aplicar ao conjunto de práticas sociais. Para superar, em parte, essa limitação, a discussão sobre formas de vida será conectada à ideia de acordos pragmáticos e encontros colaborativos, como veremos a seguir.

**Forma(s) de vida de catadores de materiais recicláveis**

O uso da noção de forma de vida para fins de análise empírica nesta pesquisa tem como objetivo contribuir para a discussão de achados que indicam a necessidade de um aprofundamento sobre os catadores de materiais recicláveis em diferentes níveis. De maneira geral, considerar os catadores de materiais recicláveis como uma forma de vida única não seria problemático se estivéssemos analisando a interação deles com a forma de vida de pescadores artesanais ou vendedores ambulantes. Contudo, quando o foco da análise é a integração entre grupos dentro de uma mesma forma de vida, essa noção de heterogeneidade se torna evidente nos estudos empíricos. Assim, é incontestável que há uma forma de vida compartilhada entre catadores de um modo geral, e a construção dessa forma de vida ocorre na conjunção de diversas outras formas de vida. Por conta disso, a utilização do termo no singular “forma de vida” tende a ser utilizado para relacionar

catador dentro de uma forma de vida, em geral, entendendo as limitações e a tendência de homogeneização do grupo. Já o uso do termo no plural, para indicar heterogeneidade inerente, contribui para evidenciar os elementos fundamentais dentro dessa categoria geral, por isso, será utilizada a grafia “forma(s) de vida” indicado por Ribas (2020).

A característica heterogênea de forma(s) de vida de catadores de materiais recicláveis é um dado que se revela ao aprofundar a análise de suas práticas, como já realizado em Gonçalves (2017). A categoria forma(s) de vida não pretende explicar a heterogeneidade do grupo, muito menos criar estruturas de distinção, mas sim compreender que há maneiras diferentes de viver, trabalhar e se relacionar na sociedade, que, se encaradas de frente, têm potencial para construir bases mais amplas de inclusão.

A dificuldade de inclusão de catadores em sistemas de coleta seletiva previamente construídos, que indicam a inserção em galpões de triagem, demonstra uma interação entre forma(s) de vida que revela desacordos e mal-entendidos. Evidentemente, forma(s) de vida que se desenvolvem em grupos organizados possuem sistemas de produção e reprodução diferentes dos grupos que realizam o trabalho autônomo, apresentando, assim, diferenças significativas entre si.

Seguindo o debate proposto por Wittgenstein (1978) e Winch (2020), ao planejo criar explicações sobre a(s) forma(s) de vida de outro, envolvo-me em uma sequência de interpretações que possui um limite. Por exemplo, se eu questionar porque o catador não permanece na cooperativa ou a razão de preferir trabalhar de forma autônoma, ele geralmente me fornecerá justificativas que culminam em 'eu gosto/prefiro trabalhar assim', ou seja, indicando um modo de ser e agir que está além do domínio das razões, como destacado por Marrades (2014). A questão que surge com a noção de forma(s) de vida como categoria analítica é se os catadores que escolhem não se juntarem a cooperativas ou outros grupos organizados, o fazem por discordar das regras impostas nesses espaços (entendidos aqui como forma(s) de vida de catadores cooperados). A partir da contribuição da noção de forma(s) de vida, é possível identificar que a interpretação sobre dificuldade de catadores autônomos que atuam nas ruas da cidade não está em lidar com normas em geral, mas sim com as diretrizes que regem a forma(s) de vida dentro daquela cooperativa. Nesse sentido, seria equivocado afirmar que catadores autônomos não seguem padrões, pois, entendendo-os como forma(s) de vida, sabemos que possuem

princípios e critérios de ação próprios, diferentes dos da cooperativa. Isso demonstra que as análises que justificam a dificuldade de permanência como um problema individual, representam uma compreensão parcial do problema e se complicam ao chegar à culpabilização desses indivíduos. Esse contato entre catadores reproduz o conflito de crenças e valores de práticas de diferentes forma(s) de vida, resultando em mal-entendidos que criam afastamento entre trabalhadores e dificultam a conexão enquanto categoria profissional. Isso ocorre porque não há compreensão da diversidade de forma(s) de vida, e ao considerar catador de material reciclável como um grupo homogêneo, criam-se expectativas que aquela pessoa reaja de determinada maneira ou se comporte de forma específica. Caso contrário, é construída a justificativa do indivíduo como incompreensível para explicar o problema, sem alcançar muitas soluções para tal.

Dessa forma, seguindo os autores que contribuem na discussão de forma(s) de vida, podemos identificar que, mesmo com interações conflituosas entre catadores, há um solo comum para construção de conexões. Esses terrenos comuns devem ser desenvolvidos, seja dentro da cooperativa ou fora dela. Assim, o solo comum que será discutido e aprofundado nesta pesquisa está relacionado à estratégia de comercialização conjunta. A comercialização conjunta é um meio habitual de compreender o outro e criar um ambiente de partilha. Isso ocorre entre diferentes formas de vida em um ponto de convergência, permitindo a construção de conexões e desenvolver a cooperação. Essencialmente, essa cooperação entre catadores tende a se originar na habilidade de transformar resíduos das ruas em produtos comercializáveis a partir de encontros colaborativos.

### 3.2.2. **Cooperação e Encontros Colaborativos**

A discussão sobre cooperação e encontros colaborativos se desenvolve a partir da comercialização conjunta como estratégia de conexão com catadores autônomos, constituindo o solo comum para a interação entre diferentes formas de vida. Inicialmente, é importante considerar que a comercialização conjunta caracteriza a operação de integração da produção de catadores autônomos a partir das cooperativas ou associações. Para discutir a cooperação a partir da comercialização conjunta, adotaremos a teoria de Encontros Colaborativos de Manzini (2017), que considera dois conceitos importantes: encontros colaborativos e organizações colaborativas.

Adotamos o conceito de cooperação desenvolvido por Sennett (2012), que basicamente define cooperação como uma troca em que as partes se beneficiam, um apoio recíproco presente em todos os animais sociais que cooperam entre si para alcançar o que não conseguiriam sozinhos. Manzini (2017), traz a noção de cooperação de Sennett (2012) como sinônimo de colaboração e atribui alguns elementos nesse processo:

> [...] a colaboração tem lugar quando pessoas encontram e trocam alguma coisa (tempo, cuidados, experiências, conhecimento especializado etc.) a fim de receber um benefício; em outras palavras, elas criam um valor comum. (Manzini, 2017, p. 107).

Dessa forma, o autor considera que os encontros colaborativos são o cerne desse processo de colaboração entre seres sociais: "*o encontro colaborativo no qual duas ou mais pessoas se reúnem e interagem a fim de fazer algo que todas reconhecem como um valor*" (Manzini, 2017). Contudo, o processo da sociedade moderna aponta para o que Sennett chama de "desabilitação" das pessoas na prática da cooperação (Sennett, 2012). Isso ocorre, segundo Manzini, devido à tendência moderna da individualização, que vê a necessidade de cooperar e chegar a um acordo com outras pessoas como um limite à liberdade pessoal diária (Manzini, 2017). Essa tendência à individualização está presente nas discussões sobre integração de catadores e formação de cooperativas e associações. Apesar do cenário pouco otimista para aqueles que querem cooperar, Manzini (2017) aposta na inovação social produzida pelas organizações colaborativas e no número crescente de pessoas redescobrindo o valor da colaboração e aprendendo novamente a colaborar umas com as outras (Manzini, 2017).

As organizações colaborativas, são formas sociais nas quais as pessoas colaboram para obter resultados que não conseguiriam obter sozinhas, produzindo valor social, econômico e ambiental como resultado (Manzini, 2017). As condições de existência dessas organizações dependem da participação ativa e colaborativa de todas as partes, exigindo uma forma de agir e de ser radicalmente diferentes dos formatos das organizações predominantes (Manzini, 2017). Elas são caracterizadas pela liberdade de escolha e abertura, onde seus membros podem decidir livremente se, quando e como se unir ao grupo ou sair dele, demonstrando uma atitude positiva em relação aos "outros": outras pessoas, outras ideias, outras organizações (Manzini, 2017, p.97). O cerne das organizações colaborativas é o compromisso firmado a partir de regras de colaboração desenvolvidas conjuntamente, resultando em diversos formatos e dinâmicas diferentes. A

diversidade de formas sociais de produção a partir da comercialização conjunta, ou “organizações colaborativas”, será analisada com base em dois elementos básicos para cooperação: os níveis de envolvimento e os tipos de vínculo entre os catadores autônomos e grupos organizados em cooperativas e associações.

O envolvimento é o compromisso firmado a partir de duas tendências opostas: uma voltada para a busca de liberdade pessoal e a outra voltada para a colaboração e as suas vantagens (Manzini, 2017). A forma de negociação desse compromisso definirá o envolvimento dos atores em colaboração. No caso em estudo, esse envolvimento ajudará a diferenciar as formas de organizações colaborativas quanto ao compromisso, responsabilidades e participação na construção do diálogo e negociação das regras de colaboração.

O vínculo é formado pelos laços que unem as partes envolvidas no processo de colaboração. A força do vínculo pode ser medida pela combinação da quantidade de tempo, intensidade afetiva, confiança mútua e serviços recíprocos que o caracterizam (Manzini, 2017). Vínculos mantidos ao longo do tempo tendem a ser mais fortes, mas dependem totalmente do compromisso contínuo dos atores. No caso dos catadores, vínculos formais ou informais podem ser estabelecidos. Vínculos formais são mais fortes pois incorporam catadores autônomos no corpo social da cooperativa e garantem, de certa forma, acesso a políticas públicas e benefícios decorrentes. Vínculos informais tendem a se manter pela relação afetiva e confiança mútua, necessitando de constante diálogo e manutenção da relação, sem um compromisso totalmente firmado por ambas as partes. Os diferentes tipos de vínculo, seja por interesse pessoal, relação institucional ou formal, ou ainda aqueles vínculos mantidos a partir de projetos eventuais, demandarão para as organizações colaborativas o desenvolvimento de estratégias específicas para sua formação, manutenção e fortalecimento ao longo do tempo.

Essa variedade de elementos analíticos para a categoria de organizações colaborativas pretende contribuir para a discussão sobre uma ideia ampliada de colaboração entre catadores. Manzini (2017) aposta que essa variedade de opções sobre como fazer as coisas acontecerem apresenta diversas estratégias e soluções para diferentes problemas e situações, contribuindo para criar um sistema sociotécnico e multilógico complexo e, portanto, mais resiliente (Manzini, 2017).

# 4. PERCURSOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo, em que irei descrever toda a discussão metodológica aplicada à pesquisa, adotarei a escrita em primeira pessoa. Durante minha trajetória acadêmica e profissional, tive a oportunidade de me envolver diretamente com catadores de materiais recicláveis em diferentes contextos. Essa imersão me fez perceber que a melhor forma de entender as vivências, experimentações e desafios era, de fato, agir e participar ativamente do processo, sobretudo por meio de intervenções e do acompanhamento de experiências que envolvem catadores e suas interações – ou seja, uma pesquisa-ação por excelência. Com isso em mente, busquei integrar a *Grounded Theory* (Tarozzi, 2011; Strauss & Corbin 2008; Charmaz, 2009), como uma ferramenta para desenvolver uma compreensão mais profunda das experiências dos catadores, permitindo que a teoria emergisse dos dados coletados no campo.

Além disso, nesta parte da tese, detalharei como essa combinação de Pesquisa-Ação e *Grounded Theory* moldou meu entendimento sobre as dinâmicas de trabalho dos catadores, e ofereceu uma visão crítica sobre as estruturas sociais e econômicas que influenciam suas vidas e as suas formas de produção. Acredito que esta abordagem não apenas enriqueceu minha pesquisa, mas também contribuiu para a construção de alternativas práticas e recomendações direcionadas para o contexto de integração que estou estudando.

O planejamento dessa pesquisa foi realizado de forma dinâmica e flexível, não segui uma série de fases rigidamente ordenadas. Quando se trabalha com um plano de pesquisa elaborado a priori, é comum ter que infringir a ordem em função dos problemas e imprevistos que aparecem durante o campo, além das circunstâncias e dinâmicas da situação pesquisada. Por essa razão, optei por apresentar uma narrativa, conforme indicado por Thiollent (2011), que possibilite o leitor identificar tanto o ponto de partida quanto o ponto de chegada, ciente de que, entre esses dois extremos, haverá uma multiplicidade de caminhos que foram escolhidos (ou não) dadas as circunstâncias.

Assim, para descrever o percurso metodológico desta pesquisa, dividi o capítulo em cinco fases, conforme sugerido por Denzin & Lincoln (2011). Na primeira fase, discutirei sobre o pesquisador como sujeito multicultural e o papel das experiências pessoais e coletivas

no processo de pesquisa. Na segunda fase, explorarei os paradigmas e perspectivas teóricas que fundamentam as discussões propostas que integram a Pesquisa-ação e *Grounded Theory*. A terceira será dedicada à apresentação das estratégias de pesquisa e das ferramentas utilizadas. Na quarta, detalharei os métodos de coleta e análise dos dados. Por fim, na quinta fase, abordarei como as recomendações foram desenvolvidas, além das limitações do percurso metodológico que escolhi.

### 4.1. Pesquisador como sujeito multicultural

Enquanto estratégia metodológica, posiciono-me como sujeito ativo no processo de produção do conhecimento e desenvolvimento da pesquisa. Essa postura como pesquisadora ativa também influencia as relações com os participantes. Inserida no cotidiano dos catadores e envolvida em suas lutas e estratégias de sobrevivência e resistência, meu papel vai além de uma observadora, tornando-se também o de agente de intervenção. Essa proximidade facilita a construção de confiança, mas também demanda uma postura ética e crítica constante. Minhas escolhas metodológicas são influenciadas por esse compromisso de respeitar e representar a diversidade de práticas envolvidas na atividade dos catadores, evitando impor soluções padronizadas e buscando alternativas que reflitam suas demandas reais.

Este estudo, parte da minha trajetória acadêmica, é uma continuidade do trabalho iniciado desde a graduação em Ciências Socioambientais na UFMG. Minha formação fornece o suporte para o que aqui se fundamenta como uma análise socioambiental por essência: uma visão ampla e plural, pautada pela diversidade de saberes e práticas de sujeitos e suas comunidades. A partir dessa base, integro os estudos sociais do trabalho, enriquecidos pela introdução da Engenharia de Produção em meu percurso acadêmico, com foco na análise do trabalho dentro da Ergonomia, um campo que apresentou conceitos fundamentais que qualificaram essa pesquisa.

Embora minha trajetória com catadores de materiais recicláveis tenha começado de forma mais ampla durante a graduação, em 2010, minha atuação até 2014 concentrou-se exclusivamente no universo das cooperativas e associações. Durante esse período, participei de diversas pesquisas e intervenções voltadas a catadores e suas organizações, atuando principalmente pelo Núcleo Alter-Nativas de Produção, grupo de pesquisa no qual estou envolvida desde 2011 e no qual ainda atuo como pesquisadora. Em 2015,

colaborei da elaboração do relatório da etapa de diagnóstico de catadores do PMGIRS BH (Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de Belo Horizonte), o que me permitiu aprofundar nas questões relacionadas a catadores autônomos. Naquela ocasião, a partir da experiência de pesquisa com esses catadores que não fazem parte de cooperativas e associações, iniciei minha pós-graduação em Engenharia de Produção na UFMG, sob orientação do Professor Francisco Lima, com uma proposta de pesquisa que, inicialmente, visava inserir todos os catadores em cooperativas e associações.

Entrei no mestrado em 2016, mas, em menos de dois meses de trabalho de campo com catadores nas ruas, percebi que era um equívoco partir do pressuposto de que a solução seria apenas inseri-los em galpões. Essa suposição refletia um viés de desejabilidade social, baseado no que as cooperativas poderiam representar para esses catadores a partir da minha perspectiva, e não ao que a realidade empírica apresentava. A princípio, minha pesquisa de mestrado focava no que eu (e muitos dos meus pares) acreditava ser importante para os catadores, e não no que eles realmente demandavam. Isso é uma prática comum de pesquisa na área que discute inclusão de catadores, mas, por adotar uma perspectiva empirista, esse pressuposto não se alinhava aos meus verdadeiros objetivos de pesquisa. Após um extenso trabalho de campo exploratório, revisitei meus pressupostos e passei a desenvolver uma pesquisa de mestrado voltada ao mapeamento da diversidade de práticas dos catadores de rua, o que forneceu subsídios para o desenvolvimento desta tese.

### 4.2. Fundamentação Teórica

A fundamentação teórica que desenvolvo nesta pesquisa está voltada para a conexão entre duas estratégias metodológicas: a Pesquisa-Ação e a *Grounded Theory*. Esse processo de definição estratégica foi essencial para situar meu estudo, caracterizar a forma pela qual a pesquisa se desenvolve, além de me proporcionar ferramentas para interpretar as situações vivenciadas em campo, coletar dados e analisar os resultados.

Como abordagem metodológica adoto o percurso empirista, que prioriza a observação, a experiência e a coleta de dados do mundo real como base para a construção do conhecimento. Essa abordagem é fundamentada na ideia de que o conhecimento é adquirido por meio da experiência, ou seja, para demonstrar que algo é real, é necessário experimentá-lo ou inferi-lo a partir de algo que já experimentamos (Meyers, 2017).

Como método ou estratégia metodológica, a pesquisa-ação se apresenta como um conjunto de procedimentos que interligam conhecimento e ação, permitindo enquanto pesquisadora extraia novos conhecimentos a partir de uma intervenção ou ação em situação. Thiollent (2011) faz questão de diferenciar pesquisa-ação de pesquisa-participante, e eu concordo plenamente com essa distinção. Para ele, a pesquisa-ação, além de envolver a participação, supõe uma forma de ação planejada (ou intervenção) de caráter social, educacional, ou técnica, e que nem sempre está presente nas propostas de pesquisa participante (Thiollent, 2011). Assim, uma pesquisa se qualifica como pesquisa-ação quando há a atuação de um coletivo implicado na situação-problema que está sendo estudada. Dessa interação entre pesquisador e pessoas implicadas na situação investigada se resulta na definição das prioridades dos problemas a serem pesquisados e das possíveis soluções (Thiollent, 2011). O objeto de investigação, portanto, não se restringe às pessoas, mas se concentra na situação social e nos problemas que essa situação manifesta. Nesse sentido, o objetivo da pesquisa-ação é resolver ou, pelo menos, elucidar esses problemas que emergem.

Por outro lado, a *Grounded Theory*[16], ou Teoria Fundamentada em dados, ou Teoria Emergente (Tarozzi, 2011; Strauss&Corbin 2008; Charmaz, 2009), concentra-se na construção de teoria diretamente a partir dos dados empíricos, sem partir de hipóteses pré-estabelecidas (Tarozzi, 2011). Essa abordagem busca permitir que a teoria emerja das interações com o campo, oferecendo uma compreensão mais próxima da realidade observada e possibilitando o desenvolvimento de teorias mais robustas, ao invés de meramente descrever as situações ou fenômenos sociais. A teoria que surge ada aplicação das ferramentas de análise a partir da *Grounded Theory* tende a proporcionar uma construção teórica que se desenvolve organicamente ao longo do processo de pesquisa, conjuntando pesquisa empírica e reflexão teórica de maneira mais integrada.

### 4.3. Estratégias de pesquisa

A abordagem metodológica que sigo nesta pesquisa a classifica como uma pesquisa social de base empírica, concebida e realizada em estreita associação com as demandas sociais

[16] *Grounded* é um adjetivo da língua inglesa que é muito difícil de expressar literalmente a partir de uma tradução em português, por conta disso, assim como Tarozzi (2011) optei por conservar o original em inglês para manter a riqueza semântica do termo.

relacionadas aos catadores autônomos e sua interação com cooperativas e associações. Ao mobilizar a pesquisa-ação e a *Grounded Theory* é possível construir dois caminhos complementares de discussão do problema de pesquisa, um mais teórico e um mais prático. De modo geral o objetivo da pesquisa é tornar mais evidente para os interessados ao tema a natureza e a complexidade do trabalho de catadores, assim como suas relações com organizações populares. Mais especificamente, a pesquisa busca entender a dois objetivos interligados com os métodos escolhidos: um de natureza prática e outro voltado à produção teórica e ao desenvolvimento de conhecimento.

O objetivo prático consiste em contribuir para a inclusão dos catadores autônomos nos sistemas de coleta seletiva, bem como aperfeiçoar as dinâmicas de interação com as cooperativas e associações. Esse propósito está alinhado à ideia de pesquisa resolutiva que buscam não apenas diagnosticar problemas, mas também propor caminhos para transformá-los. Embora nem todos os desafios práticos tenham soluções imediatas ou simples, a pesquisa visa apontar possíveis "saídas" dentro do contexto estudado.

Já o objetivo teórico, voltado à produção de conhecimento, também é uma demanda social. A imersão direta no campo, acompanhando de perto as atividades produtivas dos catadores que atuam nas ruas, me facilitou o acesso a informações que dificilmente seriam obtidas por métodos mais tradicionais, como questionários estruturados. Nesse sentido, o objetivo é ampliar o entendimento sobre a realidade dos catadores autônomos, partindo da premissa de que, quanto mais se conhece a situação, melhor se podem conduzir as ações e intervenções nesse contexto.

### 4.4. Métodos de coleta de dados e análise

A afirmação de Strauss (*apud* Charmaz, 2009) de que "tudo são dados" me guiou ao longo desta pesquisa, ajudando a expandir minha visão para além do que observo e vivencio diretamente em campo. Para explicar o processo de coleta de dados e sua posterior análise, utilizo a abordagem dialógica, valorizando diferentes perspectivas como elementos centrais na produção do conhecimento. Essa abordagem envolve uma interação ativa no campo, principalmente para organizar os dados de uma pesquisa extensa e contínua. Para isso, dividi essa descrição em três partes, que se complementam para descrever as interações entre os catadores, aprofundadas ao longo do estudo.

Inicialmente realizei diversas entrevistas e imersões no trabalho de catadores. A imersão, no meu caso, consistiu no acompanhamento em situação do cotidiano do catador, utilizando métodos da análise ergonômica da atividade (AET) e elementos etnográficos (Theureau, 2014). Na maior parte das entrevistas e acompanhamentos realizados evitei o uso de questionários, esses que sempre apontam questões das quais o pesquisador quer aprofundar e não os aspectos que os sujeitos de pesquisa consideram relevantes. Inicialmente, como muitos pesquisadores, busquei compreender a situação de catadores s egressos das ruas que não conseguiram se manter no trabalho dentro do galpão de triagem das cooperativas. Durante a pesquisa entrevistei durante o acompanhamento do trabalho aproximadamente 18 catadores, cujas histórias de vida envolviam transição do trabalho na rua e a inserção malsucedida em uma cooperativa ou associação. Além disso, foi essencial investigar casos de catadores que se adaptaram com sucesso às cooperativas, embora a permanência nas cooperativas não fosse o foco do trabalho. Apenas três casos de sucesso foram incluídos no estudo, evidenciando a dificuldade de encontrar catadores egressos da rua que permaneceram nas organizações em questão.

Conforme compreendi que a inserção em cooperativas não seria o foco central da pesquisa, mas apenas um ponto de partida, ampliei o campo para incluir entrevistas com lideranças comunitárias, lideranças de cooperativas e interação com o poder público, a fim de entender melhor as dinâmicas e conflitos em torno da atuação dos catadores autônomos nas ruas. Acompanhei de perto conflitos emergentes, incluindo entrevistas com moradores, participação em redes sociais de bairros, e a observação de apreensões e discussões sobre a atuação dos catadores nas ruas. Ao logo dessa imersão, identifiquei um fenômeno de disputa entre cooperativas e catadores autônomo, agravado pela crescente criminalização dos catadores nas ruas em algumas cidades.

O cenário de projeção e perspectiva de resolução, proposto durante esta pesquisa, encontrou na comercialização conjunta como um tema central na discussão sobre possibilidades. Por já ser uma prática dos catadores identificadas durante o campo, direcionei parte do estudo para essa questão. Em 2020, participei de um projeto de intervenção durante o carnaval em Belo Horizonte, onde acompanhei 12 catadores, por 8 dias, além de entrevistar 4 catadores que aturam no carnaval em um projeto similar na cidade de São Paulo. Além disso, também fiz diálogos e entrevistas semiestruturadas com

a coordenação técnica e atores-chave que atuaram diretamente no projeto do carnaval em 2020, permitindo uma análise do panorama ampliado da experiência. Esse processo permitiu uma análise aprofundada das práticas e aprendizagens coletivas, resultando na sistematização do projeto Reciclabelô!, que foi implementado em 2024 a partir das lições compartilhadas com os catadores durante a elaboração dessa pesquisa.

A coleta de dados que realizei ao longo desta pesquisa se deu a partir de diversas fontes, com destaque para as entrevistas que estavam diretamente conectadas ao acompanhamento do trabalho dos catadores. Nessa estratégia, passei a acompanhar toda a jornada de trabalho de cada catador durante um dia, realizando diálogos e discussões sobre o trabalho enquanto ele realizava a coleta nas ruas. Com o consentimento dos catadores, utilizei gravações desses momentos de acompanhamento do trabalho, um caderno de campo e, por fim, realizava a redação de memorandos. Isso me permitiu imergir profundamente na atividade produtiva de cada indivíduo e correlacionar suas experiências com suas histórias de vida. Além do acompanhamento direto, minha atuação como assessora técnica junto às cooperativas também me proporcionou a oportunidade de participar de discussões em diferentes níveis, entrevistas, documentar debates, participar de palestras, conferências, reuniões de trabalho e outros espaços participativos em que a temática relacionada a catadores autônomos é discutida. Esse conjunto de experiências e documentação dos processos em um contexto em que "tudo pode ser dado" foi essencial para construção e aprofundamento teórico-prático que pretendo realizar com essa pesquisa.

Conduzir essa pesquisa traz desafios éticos, especialmente considerando minha proximidade com os catadores e a interação com outras pessoas e instituições. No meu caso, a ética de pesquisa foi cuidadosamente considerada junto aos sujeitos envolvidos, uma vez que minhas reflexões frequentemente envolvem catadores e colegas de trabalho com quem mantive proximidade ao longo dos anos. Como uma preocupação central, optei por usar nomes fictícios e omitir detalhes quando necessário para proteger indivíduos ou organizações de situações que poderiam prejudicá-los ou constrangê-los de alguma forma. No entanto, em muitos casos, mantive os nomes reais com o consentimento dos envolvidos, reconhecendo suas contribuições no processo coletivo, uma vez que a

visibilidade dos nomes é um elemento importante na construção e no reconhecimento das históricas retratadas nesta pesquisa[17].

### 4.5. Desenvolvimento das recomendações e até onde a pesquisa vai?

O desenvolvimento das recomendações envolveu não apenas a análise dos dados coletados, mas também a interpretação de como o estudo sobre a situação atual dos catadores autônomos contribui para propor caminhos práticos alternativos. Os resultados dessa pesquisa, assim como as recomendações, são fruto de um trabalho coletivo desenvolvido no âmbito do grupo de pesquisa Núcleo Alter-Nativas da UFMG. As recomendações que apresento nos capítulos finais da tese são uma forma de aplicar os conhecimentos adquiridos para lidar com problemas práticos e sugerir melhorias. Elas representam um fechamento lógico do ciclo de pesquisa, mostrando como os achados e reflexões podem ser utilizados para gerar mudanças e inspirar projetos futuros de intervenção, funcionando como um ponto de partida para novas ações. Considero, a partir das atividades do grupo de pesquisa, que as recomendações são uma parte essencial dos estudos que realizamos, pois conectam a pesquisa à ação, promovem a aplicação prática dos resultados além de contribuem para o direcionamento de futuras pesquisas, novos projetos de intervenção e políticas públicas.

Apesar das contribuições possibilitadas pela metodologia complementar da *Grounded Theory* e Pesquisa-ação, reconheço algumas limitações no estudo. A primeira delas é a subjetividade inerente ao processo de pesquisa. Minha imersão profunda no campo da reciclagem popular e na inclusão de catadores tende, por exemplo, ter resultado em uma visão mais favorável ou até romântica relacionada ao tema. Entendo que é fundamental que essa perspectiva seja equilibrada com uma crítica ou autocrítica embasada nos dados empíricos.

Outra limitação é a dificuldade de generalizar amplamente as recomendações e alguns achados. A metodologia mista que escolhi permite um conhecimento profundo e situado, aplicável de forma eficaz ao contexto estuda, mas difícil de extrapolar para outros

[17] É interessante considerar que algumas das validações realizadas com sujeitos de pesquisa onde utilizo o nome, alguns desses catadores afirmaram não recordar do relato dado e da entrevista concedida. Mesmo com a dificuldade de recordar, por conta do tempo (algumas entrevistas foram concedidas há muitos anos) houve concordância na atribuição do nome do catador à fala de referência coletada em campo, no caso de discordância, optei por nomes fictícios.

cenários sem uma análise cuidadosa das particularidades locais. O objetivo desta tese não é oferecer generalizações amplas sobre o trabalho de catadores autônomos, mas sim contribuir para o debate teórico com base em dados empíricos e apresentar recomendações detalhadas que possam enriquecer a discussão sobre o papel desses trabalhadores autônomos nos sistemas de gestão de resíduos sólidos em contextos semelhantes ao que foi analisado.

# 5. O LIMITE DA INSERÇÃO DE CATADORES EM GALPÕES DE TRIAGEM DE COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES

A história de como aso trabalho em galpões de cooperativas e associações se tornaram o caminho único para inclusão de catadores de materiais recicláveis já foi discutida na contextualização deste estudo. No entanto, devido a essa estratégia já estar consolidada tanto academicamente quanto nas práticas de políticas públicas, mostrou-se necessário um aprofundamento empírico específico sobre os limites dessa inserção de catadores para realização do trabalho em galpões de triagem e as dinâmicas relacionadas a essa estratégia. Para isso, esse capítulo inicia a discussão a partir das vivências dos trabalhadores relacionadas à sua inserção em cooperativas e associações. A discussão baseia-se nas experiências de inclusão com o objetivo de enriquecer os debates sobre métodos alternativos de integração dos catadores que trabalham nas ruas aos sistemas de gestão municipal de resíduos. Para construir essas alternativas, é necessário reconhecer as divergências entre as "formas de vida cooperativa no galpão" e as "formas de vida de catação autônoma nas ruas". Assim, é possível evidenciar os limites da estratégia que se apresenta como único caminho possível e abrir espaço para desenvolver alternativas de cooperação, que hoje começam a ser consideradas como necessárias. A análise parte de temas que emergem das rotinas diárias desses profissionais nas ruas da cidade, buscando compreender as limitações e oportunidades no processo de integração em cooperativas ou associações.

Na recusa, como veremos a seguir, a dificuldade para compreender as opções dos catadores nos exige ir além do estigma de "resistência" ou de colocar o catador como "socialmente irrecuperável". A focalização das pesquisas nas cooperativas, induzida pela estratégia da via única, retira do campo de análise aqueles que não permanecem. Ir atrás dessas pessoas que estão fora dos muros dos galpões de triagem não aparece, assim, como uma prática de pesquisa recorrente, menos ainda a busca da compreensão de suas opções e razões na perspectiva da forma de vida que é a desses indivíduos [18].

[18] A pesquisa dos egressos sofre de deficiências em todos os campos: evasão escolar, rotatividade no trabalho e demissões, separações conjugais etc. Quando muito, faz-se pesquisas com egressos por meio de questionários, mas raramente se utilizam entrevistas em profundidade para compreender suas razões. A dificuldade de acesso em parte explica isso, pois requer muito mais esforço para acompanhar pessoas dispersas no espaço do que estudá-las dentro dos limites de uma organização. No entanto, mesmo quando esse esforço é realizado, é necessário superar o viés de tratá-los como desviantes.

De antemão é preciso deixar evidente que reconhecemos a grande importância das cooperativas e associações de catadores no desenvolvimento da categoria profissional no Brasil e no mundo e o sucesso da estratégia que orientou a organização política do MNCR e a difusão de cooperativas e associações de catadores. A análise proposta nesta tese não questiona a importância da organização produtiva dos trabalhadores. Tanto no passado quanto no presente, essa organização se mantém essencial para a luta dos catadores em busca de reconhecimento social e pela consolidação de seu papel no setor produtivo. No entanto, diante das dificuldades encontradas para expandir a atuação das cooperativas, é fundamental reconhecer as limitações do processo de inclusão por esta via. Compreendendo as escolhas diferenciadas dos trabalhadores em relação à organização coletiva, podemos superar essas dificuldades por meio de novas formas de cooperação.

Estudos voltados para as experiências existentes na construção de um sistema de coleta seletiva mais abrangente, que contemple de forma universal o serviço de catadores e catadoras de materiais recicláveis, independentemente da sua forma de organização produtiva, estão ganhando relevância no contexto atual. Isso ocorre porque a necessidade de compreender os limites da inclusão de catadores em galpões de triagem e no desenvolvimento de alternativas, demanda reflexões e intervenções capazes de superar os desafios atuais de ampliar o atendimento e o acesso às políticas públicas. Essas alternativas serão introduzidas a partir da análise de casos distintos, a começar pela questão de permanecer ou sair de uma cooperativa. Progressivamente, os casos trazem experiências com os catadores autônomos que avançam no sentido de construir bases operacionais para as alternativas de cooperação.

Esse capítulo está estruturado em duas partes. A primeira parte do texto propõe uma discussão sobre a permanência de catadores em ações de inserção em galpões, buscando compreender o que motiva esses trabalhadores a saírem da rua e a se manterem nos galpões das cooperativas, mesmo que sejam casos de menor número. Na segunda parte, de forma complementar, apresentamos três narrativas sobre histórias de catadores que não conseguiram permanecer nos galpões das cooperativas.

## 5.1. Se há tanta limitação na retirada de catadores da rua e inserção em galpões de triagem, por que há catadores que permanecem?

Muito se discute sobre os problemas enfrentados na introdução de catadores em galpões de triagem, principalmente voltados a experiências consideradas malsucedidas onde não há uma inclusão efetiva do trabalhador na organização. Embora seja importante analisar os processos que dificultam a integração desses catadores, uma abordagem que não coloca a situação em perspectiva, tende a fragmentar e individualizar os problemas relacionados à essa inserção e não contribui para fortalecer os grupos organizados a se desenvolverem nesse processo. Entretanto, apesar de existirem tentativas malsucedidas de adição de catadores em galpões de triagem, faz-se necessário, de forma mais breve, apresentar a existência de casos em que a estratégia funcionou e o catador egresso da rua permaneceu e se adaptou no grupo. Aqui, consideramos essa permanência como uma experiência-chave para compreender quais elementos precisam ser desenvolvidos no processo de inserção, caso essa seja a estratégia de inclusão a ser adotada.

Metodologicamente, a análise de casos em que a inserção funciona evidencia, quando comparados aos de não permanência, os processos subjacentes. Quando se analisa uma história "bem-sucedida", há uma tendência a naturalizar esta situação, invisibilizando as condições que o tornaram possível, que são sempre pessoais e singulares, assim como acontece com as situações ditas "malsucedidas". Em vez de considerá-los como a circunstância normal em relação à qual os que saem são desviantes, é necessário refletir também sobre o que funciona: a normalidade precisa ser analisada para se evidenciar o esforço necessário para criar-se na cooperativa essas possibilidades.

Embora a inserção de pessoas em situação de desemprego em galpões de triagem de cooperativas e associações de catadores seja frequente, não será uma questão abordada nessa discussão. Diferenciamos a experiência de catadores que trabalhavam nas ruas ou em lixões em contraposição a sua entrada no sistema das organizações formais. Isso se deve ao fato dessa experiência envolver questões relacionadas à transição e adaptação do trabalho da rua para o galpão, que são diferentes da adaptação de pessoas que anteriormente não realizavam a atividade de catação. Estas são experiências que necessitam de um aprofundamento maior e constituem o foco da presente pesquisa.

A chegada dos catadores que anteriormente estavam nas ruas aos galpões de triagem requer adaptação tanto por parte do catador que está sendo inserido quanto por parte da cooperativa em suas diferentes dimensões. Entrevistamos alguns catadores que tiveram experiências de inserção bem-sucedidas e lideranças de catadores que conseguiram construir essas pontes.

Para os catadores entrevistados, há uma diferença muito grande entre a atividade na rua e a que passaram a fazer quando entraram na cooperativa, precisando de um período para se adaptarem. Essa adaptação teve diretamente o empenho das lideranças das cooperativas, que abriram o processo de inserção. "*Não precisar de andar tanto porque o material chega no galpão*", "*Não ter que arriscar no trânsito, no sol e na chuva*" e "*ter comprador para todos os materiais*" são colocados como pontos positivos na comparação que os catadores fazem sobre seu trabalho na rua e no galpão.

Essas condições de trabalho possuem outros aliados que também motivam a adesão à organização produtiva, seja como cooperado ou associado. Dentre esses benefícios, podemos mencionar o acesso a serviços sociais como creche e auxílio emergencial durante a pandemia de covid-19. Além disso, há a disponibilidade de recursos de programa de logística reversa, bolsa reciclagem, bolsa família e também o acesso a equipamentos de proteção no ambiente de trabalho (EPIs).

A capacidade de adaptação da cooperativa também tem relação direta com a inserção dos novos catadores. As experiências indicam que a transição direta para a triagem em esteiras e bancadas coletivas nem sempre é uma boa estratégia. O catador egresso do trabalho na rua, geralmente precisa de treinamento para fazer a triagem, com alguém do grupo fornecendo suporte e orientação. Isso reproduz a aprendizagem mestre-aprendiz, permitindo o desenvolvimento de habilidades práticas. A mudança para a forma de pagamento deve ser realizada em diálogo com a administração e a contabilidade da cooperativa ou associação. Apesar de acarretar mais trabalho para o grupo, auxilia o catador, acostumado a receber diariamente, a desenvolver uma nova forma de gestão financeira como parte de uma nova forma de vida. Em alguns casos, o pagamento diário torna-se semanal, depois quinzenal e por fim, mensal, seguindo o modelo do restante do grupo, num processo orientado pela própria administração da organização. Essa transição deve ser organizada com o catador, ajudando-o a trocar o uso imediato de dinheiro por

um planejamento financeiro de médio prazo. Além das dificuldades em abrir uma conta bancária, a adaptação ao modelo de remuneração sem estruturar e adaptar a forma de vida relacionada ao período de recebimento (que era diária e passa a ser mensal), a bancarização por si só não se efetiva como solução.

> "Cooperativa é complicado, a gente tem que entrar como se fosse uma firma, eu até gostaria de trabalhar em uma cooperativa, mas acho que precisa de ter ficha lá, eu não conheço nenhuma aqui perto por isso eu vou no ferro-velho mesmo" (Léo, catador autônomo em entrevista, 2020)

> "É uma coisa que é muito cansativa, pra gente que trabalha com reciclagem, é muito cansativo, você empurrar carrinho, revirar lixeira, tudo isso é muito sujo, você não tem lugar pra lavar a mão, trocar de roupa (...). Acho que na cooperativa o trabalho é melhor né? Não sei, eu acho que deve ser, porque não acho que é pior do que isso aqui não." (Adão, catador autônomo em entrevista, 2020)

No entanto, é necessário desenvolver métodos mais eficazes para consolidar essa transição. Reconhecer que essa inserção nem sempre traz resultados satisfatórios, reforça a demanda de pesquisas focadas na análise da experiência de inclusão. A sugestão desta pesquisa é, portanto, compreender as demais formas de inclusão e cooperação, que vão além da dicotomia: ou a integração em galpões ou a invisibilidade do trabalho nas ruas. Contudo, é essencial examinar os procedimentos restritivos que limitam a estratégia de inclusão, ou seja, deixar em perspectiva a experiência que não resultou em inserção efetiva de catadores egressos da rua ou de lixões em galpões de triagem.

## 5.2. *"Cooperativa nem pensar!"* Experiências de inserção de catadores em galpões de triagem

No Brasil, a discussão sobre as cooperativas como solução para o desemprego e trabalho informal ganhou força a partir do final dos anos 1990 (Miranda *et al.*, 2020). As principais vozes a favor dessa alternativa foram as centrais sindicais e entidades da sociedade civil, que forneciam consultoria a vários grupos de trabalhadores (Lanza *et al*., 2017). Ao longo dos anos, o cooperativismo passou a ser compreendido não apenas como um instrumento de organização política, mas também como um meio de organização econômica dos trabalhadores (Gutberlet, 2015; Pagotto, 2004). A proposta cooperativista é, então, amparada por discursos e legislações que sinalizam princípios como: adesão voluntária e

livre, autonomia, independência, gestão democrática e não precarização (Magni& Gunther, 2014). As cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis são, dessa maneira, apresentadas como alternativa para resolver simultaneamente dois problemas: retirar pessoas que estão nas ruas, seja como moradia ou espaço de trabalho com acúmulo de recicláveis, e promover a integração desses catadores ao sistema formal de gestão de resíduos (Da Silva& Bolson, 2018). Com o tempo, essa forma de organização se consolidou como estratégia prioritária. Cooperativas e associações de catadores são organizações às quais os trabalhadores precisam se integrar para acessar seus direitos, ter reconhecimento social e melhores condições de trabalho (Aparcana, 2017). À luz do que se sucede, apenas uma pequena quantidade de catadores de materiais recicláveis no Brasil faz parte desses grupos.

Essa constatação é até certo ponto surpreendente, especialmente após vinte anos de implementação de políticas e ações visando a organização dos catadores em cooperativas. Isso pode levantar várias interpretações, como uma possível falta de conhecimento sobre a existência de grupos organizados e a importância de pertencer a uma cooperativa (Çolak, *et al*., 2024). O estudo conduzido pelo CEMPRE (Compromisso Empresarial para Reciclagem), em 2023, examinou a relação entre catadores autônomos e cooperativas. A pesquisa identificou que quase 40% dos entrevistados desconheciam o processo para se integrarem a uma organização de catadores e como esse procedimento funcionava (Ciclosoft, 2023).

> “Para Luiz Henrique Portelo do MNCR, o número alto de desinteressados pode ser fruto da desinformação acerca dos benefícios em fazer parte de uma organização e o “boca a boca” a partir da experiência de poucos catadores” (Ciclosoft, 2023, p. 58.)

Esse resultado estatístico pode levar a pensar que existe um potencial ainda inexplorado para constituição de novas cooperativas ou ampliar o quadro de associados das existentes. No entanto, essa hipótese da desinformação deve ser relativizada. Estudos têm sido realizados para analisar o processo de resistência à entrada em cooperativas pelos catadores autônomos, e a necessidade de interromper suas funções nas ruas. A principal dificuldade estaria na disciplina necessária para se adaptar às normas da associação e ao trabalho coletivo (Reis & Teodósio, 2020), problema que poderia ser resolvido com mais informação e conscientização (Guisso & Menandro, 2013).

> "Portanto, é possível concluir que para trabalhar com catação nas cooperativas não é uma opção para maior parte dos catadores de materiais recicláveis de rua, mesmo se a remuneração for um pouco menor, pois a escolha de trabalhar com resíduos é realizada como uma possibilidade de recolher o que foi descartado pela sociedade, mas isso quando desejarem e sem necessidade de autorização ou dar satisfação sobre o trabalho. (...) estas pessoas não se sentem atraídas para trabalhar em um modelo de cooperativa. Isso porque, para elas, essa lógica ainda abarca o modelo convencional de trabalho, que as obriga a terem horário de entrada e saída, além de outras regras consideradas como rígidas." (Reis & Teodósio, 2020, pág.154)

Os autores indicam que a cooperativa é o modelo de trabalho mais apropriado e benéfico. Entretanto, apenas analisam a resistência à entrada e não mencionam que existem também desafios para viabilizar a permanência dessas pessoas nos coletivos e que, frequentemente, essas barreiras, se tornam maiores às vantagens proporcionadas.

> "Os catadores de materiais recicláveis, em sua maioria, exercem essa atividade sem as condições mínimas de segurança, remuneração adequada, valorização pessoal e profissional, o que os leva a renegar esta atividade e a não procurarem a legalização por meio da inclusão em cooperativas ou como empreendedores individuais. Falta-lhes, além do sentido de pertencer a uma categoria, a informação necessária para que saiam da informalidade e da falta de qualificação para exercerem essa atividade como algo importante e necessário para a sociedade" (Guisso & Menandro, 2013, pág. 262)

Antes de sugerir outras formas de cooperação além do trabalho nos galpões, precisamos também compreender o ponto de vista dos catadores que optaram por permanecer na rua, mesmo conhecendo o trabalho nas cooperativas. Para isso, vamos utilizar a narrativa de três experiências de inserção de catadores que saíram das ruas e foram para galpões de triagem. Isso será útil para contribuir com discussões e análises futuras sobre novos modelos de cooperação entre esses trabalhadores.

**Entre o Lixão e a rua: trajetórias em transição**

Os espaços utilizados para depósito de resíduos em diversos municípios brasileiros, são também espaços de trabalho para diversos catadores de materiais recicláveis. Na maior parte da cidade, o caminhão de coleta de lixo passa pelas ruas de porta em porta, recolhendo os resíduos que os moradores colocam em sacos de supermercado ou sacos

pretos. Os coletores recolhem todo o lixo e o levam para um lote da cidade, onde o depositam diretamente no solo, transformando esse espaço em um lixão a céu aberto. João trabalha há muitos anos nesse lote onde os resíduos são despejados, coletando materiais recicláveis como garrafas de refrigerante, latinhas de cerveja e caixas de papelão para comercializar com o comprador, que vai no local pegar a produção do dia. Várias pessoas trabalham no lixão há bastante tempo, outras chegaram recentemente e algumas desaparecem, retornando depois de um tempo. João chama essas pessoas de 'aventureiros', que vão coletar no lixão em troca de um pagamento garantido e, em seguida, desistem ou partem para outro trabalho.

Em uma manhã radiante, uma equipe da prefeitura chega ao lixão para iniciar a conversa com os trabalhadores a respeito do encerramento do local, decorrente de uma nova legislação federal. João e vários outros catadores prestam atenção nas instruções fornecidas, no entanto, questionam a eficácia delas, uma vez que não é a primeira vez que recebem esse tipo de visita. Algumas semanas passam e novamente o grupo de técnicos retorna com mais indivíduos para efetuar um registro de quem está realizando atividades no local, alguns catadores saem discretamente sem realizar o registro, por medo, seja de entregar os documentos para a prefeitura ou por questões relacionadas a problemas com a justiça. Reuniões acontecem ao longo de semanas, os empregados da prefeitura começam a proibir a entrada de quem não está registrado e inicia um processo de capacitação com um grupo que tem interesse em criar uma associação ou cooperativa de catadores. A prefeitura se compromete a oferecer equipamentos e um galpão de triagem para o grupo que se organizar. João, frequentou todas as reuniões e achou relevante fazer parte do processo de organização com a expectativa de melhoria das condições laborais. A perspectiva de trabalhar sem necessidade de enfrentar sol e chuva era o que mais despertava o seu interesse, uma vez que o trabalho ao ar livre o deixava bastante fatigado e a atividade dentro de um galpão poderia ser mais confortável.

Em reunião, o conjunto de trabalhadores decide que irão estruturar e oficializar uma associação, por compreenderem que a cooperativa seria um procedimento mais burocrático e com pagamento de mais tributos. Por fim, o dia de encerramento do lixão chega. Os catadores que foram parte do processo de formação da associação de catadores recebem uma camiseta com o nome da organização, luvas e um boné com a logomarca de uma multinacional. João, ainda sem acreditar que não terá mais o lixão como seu local

de trabalho, sente-se feliz naquele momento. Sobretudo, porque não se sentia mais invisível. O galpão da associação é entregue para o grupo. A presidente eleita, que é prima paterna de João, assina o termo de cessão de uso, no qual a prefeitura também se compromete a pagar as contas de água e luz durante os próximos anos. A renda dos catadores associados seria proveniente do material reciclável comercializado pelo grupo, seguindo um sistema de produção previamente definido por eles em reuniões de formação realizadas pela prefeitura.

Os catadores trabalhavam com os materiais que chegavam no galpão através de um sistema de coleta seletiva em dias alternados: um caminhão percorria rotas e dias específicos, e os moradores separavam apenas os materiais recicláveis, destinando o restante para outro tipo de coleta. João considerou o processo bastante interessante, sobretudo devido a separação dos recicláveis pelos moradores. Isso eliminará o risco de encontrar fezes, animais mortos ou resto de alimentos entre os materiais. Para ele, essa simples medida já representaria um ganho significativo. No primeiro dia, o caminhão chegou ao galpão da associação carregado com os materiais recicláveis da coleta seletiva. No entanto, o volume desses materiais era notavelmente baixo. Da mesma forma, no segundo dia de coleta, a quantidade de material estava significativamente abaixo do esperado.

Durante todo o dia, inúmeros caminhões repletos de material chegavam ao lixão. A oferta era vasta e a comercialização de mais material reciclável significava maiores ganhos para os catadores. O contraste das realidades motivou os catadores a agendar uma reunião com a prefeitura para compreender melhor o que estava acontecendo. Contudo, João, já bastante desmotivado com a sua nova situação, optou por não comparecer ao encontro da associação com a prefeitura. A presidente e demais membros associados voltaram da reunião com a prefeitura anunciando que iriam realizar uma mobilização substancial. Com o objetivo de fazer com que a população entenda a relevância dos catadores e separe os materiais adequados para a coleta seletiva. Além disso, eles informaram que o governo local irá investir em educação ambiental destinada aos moradores. João, com uma pitada de desconfiança, questiona quando ocorrerá a ação planejada. A presidente, que negociou com a prefeitura, responde que será em cinco meses. Esse prazo é considerado por João excessivamente longo, considerando a urgência devido a diminuição de sua renda. Tal queda está diretamente relacionada à escassez de material e baixa produção. Os dias

passam e a associação realiza sua primeira comercialização, distribuindo entre os associados o valor da produção de cada um. O valor recebido no final da semana não é suficiente. João volta para a casa com uma grande angústia, tentando entender o que deu errado na formação da associação, pois durante os treinamentos os catadores aprenderam muito. No caminho para a casa, à noite, João percebe que há materiais recicláveis na rua, prontos para serem coletados pelo caminhão que os levaria para o aterro. Ele considera a possibilidade de coletar alguns materiais antes do caminhão passar e talvez conseguir uma renda melhor do que a que estava recebendo na associação. Durante o percurso para casa, João recolhe materiais recicláveis pelas ruas, retornando com várias sacolas cheias. No dia seguinte, ele retorna à associação e é informado que a presidente sofreu um assalto. O ladrão levou todo o dinheiro destinado ao pagamento semanal dos associados. Isso significa que o esforço daquela semana foi totalmente perdido. Além disso, a renda que já era escassa, agora estava reduzida a nada. Frustrado e angustiado, João decide se desligar do grupo e passar a coletar recicláveis por conta própria e vendê-los da mesma forma que fazia quando trabalhava no lixão. No início, João começou a coletar materiais próximo à sua residência. Com o passar do tempo, ele passou a frequentar áreas comerciais e centrais da cidade. Ao longo desse período, ele adquiriu um carrinho de coleta, permitindo-lhe recolher uma quantidade maior de materiais recicláveis. Ele percebeu que enfrentava mais dificuldades ao coletar materiais recicláveis nas ruas, pois a oferta era menor em comparação ao lixão. Tornou-se crucial para ele saber onde procurar e identificar os locais certos onde encontraria materiais de boa qualidade, entretanto esses locais frequentemente se transformavam em um ponto de disputa com outros catadores. Na rua, João interage diretamente com as pessoas, o que pode ser desafiador, visto que alguns moradores desaprovam sua atividade. Além disso, compartilhar o espaço com o tráfego intenso é exaustivo. Durante sua formação na associação, João adquiriu habilidades valiosas, como a elaboração de balanços financeiros, a realização de negociações com compradores e o investimento em equipamentos para otimizar seu trabalho.

A garagem da sua casa tornou-se seu local de trabalho onde ele armazena os materiais coletados antes de vendê-los. Isso permitiu que ele passasse mais tempo em casa, aumentando sua convivência com a esposa e filhos, que agora também contribuem para o trabalho de reciclagem.

João não manteve mais nenhum contato com a associação ou com a prefeitura da cidade, recebendo notícias apenas através de familiares. Ele acredita na possível prosperidade do grupo, mas não se imagina como parte dele novamente.

**O limite da margem: entre escolhas e oportunidades**

A atividade de coleta de resíduos para a reciclagem consiste essencialmente na seleção de materiais descartados como lixo para venda. Essa forma de trabalho não requer habilidades complexas ou um alto nível de instrução. Em muitos casos, essa relação comercial até mesmo carece de registro devido a predominância da informalidade no setor. Esses fatores criam condições favoráveis para indivíduos em situação de vulnerabilidade socioeconômica encontrarem na coleta de resíduos uma fonte imediata de renda para si mesmos e suas famílias. Esse foi o caso de Rui, que, após perder seus pais e enfrentar o desemprego, não conseguiu manter o pagamento do aluguel e precisou recorrer às ruas da cidade para sobreviver.

A linha tênue entre o legal e o ilegal, assim como entre o formal e o informal, sempre foi uma presença constante na vida de Rui desde que precisou viver nas ruas. Rui enfrentou um ano de privação de liberdade devido a uma prisão preventiva, na qual não houve comprovação de seu envolvimento com o tráfico de drogas. Sua liberdade foi parcialmente restaurada com o uso de tornozeleira eletrônica[19].

Após ser liberado do sistema prisional, Rui começa a frequentar os centros de convivência administrados pela assistência social de seu município. Nesses locais, ele descobre uma oportunidade de trabalho numa cooperativa de reciclagem. A possibilidade o entusiasma imediatamente, pois ele tem vasta experiência na coleta de papelão e plástico, atividade que lhe proporcionou sustento por vários anos.

Com o apoio da assistente social, Rui visita a cooperativa para conhecer o local e iniciar uma conversa sobre a possibilidade de um novo emprego. Eles se deslocam a pé, já que o galpão de triagem da cooperativa está convenientemente localizado perto do abrigo onde Rui ocasionalmente passa algumas noites.

[19] A tornozeleira eletrônica é um equipamento utilizado pela justiça para monitorar os passos de uma pessoa que esteja sendo processada criminalmente ou esteja cumprindo pena, funciona por meio de sistema GPS e calcula em tempo real a localização geográfica da pessoa e envia para a Central de Monitoramento que sinaliza quando o indivíduo sai do perímetro permitido acionando as autoridades competentes. (JusBrasil, 2020)

Enquanto a assistente social se reúne com a presidente da cooperativa numa sala separada, Rui observa atentamente o funcionamento da cooperativa. Ele se interessa pelos detalhes do processo, desde a separação dos materiais em uma esteira, a prensagem dos fardos e ao deslocamento dos materiais pelo amplo espaço do galpão.

Desde que começou a coleta de materiais na rua, Rui sempre compreendeu a importância ambiental do processo. Observando a operação da cooperativa, ele percebeu, naquele momento, que há uma grande quantidade de materiais para serem reciclados, muitos dos quais ele sequer conhecia. Subitamente, a assistente social chamou-o para uma conversa com a presidente da cooperativa. A conversa inicialmente parecia uma entrevista de emprego, o que o deixou bastante nervoso. No entanto, ao compartilhar sua experiência na coleta de recicláveis nas ruas, a conversa ficou mais amena para ele.

Ao final da visita, a presidente da cooperativa deu a Rui um sinal positivo para começar a trabalhar ali e informou que no dia seguinte o grupo estaria preparado para recebê-lo. A assistente social o parabenizou por estar aberto a experimentar um novo trabalho e colocou-se à disposição caso enfrentasse alguma dificuldade.

Após a conversa, Rui dirigiu-se ao albergue público da prefeitura, onde eram oferecidas uma refeição, cama e a possibilidade de um banho. Entretanto, ao chegar ao local, não havia mais vagas disponíveis. Ele precisaria passar mais uma noite debaixo da sua marquise.

Antes do sol nascer, Rui desperta para garantir que chegaria cedo à fila do café fornecido diariamente pela fraternidade da igreja católica a pessoas em situações de rua, em uma praça em frente à catedral. Após o café, ele se desloca rapidamente para o galpão da cooperativa. Ao chegar, encontra apenas alguns poucos catadores começando o trabalho e procura pela presidente, que ainda não havia chegado.

Sentindo-se desinformado sobre o trabalho, ele tenta se aproximar do pessoal, informando estar em período de teste e manifestando o desejo de trabalhar na cooperativa junto deles. Entretanto, Rui se incomoda com alguns olhares e se sente constrangido quando uma cooperada pergunta se ele tomou banho antes de ir trabalhar. Ele pensa em explicar que não possui casa e, por isso, não tem muitas oportunidades de tomar banho diariamente, mas opta por silenciar para evitar ser visto como vítima.

Ele começa a auxiliar no processo de alimentação da esteira de triagem, orientando por outro cooperado que explicava o trabalho enquanto ele executava. O trabalho era exaustivo, mas Rui completou todas as atividades até o intervalo. Durante esse período, ele tomou café, mas como não trouxe lanche, não conseguiu se alimentar adequadamente. A presidente ainda não havia chegado e ele continuava sem saber sua função provisória ou até como funcionava o processo de teste no trabalho.

Aproveitando o intervalo, ele foi ao banheiro para carregar sua tornozeleira eletrônica. Enquanto fazia isso, uma cooperada passou pelo corredor e, ao observá-lo, demonstrou desaprovação. Após o intervalo, quando todos retornaram às atividades, Rui notou uma mudança no comportamento do grupo, que passou a ficar mais silencioso, conversando em cochichos.

Finalmente, a presidente da cooperativa chegou e percebeu o clima tenso. Ao ser questionada por uma cooperada, elas se retiraram para o escritório. Pouco depois, Rui foi chamado pela presidente e questionado sobre a tornozeleira, sendo criticado por não ter avisado previamente.

A presidente também indagou sobre a necessidade de um comprovante de endereço e uma conta bancária para participar do grupo de cooperados, porém Rui não possuía esses documentos e não conseguiu explicar adequadamente, ficando nervoso com a situação. Sem entender porque não respondia suas perguntas, a presidente orientou que ele retornasse no dia seguinte com esses documentos e também que explicasse a situação da tornozeleira.

Ao sair da cooperativa, Rui ouviu murmúrios dos cooperados sobre sua possível ligação com atividades criminosas. Sentia que a cooperativa poderia representar uma nova chance para iniciar uma jornada na reciclagem, um trabalho que apreciava. No entanto, desanimado, ele comprou cigarros e álcool em uma mercearia, passando o restante do dia alcoolizado.

Na manhã seguinte, ele se lembrou que precisava voltar à cooperativa e contar sua situação à presidente ou pedir ajuda para a assistente social. No entanto, sentindo-se inseguro, procurou conforto no álcool. Ao chegar à cooperativa, foi recebido pela presidente, que o repreendeu por estar alcoolizado, explicando que ninguém poderia adentrar o galpão após o uso de substâncias e que tal comportamento não seria tolerado.

Sem poder se explicar, Rui se retirou e após esse episódio ninguém mais teve notícias sobre ele.

**O contraste de experiências entre a rua e o galpão**

O trabalhador autônomo é aquele que organiza sua própria atividade produtiva, sendo inadequado referir-se a ele como "não-organizado", já que existe alguma forma de organização, embora esta não seja reconhecida. Antônio é um desses trabalhadores autônomos que realiza coleta de materiais recicláveis nas ruas, em estabelecimentos comerciais e em condomínios. Sua renda advém da comercialização desses materiais, além de alguma ajuda recebida de pessoas na rua e de moradores para quem realiza a retirada de materiais descartados.

Após quatro anos atuando como catador autônomo nas ruas da cidade, Antônio foi abordado por um agente da prefeitura durante uma de suas rotas de coleta na rua. O agente questionou seu interesse em fazer parte de uma associação atuante no bairro onde estava coletando. A exaustão diária de puxar o pesado carrinho de coleta pelas ruas fez, Antônio, considerar uma mudança em sua forma de trabalho. Juntar-se a uma associação com vários outros catadores pareceu-lhe uma boa alternativa.

A admissão de Antônio e outros catadores na associação foi possível através de um projeto da prefeitura. Ao ingressar, foram informados sobre o funcionamento do grupo, as regras e os horários. Durante as apresentações, Antônio percebeu que, embora seja um grupo de catadores, o trabalho era diferente do que realizava antes. Agora ele precisava cumprir horários, justificar ausências, e tudo precisava ser decidido em conjunto.

Na associação, ele desempenhava diversas tarefas, desde coleta nas ruas até prensagem de material e descarregamento de caminhões. Com o passar dos dias, embora sentisse a mesma exaustão, teve que desenvolver habilidades de mediação de conflitos devido à convivência em grupo. Concluiu que o trabalho não correspondia às suas expectativas. Sair de um trabalho onde tinha liberdade para definir seu horário e ausentar-se sem perder automaticamente sua produção fez com que ele refletisse sobre sua permanência na associação.

Ao final do mês, que também marcou o término do período de sua experiência na associação, ele recebeu um pagamento muito inferior ao que obtinha como autônomo.

Em conversa com o grupo, foi explicado que o valor foi reduzido devido a descontos de INSS, taxas administrativas e impostos coletivamente cobrados. Além disso, foi penalizado por não coletar material em um estabelecimento indicado pela prefeitura e por não cumprir a carga horária mensal.

Ao decidir sair do grupo, as lideranças não aceitaram bem a sua decisão, e o desligamento ocorreu de forma conflituosa. Isso gerou nele uma aversão a qualquer menção sobre cooperativa de catadores. Retornou à coleta nas ruas, adquiriu um automóvel e organizou sua própria rota de coleta. Apesar da experiência negativa, Antônio reconhece que aprendeu muito durante sua experiência e que esse período foi crucial para compreender que, para ele, “cooperativa nem pensar!”.

# 6. A GUERRA DO LIXO: CONFLITOS URBANOS E DINÂMICAS SOCIAIS NA ATIVIDADE DE CATAÇÃO NAS RUAS

Como já apresentado anteriormente, a dificuldade de integrar trabalhadores em galpões de triagem resulta em distanciamento das políticas públicas da atividade de catação autônoma. E aqueles que não se adaptam ao regime de trabalho cooperativo ou associativista retornam para a coleta na rua. A partir desse momento, sua atividade produtiva passa a integrar um cenário de interação conflituosa, que precisa ser considerado na discussão. Dessa forma, este capítulo pretende aprofundar sobre os conflitos urbanos nos quais a coleta de materiais está inserida. Entender as disputas inter-relacionadas ajuda a argumentar sobre intervenções e a definir o papel das opções de integração desses atores. Para a discussão das relações de cooperação, foco central desta tese, é necessário compreender e discutir a situação de competição como elemento importante na construção da cooperação. O antagonismo que envolve catadores autônomos inclui diversos atores como a população local, a prefeitura, atrito com outros trabalhadores como garis, e muitas vezes as situações acontecem de forma simultânea. Isso ocorre porque o ambiente que estão inseridos é favorável às interações constantes, inclusive aquelas mais conflituosas. Para entender esse cenário, este capítulo está dividido em duas partes: na primeira, apresentaremos os problemas relacionados ao trabalho de catadores nas ruas e os diferentes conflitos com moradores e o poder público municipal; na segunda parte, discutimos a guerra do lixo entre trabalhadores, resultando em disputas pelo acesso aos materiais recicláveis.

## 6.1. Conflitos urbanos entre catadores, moradores e prefeitura diante da encruzilhada do lixo na rua

Os conflitos resultantes da atuação de catadores nas ruas se manifestam principalmente nas disputas entre catadores autônomos e em confrontos diretos com os moradores e com o poder público.

O espalhamento de materiais nas ruas é um fenômeno que potencializa os conflitos com moradores e, por conta disso, é uma das principais reclamações dos moradores em Belo Horizonte. Devido ao espalhamento de materiais, a sujeira nas ruas é frequentemente atribuída aos catadores. No entanto, é necessário entender de forma aprofundada porque isso acontece. As reclamações de moradores apontam que a prática de rasgar sacolas de

lixo nas ruas e espalhar materiais pela calçada representa uma ação predatória que, para muitos moradores, deveria ser coibida. Alguns moradores abordam catadores durante a coleta para orientá-los sobre práticas mais aceitáveis de trabalho, como não espalhar os materiais pela calçada e não rasgar os sacos. Paralelamente, alguns moradores passam a separar os materiais recicláveis em sacolas diferentes e indicar o conteúdo para facilitar a coleta dos catadores e reduzir os casos de dispersão de lixo na rua.

Na perspectiva dos catadores, esse espalhamento é consequência de diversas questões operacionais que ele precisa lidar no desenvolvimento do seu trabalho de coleta nas ruas. A rota de coleta dos catadores segue a rota do caminhão de lixo ou de coleta seletiva, e sua atuação acontece no intervalo entre o momento em que o morador dispõe o lixo na porta e o momento em que o caminhão realiza efetivamente a coleta. Esse intervalo geralmente é muito curto e demanda uma certa pressa para coletar o máximo possível de materiais que muitas vezes estão misturados com rejeitos. Como resultado, os catadores autônomos que operam nas ruas acabam por rasgar sacolas de lixo em busca dos materiais de maior valor, misturados a resíduos comuns, correndo inclusive riscos de infecções e acidentes durante essa atividade. A Figura 4 retrata uma rua na região nobre da cidade de Belo Horizonte com resíduos espalhados e catadores buscando materiais recicláveis. Este cenário causa grande desconforto aos moradores, que são confrontados de forma recorrente com a situação.

Figura 4 - Catadores autônomos realizando coleta de recicláveis na calçada com espalhamento de materiais em Belo Horizonte. Fonte: Redes Sociais, 2023.

Há situações que resultam no espalhamento de materiais, principalmente quando os catadores precisam de sacolas resistentes para coleta. Durante a sua atividade, ao encontrar um saco plástico considerado de maior qualidade devido à resistência ou tamanho, o catador pode acabar provocando o espalhamento de materiais ao pegá-lo. Muitas vezes, estas sacolas estão cheias de lixo não reciclável e ao utilizá-las, os materiais que estavam acondicionados ali podem acabar sendo dispersados pelas calçadas. Embora essas sacolas sejam importantes ferramentas para o trabalho, pois permitem aumentar a quantidade de materiais coletados e, consequentemente, os ganhos dos catadores, a forma como são adquiridas costuma gerar esse espalhamento. O saco plástico que envolve colchões são os mais procurados pelos catadores, pois possuem resistência e volume suficientes para acondicionar os materiais coletados, além de ser fácil de carregar. Da mesma forma, sacolas de lixo resistentes também despertam interesse semelhante, levando os catadores a retirarem os materiais de dentro da sacola para seu próprio uso.

Além do espalhamento de materiais, identificamos um evidente incômodo de alguns moradores ao se depararem com pessoas mexendo no lixo de suas residências.

> "É complicado, eu coloco o lixo pra fora e sempre aparece as pessoas querendo pegar alguma coisa. Eu até coloco as latas separadas, mas não adianta, sempre vem alguém querendo ver se tem alguma coisa, rasga a sacola e vira aquela bagunça" (morador de Belo Horizonte, em abordagem de campo, 2022)

> " (...) não adianta, eles vão abrir o lixo de qualquer jeito procurando coisa e deixa tudo bagunçado, deixa a rua suja (...)" (morador de Belo Horizonte, em abordagem de campo, 2022)

Devido ao evidente incômodo relacionado à bagunça causada pelo espalhamento de materiais, algumas estratégias de "proteção" ou "segurança" dos resíduos surgem, como o uso de trancamento em lixeiras localizadas nas ruas. Essa prática busca impedir o acesso aos resíduos gerados, garantindo sua coleta integral para o aterro sanitário sem interferências externas. Essa ação de trancamento das lixeiras residenciais também ocorre durante a coleta seletiva realizada pela prefeitura, assunto que será abordado posteriormente.

A atuação dos catadores nas ruas, o uso de carrinhos para coleta e o armazenamento de materiais no espaço público também geram desconforto aos moradores, especialmente devido a um incômodo estético. Praças e locais urbanos como baixios de viadutos são

ocupados por catadores que, sem estrutura adequada de trabalho, utilizam as ruas como extensão de suas atividades (às vezes até mesmo como moradia). Isso causa diversos conflitos relacionados a degradação do espaço público e a associação da atividade com cenas de uso de substâncias como álcool e outras drogas. Esse processo desencadeia uma série de problemas, especialmente quando pessoas em situação de rua, atuando como catadores e fazendo uso de álcool e outras drogas, se instalam no espaço público, incomodando a vizinhança. Nesses casos, emerge um conflito em relação a mediação dessas relações por parte do poder público, que nem sempre possui estrutura técnica e operacional adequada para lidar com essa questão. Apesar das relações assimétricas entre catadores e moradores, na mediação desse conflito pelo poder público, poucas estratégias são desenvolvidas além da simples remoção de pertences e "operações limpeza".

Para diversos grupos de moradores, a presença dos catadores nas ruas é vista como um problema em si, e ao acionar o poder público para resolver a questão, acreditam que o trabalho desses profissionais deveria ser realizado dentro de galpões de triagem, de preferência longe das áreas nobres da cidade. A demanda pelo direito dos cidadãos a uma cidade limpa e a recuperação de espaços de convivência deteriorados tornam-se, então, um conflito aberto entre a população e os catadores que trabalham nas ruas. Isso ocorre com pouca (e insuficiente) mediação por parte do Estado. Como não há políticas públicas que deem conta de construir estruturas adequadas para o trabalho dessas pessoas, a situação tende a se agravar.

Essa situação de conflito também está relacionada a uma série de questões sociais, como preconceito e manutenção de estereótipos relacionados ao trabalho dos catadores de materiais recicláveis e sua vinculação com a sujeira urbana, em uma abordagem higienista ainda presente de forma evidente no cenário atual.

O agravamento desse conflito com a população tem como resultado a repressão do poder público, que passa a apreender materiais recicláveis e equipamentos de transporte (como carrinhos, carroças e big bags) ou até a coibir a atividade de coleta como resposta à sociedade diante desse dilema. Essas ações de repressão podem incluir medidas de criminalização do trabalho e aplicação de multas, além do constrangimento gerado durante a abordagem. Nesse contexto de conflito entre moradores e catadores, emergem poucas estratégias de conciliação.

A relação do poder público, especialmente o municipal, com os catadores que operam fora das cooperativas é caracterizada por um hiato, um certo nível de tolerância, mas também pela repressão. Nota-se uma ambivalência, onde setores como assistência social tem um relacionamento mais positivo e acolhedor com os catadores, ao passo que a regulação urbana, como, fiscalização e limpeza pública geralmente mantêm uma relação mais conflituosa, resultando frequentemente em casos de repressão. A prefeitura costuma estabelecer diálogos com catadores em cooperativas e associações, implementa sistemas de coleta seletiva e fornece equipamentos e infraestrutura de trabalho, com a expectativa de que todos os catadores deixem de recolher nas ruas e em lixões e se integrem a uma organização coletiva[20]. No entanto, na prática, a grande maioria dos trabalhadores prefere atuar fora desse sistema imposto, não mantendo relação de trabalho com nenhuma entidade do circuito (cooperativas ou associações). Isso configura uma situação de hiato com o poder público, que não busca alternativas nem constrói integração, resultando em raras experiências de políticas públicas voltadas para este grupo social. Neste cenário conflituoso relacionado ao processo produtivo dos trabalhadores autônomos da reciclagem junto ao poder público, destacam-se como os conflitos mais frequentes: transporte de coleta, relação com garis e o espalhamento de materiais.

O uso da cidade exige a observância de diversas regras de sociabilidade e organização do convívio entre as pessoas nos diferentes territórios. A coleta de recicláveis é uma atividade comum na paisagem urbana de quase todas as cidades brasileiras, mas a convivência deste trabalho com outras atividades produtivas da cidade gera disputas. O sistema produtivo da reciclagem requer que o catador colete a maior quantidade possível de materiais recicláveis, levando a um uso de veículos conhecidos como carrinhos de coleta ou até carroças, onde o material é acondicionado durante o trecho para posterior transporte até o local de comercialização ou de estocagem. No entanto, o uso do espaço público e a relação com o trânsito da cidade, tornam essa atividade um problema para os setores governamentais das grandes cidades brasileiras.

[20] Nem todas as prefeituras oferecem para os grupos organizados em cooperativas e associações todas as condições mínimas necessárias para realizarem a atividade, o argumento colocado aqui é que se há acesso à infraestrutura e apoio ao trabalho, ele só acontece a partir da organização constituída sem considerar quem está fora dela.

Não foram encontrados registros de controle de dados sobre atropelamentos e acidentes de trânsito envolvendo catadores de materiais recicláveis, embora não seja raro ouvir relatos de catadores sobre acidentes graves, sejam eles próprios ou de conhecidos, durante o trabalho de coleta. O risco no trânsito da cidade é evidente; no entanto, para mitigar este risco, algumas prefeituras optam por campanhas para remover esses catadores do trabalho nas ruas. Se os catadores optam por continuar seu trabalho na rua, há uma tendência do poder público em proibir a circulação de carrinhos e apreender esses veículos, alegando proteção e redução do risco do trabalho. Não foram encontradas experiências sobre ações relacionadas à distribuição de informações sobre condução segura de carrinhos de coleta no trânsito ou dicas para evitar acidentes. A precariedade da coleta com veículos de propulsão humana é um problema crônico, mas sua proibição pode não trazer melhorias às condições de trabalho, podendo, ao contrário, piorá-las quando os coloca na ilegalidade. O hiato das ações públicas de integração e apoio voltadas ao trabalho dos catadores que atuam na coleta de rua é tanto a causa quanto a consequência de um sistema que foi concebido sem levar em conta os catadores autônomos, resultando na exclusão dessas pessoas.

O sistema de coleta seletiva nas cidades brasileiras é geralmente composto por duas modalidades: a coleta porta a porta e a coleta ponto a ponto. A coleta ponto a ponto foi concebida para cidadãos que desejam participar da coleta seletiva, mas cujas residências não estão na rota do caminhão de coleta. Um espaço é disponibilizado para a separação dos resíduos, que serão posteriormente coletados e destinados aos galpões de triagem das cooperativas e associações. No entanto, devido à presença de catadores autônomos nas ruas, muitas vezes esses trabalhadores realizam a separação e coleta desses materiais nesses pontos, desviando-os do sistema implementado. Como resultado, algumas prefeituras optaram por trancar os contêineres de coleta seletiva para coibir a ação dos catadores nas ruas e evitar esse desvio.

Entretanto, é comum que os materiais recicláveis descartados pelos moradores não sejam colocados dentro dos contêineres, também há situações de coleta pouco frequente e equipamentos de tamanho incompatível. Isso gera um ambiente semelhante a pontos de descarte irregular, o que, por sua vez, é malvisto pela população que utiliza ou reside próximo a esses pontos. A situação dos pontos de coleta seletiva, onde os equipamentos são disponibilizados para o descarte dos materiais pelos usuários, frequentemente mal-

informados, revela-se ineficiente na maioria das cidades, apesar de ser um sistema de baixo custo.

Além disso, a falta de estrutura disponível para os catadores realizarem a separação dos materiais para posterior venda, visando a obtenção de um maior valor, faz com que as calçadas ou praças se tornem espaços alternativos para essa atividade. Isso, por sua vez, gera conflitos diversos, como já mencionado anteriormente.

No caso da coleta seletiva porta a porta, a situação se repete em relação aos catadores autônomos que seguem a rota de coleta, recolhendo materiais de maior valor de venda. Essa questão será explorada mais detalhadamente no próximo tópico. No geral, os sistemas de coleta seletiva não foram concebidos para considerar as atividades de coleta na rua por catadores autônomos e, ao mesmo tempo, impedir esse trabalho não assegura aumento nas taxas de reciclagem na cidade.

**Garis *versus* Catadores nas ruas**

O trabalho dos garis, assim como o dos catadores, está associado a preconceitos e estereótipos (Santos, *et al*., 2009). Em suas rotas de coleta de lixo urbano ou coleta seletiva, há interação entre esses dois grupos, embora também haja recorrentes conflitos que podem se tornar problemas de ordem pública para as autoridades.

Os catadores de materiais recicláveis, ao vasculhar o lixo disposto nas calçadas, muitas vezes abrem sacolas ou transferem materiais de um recipiente para outro de forma rápida, devido ao curto intervalo em que o material fica disponível antes da coleta pelo serviço público. Essa ação, feita com urgência, resulta, por vezes, no material espalhado nas vias públicas. Tal situação acaba por demandar mais tempo dos garis para realizarem a limpeza, causando atrasos em suas rotas. Sem mediação, esses conflitos podem crescer e chegar a agressões e constrangimentos entre garis e catadores[21].

A coleta convencional em Belo Horizonte é frequentemente realizada à noite, enquanto os catadores atuam antes da passagem dos caminhões nas ruas. Os garis reclamam do espalhamento de materiais em suas rotas, gerando atrasos e até advertências por parte das empresas terceirizadas que gerenciam esse serviço. A terceirização da gestão da força de

[21] Um exemplo de agravamento desse conflito ocorreu em Belo Horizonte, em novembro de 2020, que foi sistematizado para a discussão.

trabalho caracteriza-se como uma privatização das relações (Santos, *et al*. 2009). Os garis, insatisfeitos com a situação, não são atendidos em suas demandas pelo poder público (via empresas) para possivelmente organizar a atividade dos catadores e evitar o espalhamento de materiais que acarreta atraso no serviço. Sem uma intervenção efetiva, os garis, por conta própria, passam a agir, ameaçando e discutindo com os catadores nas ruas. Quando há resistência dos catadores ou continuação de sua atividade, esses conflitos podem escalar para agressões físicas e verbais.

Os garis optam por constranger, ameaçar e xingar os catadores na tentativa de resolver os problemas que enfrentam no trabalho. Entretanto, mesmo diante dessas ações, os catadores persistem em sua atividade. Os catadores, por sua vez, negam ser responsáveis pelo espalhamento de materiais, embora reconheçam a necessidade de abrir as sacolas para retirar os materiais recicláveis. Eles consideram injusta a forma como são abordados pelos garis. Além disso, em algumas áreas da cidade há casos de espalhamento de lixo causado por animais, como cães e cavalos, mas os catadores também são responsabilizados pela sujeira nas ruas. A postura do órgão público em não agir ou regulamentar essa atividade que passa a seguir uma racionalidade privada, permite que a lógica da terceirização, focada apenas no aumento da produção em detrimento das relações de trabalho, amplie os conflitos entre trabalhadores e catadores ao longo do trajeto de coleta (Santos *et al*., 2009).

Outro ponto de interação entre garis e catadores é quando os garis recolhem materiais recicláveis. Alguns catadores consideram injusto que os garis coletem resíduos recicláveis, especialmente latinhas de alumínio, por terem um valor maior no mercado. Embora haja orientação das empresas para coibir essa atividade e regulamentar o impedimento do desvio de materiais, essa ação de reciclagem por parte dos garis é pouco discutida e poderia ser alvo de estudos para além da proibição, buscando uma cooperação para aumentar as taxas de reciclagem por meio da conciliação entre trabalhadores.

Portanto, embora ambos os grupos de trabalhadores, catadores e garis, lidem com resíduos como parte de seu trabalho, e apesar de existirem conflitos, também há casos de convivência harmônica. No entanto, diante dos conflitos emergentes no sistema de limpeza urbana, torna-se evidente a necessidade de mediação e estratégias de convivência

para evitar a escalada de conflitos entre os trabalhadores, entre catadores e moradores e, finalmente, entre os próprios catadores.

## 6.2. Entre eles e nós: a rua como espaço de conflito e convívio de diferentes formas de vida de catadores

A coleta seletiva não é realizada em todos os municípios, apesar de ser a reciclagem uma atividade prevista em legislações municipais e nacional. Em cidades onde existe um sistema de coleta seletiva implantado, muitas vezes este não é abrangente e a adesão dos moradores é tão baixa que o desafio comum pela mobilização e educação ambiental é contínuo.

É comum observar, em inúmeras cidades brasileiras, catadores autônomos coletando materiais recicláveis na rota da coleta seletiva. Os municípios não costumam adotar práticas de participação popular para implementar políticas de coleta seletiva, o que é contraditório, pois dependem muito da população para efetivar as estratégias de coleta definidas pela política pública. Quando o sistema falha, ou seja, quando as pessoas não separam os resíduos adequadamente ou quando os catadores coletam antes do caminhão passar, são identificados como problemas críticos. No entanto, embora esses problemas críticos sejam identificados, não há uma análise mais profunda do problema ou uma reconfiguração do sistema com base na realidade evidenciada. Na maioria das vezes, quando os sistemas de coleta seletiva “falham”, o problema é atribuído àqueles que não estão integrados ou nem contribuíram para a política: os moradores e catadores autônomos. Seja por conta da separação dos materiais não ser realizada corretamente, por dificuldade na adesão da coleta (no caso dos moradores) ou por serem considerados “ladrões de materiais” ou causadores de sujeira nas ruas (no caso dos catadores). A culpabilização desses atores não resulta em abertura de diálogo para que moradores e catadores autônomos construam alternativas para se adaptar ao modelo de coleta seletiva de acordo com a realidade do território. Em vez disso, são construídas intervenções de educação para a população, muitas vezes limitadas a entrega de panfletos, e são estabelecidas medidas de criminalização do trabalho dos catadores autônomos por meio de leis e normas que restringem sua atividade.

Outros conflitos que também são importantes de serem considerados ocorrem entre os próprios trabalhadores, seja na disputa pelo material entre organizações de catadores e o

impacto produtivo gerado pelos “desviantes”, ou na competição pelo acesso aos materiais entre os próprios catadores autônomos. É essa situação de disputa que precisa de aprofundamento para ser transformada em cooperação.

**O conflito da política pública e o impacto produtivo**

A implantação da coleta seletiva sempre representa um momento de grande contentamento para as cooperativas e associações, que passam meses ou até anos negociando com o poder público para melhor estruturar os galpões de triagem e planejar as rotas de coleta. Nesse contexto, o objetivo da coleta seletiva é recolher materiais recicláveis para que os catadores nos galpões de triagem possam trabalhar na sua separação para comercialização, garantindo assim sua renda. Em resumo, quanto mais material reciclável é coletado, melhor, pois é o que assegura a renda dos catadores e de suas organizações.

A definição de uma rota de coleta seletiva costuma ser embasada por estudos técnicos que consideram critérios como a situação socioeconômica do território e características dos resíduos. Uma vez estabelecida a rota, a prefeitura, em conjunto com os catadores das cooperativas ou associações municipais (ou não), promove uma campanha de conscientização para os moradores da área de coleta. Essa campanha tem como objetivo informar sobre os tipos de resíduos a serem separados e também sobre os dias e horários em que o caminhão de coleta passará pelas ruas. Com as rotas delimitadas e a população informada sobre o processo, o serviço de coleta seletiva começa a operar na cidade.

Com o tempo, as cooperativas percebem a presença de catadores autônomos atuando na rota da coleta seletiva. Esses catadores não surgem “do nada”, são catadores autônomos que já realizavam coleta na cidade antes mesmo da implantação da coleta seletiva. Entretanto, eles se tornam mais visíveis quando passam a ter um impacto negativo na produção das cooperativas e associações que estão trabalhando em parceria com a prefeitura nesse sistema. Os catadores nos galpões de triagem observam que os resíduos coletados através do programa de coleta seletiva possuem menor valor de mercado, indicando que os materiais mais valiosos estão sendo “desviados” por outros catadores nas ruas. A percepção dos catadores nos galpões é que esses catadores desviantes são oportunistas, um discurso que se manifesta em várias reuniões com as prefeituras e também nas redes sociais.

“Companheiros, ou fazemos alguma coisa ou então tudo que lutamos e construímos com muita luta e suor vai por água abaixo… E aí, vamos ficar calados? Vamos continuar deixando isso acontecer? Ou vamos dar um basta nessa patifaria? Como não se revoltar? Vejamos: Geramos atualmente 35 empregos diretos em nossa cidade, saímos pra rua em busca de conscientizar a população sobre a importância da separação e destinação correta dos resíduos, trabalhamos a educação ambiental junto à nossas crianças em parceria com as escolas, investimos maciçamente em melhorias na infraestrutura da cooperativa a fim de prestar o melhor serviço para a população, investimos mensalmente milhares de reais na compra de saquinhos para distribuir gratuitamente para população acondicionar os recicláveis, saímos debaixo de chuva, sol, frio e calor, trabalhamos junto ao comércio local para oferecer a melhor alternativa para destinação correta dos resíduos, feito tudo isso e mais um pouco, vem um grupo de pessoas (que não é de hoje) e roubam, isso mesmo, roubam todos os nossos saquinhos dispostos nas calçadas das residências que colaboram com a coleta seletiva realizada pela cooperativa, eu há treze anos nessa luta chamada “coleta seletiva” já estou de saco cheio de tudo isso, haja paciência” (Catador-liderança de uma cooperativa localizada em uma cidade do estado de São Paulo publicação realizada em seu perfil pessoal em uma rede social em março de 2018)

“Olá pessoal! Tem catadores de recicláveis avulsos ilegais realizando coleta seletiva na cidade (...) se beneficiando da campanha de coleta seletiva que a COOPERATIVA realiza. Quero esclarecer que apenas a COOPERATIVA está regularizada e autoriza pela prefeitura a realizar a coleta porta a porta, nos comércios, empresas e prédios públicos etc. Todos têm direito ao trabalho de forma honesta e digna, porém é necessário respeitar o espaço de cada um, e você que foi mobilizado pela COOPERATIVA assuma junto com a gente esse compromisso. Obrigado!” (Publicação em rede social no perfil de uma cooperativa localizada em uma cidade do estado de Minas Gerais em maio de 2018 - o nome da cooperativa foi ocultado para reduzir a exposição do grupo)

“(...) existem terceiros que estão pegando material antes da COOPERATIVA coletar gerando uma queda na produção (...) está em falta garrafas PET, papelão, embalagens de PEAD e PP, latinhas de alumínio, sucata de ferro, entre outros, a lista é grande (...) esses materiais é o que garante a renda dos catadores da COOPERATIVA e com a falta deles gera a diminuição no pagamento afetando diretamente no planejamento financeiro e

> familiar dos cooperados….” (parte do relato de uma catadora-liderança de uma cooperativa em uma audiência pública em uma cidade do estado de São Paulo em abril de 2019 - o nome da cooperativa foi ocultado para reduzir a exposição do grupo)

O impacto na produção não deve ser minimizado, pois é um aspecto extremamente problemático dentro do modelo produtivo das organizações de catadores. Contudo, é evidente nos discursos de algumas lideranças que o principal problema nessa situação é o catador autônomo que atua na rua[22]. Esse entendimento decorre do conflito relacionado ao mercado dos recicláveis e a situação dos catadores na coleta seletiva, questões que serão detalhadas à posteriori na análise.

Ao catador autônomo é, então, atribuída a responsabilidade pelo problema da coleta seletiva e dos galpões de triagem, levando os catadores e suas organizações a propor intervenções públicas para solucionar essa questão. Os catadores passam a exigir ações da prefeitura para aumentar a quantidade de materiais recicláveis nos galpões e para restringir a atividade desses catadores autônomos, uma vez que isso afeta seus rendimentos. Alguns municípios adotam estratégias voltadas à alteração na infraestrutura do sistema ponto a ponto, como a criação de espaços com contêineres trancados com cadeado para proteger os materiais destinados pelos moradores, assegurando assim que esses materiais cheguem adequadamente nos galpões. Outros municípios optam pela criminalização da atividade dos catadores autônomos nas ruas, o que intensifica o conflito entre catadores que estão em organizações e os que atuam nas ruas.

> “eu só penso que, tô a tempo na reciclagem eu acho que antes quando não tinha essas cooperativa, não tinha essa briga por causa de material, e depois que abriram as cooperativas os catador na rua são sempre bandidão, tão desviando material das cooperativas... porque a prefeitura ela valoriza só as cooperativas, o catador autônomo pra ela não muda nada, entendeu, o catador de cooperativa só pensa nele, entendeu? os caras da cooperativa só pensam neles, eles vão direto na prefeitura, pressionar a prefeitura pra tirar os catador de rua né, pra sobrar material pra eles né... (...) então é complicado o negócio, eu acho que o lixo é uma coisa que não deveria ter dono,(...) então na verdade eu acho que tem que ter o bom senso

[22] É importante enfatizar que os relatos citados remetem o período que foram realizados e que há evidente mudança no imaginário social e discursos de lideranças de catadores a partir de 2021 onde diversas ações e projetos com catadores autônomos passam a ser desenvolvidas pós pandemia em busca de alternativas.

> dos governantes né, e ouvir os catador mais humilde também... (..) então a coisa que, ninguém trabalha mais tranquilo, todo mundo trabalha com a cabeça estressada, aí você acorda cedo aí, com ânimo pra trabalhar e não pode pegar mais o lixo na lixeira, tem que andar se cuidando, tem que pegar uma caixa e sair correndo, onde já se viu isso ai? pegar a caixa e sair correndo pros caras não te prender ou pra você não se incomodar e levar uma multa, alguma coisa né.. o catador falando e cachorro é a mesma coisa entendeu é bem complicado isso aí…por isso eu era a favor de tirar tudo essas cooperativa, porque daí acaba essa folia, entendeu? " (Catador autônomo em entrevista relatando sua situação em uma cidade do estado do Rio Grande do Sul, 2020)

> "Que nem aqui na minha cidade, eles estão querendo tirar o catador porque as cooperativas tão sem material as coitadinhas... daí os catador tem que parar, ai vão dar uma cesta básica pra ajudar o catador ficar em casa, isso aí que eles propõe né.. não é fácil trabalhar organizado, vai querer organizar o negócio aí, quem vive com carrinho de mão, vai guardar dois ou três bag na casa, tem que ter licença ambiental, licença disso e daquilo… não é muito fácil as coisas. hoje tu não consegue nem guardar o material ali pra tu vender lá na frente por um preço maior que os caras já tão enchendo o saco porque tu tá guardando, porque tu num sei o que, porque tu tá acumulando água... então não é muito fácil as coisas... eu acho assim, deixa o pequenininho trabalhar, porque já era meu, essa gentaiada catando ai, e ainda vai lixo pro aterro ainda e os caras fica enchendo o saco, meu deus, porque não cobraram a população que tá misturando o lixo né... e larga do pé do catador …" (Catador autônomo em entrevista relatando sua situação em uma cidade do estado do Rio Grande do Sul, 2020)

O processo de criminalização do trabalho de catadores autônomos gera um aumento da polarização dentro da categoria, reduzindo significativamente as chances de construção de alternativas de cooperação. Os catadores nos galpões de triagem consideram injusta e oportunista a ação dos catadores nas ruas. Por outro lado, os catadores que atuam nas ruas, privados de acessar políticas e enfrentando sanções do poder público, como multas e apreensão de carrinhos de coleta, passam a encarar as cooperativas como inimigas.

Nesse contexto, a própria eficiência da coleta seletiva é posta em questão, uma vez que o trabalho nos galpões e o sistema de coleta implementado não entregam os resultados esperados pelos técnicos da prefeitura, sendo considerada uma política onerosa e com resultados insuficientes. Esse tipo de conflito destaca as disparidades entre os grupos

polarizados, evidenciando a ausência de mediadores de conflitos para resolver a situação. Como resultado, além do agravamento do conflito, observa-se a divisão dentro da categoria, originando uma disputa por acesso aos resíduos e meios de subsistência, onde o grupo com maior influência junto ao setor dominante é visto como privilegiado.

Ainda no contexto da disputa pelo material, é relevante mencionar o fenômeno dos "*Morcegões*" na cidade de São Paulo. Em diversos relatos sobre disputa de materiais na cidade e a eficiência da coleta seletiva, é comum ouvir catadores mencionarem a atuação dos chamados "Morcegões"[23].

Os "morcegões" são personagens históricos que remontam a época em que não existia coleta seletiva ou cooperativas de catadores em São Paulo. Nessa época, catadores atuavam nas ruas e, eventualmente, alguns compradores apareciam, geralmente à noite, para adquirir os materiais coletados por esses grupos. Inicialmente, os "morcegões" eram vistos como sucateiros que, além de comprarem o material de alguns catadores, também coletavam materiais nas ruas durante a madrugada. Com o passar dos anos, o perfil do "morcegão" passou por diversas mudanças no imaginário, transformando-se em um personagem quase mítico em muitos discursos.

O "morcegão" pode representar várias figuras: desde um catador autônomo até um aparista ou sucateiro que se aproveita das lacunas do sistema de coleta seletiva. O debate não gira em torno da existência real do fenômeno dos "morcegões" em São Paulo, mas sim do conflito que gera no sistema. Quando os "morcegões" coletam materiais antes da coleta seletiva, por exemplo, causam um impacto na produção das cooperativas ao desviar o que seria entregue.

Não se pode afirmar que os "morcegões" agem por maldade, pois o lixo teoricamente não tem proprietário, e o fato de possuírem um veículo motorizado lhes confere uma capacidade de coleta superior a dos catadores autônomos que usam carroças movidas a propulsão humana. Sua ação resulta na falta de entrega de todo o material que deveria ser

[23] Não foram encontrados estudos aprofundados sobre o fenômeno dos "Morcegões" em São Paulo, diante disso, em 2020 foi realizado um levantamento com pessoas referência na cidade, sem esgotar a discussão, mas com o intuito de abrir o campo sobre os "morcegões" e seu papel no conflito de disputa de materiais e a coleta seletiva na cidade. Agradecimento especial aqui ao Luiz Netto (*in memorian*), Thiago Mundano, Carlos Thadeu, Carlão Catador, Bispo Catador, Valquíria Catadora e à pesquisadora Isabela Vallin pelas importantes contribuições nessa discussão.

destinado aos galpões de triagem. Na disputa pelo material, o ganho geralmente não está apenas ligado a astúcia, inteligência ou apoio, mas ao acesso a infraestrutura de coleta que permite volume e agilidade que são centrais na atividade.

Em muitos casos, os catadores autônomos que possuem veículos motorizados são rotulados como “morcegões” por coletarem na rota da coleta seletiva. O uso do termo é flexível e oportunista para designar ações “desviantes”, muitas vezes sendo empregado de forma pejorativa ou para criminalizar a atividade.

Contudo, ao manter essa carga mítica de que os “morcegões” são predadores da reciclagem ou trabalhadores perversos, oculta-se o verdadeiro problema dessa situação: o conflito gerado pela competição do acesso aos materiais, a falta de equipamentos adequados e remuneração insuficiente pelo serviço.

Assim como os morcegos no reino animal, mal compreendidos e envoltos em mitos, há várias lendas sobre eles. Por exemplo, a falsa crença de que se alimentam exclusivamente de sangue, embora existam espécies hematófagas, estas são raras. Os morcegos despertam medo e são alvo de estereótipos, e é por isso que precisamos desmistificar a categorização dessa disputa por materiais entre trabalhadores, para não incorporar os mitos que carregam consigo.

Iniciativas de convivência e integração entre catadores e cooperativas ou associações, apesar de propensas a conflitos, demonstram capacidade de resolução dos mesmos e diminuem ações repressivas contra os trabalhadores. É a partir dessas alternativas que procuramos aprofundar nesta tese e que será o foco do próximo capítulo.

# 7. A COOPERATIVA, O GALPÃO E A RUA: DINÂMICA DE COOPERAÇÃO EM PROL DA RECICLAGEM INCLUSIVA

A mudança na abordagem de inserção de catadores em galpões como alternativa ao trabalho na rua resultou no surgimento de diversas experiências, como já apontado no capítulo 2. Cooperativas e associações passaram a liderar o envolvimento dos catadores autônomos que trabalham nas ruas por meio da estratégia de integração desses catadores. Embora ainda estejam à margem das políticas de coleta seletiva e pouco desenvolvidas no âmbito da política pública, essas abordagens demonstraram que a relação tem resultados mais positivos em comparação às experiências de conflito previamente relatadas.

Nos capítulos anteriores foi possível imergir no contexto limitador e conflitante no qual catadores autônomos estão inseridos. A partir daí é possível apresentar um aprofundamento nas experiências colaborativas entre catadores e cooperativas. Para isso, este capítulo tem como objetivo principal elucidar os pormenores dessas parcerias, destacando como essas interações se desdobram e o impacto que causam. A ênfase estará na cooperação mútua, em como esses dois grupos se beneficiam e aprendem um com o outro para melhorar as práticas de reciclagem e realização do trabalho coletivo. A discussão analítica desta tese passa principalmente por tais experiências, por serem identificadas em campo como tendências contemporâneas de atuação em prol da reciclagem inclusiva.

Para isso, este capítulo está voltado à análise da experiência da cooperativa belorizontina Coopesol Leste. A discussão está dividida em dois casos experimentais que envolvem catadores autônomos e comercialização conjunta de materiais recicláveis e uma sistematização sobre a experiência de comercialização conjunta de materiais com o compilado de alguns casos em perspectiva. A primeira experiência é a de uma catadora e as dinâmicas experimentadas pela cooperativa para sua integração e a segunda, sobre a operação de inclusão de catadores no carnaval de Belo Horizonte, ao final temos a estruturação da experiência de comercialização conjunta com o compilado de algumas experiências da Coopesol em perspectiva com a de outros grupos.

## Contexto Coopesol Leste em Belo Horizonte

A Coopesol Leste, presente na cidade desde 2004, consolidou-se como cooperativa de catadores a partir de 2010 quando obteve um galpão de triagem[24]. Sua história está ligada a trabalhadores e artesãos inseridos nos programas de economia solidária, que encontraram na reciclagem uma oportunidade de geração de renda e emancipação pelo trabalho. Localizado na periferia da zona leste da cidade, o galpão foi estrategicamente estabelecido para receber materiais recicláveis provenientes da expansão da coleta seletiva da prefeitura municipal. Inicialmente, a cooperativa foi inserida no sistema de coleta seletiva sob o modelo de inclusão confinada (Campos, 2018), onde as atividades eram limitadas ao interior do galpão de triagem, não proporcionando a interação com a população ou outros atores da cadeia.

No entanto, essa dinâmica começou a mudar quando a cooperativa participou de uma operação piloto para prestação de serviços de coleta seletiva diretamente para a prefeitura, substituindo uma empresa privada. Essa experiência piloto resultou na contratação direta de todas as organizações de catadores para o serviço de coleta seletiva no município. Essa experiência permitiu à cooperativa ter um contato mais próximo com moradores e identificar catadores nas rotas de coleta (Campos, 2018).

A liderança da cooperativa reconheceu a necessidade de integrar esses catadores, tanto do ponto de vista de políticas públicas quanto de movimento social. Com a contratação direta para a coleta seletiva, a ampliação da inclusão no modelo e a transformação na relação da própria cooperativa com os territórios de operação do serviços, somados ao empenho pessoal da líder, Vilma Estavam, surgiu o interesse em desenvolver experiências com catadores que não faziam parte da organização nem do cotidiano do galpão da cooperativa.

[24] Neste capítulo serão utilizados nomes reais dos catadores e cooperativa participantes da pesquisa por se tratar de uma experiência coletiva que relaciona diretamente à responsabilidade ética para com os sujeitos de pesquisa e reconhecimento da história de um grupo de catadores que acolheu abertamente as intervenções de pesquisa para avanço e inovação no campo de inclusão de catadores autônomos na cidade de Belo Horizonte. Os nomes que estiverem vinculados a situações relatadas com possível exposição dos sujeitos de pesquisa, serão substituídos por nomes fictícios.

### 7.1. O despertar da inclusão para além dos muros

O espaço do galpão foi concebido para acomodar um número restrito de cooperados nas atividades de triagem, prensa e logística de apoio. Apesar da possibilidade de expandir os turnos de trabalho, e até mesmo desenvolver projetos de ampliação, o espaço do galpão ainda é limitado. A entrada de novos integrantes para atividade de triagem até acontece, porém, encontra várias limitações, como já discutido nos tópicos anteriores. No entanto, o estreitamento da relação da cooperativa com catadores autônomos abriu caminho para pensar em possibilidades de inclusão para além dos muros do galpão. Nesta seção do capítulo, aprofundaremos essa discussão com base na experiência da catadora autônoma Tita que realiza coleta em um bairro próximo a Coopesol. Seu contato com a cooperativa começou por meio das ações desenvolvidas pela liderança no bairro, visando alternativas para os resíduos e coleta seletiva, iniciada no ano de 2018. Tita utilizava um carrinho de supermercado para coletar materiais, a princípio, concentrava-se em latas de alumínio e alguns plásticos que vendia em um depósito no bairro vizinho. Inicialmente interessada em trabalhar no galpão, visitou o espaço para compreender o funcionamento do trabalho, mas percebeu que não conseguiria se adaptar devido aos horários de trabalho, que conflitava com a necessidade de cuidar de seu irmão, que possui uma doença mental. Essas questões levaram-na a abandonar as conversas para sua inserção na cooperativa como triadora, entretanto ela manteve suas atividades de coleta no bairro, alternando com seu trabalho de cabeleireira e cuidadora do irmão.

Com as discussões realizadas para pensar alternativas no bairro e a limitação na inserção da catadora no galpão da cooperativa, o grupo de moradores levantou a necessidade de pensar como seria possível criar alternativas para viabilizar a reciclagem no bairro e apoiar o trabalho da Tita. Um dos maiores desafios, segundo a própria catadora, seria de espaço para acumular materiais para comercializar para um ferro velho. Enquanto isso, a cooperativa analisava a possibilidade de integrar a produção de Tita, viabilizar o recolhimento dos materiais coletados e promover uma remuneração justa. Para isso, a cooperativa levantou os custos mínimos de caminhão, um coletor e desenvolveu um cálculo em cima do valor dos materiais para que fosse possível desenvolver uma experiência teste com a catadora.

Após alguns meses, Tita conseguiu um espaço temporário para armazenar os materiais coletados, porém seria de apenas 15 dias. Com a proposta de experiência teste, Vilma propôs um valor para pagamento do material coletado por Tita durante esse período. A liderança da cooperativa estruturou uma tabela com materiais que são aceitos com informação sobre os valores correspondentes a cada material. Baseando-se nessas informações, Tita começou a coletar os materiais para que fossem entregues para a cooperativa. Durante uma semana, mobilizou oito moradores parceiros para separar os materiais, expandindo a rota que já realizava para atender a proposta naquele território. Tita coletou diversos materiais que, em sua avaliação, valiam a pena ser comercializados, deixando-os ensacados e separados dentro do espaço provisório. Ao término da semana de coleta, a cooperativa retirou os materiais do espaço para avaliar o trabalho e remunerar a coleta. Entretanto, ao chegar à cooperativa, os materiais estavam misturados, e alguns, embora fossem plásticos, são considerados rejeitos, exigindo um processo de triagem. Diante dessa situação, durante uma conversa com o grupo que idealizou a coleta, Vilma concluiu ser necessário realizar a triagem para remunerar o material conforme previamente combinado com Tita.

> "O valor pago pelo material reciclável que a gente trabalha é por tipo, ou seja, é necessário todo um trabalho de separação para que ele tenha esse valor, para que tenha esse preço de mercado, que a gente fala. Material misturado é outro preço, é outro valor, por que? Porque eu preciso de alocar um trabalhador da cooperativa para fazer essa separação, nisso o custo desse material aumenta porque eu preciso pagar o trabalho dessa pessoa para triar o material. Por conta disso, nesse caso, o material tá misturado, não vale o preço que a gente mostrou na tabela, então, por conta disso não conseguimos pagar por tipo de material e sim pelo material misturado" (Vilma, em reunião com o coletivo, 2019)

Nesse caso, Tita recebeu aproximadamente R$120,00 (cento e vinte reais) pela comercialização do material coletado naquela semana. Vilma também argumentou que, se o material estivesse separado, ela poderia conseguir um valor que poderia chegar a R$200,00 (duzentos reais). A catadora aponta que o valor não era tão diferente do depósito e cogitou desistir da experiência por conta disso. O diálogo com moradores contribuiu para que ela insistisse na experiência, e com a apresentação da discrepância nos valores dos materiais misturados e separados, alguns moradores se voluntariaram para ajudar na separação dos materiais, como rasgar folhas de livros. Em determinados momentos, um

morador voluntário entrou em contato com o grupo para tirar dúvidas sobre os tipos de materiais e quais poderiam ser agrupados na separação, demonstrando a importância de se manter o diálogo devido a dificuldade na separação. Durante mais de uma semana de operação teste, Tita realizou a coleta nos pontos e rotas planejadas pelo grupo e utilizou o espaço para armazenar e classificar o material. A dificuldade de Tita em conciliar coleta e a triagem passou a incomodá-la.

> "Eu acho que isso está me tomando muito tempo [...] separar tudo assim separadinho, mesmo com ajuda do pessoal, não dá. [...] o tempo que eu gasto aqui separando é tempo que eu perco pegando material. Quando eu coleto tudo para depois separar do jeito que eles querem, tá difícil porque eu fico até de madrugada, não tá dando certo isso aqui não." (Tita, em entrevista)

Ao final da semana, a separação de materiais realizada por Tita, apoiada pelos moradores, ainda necessitava de complementação na triagem pela cooperativa. A discussão sobre como operar um tipo de comercialização entre a catadora e a cooperativa, que fosse aceitável para ambos, demandou uma terceira experiência: a triagem realizada por uma catadora da cooperativa dentro do espaço provisório, com o objetivo de garantir que esse material chegasse separado da forma adequada ao galpão ao mesmo tempo em que a catadora realizava a coleta. A experiência com a catadora cooperada contribuiu no entendimento do processo de integração da produção de Tita. Com a triadora presente no espaço onde eram recebidos os materiais coletados era possível indicar quais materiais não deveriam ser coletados, promovendo um diálogo mais próximo entre a triadora e a catadora. Durante uma semana, essa catadora da cooperativa foi ao espaço temporário para dar esse apoio na triagem, recebendo uma diária prevista pela cooperativa para operar essa experiência e sob a supervisão de Vilma. Durante esse período, a catadora realizava a coleta nas ruas junto com Tita e, assim que chegavam ao espaço de apoio, a separação era feita. Essa interação foi importante para orientar Tita no momento da coleta, identificando materiais como rejeitos, o que ajudou a reconhecer quais materiais não precisavam ser coletados e aqueles não eram comercializados por não terem valor de mercado.

Após a experiência, o volume de material duplicou, e a catadora recebeu R$320 pelo material. A cooperativa não descontou o serviço de triagem do material coletado, justificando não querer desmotivar a catadora e o grupo. Entretanto, Tita argumentou que

era impossível aprender o ofício de separação da mesma forma que as triadoras da cooperativa realizavam.

> "Eu até vi que o dinheiro é maior, mas o trabalho também. Não dá pra fazer uma coisa e perder na outra. Eu não gosto desse trabalho assim, parado, sabe? Eu gosto de andar, conversar com as pessoas na rua. Isso que eu gosto. Não me pede pra ficar só separando que não dá" Tita em entrevista

A necessidade de desenvolver uma estratégia para viabilizar a integração da produção da catadora surgiu das três experiências realizadas, principalmente as que foram realizadas no espaço provisório, que funcionou como laboratório. No entanto, devido ao seu caráter temporário, o espaço não poderia mais ser usado e o grupo concluiu que era necessário reformular a proposta com base na estrutura disponível. Tita contava com um carrinho de supermercado e duas big bags fornecidas pela cooperativa, além de um pequeno espaço em sua residência para armazenar os materiais coletados, sem possibilidade de triagem. Considerando essas condições, Vilma e Tita fizeram um acordo sobre o tipo de troca que seria justa para ambas as partes e com isso a cooperativa iria oferecer um valor para recolhimento de alguns materiais sem triagem. Assim, a catadora teria liberdade para escolher quais materiais priorizar em sua rota, permitindo que a cooperativa definisse o preço referente aos materiais misturados, descontando o trabalho da triagem fina.

O acordo estabelecido para o recebimento dos materiais por parte da cooperativa incluía um valor fixo para materiais pré-determinados (como latinhas de alumínio, garrafas PET, sacolinha e papelão misto), acumulados em sacolas no espaço doméstico da catadora. Esse acordo previa o contato de Tita com a cooperativa para realizar a retirada quando o espaço estivesse no limite, sem uma frequência pré-determinada. A remuneração ocorria, então, após a pesagem e triagem na cooperativa, por meio de transferência bancária mensal.

Com o tempo, a catadora passou a organizar melhor os materiais e a adotar estratégias diferentes de coleta, como atendimento a estabelecimentos comerciais e diálogo com moradores e condomínios no bairro para separação dos materiais. Apesar de o carrinho de supermercado não ser considerado um equipamento adequado para a coleta de recicláveis nas ruas, Tita avaliou não conseguir manusear carrinhos maiores devido ao peso e à falta de modelos de pequeno porte adequados para coleta. No entanto, ela

ressaltou que nem todos os carrinhos de supermercado são iguais; alguns possuem rodas e rolamentos específicos que oferecem melhor desempenho em ruas acidentadas ou sem asfalto. A ideia de lidar com a estrutura disponível permitiu entender que tipo de suporte seria necessário para auxiliar os catadores que atuam principalmente nas ruas na coleta de materiais recicláveis.

A experiência de comercialização conjunta permitiu à cooperativa compreender como poderia integrar os catadores em uma inclusão fora dos muros do galpão e, ao mesmo tempo, aumentar a capacidade de reciclagem da cidade. A partir da experiência de Tita e das reflexões de um coletivo composto por moradores, técnicos da assistência social da prefeitura, universidade, catadores autônomos e cooperativa, foram desenvolvidas outras experiências que não serão detalhadas aqui, mas que foram desdobramentos dessa situação. Após a experiência em 2019 com a catadora Tita, a cooperativa iniciou um grupo de discussão mais amplo com técnicos regionais de assistência social da prefeitura para pensar em propostas de atuação durante o carnaval, que será descrita a seguir e sucede a experiência inicial de comercialização conjunta.

### 7.2. A experiência do carnaval de rua e integração de catadores

O carnaval de rua em Belo Horizonte é um fenômeno cultural recente na cidade que, em menos de 5 anos, viu um aumento significativo no número de foliões nas ruas, passando de 1,5 milhão de pessoas em 2015 para 3,8 milhões em 2018. As estimativas de público para os anos subsequentes foram de 4,3 milhões em 2019 e 4,5 milhões em 2020. As festividades de 2021 e 2022 foram canceladas devido à pandemia, mas em 2023 o carnaval voltou, atraindo mais uma vez o recorde de 5 milhões de participantes para as ruas da cidade, em 2024 a festa recebeu 5,5 milhões. Quanto maior o número de pessoas nas ruas de forma espontânea, maior é o desafio para o poder público em criar uma estrutura adequada para o evento, com destaque para a gestão de resíduos.

A estratégia de atuação de catadores de materiais recicláveis durante o carnaval teve início oficialmente em 2019, mas em 2018 houve uma ação pontual de uma cervejaria em conjunto com alguns blocos e em parceria com uma das associações, a Asmare. Essa iniciativa despertou o interesse da prefeitura em realizar, no ano seguinte, a contratação e conduzir o trabalho de reciclagem no carnaval de maneira mais integrada com as organizações de catadores da cidade. De fato, a atuação dos catadores nas ruas sempre foi

evidente em todas as manifestações da cultura popular na cidade, sendo o carnaval a principal delas.

Em 2019, a prefeitura de Belo Horizonte abriu um processo de contratação de cooperativas e associações de catadores para realizar o serviço de coleta e reciclagem durante o carnaval, com atuação específica em alguns blocos. Esse contrato previa uma diária de trabalho de 6 horas e as equipes eram dimensionadas conforme o tamanho dos blocos. Os catadores participantes não necessariamente eram especializados na atividade; alguns não tinham experiência prévia na catação de materiais nas ruas, o que dificultou a execução do serviço. Por falta de tempo para selecionar pessoas e organizar a coleta, os cooperados recorreram a vizinhos e pessoas próximas para compor as equipes de trabalho.

Durante a coleta, surgiram diversos problemas, como falta de alimentação, acesso precário a água, baixa quantidade de materiais coletado e demora no pagamento das diárias pela prefeitura[25]. Com um prazo de repasse entre 30 e 60 dias, os catadores solicitaram às organizações uma remuneração imediata, levando as lideranças a realizarem empréstimos para efetuar os pagamentos. Diante das avaliações negativas referentes ao processo de contratação em 2019, as lideranças consideraram que o sistema adotado não funcionou e gerou mais problemas do que soluções para a operação no carnaval.

No carnaval de 2020, o evento foi organizado de forma diferente. Um programa de reciclagem patrocinado por uma indústria cervejeira multinacional, vinculado à política de logística reversa brasileira, foi implementado[26]. Esse programa abrangeu Belo Horizonte e outras cidades no Brasil, adotando uma abordagem que integrava o trabalho para além dos blocos, expandindo para uma perspectiva territorial com instalação de centrais de reciclagem em pontos estratégicos na cidade. Graças ao investimento financeiro substancial da indústria cervejeira, foi possível envolver várias cooperativas e

[25] Anotações relacionadas a falas de lideranças durante a reunião de avaliação do carnaval 2019 realizada no Fórum Municipal Lixo e Cidadania em 2019.

[26] O programa de logística reversa de embalagens no Brasil é formado por grupos empresariais que remuneram cooperativas e associações de catadores a partir das notas fiscais de venda de materiais referentes a embalagens produzidas pelas marcas.

catadores autônomos, totalizando 405 participantes, dos quais 173 eram catadores autônomos sem vínculos com cooperativas ou associações[27].

A Coopesol Leste iniciou o processo antes mesmo da aprovação do projeto pela indústria cervejeira em 2020. Uma das estratégias da liderança da cooperativa foi criar um cadastramento prévio de catadores, mapeando o território em parceria com a secretaria regional da assistência social do município. Entre 2019 e 2020, um total de 112 catadores, atuantes na região leste da cidade foram cadastrados nessa iniciativa de mapeamento de pré-projeto. Em paralelo a esse trabalho, a indústria cervejeira conseguiu aprovar o projeto para atuação com 15 dias antes do início da operação, programada para ser realizada durante o período que contemplava o pré-carnaval, os 4 dias do carnaval e pós-carnaval. O projeto que foi aprovado considerava a instalação de 5 centrais de reciclagem e abertura para participação de no máximo 500 catadores. Nem todas as centrais realizaram a operação durante todo o período previsto devido a ausência de fluxo de pessoas e blocos de rua em algumas regiões. A demanda de 500 catadores mobilizou os grupos na captação de pessoas para trabalhar nas 5 centrais de reciclagem espalhadas pela cidade e o cadastramento prévio contribuiu em grande parte nesse processo, porém a dificuldade de localização de catadores fez com que trabalhadores de cooperativas localizadas na região metropolitana fossem convocados para atuação. A experiência das centrais de reciclagem foi importante para aproximação dos catadores autônomos com os grupos organizados, e possui diversas questões importantes e dinâmicas específicas que aconteceram em cada local de realização da atividade. Contudo, para efeitos de análise e recorte metodológico, iremos realizar o aprofundamento da experiência da Coopesol Leste na operação da Central Santa Tereza em específico sua relação com catadores autônomos.

O relato da experiência de reciclagem no carnaval desenvolvido pela Coopesol Leste contempla o acompanhamento do trabalho durante os anos de 2019, 2020, 2023 e 2024. Por conta da experiência do carnaval em 2020 ser considerada o divisor de águas na trajetória dessa atuação, essa operação será tratada como caso em profundidade e para

[27] Dados disponibilizados pela ANCAT - Associação Nacional de Catadores - por meio de apresentação dos resultados do carnaval 2020.

isso ele foi organizado, aqui, em 6 etapas: cadastramento de catadores, organização da central, coleta na rua, pesagem, pagamento e desdobramentos.

- ***Cadastramento de catadores***

A mobilização de catadores interessados em atuar no carnaval em 2020 envolveu busca ativa de trabalhadores com apoio da Coordenadoria de Assistência Social e Abordagem de Rua, contando com equipes vinculadas à Regional Leste. Além dos catadores já conhecidos pelos cooperados, alguns foram incluídos no cadastro por meio da pastoral de rua, bem como membros da população refugiada instalada no município. Dentro desse contexto, líderes de cooperativas e técnicos questionaram se era necessário ter experiência prévia como catador para participar do projeto de reciclagem no carnaval, mesmo que a patrocinadora não tenha estabelecido tal critério.

> "...tem gente que tá aqui e não é catador, tá aqui querendo um dinheiro ou mesmo está desempregado. Vi algumas pessoas de tornozeleira eletrônica outras que você sabe que tá aqui porque tá precisando de dinheiro ou tá desempregado" *(*Técnico da equipe de organização do projeto, 2020)

> "...eles chegaram pra mim perguntaram se eu era catador. se for olhar eu não sou e quase ninguém que tá aqui é. (...) então, eu sou vigia de carro, tenho cadastro na prefeitura e essas coisas, então não sou catador desses aí que tá na cooperativa, não sou mesmo não... mas eu pego latinha, cato latinha também, a vida toda quase (...) por isso eu acho que trabalhar no carnaval é tranquilo, não sei porque essa conversa aí de ter que comprovar que é catador, ninguém nasce catador não, gente (...) você é catador pela necessidade, estou aqui porque preciso, se pra tá aqui tem que falar que é catador, então eu sou uai e vou catar muita coisa nesse carnaval, vai me ajudar muito..." *(*J.P catador autônomo cadastrado para o carnaval, 2020)

O debate sobre a necessidade de cadastrar trabalhadores com conhecimento prévio no trabalho de coleta de materiais aconteceu por conta da situação negativa ocorrida no ano anterior, onde a falta de habilidade da equipe de coleta na rua comprometeu a operação[28].

[28] Em uma situação de trabalho diferente, a prefeitura de Belo Horizonte realiza o cadastramento de vendedores ambulantes para realização do trabalho de comercialização de bebidas e outros produtos durante o carnaval desde 2015. Nesse processo não existe estratégia de comprovação da experiência no trabalho ambulante, portanto, vendedores ambulantes sem experiência acabam relatando prejuízo e dificuldade de criar estratégias durante o trabalho

No entanto, selecionar pessoas com experiência representava um desafio que poderia atrasar o processo, levando à coordenação a descartar essa estratégia.

O interesse de vários grupos de trabalhadores em se cadastrar para atuação no carnaval lotou a sala da regional leste que foi um espaço cedido pela prefeitura para apoiar na organização que contou com um número grande de pessoas dispostas a participar do projeto de reciclagem no carnaval. Os participantes foram informados sobre as atribuições, remuneração e requisitos para a participação, e a quantidade de pessoas interessadas foi suficiente para preencher a sala de reuniões em três ocasiões distintas. Os catadores escolheram as centrais de forma independente, sendo a Central Savassi mais requisitada devido ao grande fluxo de blocos e atividades noturnas na região. A Central Santa Tereza tinha um horário de atuação mais restrito pois o bairro possui proibições de atividades carnavalescas no período noturno.

Figura 5 - Registro da Reunião com catadores para alinhamento de informações e orientações para o trabalho no carnaval. Fonte: Registro da autora, 2020.

O cadastro garantia ao catador acesso a uma série de itens, incluindo camiseta, luvas, uma mochila-saco, um saco de ráfia, boné e bota. Ao se cadastrar, o catador vinculava-se a uma central específica, o que lhe concedia a liberdade para coletar materiais recicláveis em qualquer local e entregar nas centrais de reciclagem disponíveis. Inicialmente o catador só poderia participar do processo de comercialização se tivesse realizado um cadastro prévio e a exceção foi a central da Savassi, que permitiu a comercialização com catadores não cadastrados, desde que estes comparecessem para vender materiais. Para

viabilizar esse processo, essa central contava com um capital próprio para remuneração imediata[29].

O cadastro realizado previamente pela Coopesol precisou ser refeito para que os catadores fossem contemplados no projeto aprovado. Nem todos os catadores cadastrados previamente foram encontrados e muitos outros catadores apareceram a partir da convocação. O cadastramento de catadores para atuação no carnaval permitiu acesso a um auxílio alimentação durante a pandemia de Covid-19, que se agravou no Brasil logo depois do carnaval de 2020.

- ***Organização da Central de Reciclagem***

O propósito das centrais era servir como pontos de apoio para a coleta de materiais recicláveis, oferecendo infraestrutura para a pesagem, armazenamento dos materiais, pagamento aos catadores, além de concentrar a distribuição de equipamentos e outros recursos. No total, foram instaladas cinco centrais de recebimento, operando de forma independente. Em cada uma delas, havia "gerentes" designados por sua experiência técnica e também por seu trabalho com catadores, nas centrais eram responsáveis por resolver e mediar conflitos de maneira autônoma.

A localização das centrais foi determinada levando em conta os pontos tradicionais de circulação de pessoas e o trajeto dos blocos de rua na cidade[30], cada uma tomando como referência o nome onde estava localizada: Central Praça da Estação, Central Floresta, Central Savassi, Central Pampulha e Central Santê. Todos os locais escolhidos foram definidos a partir de um diálogo direto com a prefeitura e os setores responsáveis pelo licenciamento e organização do trânsito para viabilizar a instalação de cada uma e o acesso dos catadores e logística dos materiais.

A Coopesol Leste foi encarregada de organizar a operação relativa à Central Santa Tereza, também conhecida como Central Santê, instalada entre as Ruas Silvianópolis e

[29] Central da Savassi foi organizada pela Asmare que historicamente trabalha com comercialização de materiais de catadores que coletam na rua e, por conta disso, houve uma abertura maior para atender catadores não cadastrados por conta da sua dinâmica interna no galpão. Nenhuma outra cooperativa tinha essa experiência até então.

[30] O projeto se voltou apenas ao atendimento à blocos de rua, contudo há outros espaços criados pela prefeitura durante o carnaval que não foram contemplados na operação: Desfile dos Blocos Caricatos, Desfile das Escolas de Samba e Palcos Principais espalhados pelas regionais que não foram integrados diretamente na operação da reciclagem

Conselheiro Rocha, nas proximidades da Praça Joaquim Ferreira da Luz, um local com uma considerável inclinação para acessar qualquer região a partir da central, uma característica que dificultou o acesso por conta de ruas com muito morro.

Figura 6 - Localização da Central Santa Tereza. Fonte: Elaboração Própria com software Google Earth, 2020.

O local escolhido, além de ter acesso por ruas íngremes, não tinha circulação de pessoas e ocasionalmente ficava próximo a desfiles de blocos pequenos, característicos do bairro. Entretanto, alguns blocos tornaram-se muito grandes para desfilar nas ruas estreitas do bairro de Santa Tereza, optando por realizar os cortejos na Av. dos Andradas que possui características que permite acesso de público em dimensões bem maiores. Devido ao tamanho desses blocos e a considerável distância até a central, o grupo que tomava decisões para realizar ações referentes à atuação da central composto pela presidente da cooperativa e assessores, decidiram criar um ponto de apoio móvel para atender os blocos que já mantinham parceria com a cooperativa e que iriam desfilar nesse ponto da avenida. O ponto escolhido tinha uma área para atendimento de garis onde era possível identificar a presença de banheiro, baús, bancos e mesas de alvenaria com cercamento de alambrado e trancas. Para a liderança da cooperativa que escolheu o local, por ser um espaço utilizado por garis durante a varrição, na perspectiva dela poderia ser utilizado pelos catadores no carnaval, porém a Superintendência de Limpeza Urbana não considerou viável essa possibilidade. Mesmo sem a utilização do espaço interno, o grupo localizou o ponto móvel na calçada abaixo de uma árvore em frente a esse espaço da varrição. A seguir, temos a Figura 7 que mostra a localização do ponto móvel, próximo

à área de concentração e dispersão dos blocos parceiros. A distância até a central tornaria inviável para os catadores atenderem adequadamente os blocos na coleta dos materiais, nesse caso precisariam andar aproximadamente 1km para entregar o que foi coletado na central. Considerando a necessidade de reduzir as distâncias percorridas para entrega na central, o ponto móvel se justifica como estratégia.

Figura 7 - Localização do ponto móvel em relação à central Santê. Fonte: Elaboração Própria com software Google Earth, 2020.

Os blocos contactaram a cooperativa com antecedência, fornecendo informações sobre a data, horário e duração do cortejo e percurso previsto. Esses detalhes foram fundamentais para a organização e para adaptar a estratégia da operação, principalmente com atendimento de cortejos no período noturno, pois a Central não funcionou durante a noite, sendo o ponto móvel uma alternativa para os catadores que preferiram trabalhar a noite ou estender a jornada de trabalho. O trabalho noturno no carnaval, para alguns catadores, tem um aspecto positivo pois o calor é menos intenso e o cansaço é menor. Porém, o carnaval tradicionalmente realizado na região leste de Belo Horizonte não tem prática

recorrente de cortejos noturnos, sendo eventos bem pontuais e tendendo a não serem atrativos para alguns foliões.

Figura 8 - Fotografia aérea do bloco atendido pelo ponto móvel. Fonte: Redes Sociais e adaptação da autora, 2020.

Na Figura 8, podemos identificar a localização do ponto móvel instalado pela cooperativa em um bloco com cortejo noturno. Além disso, é possível ver a rota do cortejo, que oferece um caminho de acesso para os catadores. Isso permitiu que eles realizassem a coleta e voltassem ao ponto de apoio sem a necessidade de carregar materiais por uma longa distância.

O ponto móvel, além de receber o material dos catadores, estava equipado com uma balança digital à pilha e a equipe reservou um espaço na calçada para guardar os bags com materiais pré-triados, sem atrapalhar o fluxo de pedestres, preocupação inicial da operação. Pelo ponto estar em uma rua sem saída, o fluxo de pedestres e trânsito era bastante reduzido. Para complementar o atendimento aos catadores no espaço arranjado, a cooperativa se responsabilizou pela distribuição de água e alimentação para a equipe que atuou na coleta, já que o Projeto de reciclagem no carnaval não incluía essa assistência. Os registros realizados (Figura 9) mostram a estrutura adaptada para operação de apoio. Duas catadoras da cooperativa prestaram auxílio e orientação no local designado e mantinham o espaço em ordem. Este ponto móvel estava equipado com uma mesa para

a assinatura do recibo e sacolas para guardar o material coletado. Além disso, havia uma caixa de isopor com gelo e água para distribuição, bem como marmitas para os trabalhadores. Uma pequena lona foi estendida para proteção contra o sol e também em caso de chuva. Foram atendidos de 15 a 20 catadores nesse ponto, o que permitiu atender os blocos parceiros e garantir volume de material coletado. Em um dos blocos atendidos alguns dos catadores puderam entrar na corda da bateria coletando materiais junto do cortejo, o que facilitou o trabalho e aumentou a visibilidade da ação e valorização do trabalho de reciclagem pelos foliões que ficaram em contato direto com os catadores.

Figura 9 - Registros da operação do ponto móvel. Fonte: Registro da autora, 2020.

O ponto de apoio móvel permitiu aos catadores coletarem mais materiais sem que precisassem percorrer a distância até a central de reciclagem. Além disso, o ponto móvel trouxe capilaridade à operação e ofereceu um atendimento adaptado à demanda espontânea do carnaval, expandindo-se para além dos territórios contemplados pelas centrais instaladas na cidade.

A estrutura da Central Santê incluía três tendas piramidais, sendo duas maiores (com as medidas de 5mx5m e fechamento lateral) e uma menor (com as medidas de 3mx3m com fechamento total). Nas tendas maiores, funcionava uma estrutura semelhante a um galpão de triagem, primeiro catador chegava com os materiais, eles eram pesados e no segundo

momento o que foi pesado era separado de forma mais criteriosa pelas triadoras e tudo era acondicionado, pronto para enviar para prensagem no galpão para depois ser comercializado. Na tenda menor a estrutura era semelhante a um escritório, com fechamento em lona para garantir privacidade nos pagamentos e facilitar o fluxo de dinheiro, quando era o caso. Na Central foram instalados pela prefeitura alguns banheiros exclusivos para atender catadores (banheiros químicos), porém a baixa frequência na limpeza dos mesmos fez com que a sua utilização fosse realizada somente nos primeiros dias de operação.

Figura 10 - Estrutura utilizada pela Central Santê vista da Praça Joaquim Ferreira da Luz, no bairro Santa Tereza, BH. Fonte: Registro da autora, 2020.

As centrais acabaram operando com um fluxo de produção semelhante ao das cooperativas, mas em menor escala. Isso envolvia um gerente geral de produção, o encarregado da pesagem dos materiais, uma equipe de triagem e um grupo de coordenação administrativa, responsável pelos pagamentos e organização da produção e controle de dados.

Os equipamentos disponíveis em algumas centrais para organizar a triagem e os materiais comercializados incluíram uma mesa de triagem, dispensando uma separação mais minuciosa na entrega dos materiais pelos catadores que atuavam nos blocos. A título de comparação, em outras centrais, o acondicionamento era realizado em bags e a separação dos materiais era feita na rua pelos catadores envolvidos na equipe de coleta.

Figura 11 - Diferentes formas de organização do trabalho nas centrais. Fonte: Registro da autora, 2020.

Esse modelo de replicar a operação interna dos galpões das cooperativas foi uma estratégia desenvolvida de forma independente em cada unidade do projeto, ou seja, não houve orientação prévia e nem padronização da atividade, ficando a critério de cada central a organização da produção. Cada central tinha uma relativa autonomia relativa para gerenciar o espaço, recursos e insumos disponíveis. Alguns grupos enfrentaram mais dificuldade que outros, mas, em geral, foi possível integrar a coleta na rua com a operação das centrais de triagem.

- ***Coleta de Material Reciclável nas Ruas***

A concepção do projeto seguiu a lógica de coleta na rua com assistência em pontos de recebimento, utilizando três equipes distintas: Equipe de Operação, Equipe Pente Fino e Equipe Coleta.

*1) Equipe Operação Central:* Uma equipe mista, composta por técnicos e cooperados. Sua função principal era acolher catadores, distribuir *kits*, realizar pesagens, preencher tickets, fiscalizar o tipo de material coletado, organizar o estoque dos materiais e efetuar os pagamentos.

*2) Equipe Pente Fino*: Cada central designou 12 catadores cooperados para realizar uma revisão minuciosa após a passagem dos blocos. Essa ação, similar à dos garis, tinha como objetivo coletar os materiais deixados para trás, seja pela dificuldade dos catadores em coletá-los devido ao grande fluxo de pessoas, seja por serem materiais de baixo valor comercial, como vidro. A diária da equipe Pente Fino foi de R$120, sem vinculação com o material coletado ou meta de coleta.

3) *Equipe Coleta*: Esta equipe foi planejada para ser dividida em dois grupos. Um grupo ficaria concentrado na coleta de plástico, recebendo uma diária de R$100, com uma meta diária de 10kg de plástico. Entretanto, durante a operação, a ideia não se adaptou tão bem, pois a maioria dos trabalhadores coletava todos os tipos de materiais, como latas, plásticos e papelão. Como resultado, a equipe de coleta foi orientada a coletar recicláveis, com uma meta diária de 20kg de qualquer tipo de material (dentro do escopo de plásticos, latas e papelão) para receber a diária de R$80 por dia.

A coleta dos materiais durante o carnaval precisou ser ajustada ao longo do processo. Durante os dias de pré-carnaval e por conta da dificuldade de conseguir fornecedores para todos os itens e sua distribuição, resultou em atrasos na entrega dos *kits.* Esse atraso inicial prejudicou a coleta e a capacidade de alcançar as metas esperadas, causando frustração para muitos catadores pois no pré-carnaval havia poucos blocos em alguns territórios e as informações sobre cortejo estavam desencontradas. Para construir um espaço de conexão com os catadores que estavam em sua central, a liderança da Coopesol, a catadora Vilma realizou reuniões de avaliação e alinhamento com os catadores após a operação do período pré-carnaval para ajustar e melhor organizar a operação durante o período do carnaval e uma reunião final para avaliar todo o processo. Essas reuniões ocorreram na Regional Leste, em parceria com a equipe da Assistência Social, técnicos do projeto e assessores técnicos voluntários da cooperativa. Esse processo de avaliação e alinhamento, realizado durante o intervalo das operações, permitiu a organização e o planejamento, com os catadores, de estratégias de atuação, como a solicitação de programação dos

cortejos de blocos próximos às centrais, considerando informações sobre a rota do cortejo, horário de concentração e dispersão, além de uma estimativa do público esperado em cada bloco. Essas informações foram cruciais para as equipes se prepararem. Durante o carnaval, as centrais Savassi, Floresta e Praça da Estação tiveram blocos mais próximos, o que facilitou para muitos catadores realizarem o trabalho e retornarem rapidamente às Centrais. Já os catadores da Central Santê tiveram que percorrer distâncias maiores para realizar a coleta nos blocos, principalmente devido ao número reduzido de grandes blocos na região e também de percursos cansativos com alta declividade.

Para realizar a coleta os catadores ressaltaram preferir o uso de *big bags*, carrinhos e sacolas maiores. Os sacos de ráfia oferecidos pelo projeto eram utilizados para coleta entre os foliões e depois os catadores faziam a transferência dos materiais para bags que eram fixados em um local e vigiados por um colega de trabalho, no caso daqueles que trabalham em dupla. Foram identificadas várias formas de coleta, formação de equipes autônomas, assim como diferentes métodos de acondicionamento e transporte dos materiais.

Figura 12 - Diferentes formas de acondicionamento e transporte de materiais na coleta de materiais recicláveis no Carnaval. Fonte: Registros da autora, 2020.

Cada catador desenvolveu sua própria estratégia para coletar e transportar materiais, resultando em uma variedade de métodos. Os sacos de ráfia eram úteis para aqueles que faziam a coleta próximo à central ou do ponto móvel. Entretanto, para os catadores interessados em coletar nos blocos mais distantes da central de referência, era necessário

desenvolver uma estratégia de transporte, como o uso de carrinhos de supermercado ou carrinhos de coleta tradicionais.

> "Eles [equipe do projeto de reciclagem no carnaval] deram esse saco pra gente, um de linho branco (...) mas não dá, ele enche rápido demais e você fica nesse vai e vem na central, o trabalho não rende.. por isso eu uso o carrinho entendeu? Olha aqui, eu coloco o bag e vou embora coletar quando tá muito cheio que eu vou pesar, ai pesa um monte de uma vez... "(Catador da Central Santa Tereza, em entrevista durante o carnaval, 2020)

> "Esse saquinho aí que eles deram não serve não, o que tá salvando meu dinheiro é o carrinho. Sem carrinho você não dá conta não. Não dá mesmo, anteontem teve um tanto de gente que não cumpriu meta por causa de não ter carrinho." (Catador da Central Floresta, em entrevista durante o carnaval, 2020)

A operação da coleta permitiu que os catadores desenvolvessem suas próprias estratégias, sem padronização ou criação de regras específicas baseadas no sistema implementado. A equipe da Central ofereceu algumas orientações sobre a localização dos blocos e pontos mais movimentados para auxiliar os catadores na criação de suas próprias rotas de coleta durante os dias de carnaval[31]. Aqueles catadores que tinham mais experiência na coleta de rua, durante a operação apresentaram uma maior produção em comparação com aqueles que estavam acostumados apenas ao trabalho dentro de galpões de triagem. Embora estivesse previsto no projeto, o acesso a banheiros exclusivos e água não foi suficiente para atender toda a demanda, levando à interdição de alguns banheiros. A disponibilidade de água era limitada, e os catadores relataram dificuldades em conseguir água e alimentação.

> "A gente tem que manguear [pedir] mesmo, eu não gosto, não gosto mesmo. mas hoje tá complicado, eu não consegui hoje nem água [mostra a garrafa vazia. Eu não gosto de pedir, mas eu enchia a garrafa de água aqui [mostra um prédio público] mas hoje é feriado e ele tá fechado. "(Catador da Central Praça da Estação, em entrevista durante o carnaval, 2020)

[31] A patrocinadora do projeto solicitou à coordenação da operação prioridade aos blocos de rua que ela concedeu patrocínio, oferecendo uma listagem a ser distribuída para os catadores e que pela falta de tempo foi apenas utilizada as informações boca a boca pelos gerentes das centrais e alguns conseguiram fixar folhas de avisos sobre a localização e tamanho dos blocos por dia para orientar os catadores.

> "Eu só consegui almoço hoje porque meu amigo trabalha em um restaurante aqui na Savassi e me arrumou, ainda bem, mas amanhã eu não sei como vou fazer." (Catador da Central Savassi, em entrevista durante o carnaval, 2020)

A alimentação para os catadores não estava prevista no Projeto, mas cada Central desenvolveu estratégias diferentes. Na Central Santê, por exemplo, devido ao trabalho realizado no pré-carnaval junto da Liga de Blocos de Rua do bairro Santa Tereza foi possível receber doações de alimentos entregues como ingresso para o evento, permitindo a oferta de almoço para os catadores durante todos os dias de carnaval, entregue em marmitex. Um dos catadores que participou da reunião de avaliação realizada pela Coopesol após o pré-carnaval mencionou ter sido chef de cozinha antes de estar em situação de rua. A liderança da cooperativa sugeriu envolvê-lo no processo, e ele ficou responsável pela produção das refeições, fazendo um total de 70 marmitas por dia, exclusivamente para o almoço, recebendo uma diária de trabalho do projeto.

Ja na Central Floresta, uma parceria com um restaurante foi estabelecida, e os catadores interessados no almoço pagavam R$10, valor que era descontado do pagamento final. Outras centrais apenas disponibilizaram alimentação para os cooperados que atuavam diretamente nas centrais, enquanto algumas não conseguiram se organizar para oferecer alimentação para todos os envolvidos.

Alguns catadores mencionaram dificuldades para retornar para casa devido à falta de ônibus, enquanto outros optaram por dormir na rua para garantir a segurança de seus equipamentos de trabalho como carrinhos e *big bags*. Esses catadores estenderam suas jornadas de trabalho de forma contínua para aumentar tanto a produção quanto a renda.

> " (...) aí eu acabei ficando sem lugar pra guardar o carrinho né? Minha opção foi ficar na rua, aí vou dormir na rua mesmo com alguns colegas que conheci e que também estão no projeto. (...) E se eu voltasse pra casa ia gastar esse dinheiro que ganhei no trabalho, ele ia ir todo para pagar ônibus pra ir e pra voltar lá pra minha casa. Aliás, a gente nem dorme no carnaval né? Compensa mais ficar na rua, ainda mais que tem lugar que tem carnaval virando noite aí você já vai catando e quando a central abrir cedinho eu tô lá com meu carrinho cheio já pra poder vender" (Catador da Central Praça da Estação, em entrevista durante o carnaval, 2020)

A dinâmica de coleta varia de acordo com cada catador e suas estratégias, mas existem práticas comuns observadas em alguns acompanhamentos durante a pesquisa de campo, como no caso do trabalho em dupla, onde um espera enquanto o outro adentra na multidão para coletar materiais. Em certos momentos, há até a organização do trabalho em trios. Durante uma dessas observações, registrou-se a atuação de um catador conhecido como Maranhão, cadastrado na Central Floresta, que contou com a ajuda de um amigo chamado Roberto, não cadastrado, mas que colaborou com a atuação de Maranhão.

Os dois catadores se organizaram em dupla, utilizando um carrinho de supermercado que Maranhão adquiriu com um amigo da rua, além de ter comprado cinco sacolas reforçadas para coleta, investindo um total de R$15,00 no carrinho e R$5,00 nas sacolas. Maranhão fez esse investimento exclusivamente para atuar no carnaval, dentro do Projeto de Reciclagem, do qual estava cadastrado. Ele, em situação de rua, coletava materiais recicláveis no bairro Cidade Nova nos dias que não eram de carnaval, sendo chamado para participar do projeto através da equipe de abordagem de rua da assistência social.

A dupla definia em qual bloco atuaria durante determinado período (manhã, tarde ou noite), chegando durante a concentração. Estacionavam o carrinho em algum local estratégico e um dos catadores vigiava para evitar que alguém mexesse nos materiais, enquanto o outro se dirigia para coletar os resíduos. O catador que adentrava a multidão enchia a sacola com latas, garrafas de água e plástico, incluindo a embalagem de fardos de latinhas. Quando a sacola ficava cheia e não podia mais coletar, retornava ao carrinho para pegar outra sacola e continuar a coleta. Com cinco sacolas, conseguiram lotar o carrinho em uma coleta que durou duas horas e trinta minutos.

Quando o carrinho estava cheio, dirigiam-se à central de reciclagem onde Maranhão estava cadastrado. Ao chegarem, era necessário separar os materiais para a pesagem, como PET verde, PET transparente, Plástico transparente, Plástico colorido, Papelão[32] e Latinhas de alumínio. A dupla utilizava uma bag emprestada para separar as garrafas PET, quanto o restante dos materiais ficava nas sacolas. Após a pesagem, pediam que as sacolas fossem devolvidas para continuar utilizando-as ao longo do dia.

[32] O único tipo de papelão aceito para compra dentro do circuito de comercialização do projeto foi o material conhecido pelos catadores como “papelão misto” ou “caixetinha” que são utilizados para embalagens de cerveja. Qualquer outro tipo de papelão não era aceito nas centrais.

Após o processo de validação do peso dos materiais, Maranhão assinava o recibo e retirava a marmita juntamente com o pagamento de R$10,00, dividindo a refeição com seu parceiro de trabalho. Durante o período da manhã, a dupla realizava de duas a três viagens com o carrinho, totalizando 30kg de materiais. Segundo a gerente da central, a média diária de Maranhão durante o carnaval foi de 60 kg a 70kg de materiais por dia.

> "eu só consigo isso tudo de material porque eu trabalho a noite também... vou trabalhando a noite toda catando, deixo no carrinho ai eu durmo aqui mesmo na rua do ladinho da central, assim que abre eu vou lá e peso meu material e já cumpro a meta rapidinho mesmo e consigo o dinheiro pra pagar meu amigo que tá segurando uma onda comigo ai tem que dar dinheiro pros dois e por isso a gente tem que correr atrás.... depois que acabar o carnaval a gente pelo menos vai poder descansar, mas com dinheiro." (Maranhão, catador vinculado à Central Floresta, em entrevista durante o carnaval, 2020)

As jornadas de trabalho na coleta variam de acordo com a organização individual de cada catador ou grupo de catadores. No entanto, muitos dos trabalhadores em situação de vulnerabilidade enfrentaram jornadas extensas, frequentemente sem alimentação adequada, com pouco acesso à água e raros momentos de descanso. Alguns trabalhadores relataram que a atmosfera festiva do carnaval ajudava a reduzir o cansaço, porém a insegurança alimentar e nutricional desses trabalhadores foi evidente durante a operação, assim como a dificuldade de acesso à água potável.

O uniforme distribuído para os catadores, uma camiseta azul com dizeres sobre sustentabilidade e parceria com a indústria cervejeira, patrocinadora do projeto, proporcionou visibilidade e oportunidade para diversos catadores trabalharem junto a alguns blocos pequenos e médios. Alguns desses blocos ofereciam alimentação e água em troca da assistência na coleta durante o cortejo. Entretanto, a distribuição de apenas uma camiseta dificultou, em alguns momentos, o uso contínuo da mesma, além da dificuldade de lavagem devido ao suor e sujeira acumulados. A distribuição de luvas também foi considerada relevante.

> "Sem a luva é complicado, tem latinha em poça de xixi que pegar com a mão assim é ruim demais. (...) se você suja a sua mão você vai lavar ela onde depois? (...) Não tem onde lavar a mão. (...) Com a luva você tem uma proteção, às vezes não é tanta como a gente queria, mas ajuda muito, eu vou usar essa luva até depois

> do carnaval se ela aguentar." (Catador vinculado à Central Santa Tereza, em entrevista durante o carnaval 2020)
>
> "É diferente trabalhar com uma camisa assim (...) as pessoas tem um outro olhar pra gente, é diferente. É como se você fosse visto como trabalhador mesmo, sabe? mais organizado. Se tivesse sem a camiseta eles ia vê a gente como mendigo largado ou até assaltante, tem hora que é ruim demais isso (...) agora com essa camisa aí é diferente, tem gente que entrega o material na sua mão, olha no seu olho e agradece pelo trabalho, eu nunca vi isso na minha vida! E olha que eu trabalho na rua tem uns anos aí e só tinha recebido xingamento (...). (Catador vinculado à Central Santa Tereza, relatando a experiência na reunião de avaliação do carnaval 2020)

O reconhecimento dos foliões pelo trabalho é presente em diversos relatos de catadores que consideraram um cenário diferente do que vivenciam nas ruas. A coleta realizada nos blocos com catadores identificados foi importante, mas faltou estrutura disponível como sacolas plásticas fáceis de carregar para acumular material e diálogo prévio com os blocos para desenvolver um esquema de coleta mais integrado ao cortejo. No geral, a coleta realizada durante o carnaval por diversos catadores representou uma versão aprimorada do que já faziam em seu cotidiano. No entanto, durante esse período, contaram com estruturas de apoio ao trabalho, que consideram importantes, mas que não estão disponíveis fora do período do carnaval, como camiseta de identificação, uniforme, luvas, sacolas, centrais de apoio com banheiros, alimentação (para alguns) e remuneração pelo trabalho realizado.

- ***Pesagem dos materiais coletados pelos catadores***

O sistema de pesagem planejado pelo projeto no início das discussões, contemplava a utilização de balanças de chão alugadas de algumas cooperativas. Contudo, a dificuldade de encontrar equipamentos disponíveis e transporte para eles, juntamente com o atraso no acesso à energia elétrica que surgiu devido a questões burocráticas e de licenciamento, impediu que todas as centrais tivessem acesso imediato à balança prevista. A Central Santê, diante da dificuldade da coordenação do projeto de encontrar transportador para tais balanças e encontrar um modelo viável para utilização, optou por utilizar equipamento próprio, o que facilitou a operação de pesagem, pois além de serem os responsáveis pelo transporte e instalação, os catadores já estavam familiarizados com a calibração e operação deste equipamento.

Figura 13 - Registro da balança utilizada na Central Santê. Fonte: Registro da autora, 2020.

Outro tipo de balança prevista para ser utilizada no projeto era semelhante àquelas encontradas em supermercados (Figura 14). Esta balança poderia operar em sistemas elétricos menos potentes, o que, teoricamente, garantiria um desempenho adequado, conforme avaliação dos organizadores. No entanto, sua utilização não foi viável devido a dificuldade dos operadores em calibrá-la e ao requisito de instalação em uma mesa. Além disso, esse modelo não dá conta da demanda de pesagem de bags e grandes volumes, podendo atrasar e dificultar o fluxo de operação do sistema previsto.

Figura 14 - Balança de mesa utilizada em supermercados e alugada pelo projeto mas que não foi utilizada. Registro da autora, 2020

No final, a balança de mão que funciona com pilhas, utilizada em pesca e para pesagem de malas de viagem, foi considerada a opção mais viável devido à falta de acesso inicial à energia elétrica nas centrais. Essas balanças têm um limite de pesagem de até 100kg, o

que dificultou a pesagem de *bags* muito cheios. Houve reclamações, por parte dos catadores da equipe de coleta, em relação a operação e calibração da balança, alegando que ela mostrava um peso menor do que o real. No entanto, devido ao seu baixo custo, facilidade de uso e precisão razoável, a balança de mão foi considerada uma ferramenta estratégica para a operação de pesagem e comercialização diante dos desafios encontrados.

Figura 15 - Uso da balança de mão nas centrais Savassi e Floresta. Fonte: Registro da autora, 2020

O processo de pesagem é fundamental no momento da compra dos materiais, sendo também a fase mais propícia a conflitos entre os catadores, principalmente devido a divergências relacionadas à calibração do equipamento. Durante o trabalho de campo realizado, não foram identificados conflitos sérios durante o processo de pesagem. No entanto, alguns catadores cooperados relataram dificuldade ao lidar com outros catadores mais exaltados, especialmente aqueles que haviam feito consumo de álcool ou outras substâncias, embora fossem minoria nas centrais. Um relato que vale destaque foi de um catador que alertou sobre a possível imprecisão da balança, pedindo intervenção da gerente da central para realizar uma calibragem no equipamento.

> “ (...) é a balança que diz o que eu vou receber… se ela tá viciada eu levo prejuízo. Eu acabei utilizando a balança de um ferro-velho emprestada para saber se a balança da central estava roubando para eu ter a minha segurança (...) mas aí eu vi que a balança até deu a mais (...) o que eu fiz foi o que eu acho certo fazer, avisei para a gerente que talvez ela precisava de calibrar a balança ali que estava dando peso a mais (...) eu falei porque era o certo a fazer, da mesma forma que eu não quero tomar prejuízo eu também não quero que o pessoal tome (...) se eles toma prejuízo aí no próximo carnaval eu não vou ter esse projeto pra me ajudar e eu acho isso ruim, então por isso que eu falei.” (Catador da Central Praça da Estação, em entrevista durante o carnaval, 2020.)

- ***Pagamento pela produção e Diária de trabalho***

Os catadores que participaram da operação foram divididos em três grupos distintos: cooperados e associados das organizações de catadores de BH; cooperados e associados de organizações da região metropolitana; e catadores autônomos de BH sem vínculos com organizações. De acordo com a coordenação do projeto, 405 catadores estiveram envolvidos na operação do carnaval, dos quais 173 eram catadores autônomos. Para os catadores vinculados a organizações a remuneração foi executada de duas maneiras: alguns catadores recebiam uma diária de trabalho enquanto outros recebiam a diária de trabalho mais o valor pelo material coletado. O pagamento foi efetuado por transferência bancária para a cooperativa referência e contou com a assinatura de recibos[33].

No caso dos catadores autônomos, por não possuírem vínculo com as cooperativas, tinham a opção de receber o pagamento em dinheiro ao final de cada dia de trabalho, incluindo o valor correspondente ao volume do material coletado e ao valor da diária de trabalho, caso tivessem cumprido a meta diária de coleta.

Alguns catadores optaram por receber no último dia de trabalho ou no final do dia, à noite. Para facilitar e padronizar o processo, todos os catadores autônomos que participaram da operação receberam o pagamento em dinheiro. A gestão dos recursos para o pagamento do material comercializado era realizada pela coordenação do projeto, seguindo as demandas de cada central após a dedução das vendas diárias. Todas as centrais contavam com seguranças para apoio, e durante o período de carnaval, não foram registrados casos de assalto a catadores ou às centrais. As dificuldades relacionadas à coordenação do pagamento realizado em dinheiro eram colocadas pelas equipes como risco de assaltos e dificuldade com troco, porém a opção pelo pagamento em dinheiro superou quaisquer limitações que poderiam surgir caso outras opções de pagamento fossem consideradas como no caso da realização do pagamento via transferência bancária, o que poderia ser inviabilizado caso os catadores não possuíssem conta ou tivessem que realizar algum processo de bancarização às vésperas do carnaval[34].

[33] As cooperativas receberam o recurso para repasse aos catadores vinculados que atuaram no carnaval somado a 10% do total para arcar com as despesas administrativas do processo de transferência de valores segundo Julia Tunes, coordenadora técnica do Projeto em entrevista em 2022.

[34] A opção por pagamento por transferência bancária foi utilizada na experiência realizada na cidade de São Paulo onde 200 catadores foram incluídos no processo e foram pagos com cartão de débito disponibilizado

- ***Desdobramentos da experiência***

Essa experiência destaca a importância do Projeto de Reciclagem no Carnaval em 2020 em Belo Horizonte ao enfatizar a necessidade de estabelecer sistemas colaborativos entre catadores e cooperativas. Esse tipo de interação entre catadores autônomos e cooperados não foi comum em outras cidades que também operaram o projeto no carnaval pela mesma patrocinadora. A operação do sistema para viabilizar a comercialização dos materiais enfrentou diversas dificuldades logísticas, principalmente devido a falta de tempo para um planejamento mais detalhado. No entanto, os resultados da ação de reciclagem contaram com o apoio de uma iniciativa da prefeitura, como a proibição da comercialização de garrafas de vidro por ambulantes, o que ajudou a reduzir significativamente a quantidade de vidro, material que tem seu maior volume destinado ao aterro por não ser coletados por catadores autônomos[35]. No gráfico abaixo as informações foram reunidas e compreendem dados desde 2017, com acréscimos das contribuições provenientes das ações de reciclagem executadas nos anos de 2019 e 2020.

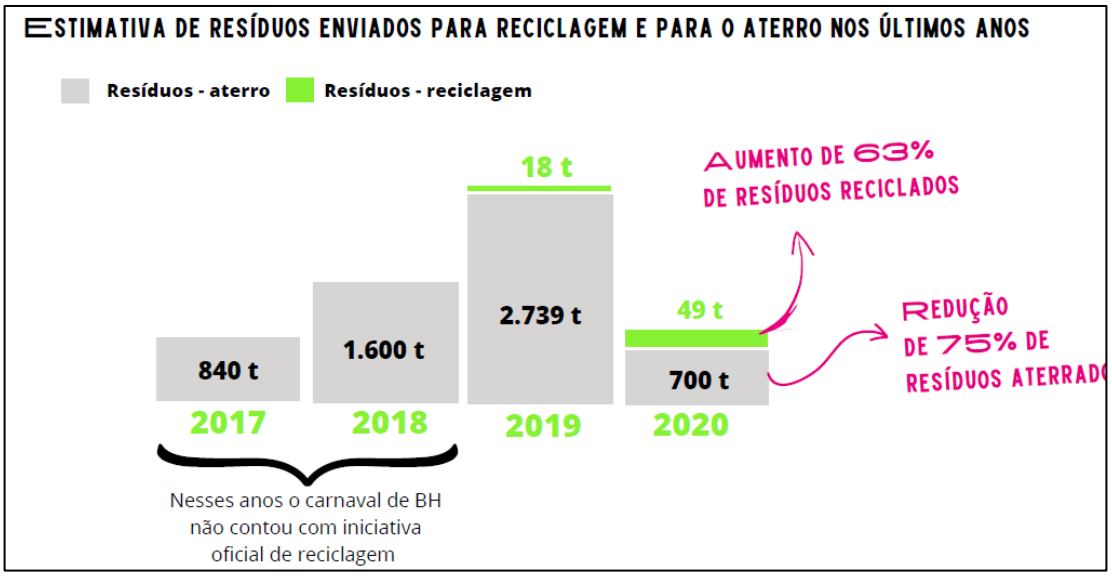


Figura 16 - Contribuição de projetos de reciclagem no carnaval de BH em quatro anos. Fonte: Elaboração própria com dados da SLU e ANCAT, 2020.

por um banco virtual, o que facilitou o uso do recurso por parte dos catadores, maior organização na prestação de contas, mas criou uma linha de trabalho mais intensiva relacionada a transferências de valores sem muitos recursos previstos para cobrir todo esse processo.

[35] Os catadores autônomos não tem costume de coletar garrafas de vidro em grandes volumes comparado ao plástico, latinhas ou papel/papelão (Gonçalves, 2017). O valor do vidro não compensa o trabalho necessário no seu manejo, por ser pesado, perigoso e pouco rentável. Dessa forma, muito vidro vai parar no aterro porque a cidade não conta com sistema eficiente de coleta seletiva para esse material.

A compilação e análise desses dados ao longo do tempo podem fornecer informações valiosas sobre o impacto das ações de reciclagem, especialmente quando envolvem a integração e colaboração com catadores. O aumento na reciclagem e a redução dos materiais destinados ao aterro são indicadores positivos, alinhados com as metas e diretrizes estabelecidas pela Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei n° 12.305/2010). Isso sugere que ações integradas a estratégias de cooperação entre diferentes setores, incluindo catadores e cooperativas, podem ter contribuído significativamente para esses resultados positivos.

A implementação do cadastro de catadores e a subsequente distribuição de cestas básicas e auxílio financeiro demonstram como iniciativas desse tipo podem oferecer suporte significativo aos trabalhadores envolvidos na coleta de materiais recicláveis, especialmente durante eventos sazonais como o carnaval. Antes desse projeto, a ausência de cadastros ou registros desses trabalhadores evidencia a falta de reconhecimento e apoio para essa categoria profissional. A introdução dessas medidas, não apenas ofereceu assistência imediata, mas também ressaltou a importância de tais iniciativas para garantir melhores condições de trabalho para os catadores. Esses esforços podem ajudar a promover uma visão mais abrangente e inclusiva para a valorização do trabalho desses profissionais.

### 7.3. A comercialização conjunta e construção da parceria entre catadores

Aqueles que atuam como catadores de materiais recicláveis, mas não estão vinculados a cooperativas ou associações, geralmente vendem os materiais coletados diretamente a compradores privados, como ferros-velhos, aparistas, sucateiros ou depósitos. Esses catadores percorrem residências, comércios, instituições de ensino e outros locais onde há geração de resíduos, recolhendo materiais nas ruas. O papel do comprador é fundamental em qualquer processo de recuperação de materiais pós-consumo, não somente para catadores autônomos. As experiências de cooperação entre catadores autônomos e as cooperativas estudadas trazem como estratégia um processo de integração da produção desses catadores autônomos, ou como iremos definir aqui, o processo de comercialização conjunta. No entanto, para aprofundar a estratégia de integração dos catadores por meio da comercialização conjunta, é crucial discutir a relação e as dinâmicas de produção entre os catadores com compradores privados além de colocar em

perspectiva a comercialização conjunta com organizações de catadores. Essa discussão pretende elencar aspectos emergentes das experiências para que a iniciativa de comercialização conjunta, como estratégia de integração de catadores autônomos e cooperativas, não reproduza a exploração da cadeia da reciclagem.

**a. A relação entre catadores autônomos e compradores privados**

O comprador privado, frequentemente chamado de "atravessador", é visto como um antagonista na cadeia produtiva da reciclagem, o que resulta em sua não aceitação em discussões sobre inclusão de catadores ou gestão de resíduos. Esses compradores são entidades produtivas com diferentes formatos, tamanhos e dinâmicas, alguns são especializados em tipos específicos de materiais, enquanto outros têm um espectro mais amplo. Seu papel, como intermediário na cadeia produtiva, consiste principalmente em obter grandes volumes de material e assegurar sua qualidade e regularidade de fornecimento. Graças a frequente obtenção de grandes volumes de materiais de qualidade, esses compradores têm acesso a preços mais vantajosos e melhores condições de comercialização com outros elos da cadeia produtiva. Devido a sua posição estratégica nessa cadeia, os compradores privados de materiais recicláveis geralmente são a única opção para escoar a produção de catadores autônomos.

Os catadores autônomos mantêm diferentes relações com compradores privados, e embora essas relações possam variar amplamente, algumas situações são consideradas positivas, enquanto outras não. A definição de uma relação harmoniosa é bastante controversa, pois a relação com catadores enquanto fornecedores dos donos de depósito passa por diversos aspectos. Dentro deste contexto, foram identificadas situações recorrentes em diversas experiências observadas, vistas pelos catadores como benefícios oferecidos pelos compradores privados: empréstimo de equipamentos, pagamento personalizado e atendimento a demandas pessoais.

O empréstimo de equipamentos caracteriza uma relação de produção na qual o comprador privado disponibiliza equipamentos ao fornecedor para aumentar sua capacidade produtiva. Catadores autônomos geralmente têm pouca ou nenhuma capacidade de aquisição de materiais e equipamentos para apoiar sua coleta, principalmente devido aos

altos custos envolvidos[36]. Além dos custos, estacionar os carrinhos de coleta em locais seguros para evitar roubos também é um desafio, e alguns compradores privados oferecem esse estacionamento. Para ter acesso a equipamentos como carrinhos manuais ou *big bags* para acondicionar o material coletado, os catadores precisam construir um relacionamento de confiança com os compradores privados. Em muitos casos, os catadores deixam documentos como garantia (Carteira de Identidade, Passaporte ou Carteira de Trabalho) e no momento da devolução do equipamento, o comprador pode cobrar taxas diárias pela utilização, mesmo que os valores não tenham sido acordados previamente. Essa dinâmica se complica ainda mais quando o equipamento é furtado, deixando o catador com uma dívida elevada e impossível de ser quitada, tornando-o refém nesse processo.

O pagamento personalizado é uma característica que se desdobra em situações onde o comprador precisa garantir a fidelidade do fornecedor. Para isso, estabelece relações de pagamento em dinheiro no momento da coleta, pagamento com drogas ou álcool, e adiantamentos. O pagamento em dinheiro no ato da comercialização é a forma mais comum na relação comercial entre catadores e compradores privados. Muitas vezes, não há emissão de nota fiscal ou recibo de venda, o catador apenas pesa o material e recebe o valor correspondente ao peso e tipo de material coletado. Alguns compradores oferecem um valor menor pelo material quando o pagamento é em dinheiro, o que pode não ser um problema para catadores que necessitam de recursos imediatos. O pagamento com álcool e outras drogas é registrado apenas em transações com compradores privados clandestinos (sem regulamentação formal), que atraem catadores como fornecedores, devido ao consumo abusivo de substâncias, criando essa relação direta com o consumo de drogas e entrega de materiais recicláveis. Os adiantamentos são solicitados pelos catadores aos compradores, quando há relação de confiança mais intensa e necessidade de recursos financeiros para demandas pessoais urgentes. Embora raramente oferecido, quando concedido, o comprador geralmente cobra juros sobre o adiantamento. Os relatos sobre situações de dívidas entre catadores autônomos e compradores privados, são

[36] Um carrinho de coleta de reciclagem em Belo Horizonte em 2023 feito de alumínio com eixo com rodas de carro custa em média R$2.000,00 (dois mil reais) para aquisição direto com o serralheiro. Há também custos de manutenção que podem chegar a R$200,00 (duzentos reais) por mês, segundo aproximação feita por catadores entrevistados.

comuns; sobre essa questão do adiantamento, Osvaldo, catador autônomo, ressalta:" o *adiantamento é um atraso na vida da gente*"[37]

O atendimento às demandas pessoais é uma estratégia adotada pelo comprador privado para atender a um maior número de fornecedores e garantir a fidelização desses catadores, para que continuem a vender com frequência. Para isso, o comprador busca o material no local escolhido pelo catador, oferece condições de pagamento e outros benefícios mencionados anteriormente. A fidelização dos catadores é vista como uma virtude para os compradores privados, que oferecem preços especiais para aqueles que têm alta frequência e volume de vendas, ou seja, quando o catador reduz a frequência ou para de vender determinado material, o preço é diminuído. Devido à falta de viabilidade econômica, os compradores privados não conseguem comprar todos os tipos de materiais recicláveis possíveis de serem coletados e, por conta disso, orientam seus fornecedores a coletarem apenas o que é viável conforme valores de mercado.

### b. Relação entre catadores autônomos e a comercialização conjunta com cooperativas e associações

A relação de comercialização conjunta entre catadores autônomos e cooperativas ou associações não é uma novidade. Embora atualmente a maioria das organizações de catadores receba materiais do sistema de coleta seletiva, outras complementam o volume processado através da coleta de materiais realizada por catadores nas ruas, quer sejam eles integrados ou não ao corpo social dessas instituições. Por vezes, a remuneração pela coleta de materiais nas ruas feita por outros catadores, que não aqueles que estão nas cooperativas não é bem-vista pelas lideranças de diversas organizações.

> "Olha, eu não tenho como comprar material porque eu sou cooperativa, no meu estatuto tá escrito lá que é uma cooperativa, eu não sou atravessador de material não e se o catador quiser ele vai ter que entrar na cooperativa e trabalhar com o material que a gente coleta da prefeitura e dividir o trabalho" (Liderança de Minas Gerais em entrevista, 2019.)
>
> "E aí a cooperativa naquela questão de não querer explorar ninguém não quer comprar o material desses catadores, não quer

[37] Osvaldo foi um catador que participou de diversas reuniões realizadas pela Coopesol Leste e Assistência Social onde eram discutidas as principais dificuldades e desafios enquanto catadores autônomos. Essa verbalização foi feita por ele em uma reunião realizada em outubro de 2019 na regional leste, em BH.

> comercializar junto porque não quer explorar, mas na reciclagem é assim, você explora e é explorado. Você é explorado por um e explora o outro pra se manter é assim, muito difícil mudar " (Catador autônomo da cidade de São Paulo, em entrevista 2020)

A situação que viabiliza a integração da produção de catadores externos, precisa estar prevista no regimento interno ou estatuto da cooperativa ou associação, com entendimento de que a relação não se reduz apenas à compra de materiais. Entretanto, há muitas incertezas relacionadas a esse processo jurídico e como as cooperativas e associações podem integrar a produção da coleta realizada nas ruas sem que isso se configure exclusivamente em um processo de compra e venda de produtos. Existem catadores que atuam nas ruas e são integrados formalmente em cooperativas ou associações, tornando-se cooperados ou associados externos, também chamados de catadores associados ou cooperados de rua. Nesses casos, os catadores que se tornam cooperados, tem sua produção incorporada a da instituição e sua remuneração é baseada no volume de material coletado como uma forma de pagamento pela produção.

Uma cooperativa de São Paulo, conhecida como Recifavela, desenvolveu um novo CNPJ para realizar o trabalho de comercialização com catadores autônomos, facilitando o acesso a projetos de apoio ao trabalho e crédito para capital de giro. Uma solução que pode favorecer o controle da produção externa e do fluxo de materiais que chegam por meio dessa coleta externa. No entanto, desafios na estrutura da operação de comercialização conjunta dentro das cooperativas precisam ser considerados, conforme apontado por Toninho, um catador de Poços de Caldas (MG):

> “Tem que fazer esse trabalho separado (...) uma entrada diferente daquele material que chega da prefeitura, então o material chega da prefeitura ele não tem custo, fica na parceria lá com a prefeitura. Já o material que vem dos catadores avulsos, tem que repassar pra eles o valor, e o desafio é: como a cooperativa ou associação consegue pagar igual ou mais do que o atravessador. Sendo que o atravessador ele já conhece os meios de trabalhar irregular né, ele já tem o contato lá com os caras que fabrica papelão, plástico, tudo vende sem nota às vezes, ele tem o caminhão pra transportar, as cooperativas e associação não tem essas coisas. Então isso dificulta no valor delas competir com eles pra pegar o material do catador avulso. Então tem um monte de gente indo agora na pandemia pra rua catar material e nunca foi catador, nem sabe o preço do material e essas pessoas acabam sendo exploradas. E aí as cooperativas e associações entenderem

> que o material se esse catador pegar, se ele não passar pela cooperativa vai passar pelo atravessador. E ele passando pela cooperativa, isso pode aumentar o volume de material lá na base, aumenta valor de bolsa reciclagem, aumenta valor de logística reversa, né. E atrai mais cliente também, porque quanto mais material você tem mais os caras vem atrás de você pra comprar" (Catador Toninho em entrevista, 2021)[38]

A oportunidade de aumentar o volume de material e, consequentemente, os valores provenientes de programas de logística reversa vinculados a notas fiscais de venda, tem atraído algumas cooperativas para a estratégia de comercialização conjunta com catadores autônomos. Embora essa abordagem represente uma oportunidade para ampliar a capacidade de arrecadação de recursos, como incentivos financeiros de programas de logística reversa ou programas de pagamento de serviços ambientais urbano, é necessário garantir o acesso dos catadores autônomos a esses recursos, já que nem todas as cooperativas os consideram parte do grupo de recebimento dos repasses por não estarem vinculados formalmente.

A estratégia de comercialização conjunta entre catadores autônomos e cooperativas ocorre de duas formas, que podem se complementar em alguns casos: a utilização de um galpão ou outro espaço como ponto de recebimento de materiais ou a realização de retirada de materiais onde o caminhão da cooperativa vai até o local em que o catador está para realizar a coleta dos materiais para pesagem e processamento no galpão.

A instalação de um espaço para atendimento e recebimento de materiais oriundos da coleta nas ruas, realizadas por catadores autônomos, seja o próprio galpão ou em outro espaço alternativo (como as centrais de reciclagem utilizadas no carnaval), requer o uso de equipamentos específicos e a designação de um cooperado para esse serviço. Ter um espaço de comercialização acolhedor, onde os catadores possam realizar rápida separação dos materiais, descansar e utilizar o banheiro são demandas recorrentes. No entanto, retirar um cooperado de suas atividades para atender aos catadores, pode gerar sobrecarga e dificultar a integração dessas pessoas no espaço da cooperativa, sendo necessário considerar o custo de designar um atendente para esse serviço.

[38] Apesar da pesquisadora considerar o termo "catador avulso" como pejorativo, optou-se por manter a verbalização seguindo os termos usados da forma que foi dita em entrevista.

O formato de comercialização conjunta no qual a cooperativa se desloca até o local onde o catador está para realizar a coleta dos materiais, pesagem e pagamento é uma alternativa que visa aumentar a capilaridade do serviço, mas precisa ter os custos adequadamente considerados. Essa abordagem é geralmente adotada por cooperativas localizadas em regiões afastadas dos principais pontos de coleta de catadores nas cidades, como é o caso da Coopesol Leste em Belo Horizonte.

A Coopesol Leste precisou se organizar administra e financeiramente para poder deslocar o caminhão juntamente com um ajudante para poder oferecer aos catadores a retirada dos materiais no fluxo de comercialização conjunta. Após a retirada dos materiais, eles são pesados e passam pelo processo de triagem fina, onde é descontado caso tenha algum rejeito ou alto nível de mistura de materiais. O valor pago pelo material, se devidamente separado, é similar ao valor aplicado à produção de catadores na triagem na esteira, porém é descontado 30% para suprir os gastos de deslocamento, carregamento e pesagem. A pesagem final e o valor a ser recebido são comunicados pela presidente da cooperativa via telefone para cada catador e o pagamento é realizado via transferência bancária e assinatura de recibo.

> "O galpão da cooperativa tá numa parte alta da cidade e esses catadores de rua jamais teriam condição de puxar um carrinho de material até aqui no galpão. Então a gente precisou se organizar para ir até eles nos locais onde eles juntam o material e aí nós vamos com caminhão próprio e busca esse material. Chega no galpão, faz a pesagem e registra o volume, no final do mês fazemos o pagamento" (Catadora Vilma da Coopesol, em entrevista 2022)

A localização do galpão da Coopesol leste está em uma área de grande declividade e também é distante da região de maior incidência de atuação de catadores autônomos na cidade de Belo Horizonte, especificamente na região leste onde a cooperativa está situada territorialmente. O mapa a seguir mostra a localização da cooperativa (triângulo vermelho) dentro da regional leste, comparando-a com a incidência de atuação de catadores autônomos, conforme os dados da pesquisa realizada pela prefeitura de Belo Horizonte na fase de diagnóstico do PMGIRS BH referente ao ano de 2015.

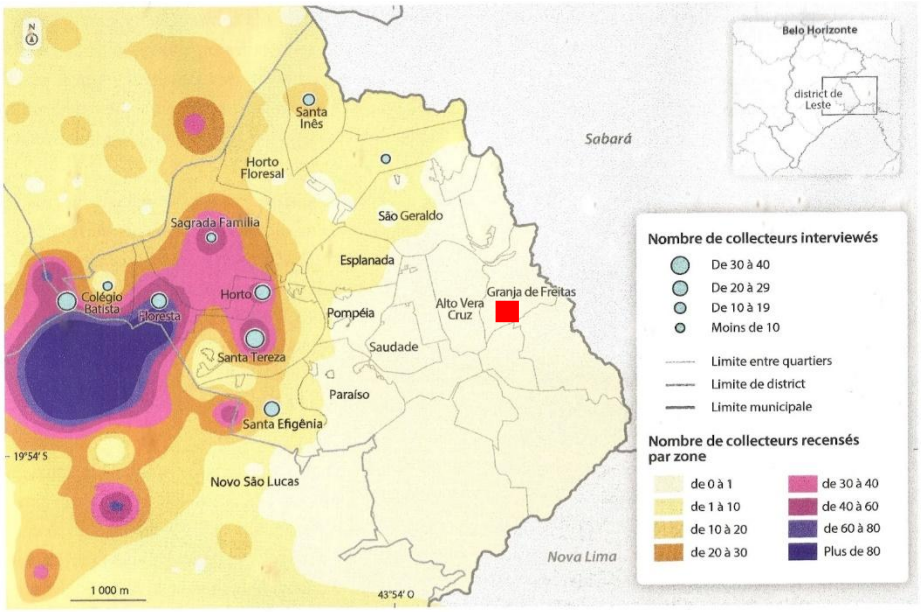


Figura 17 - Incidência de catadores de rua na região leste de Belo Horizonte e destaque da localização da cooperativa de vermelho. Fonte: SLU/PMGIRS 2027 e Dias *et al* 2023

A estratégia de utilizar o caminhão da cooperativa para coletar materiais dos catadores, a fim de serem comercializados pela própria cooperativa, contribuiu para reduzir a distância entre os catadores que atuam nas ruas e aqueles que estão no galpão. Porém, os custos desse processo são descontados no valor recebido pelos catadores.

Em relação aos tipos de materiais comercializados, apesar de lidarem com uma variedade maior comparada aos ferros-velhos, algumas cooperativas enfrentam dificuldades para adquirir todos os tipos de materiais. Isso ocorre principalmente com materiais que têm baixa frequência de venda e preços oscilantes, tornando-os desafios para a comercialização. A catadora Tereza, liderança da Coopervivabem em São Paulo, explica que esses materiais têm pouca saída de venda[39], o que dificulta estabelecer tabelas de preços:

> "Tem material que eu vendo de 3 em 3 meses, por exemplo. Vamos supor que vendi um material há 3 meses atrás a R$0,35 se eu comprar dos catadores de rua a R$0,25 esse mês e chegar mês que vem quando eu vender pro meu comprador, o preço está R$0,20 aí eu vou ter um prejuízo né, por conta disso eu acho difícil manter todos os materiais na tabela para comercializar, porque o mercado ele é muito instável e eu não tenho fundo e

[39] Isso acontece porque alguns materiais precisam ser comercializados em grandes quantidades para viabilizar o frete e tributos atribuídos à comercialização.

> nem capital de giro para cobrir isso" (Catadora Tereza, Coopervivabem em entrevista, 2021)

A principal limitação para a operação estratégica de comercialização conjunta com catadores autônomos em algumas cooperativas e associações é a falta de capital de giro. Ter recursos disponíveis para efetuar os pagamentos aos catadores antes da comercialização do material para os compradores das cooperativas, seria benéfico para integrar mais catadores. Entretanto, nem todas as organizações de catadores possuem experiência na operação e controle de capital de giro, o que pode vir a se tornar um problema caso não seja gerido adequadamente. Alguns grupos demandam a realização de formações para aprimorar o fluxo de caixa das estratégias de comercialização devido a essa questão. Outro desafio é calcular o valor para esse capital de giro quando não se dispõe de informações sobre o volume esperado de materiais recebidos e variações sazonais, o que aumenta a complexidade desses cálculos.

Por outro lado, nas experiências analisadas, os desafios em lidar com catadores em situação de vulnerabilidade, sem moradia, que fazem uso abusivo de álcool e outras drogas e que, frequentemente, não possuem documentação, são recorrentes. A estratégia de comercialização conjunta poderia contribuir para o desenvolvimento de alternativas que conectem os catadores, indo além da simples inserção em galpões e conectando-os também com as políticas públicas vigentes

> "Agora, o catador de rua, não sei se você sabe, ele gosta muito da rua também. (...) Não é que ele não gosta de estar ligado com a cooperativa, ele tá lá cadastrado, mas ele fala que na rua ele cata num sei quantas big bag, que ele tem contato com x, y, local que ele coleta, a farmácia, o zé do mercadinho, num sei mais onde (...) e ele quer manter isso..(...) e é legal porque a gente acaba tendo acesso a material que não ia chegar aqui na cooperativa sabe? (...) a gente paga pro catador de rua, o preço máximo possível justamente porque ele é catador como nós. Ele pode continuar lá no que ele faz mas ganhando muito bem. Ele não fica no galpão não (...) na rua ele conversa com as pessoas, na rua ele fica com a liberdade de, coisa que ele criou ali de ter esse diálogo da rua, né, nem todo mundo gosta de ficar preso dentro de um local fechado e restrito. E não faz sentido não fazer isso [comprar material de catadores], porque se de você não buscar esse apoio mútuo e o entendimento de categoria você acaba criando um apartheid e esse também não é nosso papel". (Catador Tião do Rio de Janeiro, em entrevista, 2021).

# 8. CONSTRUINDO PONTES: A INTEGRAÇÃO DOS CATADORES DE RUA AO SISTEMA DE RECICLAGEM

O processo analisado de interação entre catadores autônomos e cooperativas, analisado a partir dos casos estudados no capítulo anterior, ocorre de três formas: aversão, conflito e colaboração. A aversão se manifesta quando o catador não consegue se integrar ao modelo de inclusão por meio da inserção em galpões de triagem. O conflito surge devido a disputas por materiais recicláveis e à atuação dos catadores nas ruas da cidade. Já a colaboração, por outro lado, ocorre quando ambos identificam o benefício mútuo da interação a partir da comercialização conjunta. Essas formas representam situações sociais estruturais, nas quais um mesmo catador pode transitar por todas elas, dependendo do momento e do desenvolvimento da sua atividade.

Este capítulo reúne reflexões teóricas baseadas em casos empíricos para analisar e discutir o objetivo da tese: como desenvolver cooperação entre catadores autônomos e cooperativas. Essa análise gera sugestões que são apresentadas no capítulo seguinte, complementando a proposta inicial de alcançar resoluções e alternativas como resultado do processo de pesquisa e intervenção.

O capítulo está dividido em três partes, cada uma correspondendo a discussões relacionadas aos casos empíricos. Na primeira, desenvolve-se o conceito de formas de vida, que procura discutir a importância de criar estratégias de inclusão que compreendam as diferenças entre catadores e promovam oportunidades a partir desse entendimento. A dificuldade de inserção e as limitações nesse processo de inclusão em cooperativas fazem com que os catadores vejam a rua como espaço de trabalho. Por conta disso, são considerados desviantes do sistema de coleta seletiva e do uso adequado do espaço urbano.

Nesse cenário de conflito, a segunda parte deste capítulo apresenta, de forma breve, a estrutura da cadeia produtiva da reciclagem, situando a disputa pelo lixo como um efeito das relações de dominação que mantêm a remuneração dos catadores em níveis mínimos. A última parte do capítulo traz proposições práticas sobre a comercialização conjunta como estratégia de cooperação, além de discutir as diferentes formas de organizações colaborativas já existentes e as possíveis de serem desenvolvidas para efetivar essa estratégia.

### 8.1. Compreendendo as formas de vida a partir da experiência entre catadores

A primeira parte dessa análise busca contemplar as diferenças ressaltadas no processo de inserção de catadores autônomos em cooperativas ou associações. A partir da interação gerada por essa inserção produtiva nos espaços de trabalho de grupos organizados em cooperativas e associações, tendem a surgir conflitos. Como consequência, os interessados nos processos de inclusão dos catadores em galpões buscam justificativas para entender a recusa. No entanto, as justificativas pelas quais os catadores autônomos não se integram às cooperativas não descrevem a causa real desse processo, nem apresentam alternativas para reverter a situação ou propor estratégias de permanência.

Embora a possibilidade de inserção de catadores em cooperativas seja legítima, a análise proposta nesta tese não se aprofunda ou problematiza os motivos pelos quais catadores egressos das ruas permanecem ou não nas cooperativas. Em vez disso, pretende explorar como a interação entre eles e o contraste entre suas práticas revelam características que podem auxiliar na discussão sobre o modo de vida daqueles que optam por permanecer fora dos grupos organizados, a fim de que novos arranjos colaborativos possam ser construídos. A partir da situação de inserção e interação de catadores egressos da catação nas ruas com trabalhadores em galpões de triagem, os problemas evidenciados contribuem para a compreensão de quem são esses trabalhadores autônomos e quais são suas demandas divergentes ao interagirem com trabalhadores em espaços como galpões de triagem. A análise não tem a intenção de apresentar o galpão da cooperativa como o único espaço aceitável para o trabalho de catadores, mas sim como um entre vários, sendo a rua um elemento importante a ser considerado.

A análise passa por três aspectos que emergem na interação de catadores egressos das ruas ou lixões com cooperativas e associações, sendo os dois primeiros um contraste evidente entre formas de vida (contraste entre regras e contexto de vulnerabilidade) e o último uma limitação nos processos de inclusão.

As discussões sobre o contraste entre formas de vida abordam as diferenças entre as atividades produtivas e as regras no trabalho, além dos aspectos relacionados às vulnerabilidades sociais, que se manifestam como limitadores e agravantes no processo de interação entre catadores. A proposta é compreender como o trabalho dos catadores autônomos se dá em interação com cooperativas e identificar os elementos que surgem

nesse processo de intervenção, já apresentado a partir dos casos empíricos descritos no capítulo 5.

### *8.1.1. Diferentes experiências produtivas*

A integração de catadores em cooperativas ou associações, muitas vezes se limita à inserção em galpões de triagem como um fim em si, sem muita estrutura de transição ou suporte para a permanência a longo prazo. No entanto, se a organização coletiva é o caminho pelo qual os catadores de materiais recicláveis conquistam direitos e reconhecimento, a inserção precisa ser parte de estratégias mais amplas, compartilhadas ou não com o poder público. Para contribuir com a discussão sobre a interação de catadores em galpões de cooperativas e associações, identificamos a diferença nas formas de trabalho como um ponto crítico para configurar a rota de integração e desenvolver abordagens que reconheçam as limitações dessa estratégia.

A abordagem predominante no século passado, que defende que os catadores de recicláveis devem deixar as ruas para trabalhar em galpões de triagem, é conhecida por seus limites. Se não for alinhada às demandas reais do grupo de catadores, essa abordagem pode ser interpretada como colonialista. Essa perspectiva colonialista se caracteriza por desconsiderar a vontade ou escolha do outro, impondo uma lógica e valores próprios sobre sujeitos subalternizados (Spivak, 2010). Retirar os trabalhadores de sua prática para impor novos hábitos e formas de trabalho não deve ser uma imposição, ainda que o objetivo de melhorar as condições de trabalho seja legítimo. A visão colonialista apresenta as cooperativas ou associações como uma “salvação” para esses catadores, sugerindo que seus problemas seriam resolvidos com um possível aumento de renda e melhorias nas condições de trabalho. Esse tipo de discurso leva muitos catadores se formalizarem nessas organizações, resultando em frustração quando as promessas não se concretizam.

No caso de fechamento de lixões, há quase sempre uma preocupação com a criação de alternativas econômicas para os catadores que perderão o espaço de trabalho. Na maioria das vezes, esse fechamento é acompanhado pela formação de cooperativas ou associações, com o objetivo de deslocar o trabalho para um galpão de triagem. Embora esse processo não seja necessariamente coercitivo, há sempre resistência por parte dos catadores, como descrito no capítulo 5.

A dificuldade de integrar catadores egressos da rua em galpões de triagem gera um choque inicial que, sem o devido processo de transição, dificulta a efetivação da estratégia. Generalizar a atividade de catadores, ignorando o impacto do espaço de trabalho, evidencia as limitações desse processo. Ao se aprofundar no trabalho realizado pelos catadores nas ruas, é possível entender suas estratégias e como isso contrasta com a integração em cooperativas. A atividade de coleta nas ruas envolve três etapas: tipo de material, rota de coleta e estrutura de transporte e comercialização.

Inicialmente, a definição dos materiais recicláveis a serem coletados depende do preço oferecido pelo comprador e da capacidade de armazenamento do catador. Alguns catadores focam em um tipo específico de material, como sucatas ou plástico, enquanto outros conseguem coletar uma maior variedade devido à disponibilidade de espaço para armazenamento (Gonçalves, 2017).

Após definir os materiais, os catadores estabelecem uma rota de coleta, ou seja, onde o trabalho será realizado. Nessa etapa, são elaboradas estratégias para acessar os materiais. Muitos catadores se organizam em equipes, duplas ou atuam individualmente. Uma das rotas mais comuns é seguir o caminhão da coleta (seletiva ou convencional) para recolher os materiais nas ruas. Além disso, há acordos informais entre catadores que atuam em determinados territórios, especialmente em áreas comerciais, com regras de convivência que evitam conflitos, tema a ser discutido mais adiante.

Para tornar a coleta mais produtiva, os catadores precisam de infraestrutura de transporte e armazenamento, como carrinhos de coleta ou veículos automotores. A utilização de carrinhos de supermercado é comum entre catadores de rua devido ao seu baixo custo e manutenção mínima. Além disso, o acesso a sacolas, big bags e locais de armazenamento é um indicador da capacidade de produção dos catadores

A estratégia de comercialização dos materiais coletados varia. Alguns catadores mantêm uma relação distante com os compradores, enquanto outros constroem relacionamentos duradouros, garantindo benefícios como fornecedores contínuos. Essas etapas diferem substancialmente das estratégias necessárias para a organização produtiva em cooperativas, embora trabalhem de forma semelhante.

Nas cooperativas, os catadores precisam dar destinação a todos os materiais coletados. Aqueles sem valor comercial viável são considerados rejeitos e descartados. Para

minimizar esse descarte, as cooperativas desenvolvem estratégias para encontrar compradores e negociar. A coleta feita por cooperativas pode ocorrer por meio da prefeitura que encaminha os materiais coletados ou a retirada de materiais em pontos específicos, alinhada à estrutura de transporte disponível.

A descrição dessas estratégias de produção revela diferenças substanciais entre o trabalho nas ruas e em galpões de triagem. A tentativa de integrar os catadores nesses espaços confinados de triagem visa transformá-los de coletores de materiais em trabalhadores voltados à separação e organização coletiva no galpão, o que requer novas habilidade e mudança de lógica produtiva.

Portanto, a abordagem que trata as atividades dos catadores nas ruas e em galpões como idênticas, diferenciando apenas o espaço de trabalho, resulta nos problemas mencionados. A transição do lixão para a cooperativa é muitas vezes abrupta, levando os catadores a buscarem outras alternativas, como a coleta nas ruas, onde a transição é menos brusca e permite a continuidade de estratégias similares às do lixão.

Essas diferenças, interpretadas a partir do conceito de forma de vida, condicionam o modo como cada grupo desenvolve suas atividades e interage com os demais. Os catadores de rua, como forma de vida, são guiados por dinâmicas produtivas específicas, enquanto os que atuam em cooperativas ajustam suas demandas econômicas às exigências ambientais de reciclar o máximo de materiais.

Nesse cenário, alguns podem considerar apenas o aspecto financeiro e julgar a atuação dos catadores autônomos (em lixões ou nas ruas) mais eficiente em comparação com a atuação de cooperativas ou associações (em galpões de triagem), eventualmente de forma equivocada. Os catadores autônomos não necessariamente se apropriam do valor do trabalho ambiental e, por conta disso, não possuem um compromisso *a priori* de buscar reciclar tudo que existe, e sim o que é possível nas condições que sua forma de vida proporciona. Por questões de sobrevivência e necessidade econômica, direcionam a coleta para materiais recicláveis que sejam mais rentáveis financeiramente, independentemente da importância ambiental de sua atividade. Embora alguns catadores autônomos tenham consciência ambiental e da importância do seu trabalho, há dificuldade de construir condições para ajustar essa demanda ambiental à financeira, e que esse ajuste gere

aumento da reciclagem de forma abrangente, mesmo com a atuação reduzida em pequena escala nas suas unidades produtivas autônomas.

No entanto, é importante não interpretar essas formas de vida como fixas ou imutáveis. Compreender as regras e condições que as diferenciam permite uma visão mais ampla e precisa da realidade desses trabalhadores e dos desafios enfrentados na busca por integração.

### *8.1.2. Contraste entre regras internas, trabalho e remuneração*

Wittgenstein (1978) apresenta que o entendimento das regras é fundamental para compreender uma forma de vida. Assim, compreender o que são as regras em uma forma de vida torna-se uma peça importante na discussão sobre o contraste e o desenvolvimento de conflitos entre diferentes grupos. A regra, ou seja, o modo pelo qual as pessoas, sob determinadas condições sociais e econômicas, produzem e reproduzem suas vidas, definem uma forma de vida específica.

A organização da própria atividade é uma característica do trabalho autônomo, no qual o trabalhador define seu horário, escolhe o tipo de material que deseja ou não coletar, decide se vai atender determinada clientela e estabelece seus próprios prazos para a execução de suas tarefas. Em contrapartida, o modelo das cooperativas e algumas associações geralmente implica subordinações específicas, muitas vezes sob um regime relativo de ordens provenientes do poder público. Ou seja, as cooperativas estão sujeitas a uma subordinação relativa se comparadas ao trabalho autônomo. Essas subordinações dos grupos organizados estão diretamente relacionadas ao trabalho e à relação com a prefeitura. Por exemplo, os trabalhadores podem ter a obrigação de coletar materiais em pontos designados, mesmo que contenham muito rejeito, ou não têm autonomia para recusar trabalhar com materiais de baixo valor. É por isso que as “regras” desses grupos são vistas como problemáticas por alguns catadores, que não desejam se submeter a elas de automaticamente, o que leva muitos a optarem por retornar às condições de vida anteriores.

Por outro lado, a carga horária das atividades dentro de uma cooperativa é coletivamente, para uma melhor organização do grupo e garantia de produção com a divisão de tarefas. Entretanto, essa situação pode gerar dificuldades de adaptação para catadores egressos, especialmente devido ao ritmo intenso e à menor flexibilidade nos horários de trabalho.

As faltas no trabalho acabam impactando a produção e a renda do coletivo de forma diferente daquela experimentada no trabalho autônomo. Enquanto os catadores autônomos podem traçar estratégias para compensar uma ausência, como aumentar sua jornada de trabalho à noite e coletar mais material, essa flexibilidade dificilmente ocorre nos espaços de triagem das cooperativas. Consequentemente, os problemas de adaptação vão se acumulando e podem afetar negativamente o relacionamento com o grupo ao longo do tempo.

Grande parte dos catadores de materiais recicláveis, tanto autônomos quanto organizados, recebem sua renda com base no valor pago pela quantidade de materiais recicláveis, geralmente medida em quilogramas (kg). Esse valor está diretamente ligado ao volume de materiais processados: quanto mais material é coletado e processado, maior é o recurso financeiro obtido. Relatos de catadores que passaram pela experiência de inserção em cooperativas frequentemente mencionam uma redução significativa da renda, e esse impacto tende a ser o principal fator de incompatibilidade nas experiências de inserção estudadas. É importante considerar que a diferença de renda entre catadores que atuam em lixões e aqueles que atuam nas ruas também precisa ser levada em conta, pois a transição para a coleta nas ruas também apresenta uma redução significativa na renda. No caso dos egressos de lixões, a queda na renda ocorre tanto na transição para o galpão de triagem quanto na transição para a coleta autônoma nas ruas. No entanto, a dinâmica de organização do trabalho nas ruas possibilita uma adaptação mais compatível com a experiência no lixão, mesmo com o impacto na renda.

Ambos os grupos de egressos, tanto de lixões quanto das ruas, enfrentam dificuldades relacionadas à redução na renda. Embora não seja o único motivo que dificulta a inserção no ambiente cooperativo, é um aspecto importante para ser considerado[40]. Essa queda na renda resulta da diferença no trabalho e na configuração da produção, que se manifesta basicamente em dois aspectos: o primeiro está relacionado à necessidade de responder à

[40] Importante elucidar que a análise realizada aqui sobre catadores autônomos, em certos momentos, traz elementos para discussão sobre a inclusão de egressos de lixões. Contudo, é crucial considerar que este não é um estudo sobre dinâmicas de inclusão e retirada de catadores do trabalho em lixões. A discussão sobre diferentes formas de vida pode trazer contribuições valiosas para pesquisadores que desejem aprofundar em estudos que abordem aspectos práticos sobre a dinâmica lixão-rua.

reciclagem de vários tipos de materiais; o segundo, à forma de remuneração das atividades realizadas no galpão de triagem.

Como vimos, o catador autônomo realiza seu trabalho de coleta nas ruas, ou seja, busca os materiais recicláveis o mais próximo possível da fonte geradora, priorizando os materiais de maior preço de venda e otimizando seu trabalho para obter, muitas vezes, uma renda imediata. A dinâmica produtiva de selecionar materiais de maior valor é aliada a extensas jornadas de trabalho, associadas a longas rotas de coleta, muitas vezes sem horário definido de início e término. A coleta orientada pelo valor mais alto dos materiais e sem controle de jornada faz com que a renda tenha uma característica distinta da atribuída ao trabalho realizado nos galpões. Nesses espaços, o trabalho possui horários definidos e, por estar distante da fonte geradora, os materiais recebidos e processados variam em tipos e valores, e ainda precisam ser classificados e separados de rejeitos. Os materiais separados por tipo demoram a ser vendidos, pois precisam ser pesados, prensados e acondicionados até atingir o volume adequado para venda. Esse processo específico dentro dos galpões, aliado à remuneração quase exclusivamente proveniente da venda dos materiais, sem pagamento pelo processo de triagem, faz com que a renda final do catador no galpão tende a ser menor do que a do catador nas ruas que possuem mais estrutura de coleta.

A renda proveniente do trabalho coletivo é um elemento crítico na interação entre catadores e cooperativas, especialmente para aqueles que têm experiência prévia no trabalho autônomo. Existem, é claro, diferenças de ganhos entres os próprios catadores autônomos, muitas vezes influenciadas pelo tipo de equipamento utilizado para transporte na coleta. Por exemplo, catadores que possuem veículos motorizados conseguem coletar um volume maior de materiais, além de terem mais agilidade e abrangência em comparação com aqueles que utilizam apenas carrinhos de supermercado ou sacolas. Essa disparidade de renda também pode ser impactada por serviços adicionais realizados pelos catadores motorizados, como limpeza de espaços, descarte de itens volumosos, realização de carretos e comercialização de materiais com valor de uso, o que complementa a remuneração. Ao entrar na cooperativa, a composição da renda é alterada e passa a depender, em grande parte, do volume de materiais processados, com raras exceções de remuneração pelos serviços prestados de coleta e triagem.

O sistema de remuneração ao qual um catador egresso precisa se adaptar é um outro elemento de contraste significativo entre as formas de vida. Receber diariamente é uma prática profundamente enraizada na vida desses catadores e impacta diretamente suas estratégias de sobrevivência. Como o recebimento dos recursos oriundos da coleta é imediato, a dinâmica de vida, muitas vezes incluindo a de sua família, é estruturada em torno desse formato de remuneração. Além disso, essa frequência de pagamento diário exige uma organização específica para mensais, como aluguel, energia e água. O pagamento, geralmente feito em dinheiro, também é cercado de tensão e medo de assaltos, dado o número de vezes em que essas situações ocorrem entre os catadores autônomos. Dado que essa condição estrutura sua forma de vida, a mudança para um formato diferente de remuneração, como o rateio, requer um processo de transição cuidadoso.

A resistência à prática de pagamento por rateio é frequentemente apontada pelos catadores egressos como problemática, pois, acostumados à remuneração baseada na produção individual, passam a depender do coletivo para garantir a produção. Esse desacordo reflete o contraste entre formas de vida, sendo o desacordo entendido aqui como uma posição divergente em relação a uma prática ou opinião (Scivoletto, 2016; Winch, 2020). O contato entre diferentes formas de vida pode gerar uma colisão de práticas e valores, forçando os grupos a encontrar formas de recompor esse desacordo (Scivoletto, 2016). No entanto, surge o seguinte problema: até que ponto a intercompreensão é possível quando os padrões de racionalidade são diferentes? (Scivoletto, 2016). Adaptar-se a uma nova forma de trabalho, com regras e sistemas de remuneração distintos, não é um processo simples para aqueles acostumados a operar de maneira mais individual, com maior controle sobre suas atividades. Assim, a adaptação desse catador, devido ao desacordo causado pelo contraste entre formas de vida e o conflito de racionalidades diferentes relacionadas ao pagamento por rateio, tende a ser frustrante para ambos os lados.

Esse conjunto de regras de trabalho e execução de atividades caracteriza as diferentes formas de vida de catadores em diversos formatos de organização. A interação entre essas formas de vida cria um contraste entre as regras que fundamentam as atividades de cada grupo. A partir desse contraste, surgem desacordos e conflitos. A contribuição de Winch (2020) à discussão sobre formas de vida nos ajuda a compreender que tanto o catador

autônomo quanto o catador organizado possuem conjuntos distintos de regras para realizar suas atividades produtivas. Em nenhum caso essas regras estão ausentes.

Os catadores autônomos podem considerar as regras impostas pelo coletivo dentro do galpão de triagem como estranhas à sua forma de vida, o que dificulta sua aceitação ou adaptação a elas. No entanto, essa interação não indica necessariamente uma aversão a todas ou quaisquer regras. A dificuldade enfrentada pelo catador egresso das ruas ou dos lixões não está relacionada à sua incapacidade de seguir regras ou aversão a elas, mas sim ao contexto sociocultural em que suas práticas desenvolvidas, o que levou ao desenvolvimento de regras e práticas de trabalho distintas (Ribas, 2020).

A compreensão limitada sobre a forma de vida dos catadores autônomos muitas vezes leva à frustração daqueles que defendem que a inserção do catador ao galpão de triagem, pois esperam que esses trabalhadores reajam ou se comportem de uma determinada forma. Quando esse comportamento esperado não se concretiza, o problema é frequentemente atribuído a julgamentos individualizados, com o agravante da culpabilização dos sujeitos em questão. Portanto, a dificuldade de inserção de catadores egressos em galpões de cooperativas não se resume a mera aversão às regras, mas sim a um contraste entre duas formas de vida distintas que demandam entendimento mais profundo sobre suas dinâmicas.

### *8.1.3. Vulnerabilidades sociais e demanda de acolhimento ampliado*

Até o momento, a discussão sobre as limitações da inserção de catadores egressos em galpões de cooperativas se concentrou no contraste de práticas de trabalho, que se configuram, basicamente, a partir da diferença entre formas de vida. No entanto, não é apenas esse contraste de práticas que ressalta suas diferenças; a limitação no acolhimento e o contexto de situação de vulnerabilidade social dos trabalhadores também são evidentes no processo e necessitam de atenção.

É importante considerar que a cooperação é uma experiência coletiva. Sem acolhimento e reconhecimento do outro, a integração não se concretiza. Em uma cooperativa ou associação, onde o relacionamento entre as pessoas é um fator crucial, principalmente devido ao trabalho coletivo, a inserção de catadores egressos demanda uma rotina de acolhimento. Alguns catadores, ao serem inseridos no processo, nem sempre encontram um grupo receptivo. Por isso, é fundamental que as lideranças estejam atentas e sensíveis

à situação, pois elas precisarão mediar os processos de relacionamento e interação durante o período de adaptação desse novo integrante ao grupo.

O trabalho com pessoas em situação de vulnerabilidade social é bastante delicado, e programas de políticas de assistência social que tentam responder às necessidades desse público precisam estar integrados. Trabalhadores vinculados à Assistência Social de diversos municípios encaminham indivíduos para o trabalho em galpões de triagem de cooperativas, mas, raramente acompanham o processo, assumindo que o encaminhamento seja suficiente e que a inserção ocorra de forma quase natural. Como resultado, as cooperativas acabam lidando sozinhas com a delicada situação desses indivíduos, e dificilmente conseguem promover o acolhimento necessário e criar as condições adequadas para a permanência desse catador no grupo.

Além disso, o acesso a uma conta bancária é limitado pela condição de vulnerabilidade. Durante a pandemia de Covid-19, surgiu a demanda de bancarização para recebimento do auxílio emergencial, oferecido pelo governo federal[41]. Uma das estratégias emergenciais adotadas foi a criação de uma conta digital pela Caixa Econômica Federal, conhecida como "Caixa Tem", facilitando a bancarização de muitos trabalhadores informais em situação de vulnerabilidade extrema. No entanto, alguns catadores receiam abrir uma conta bancária devido a questões judiciais, enquanto outros enfrentam dificuldades no processo em geral, preferindo receber valores em dinheiro. Os compradores de resíduos privados, conhecidos como ferros-velhos, sucateiros ou aparistas, adquirem materiais coletados por esses trabalhadores e oferecem pagamento em dinheiro no ato da venda, facilitando o acesso a recursos imediatos. Essa situação, dificulta não apenas a adaptação nas cooperativas, mas também qualquer ação que busque desenvolver interações com esses trabalhadores, especialmente porque as lideranças de

[41] O auxílio emergencial instituído no Brasil pela Lei nº 13.982/2020 previa o repasse de R$600 (seiscentos reais) aos cidadãos brasileiros maiores de 18 anos e que cumprissem alguns requisitos. O objetivo do benefício era mitigar os impactos econômicos causados pela pandemia de Covid-19. O pagamento do benefício foi realizado pelos bancos públicos como Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil, já para os cidadãos não-bancarizados o processo se deu através de uma conta poupança digital da Caixa Econômica Federal sem necessidade de apresentação de documentação prévia. Segundo o portal da transparência do governo federal, 53 milhões de trabalhadores brasileiros conseguiram acessar o benefício, o que representava cerca de 25% da população do país em 2020.

catadores geralmente não possuem suporte e orientação suficientes para lidar com as demandas e identificar pontos críticos de relacionamento.

O mesmo acontece com egressos do sistema prisional, que frequentemente são vítimas de preconceito e apresentam dificuldades crônicas de inserção no mercado de trabalho. É importante lembrar que o acolhimento é essencial em qualquer atividade que busca integrar catadores em suas diferentes formas de vida, considerando a diversidade de situações que enfrentam. Dentro desse delicado contexto de acolhimento, surgem situações cotidianas envolvendo pessoas que fazem uso de substâncias como álcool e outras drogas. Essa realidade está presente em todas as profissões e ocupações, sejam as formais ou informais, e com os catadores não é diferente. Entretanto, no contexto da reciclagem, a condição de usuário é frequentemente tratada com preconceito, reforçando o estigma associado a outras profissões informais.

Quando um catador de materiais recicláveis, que não participa de cooperativas ou associações, é identificado como usuário de drogas, ele perde a identidade de "catador" e passa a ser rotulado como "*noiado*" ou "*mendigo*". Essa é uma situação que Souza (2016) classifica como ambígua:

> "[...] a situação dos catadores é particularmente ambígua, já que sua forma de trabalho não garante que sejam vistos como não delinquentes, visto que delinquentes - vagabundos, bêbados da ralé, que perturbam a paz pública - podem exercer essa atividade (o bêbado de classe média, mesmo o que assim permanece o tempo todo, não é visto como delinquente; talvez como doidivanas, no máximo como "doente"). Daí a ambiguidade dos catadores. Afinal, como distinguir entre o bêbado que junta um pouco de lixo para comprar mais cachaça e o trabalhador regrado, que dá duro todo dia para sustentar sua família, quando alguém está mexendo no lixo? (Souza, 2016, p.314)

A ambiguidade presente na situação dos catadores revela a abordagem moral que a sociedade compartilha, consciente ou não, dos critérios de exclusão que naturalizam o estigma e o desrespeito a esses trabalhadores (Souza,2016). A perspectiva de que quem faz uso de drogas merece ser excluído contribui para essa marginalização. No entanto, é fundamental ressaltar que todos são trabalhadores e cidadãos, e a promoção da exclusão não ajuda a construir uma sociedade mais justa e digna.

O senso comum, que não faz ligação entre os sintomas de um problema e as condições sociais de existência dessas pessoas, tende a atribuir a eles faltas e desvios de condutas individuais e qualidades inatas (Souza, 2016). Quanto mais os catadores usuários de álcool e outras drogas são excluídos das políticas públicas voltadas ao trabalho e à saúde, maior é a exploração de seu trabalho no mercado informal da reciclagem. Por serem usuários de drogas, essa exploração é intensificada e legitimada por discursos e práticas, muitas vezes provenientes dos próprios catadores, que afirmam: “ele é drogado, não sabe trabalhar direito” ou “ele só trabalha para usar drogas”. Essa situação os coloca em uma posição desigual no mercado de recicláveis, resultando em pagamentos ínfimos pelo material ou até mesmo na troca de material reciclável por drogas.

Quando os usuários são identificados em cooperativas e associações, são orientados a se retirar do local de trabalho, devido ao risco de acidentes, tanto para si quanto para outros catadores dentro do galpão de triagem. Em casos mais graves, essa orientação pode levar à expulsão, o que, por sua vez, pode agravar o uso abusivo de álcool e outras substâncias. Essa abordagem, embora justificada pela segurança, destaca a necessidade de políticas mais abrangentes que abordem tanto a segurança quanto a saúde e o bem-estar desses trabalhadores.

Certamente, resolver essa questão não é simples, pois exige a articulação de diversos setores junto aos indivíduos ou grupos em situação de uso abusivo de substâncias e exploração do trabalho. O tratamento dos usuários de álcool e outras drogas também deve incluir a construção de vínculos e processos de interação, que podem ser realizados nos próprios locais de trabalho, ajudando a ressignificar o consumo e a reintegrar os indivíduos ao convívio social.

Diante desse contexto de demandas complexas e delicadas relacionadas ao acolhimento de catadores, torna-se evidente a carência de estrutura de apoio por parte dos grupos de catadores em cooperativas e associações para lidar adequadamente com as diversas situações vivenciadas. Além disso, a sobrecarga de trabalho enfrentada pelas lideranças e alguns cooperados, que lidam com essas demandas, também dificulta o processo. Nesse sentido, o trabalho que visa construir cooperação entre catadores nas ruas e cooperativas deve ser encarado como um serviço social, integrado ao serviço público. Como tal, deve ser devidamente remunerado e receber uma estrutura mínima para sua viabilização.

Essas recomendações serão aprofundadas no capítulo 9. No entanto, o contraste das formas de vida dos catadores de materiais recicláveis não se limita à situação de inserção de egressos em cooperativas. É a partir desse contraste e da constatação da diferença entre eles, que podemos iniciar a discussão sobre os conflitos e experiências de cooperação que serão abordados a seguir.

## 8.2. A rua como lócus do trabalho e conflito entre catadores em sistemas de coleta seletiva

A rua é muito mais do que apenas um local de coleta de materiais recicláveis. Para os catadores, ela representa um espaço de oportunidades e desafios. É nela que encontram os materiais que coletam, interagem com moradores e comerciantes, e enfrentam questões como concorrência, insegurança e acesso a recursos. Essa dinâmica reflete a rua como espaço de convivência e interação entre as pessoas na cidade, conforme apontado por Lefebvre (1999):

> "A vida urbana pressupõe encontros, confrontos das diferenças, conhecimentos e reconhecimentos recíprocos (inclusive no confronto ideológico e político) dos modos de viver, dos "padrões" que coexistem na Cidade." (Lefebvre, 2008 p. 24)

A perspectiva da dinâmica urbana, a partir do entendimento da rua como espaço de trabalho, nos permite compreender as relações de poder e hierarquia que permeiam o trabalho dos catadores. Muitas vezes, eles operam à margem da sociedade formal, enfrentando estigmas e discriminação; ao mesmo tempo, exercem uma forma de resistência e autonomia ao construir suas próprias estratégias de sobrevivência e sustento. Essas interações diversas geram conflitos nas ruas da cidade, resultantes do modelo de inclusão desenvolvido nas áreas urbanas. Para qualificar a discussão sobre os conflitos entre catadores, será necessário, inicialmente, abordar como se configura esse modelo de inclusão que chamamos de "confinado" e suas contribuições no agravamento desses conflitos.

### 8.2.1. *Inclusão confinada e atuação fragmentada de catadores nos sistemas de coleta seletiva municipais*

No Brasil, a reciclagem e a limpeza urbana são atividades distintas. A coleta de resíduos sólidos urbanos é um serviço público atribuído aos municípios pela Constituição Federal,

enquanto a reciclagem é um setor produtivo privado desenvolvido por atividades industriais específicas (Besen *et al*., 2014). Embora essas atividades possam ser complementares em termos de gestão de resíduos, é essencial não as confundi-las nem as tratar como um único setor. Essa diferenciação ajuda a entender melhor os papeis e responsabilidades dentro desse campo em disputa, permitindo uma abordagem mais eficaz na gestão e na busca por alternativas e inovações necessárias.

Atualmente, os processos de integração de catadores em sistemas de gestão de resíduos, ocorrem na modalidade da "inclusão confinada" (Campos, 2018). Nesse modelo, o sistema de coleta seletiva se desenvolve de forma combinada com a organização de cooperativas e associações de catadores que, em alguns municípios, podem ser contratadas para prestar os serviços de mobilização, coleta e triagem (Campos, 2018; Barbosa, 2021; Santos, 2018). A diretriz desse modelo de inclusão consiste em retirar catadores das ruas ou dos lixões para integrá-los em cooperativas e associações que recebem o material proveniente da coleta seletiva implementada pelo poder público. Esse modelo de inclusão é comum nos sistemas de coleta seletiva no Brasil, sendo amplamente adotado como estratégia principal. Sua popularidade se deve principalmente à facilidade que proporciona no controle do processo de coleta pelo poder público.

A situação dos catadores dentro de um modelo de inclusão confinada resulta em uma alta dependência da eficiência, abrangência e qualidade do serviço de coleta seletiva prestado. No entanto, esse modelo de inclusão não prevê remuneração pelo trabalho dos catadores. Na maioria das vezes, a única receita da organização advém da venda dos materiais recicláveis. Restritos à atuação dentro do galpão de triagem, a atividade produtiva relacionada à coleta seletiva se resume a triagem dos materiais. Entretanto, a necessidade de aumentar o volume de materiais demanda desses grupos alternativas de coleta em grandes geradores para complementar a renda. A situação de confinamento e a pouca participação na construção do serviço de coleta seletiva, além da falta de remuneração pelo trabalho, fazem com que a atuação dos catadores de materiais recicláveis nesse sistema se dê de forma fragmentada, resultando em lacunas no meio do processo que limitam de forma significativa a eficiência do sistema.

Assim, o modelo de coleta seletiva que se limita apenas à coleta de recicláveis gerados por moradores com acesso ao serviço da prefeitura e não aborda adequadamente a

complexidade da integração efetiva da reciclagem nas cidades acaba fragmentando a atuação dos catadores e reduzindo a eficácia da própria política pública. A Figura 18 ilustra o esquema básico da coleta seletiva enquanto serviço implementado nas cidades, onde há uma categoria universalizada de "geradores", responsáveis por separar os resíduos nas residências e colocá-los nas calçadas para que um caminhão da prefeitura realize a coleta e o transporte até um galpão de triagem pertencente a alguma cooperativa ou associação de catadores vinculada ao programa público.

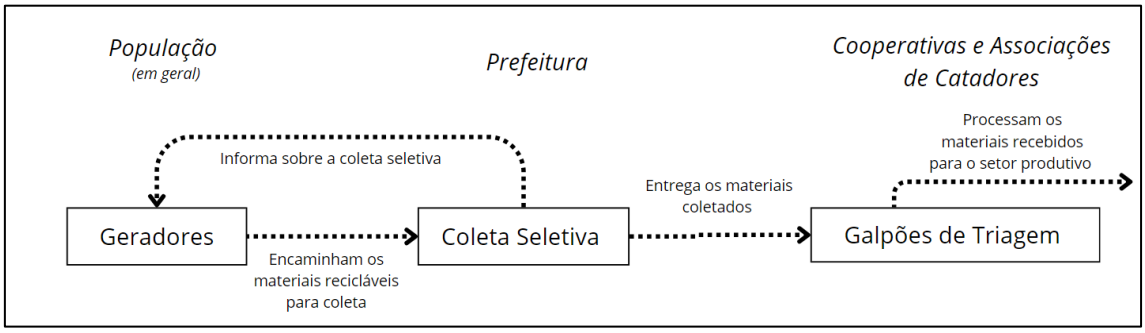


Figura 18 - Atores do sistema de coleta seletiva e inclusão confinada. Elaboração Própria, 2024

Esse modelo simplificado de inclusão confinada na coleta seletiva impede o entendimento da diversidade das práticas de reciclagem e fragmenta a atuação dos catadores para além do sistema público. A Figura 19 evidencia elementos invisibilizados pela fragmentação, o que dificulta a integração do sistema de coleta seletiva padronizado com outras atividades já existentes. A categoria universalizante de "geradores", por exemplo, abrange a heterogeneidade dos espaços responsáveis pela geração de resíduos nas cidades como comércio, escolas, instituições públicas e eventos culturais, que demandam serviços específico de coleta e reciclagem raramente integrados ao sistema de coleta seletiva implantado.

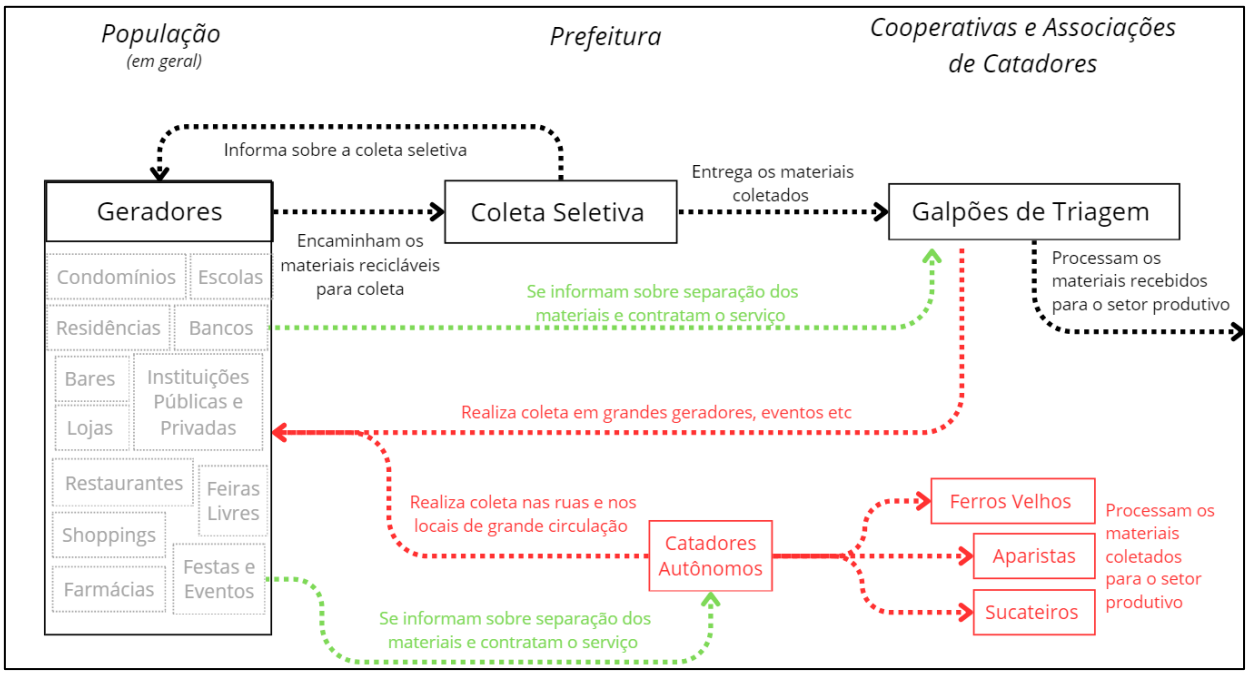


Figura 19 - Representação da fragmentação da atuação da reciclagem diante da coleta seletiva e inclusão confinada. Elaboração Própria, 2017

A atuação de catadores, portanto, é fragmentada, com uma capacidade reduzida de se conectar com outras atividades de coleta que já realizam. Além disso, os "geradores" também não são uma categoria homogênea nem atuam como meros espectadores. Em muitos casos, os moradores buscam informações, participação e melhorias no serviço em parceria com catadores, criam alternativas para garantir uma coleta mais eficiente. No entanto, a coleta seletiva se torna um serviço distante da população, que raramente é consultada ou convidada a participar ativamente na criação de soluções e inovações.

Os catadores autônomos são atores invisíveis no sistema formal de coleta seletiva, considerados problemáticos pela lógica confinada. Atuando fora dos sistemas formais, os catadores autônomos são capazes de acessar diversas categorias de geradores e, devido à sua proximidade e presença constante nas ruas, estabelecem acordos informais[42] que atendem as necessidades de diferentes instituições. Esse papel é frequentemente visto como um desvio pelo sistema formal, já que os catadores nas ruas podem impactar a operação de cooperativas que dependem do volume de materiais recicláveis coletados.

[42] Importante considerar a existência também de acordos formais através da contratação direta de catadores autônomos para realização do serviço e até emissão de notas fiscais através do cadastro nacional de pessoa jurídica enquanto microempreendedor individual, contudo, apesar de existir, a prática é ainda pouco recorrente para ser analisada, carecendo de estudos aprofundados sobre o tema.

O modelo de inclusão confinada cria uma distância não apenas física e simbólica entre os usuários do serviço de coleta seletiva e os catadores, mediada pelo poder público. Essa separação reflete a falta de compreensão da população sobre a realidade do serviço e as condições em que os catadores trabalham. Muitas vezes, essa distância simbólica é reforçada por estruturas de poder, que tratam de forma diferenciada os usuários e os catadores, sem promover uma interação direta entre eles.

Essa fragmentação e a falta de integração geram desconfiança em relação à eficiência do serviço de coleta seletiva, resultando em baixa adesão por parte da população. A baixa adesão à coleta seletiva por parte dos moradores é somada a reduzida abrangência do sistema nos territórios das cidades, que atinge uma pequena parcela da população com atendimento porta a porta[43]. Consequentemente, os materiais recicláveis recebidos nos galpões de triagem são de baixa qualidade e em pequenas quantidades, o que prejudica a renda dos catadores, que depende quase exclusivamente da venda desses materiais.

Nesse contexto, o "desvio" de materiais recicláveis realizados por catadores autônomos é visto como um problema dentro desse sistema, que prioriza o controle sobre o volume de materiais recebidos e processados nos galpões. No entanto, essa preocupação com foco apenas no desvio de materiais acaba negligenciando a discussão sobre alternativas que poderiam diversificar as fontes de receita das cooperativas e associações, reduzindo a dependência exclusiva da comercialização dos materiais.

A diversificação dos serviços sociais, ambientais e urbanos, que muitos catadores já desenvolvem, é uma estratégia fundamental para agregar valor e ampliar as áreas de atuação. Isso permite que os catadores busquem novas oportunidades e reduzam a dependência da venda dos materiais coletados (Lima *et al.,* 2019). A limitação do modelo atual, no qual os catadores autônomos são vistos como um "problema" quando atuam fora dos galpões, cria um ciclo de baixa adesão ao serviço por parte da população e reduzida abrangência nos territórios urbanos. Isso acontece porque a maior parte dos materiais recicláveis coletados são oriundos da atividade informal sobretudo por catadores

[43] Os gestores municipais consideram serviços porta a porta e PEVs (pontos de entrega voluntária) como equivalentes quando se trata de mediar a abrangência dos serviços. Além da participação dos moradores diminuir, a qualidade dos materiais é menor nos PEVs. Os catadores autônomos também recolhem materiais nos PEVS, "desviando" os materiais das cooperativas.

autônomos que atuam nas ruas, ou seja, as taxas de reciclagem existentes hoje possuem uma alta contribuição desse setor (Sheinberg, 2010; Wilson *et al*., 2012; Aparcana, 2017)

Essa falta de distinção entre políticas públicas destinadas ao fortalecimento da reciclagem e aquelas voltadas à limpeza urbana contribui para a geração de conflitos, somando-se a questão da falta de remuneração dos catadores. Essa distinção é importante porque as ações de fortalecimento da reciclagem são voltadas para questões específicas relacionadas ao ciclo de vida dos produtos, tipos de materiais utilizados nas embalagens, logística reversa, entre outras atividades que criam condições para que a reciclagem seja efetivada nas cidades com investimento direcionado. Por outro lado, a compreensão da coleta seletiva como serviço integrado, e não como uma política pública em si, faz com que seja possível ampliação da atuação. A reciclagem e a limpeza urbana são setores econômicos distintos, ao mesmo tempo que são componentes de um sistema mais amplo e não podem ser tratadas como uma coisa só.

O cenário em que a reciclagem é confundida com o serviço de coleta seletiva também contribui para existências de conflitos, onde se entende a rua da cidade apenas como o meio onde as pessoas acondicionam os resíduos para o caminhão passar, sem integração com as pessoas e compreendendo o catador na rua como um desvio do sistema. O próximo tópico explorará mais a fundo as disputas entre catadores, moradores e poder público, focando no uso da rua como espaço de trabalho e como as dinâmicas exclusão do sistema, por fim exacerbam esses conflitos.

### 8.2.2. *O conflito no uso da rua como espaço de trabalho*

O contexto social em que os catadores de materiais recicláveis estão inseridos é caracterizado por altos níveis de desigualdade, o que implica diferentes níveis de acesso a recursos e capacidades técnicas entre eles. Alguns catadores, que fazem parte de cooperativas e associações, desfrutam de benefícios como equipamentos, apoio técnico, uma estrutura organizacional bem definida e espaços mais adaptados para o desempenho de seu trabalho. No entanto, nem todas as cooperativas e associações compartilham dessa situação. Há grupos que sequer estão formalmente registrados em cartório. Na realidade, a maioria dos catadores de materiais recicláveis no Brasil não está integrada a grupos organizados formalmente.

Essa desigualdade na categoria não é apenas uma condição temporária, mas um fator que influencia as ações em direção a estratégias que reforçam uma distinção relativa, ao invés de promover construções mais abrangentes de equidade (Silva & Michelotti, 2009):

> "Em contextos sociais nos quais imperam altos índices de desigualdade e inexiste um princípio de igualdade socialmente instituído, o acesso ao reconhecimento social tende a construir-se pela luta para estabelecer uma distinção que possibilite usufruir os ganhos materiais e simbólicos associados a esta posição diferenciada. Ou seja, nestes contextos, as lutas por reconhecimento podem acabar traduzindo-se em lutas por distinção, na medida em que emergem de configurações sociais nas quais é importante distinguir-se para ser socialmente reconhecido e valorizado." (Silva & Michelotti, 2009, p. 469)

A tendência de disputa pela distinção, especialmente entre a dicotomia "catador organizado" e "os outros catadores", se concretiza na diretriz estabelecida pela Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) de 2010. A política indica que a formalização em cooperativas e associações autogestionárias é a forma priorizada para o acesso a recursos e como instrumento da política voltada para a categoria de catadores. De acordo com o artigo 8º, inciso IV da Lei nº12.305, de 2 de agosto de 2010, são instrumentos da Política Nacional de Resíduos Sólidos "*o incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais recicláveis*". O objetivo é retirar os catadores da situação de vulnerabilidade, risco e precariedade a que estariam submetidos caso não façam parte dessas organizações (Passos Lima, 2018). Essa competição pela distinção resulta em conflitos que se tornam evidentes nas experiências analisadas.

> "A desigualdade no Brasil é tão impressionante que aqui a gente tem muito miserável para pouco lixo, apesar da grande quantidade de dejetos produzida... Essa disputa cria uma atmosfera específica que está relacionada com a condição geral de insegurança e precariedade no trabalho." (SOUZA, 2009)

Souza (2009) destaca dois elementos que influenciam a condição dos catadores, contribuindo para a atmosfera de disputa pelo lixo: a insegurança e a precariedade do trabalho. Essa situação decorre da dependência direta do catador em relação à quantidade de resíduos que coleta e consegue comercializar. Essa dependência aumenta a insegurança e a precariedade, uma vez que os catadores não são remunerados pelos serviços

ambientais e urbanos associados, e os recicláveis vendidos rendem pouco, variando de acordo com os preços do mercado.

A construção social de um modelo de política pública que considera a inclusão de apenas um grupo de catadores resulta em conflitos diversos devido a distinção, conforme apontado por Silva & Michelotti (2009). A consequência dessa distinção se manifesta nos conflitos entre trabalhadores da mesma categoria profissional e também confrontos com o poder público.

A relação do poder público, especialmente municipal, com os catadores que operam nas ruas é marcada por um baixo nível de tolerância e, por vezes, repressão. Em contrapartida, a prefeitura costuma estabelecer diálogos com os catadores que estão em cooperativas e associações, desenvolvendo sistemas de coleta seletiva e fornecendo equipamentos e estrutura de trabalho. Muitos acreditam, erroneamente, que todos os catadores abandonarão o trabalho nas ruas para se juntar a uma associação ou cooperativa de forma automática e natural. No entanto, a realidade mostra um cenário diferente, já que a maioria dos trabalhadores não está inserida nesse modelo proposto. Como resultado, esses catadores que atuam à margem do sistema não possuem qualquer relação a partir do seu trabalho com o poder público, configurando uma situação de hiato, onde não há diálogo nem tentativa de integração por parte das autoridades. Embora essa realidade esteja mudando na história recente, como foi apresentado no capítulo 2, as experiências de políticas públicas voltadas para esse público que atua nas ruas são incipientes. Além disso, há dificuldade em estabelecer normas e regulamentação do trabalho de reciclagem que sejam tolerantes à atividade autônoma. A atuação dos catadores nas ruas é tolerada em alguns momentos, mas, em outros, resulta em situações de repressão, como a apreensão de materiais e itens de trabalho.

O uso da cidade requer a observância de diversas regras de convivência e sociabilidade, que regulam as interações entre as pessoas nos diferentes territórios urbanos. A coleta de recicláveis é uma prática comum em praticamente todas as cidades brasileiras, mas a convivência dessa atividade com outras atividades produtivas da cidade pode gerar conflitos. O sistema produtivo da reciclagem exige que os catadores coletem o maior volume possível de materiais recicláveis, o que muitas vezes envolve o uso de veículos de coleta ou até mesmo carroças para transportar os materiais coletados para sua posterior

comercialização ou armazenamento. No entanto, devido ao uso do espaço público e as interações com o tráfego da cidade, essa atividade é frequentemente vista como um problema pelos órgãos governamentais e por parte da população.

A situação de risco para os catadores de rua no trânsito da cidade é evidente. Apesar disso, não há um controle de dados relacionados a atropelamentos e acidentes de trânsito envolvendo catadores de materiais recicláveis, mas é comum ouvir relatos de catadores sobre casos graves de acidentes, seja com eles próprios ou com conhecidos, durante o trabalho de coleta. Para reduzir esse risco, algumas prefeituras optam por campanhas para retirar esses catadores das ruas e defendem sua inserção deles em galpões de triagem. Todavia, como já foi apresentado anteriormente, há limites nessa estratégia. Se o catador optar por continuar o trabalho na rua, o poder público tende a coibir ou proibir a circulação de carrinhos e até apreender esses veículos, sob a justificativa de proteção e redução do risco do trabalho. A precariedade da coleta com veículos de propulsão humana é evidentemente um problema crônico, e sua proibição pode não resultar em melhorias nas condições desse trabalho podendo, pelo contrário, agravá-las. A proibição do uso de veículos de propulsão humana ou até veículos automotores de catadores autônomos na coleta nas ruas não permite abertura ao diálogo sobre modelos multimodais de transporte na coleta seletiva, por exemplo.

O hiato de políticas públicas relacionadas ao trabalho de catadores autônomos na coleta na rua é, ao mesmo tempo, causa e consequência da modalidade de inclusão confinada, uma forma exclusiva de organização em um sistema que foi criado sem considerar os catadores autônomos, resultando na exclusão “à segunda potência” dessas pessoas, que atuam sempre à margem do sistema.

De maneira geral, o sistema de coleta seletiva implantado na maioria das cidades brasileiras compreende duas operações: a coleta porta a porta e a coleta ponto a ponto. A coleta ponto a ponto surge como alternativa para os cidadãos que desejam participar da coleta seletiva, mas cujas residências não estão na rota do caminhão de coleta. Nesses casos, são disponibilizados locais com equipamentos específicos (como contêineres), onde os resíduos separados pelos moradores podem ser depositados para posterior coleta e encaminhamento para os galpões de triagem das cooperativas e associações. No entanto,

esses pontos tornam-se estratégicos para a ação dos catadores autônomos, que realizam a separação e coleta dos materiais nesses locais.

Por esse motivo, em alguns municípios, a prefeitura opta por trancar os contêineres de coleta seletiva ponto a ponto, buscando coibir a ação de catadores nas ruas e evitar o desvio dos materiais. Ainda assim, os materiais recicláveis alocados pelos moradores nem sempre são dispostos corretamente dentro dos equipamentos, e há situações de baixa frequência de coleta e subdimensionamento dos contêineres, criando um ambiente semelhante a pontos de descarte irregular, com materiais espalhados nas ruas. Isso acaba gerando uma percepção negativa por parte da população que reside próxima a esses locais.

As condições operacionais dos pontos de coleta seletiva, onde há oferta de equipamentos para deposição voluntária de materiais por parte dos moradores, são, em geral, ineficientes, apesar de serem considerado de “baixo custo”. Esse baixo custo, na realidade, resulta da omissão dos custos reais envolvidos nessa operação, já que o sistema só é considerado de baixo custo quando se ignora a remuneração dos catadores pela triagem dos materiais recebidos. Uma vez que esses equipamentos estão instalados nas ruas e são frequentados por catadores que coletam os materiais recicláveis com maior valor comercial, os materiais que permanecem nos contêineres tendem a ser de baixa qualidade, principalmente devido à má separação, e acabam não gerando recursos suficientes para cobrir os custos de triagem por parte das cooperativas que recebem esses materiais. Se fosse considerada a remuneração adequada dos trabalhadores, o poder público poderia alegar inviabilidade econômica, revelando, assim, sua dependência direta do trabalho não remunerado de catadores nos galpões para viabilizar seus sistemas tipo PEV (Pontos de Entrega Voluntária), de baixa eficácia.

A falta de estrutura disponível para catadores que atuam nas ruas na realização da separação dos materiais faz com que utilizem as calçadas ou as praças para essa atividade, o que gera conflitos com a população local. Esses conflitos surgem por diversas razões, incluindo a percepção negativa sobre a presença dos catadores nas ruas e as disputas no espaço urbano, que causam desentendimentos sobre a função e a importância do trabalho dos catadores nas ruas da cidade.

O conflito gerado a partir da percepção negativa dos catadores está relacionado à associação equivocada entre catadores, população em situação de rua, desordem urbana e criminalidade. Além disso, práticas de espalhamento de materiais nas ruas fazem com que os catadores sejam responsabilizados pelo despejo irregular de resíduos e pelo aumento da desordem e poluição urbana. Esse espalhamento de materiais ocorre quando catadores encontram no lixo misturado algum material de valor e acabam rasgando sacolas, ou quando identificam uma sacola que lhes ajudaria na coleta, resultando em materiais espalhados pela rua, causando desconforto à população. Essas situações geram uma percepção negativa em relação ao trabalho realizado pelos catadores nas ruas, levando a atitudes hostis e discriminatórias que dificultam a convivência pacífica.

A disputa pelo espaço urbano é outro fator significativo. Nas cidades, especialmente nas áreas densamente povoadas, o espaço é um recurso escasso e valioso. Os catadores utilizam as ruas, calçadas e praças como locais de trabalho, o que pode ser visto como uma invasão do espaço público. A presença de carrinhos de coleta e materiais recicláveis em vias públicas é frequentemente considerada uma obstrução de passagem e causa incômodos, especialmente em bairros residenciais.

Os catadores que atuam nas ruas, em meio ao conflito com moradores, são vistos como indivíduos que vasculham lixo e trazem desordem e insegurança para a população. O incômodo gerado pela atividade dos catadores resulta em ações de repressão por parte do poder público, que busca dar uma resposta à sociedade com base nas regras de regulação urbana, punindo os catadores e muitas vezes apreendendo seus materiais e equipamentos. A ausência de canais e espaços legítimos de comunicação e mediação de conflitos entre moradores, poder público e catadores que atuam nas ruas faz com que as soluções tenham a tendência de se voltarem à punição, coibição e repressão.

Nesse cenário, a reciclagem realizada pelos catadores de rua acaba por dificultar a operação do sistema de limpeza urbana da coleta seletiva, criando uma situação paradoxal. Se o objetivo da coleta seletiva é de fato promover a reciclagem, não deveria ser um problema que os materiais fossem coletados para esse fim. No entanto, como o sistema foi desenvolvido sem a devida remuneração, o serviço público não apenas deixa de fortalecer a reciclagem, como também contribui para o acúmulo de resíduos nas ruas, o que inclusive agrava o problema de enchentes. A energia dispendida na construção de

estratégias técnicas para coibir a catação nas ruas deveria ser direcionada para o desenvolvimento de mecanismos mais justos de remuneração pelo trabalho realizado pelas organizações de catadores, que já recebem incentivos do poder público. Impedir o trabalho de pessoas em situação de vulnerabilidade, que atuam na reciclagem nas ruas, cria um cenário de confronto direto entre trabalhadores da mesma categoria profissional, onde o problema não deveria ser o acesso aos meios de subsistência, mas sim a remuneração pelo serviço prestado.

Os sistemas de coleta seletiva não foram projetados para considerar as atividades de catadores autônomos, embora esses trabalhadores sempre tenham existido e continuem a existir nas ruas das cidades. Diante dessa realidade, impedir, invisibilizar ou criminalizar o trabalho de catadores nas ruas não contribui para a melhoria do sistema de coleta, nem garante o aumento das taxas de reciclagem nas cidades. Para transformar essa dinâmica de conflito em uma relação de cooperação, uma proposta a ser discutida é a experiência de comercialização conjunta. Essa abordagem tem o potencial de se tornar uma estratégia inovadora nos sistemas de coleta seletiva, fortalecendo a reciclagem, sem excluir o trabalho realizado nas ruas.

O modelo de inclusão vigente gera disputas e conflitos, resultado da abordagem e implementação dos sistemas de coleta seletiva e organização de cooperativas na maioria das cidades. As situações de disputa são naturalizadas e não resultam na construção de alternativas conciliadoras. Nesse cenário de conflito, considerando as análises sobre os processos de inclusão e a relação entre catadores, será possível promover alternativas baseadas na cooperação? Para responder a essa questão, é necessário passar um outro nível mais estrutural de análise, a fim de compreender melhor as determinações que influenciam a reciclagem e o trabalho dos catadores.

### 8.2.3. *Cadeia de valor, onde está o inimigo comum?*

A dependência da renda obtida com os materiais coletados deixa os catadores de materiais recicláveis à mercê de um mercado extremamente instável. A conversão de “lixo” em “mercadoria” contribuiu para o avanço e reconhecimento desses profissionais no Brasil. Os sistemas de coleta seletiva são estruturados oferecendo o serviço para a população, ao mesmo tempo que garantem tais materiais às cooperativas e associações de catadores. Esse modelo funcionou durante o final do século passado, mas atualmente começa a

revelar suas limitações estruturais devido ao aumento de pessoas buscando no mercado da reciclagem fonte de renda e alternativas ao desemprego. Além disso, a variação de preços influencia diretamente na dinâmica da coleta, produção e nos rendimentos.

O mercado da reciclagem é caracterizado como oligopsônio, ou seja, é formado por um grande número de fornecedores (catadores) e um número menor de compradores (Bosi, 2008). Devido ao pequeno número de concorrentes dominantes, o controle sobre os preços geralmente é grande, o que mantém o custo do fluxo de mercadoria para a indústria da reciclagem extremamente baixo[44].

É importante considerar os diversos atores que participam de uma ou mais etapas da cadeia produtiva da reciclagem, como organizações de catadores, ferros-velhos, aparistas, indústria, entre outros. Além desses, o Estado, com suas regulações, intervenções e políticas públicas, desempenha um papel significativo que pode afetar positivamente ou negativamente o setor como um todo. Regra geral, quanto menos organizado for o setor informal da reciclagem, menor o valor que os trabalhadores conseguem agregar aos materiais coletados, e mais vulneráveis eles ficam com relação à exploração por intermediários (Wilson *et al*., 2006).

A Figura 20 ilustra o argumento sobre a organização na cadeia produtiva da reciclagem (considerando apenas resíduos domiciliares) e a pirâmide de valor invertida, na qual o maior valor é concentrado nos níveis mais elevados da cadeia produtiva. Quanto mais perto da base, maiores são as possibilidades de encontrar formas e relações de trabalho informais (Vahdat *et al*., 2022).

[44] Isso acontece porque a oferta de materiais recicláveis é abundante e não remunerada. Ou seja, há catadores que realizam o trabalho de separação dos materiais nas ruas e nos galpões de triagem e, somado a isso, a indústria realiza importação de resíduos recicláveis de outros países com o custo ainda menor, impactando diretamente no escoamento da produção dos catadores no Brasil, aumentando diretamente a oferta e baixando o preço.

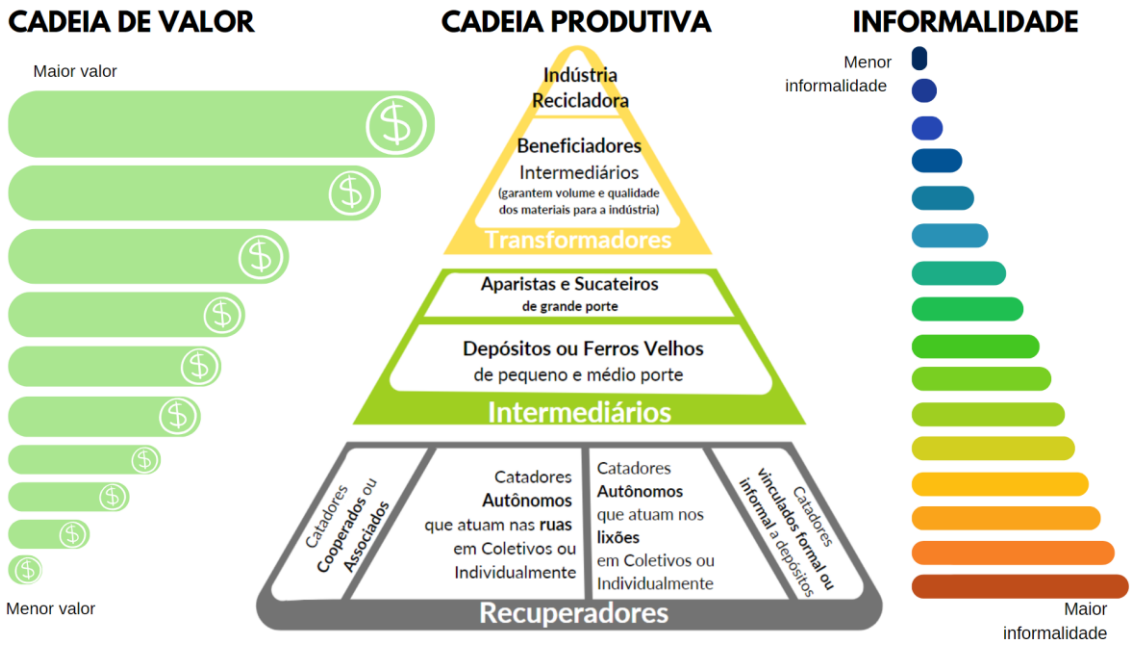


Figura 20 - Cadeia produtiva e cadeia de valor da reciclagem. Fonte: Elaborado pela autora com base em Wilson *et al.* (2006) e Rutkowski *et al.* (2014).

Esses trabalhadores informais muitas vezes não têm acesso a equipamentos, apoio técnico ou infraestrutura organizacional, o que reduz sua capacidade de agregar valor aos materiais recicláveis, além de deixá-los mais submissos aos intermediários, que compram os materiais a preços baixos e os revendem a preços significativamente mais altos devido ao ganho em escala e qualidade. A falta de organização e formalização dos catadores os coloca em uma posição vulnerável, dificultando o acesso a melhores condições de trabalho e a uma remuneração maior.

As categorias apresentadas na Figura 20 não são necessariamente homogêneas e precisam ser consideradas em sua diversidade e realidade específica, que varia conforme o grupo de atores. O valor apropriado via comercialização de materiais é tão desigual que é necessário pensar em modelos econômicos alternativos, de forma que os catadores não dependam financeiramente de grandes volumes de resíduos para garantir sua renda, sobretudo porque têm capacidade de coleta limitada.

É contraproducente discutir formalização ou organização de catadores sem abordar o modelo econômico e a cadeia de valor relacionada à receita, muitas vezes única, oriunda da venda dos materiais. A dependência de quantidades cada vez maiores de materiais recicláveis contradiz a hierarquia da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS lei nº10205/2010), vigente desde 2010, que preconiza a redução na geração de resíduos. Isso

nos leva à necessidade de criar atividades que diversifiquem a receita e garantam remuneração pelos diversos serviços prestados, tanto ao poder público quanto ao setor privado, por todas as categorias de trabalhadores da catação (Antunes Lima *et al*., 2019). Isso inclui considerar suas relações com a economia e o trabalho informal.

O mercado da reciclagem, no nível de comercialização de varejo, não possui restrições severas de compra e venda. Muitos compradores de resíduos no varejo operam de portas abertas e raramente possuem controle sobre quem vende os resíduos em seu comércio. Essa prática permite que os catadores comercializem seus materiais sem precisar de documentação ou cadastro prévio, facilitando o processo de compra e venda, mas também perpetuando sua condição de informalidade. Catadores em situação de rua, que muitas vezes nem possuem documentação, ou aqueles que enfrentam problemas judiciais, frequentemente se tornam fornecedores assíduos desse comércio varejista.

Além da questão da informalidade, os preços dos materiais recicláveis sofrem variações constantes, seja por questões sazonais ou de mercado. Quando a indústria aumenta a produção e utiliza menos matéria-prima virgem, o setor produtivo da reciclagem é favorecido. Existem materiais com maior valor de mercado e outros com menor, e os catadores que atuam nas ruas priorizam aqueles com maior valor. Quando os materiais recicláveis estão com alta, há uma disputa direta entre catadores para coleta desses itens.

Um dos materiais com preço atrativo é a lata de alumínio, que geralmente é coletada antes de chegar aos galpões de cooperativas e associações pela coleta seletiva[45]. Entre os catadores autônomos, há uma disputa direta em espaços de geração de grande volume desses materiais como shows, festivais e outros eventos culturais.

Essas variações de preço e a competição acirrada aumentam a vulnerabilidade dos catadores que estão na coleta nas ruas e dependem exclusivamente da venda dos materiais recicláveis para sua subsistência. Quando os preços estão baixos, muitos catadores enfrentam dificuldades ainda maiores para garantir uma renda mínima, o que pode levar

[45] Esse desvio de latas de alumínio não ocorre apenas pela atividade de catadores autônomos, mas também por uma coleta eventual de pessoas que veem na venda de latinhas um complemento para sua renda. Sobre essa dinâmica de coleta de alguns recicláveis por pessoas em geral, devido ao interesse econômico na reciclagem e a relação com a atuação dos catadores, há uma discussão mais aprofundada em Gonçalves (2017).

à redução da quantidade do material coletado, aumento da jornada de trabalho e processos autoexploratórios.

Os processos autoexploratórios referem-se a situações em que os trabalhadores, devido a necessidade econômica, acabam intensificando seu próprio trabalho de maneira excessiva, muitas vezes ultrapassando limites saudáveis. Isso pode incluir a extensão das horas de trabalho além do que é fisicamente ou mentalmente suportável, a negligência da saúde e do bem-estar pessoal, e a realização de tarefas em condições adversas. Em suma, os catadores se autoexploram para tentar compensar a baixa remuneração, agravando sua vulnerabilidade e precariedade no trabalho.

Esse contexto de precariedade também se manifesta nos conflitos entre os próprios catadores durante a coleta e na definição de pontos de retirada de materiais. Enquanto alguns estabelecem relações próximas com os fornecedores de resíduos, outros disputam territórios de coleta, intensificando tensões nas ruas da cidade. Souza (2009) detalha como essas disputas pelo lixo refletem dinâmicas complexas nas áreas urbanas. Esses conflitos, de uma forma geral, são sensíveis às flutuações do mercado de reciclagem, influenciando sua intensidade conforme variações nos preços dos materiais ao longo do tempo.

Essa dinâmica de flutuação dos preços dos materiais recicláveis não apenas intensifica a competição entre os catadores, mas também modifica fundamentalmente a dinâmica do trabalho. Em momentos de preços altos, a disputa pelo acesso aos materiais acirra, gerando conflitos entre catadores nas ruas e também com as cooperativas pelo acesso ao material. No entanto, quando os preços caem, a situação se transforma drasticamente, levando a uma diminuição da competição, o que altera a dinâmica da coleta. Os catadores, então, precisam reajustar suas estratégias, reduzindo a coleta de materiais de baixo valor e, em alguns casos, interrompendo o trabalho com esses materiais. Ao deixarem de coletar esses itens de menor valor, os materiais acabam indo para as cooperativas e associações atendidas pela coleta seletiva. Isso resulta em uma quantidade significativa de materiais de baixo valor entupindo os galpões de triagem das cooperativas e associações, sobrecarregando o trabalho sem melhorar a renda dos catadores, cuja receita provém exclusivamente ou principalmente da comercialização de materiais recicláveis. O acesso a grandes volumes de materiais sem valor de mercado não melhora a situação econômica

das cooperativas e associações, já que a remuneração pelo trabalho realizado não está na ordem do dia para muitos grupos de catadores no Brasil. Além disso, há uma parcela da população que considera o descarte para a reciclagem como um ato de caridade, o que desvaloriza o serviço prestado e dificulta o reconhecimento da remuneração adequada.

O preço praticado na venda dos materiais já foi uma condição econômica para viabilizar os sistemas de coleta seletiva, mas atualmente se tornou um gargalo, que coloca em questão a real vantagem de um sistema que não prevê remuneração adequada dos trabalhadores. As cooperativas e associações enfrentam desafios econômicos significativos quando os materiais recicláveis têm baixo valor de mercado. Sem uma adequada remuneração, o sistema de coleta seletiva se torna insustentável, impactando negativamente os trabalhadores que dependem dessa atividade para sua subsistência.

Na ausência de uma discussão mais aprofundada sobre o fato de a renda depender exclusivamente da receita oriunda da venda dos materiais, o problema é deslocado para a disputa pelo acesso aos resíduos recicláveis. Com a queda do valor dos recicláveis, a renda se torna cada vez menor, e mais pessoas acabam desistindo de atuar nas cooperativas. Entretanto, a demanda por alternativas que visem garantir uma remuneração maior não aparece como prioridade. O foco, muitas vezes, se desloca para a competição e o controle de acesso aos materiais recicláveis resultando no escalonamento de conflitos, onde o problema gira em torno da posse dos materiais, levando os trabalhadores que realizam a coleta de resíduos a serem vistos como criminosos, aproveitadores e predadores.

Diante desse cenário de conflitos, em que catadores disputam entre si materiais recicláveis nas ruas, torna-se necessário desenvolver outras estratégias para fortalecer a categoria dos catadores em sua diversidade. Um caminho em construção é a integração entre esses trabalhadores, por meio da absorção da produção da coleta de rua pelas cooperativas e associações, o que será discutido a seguir.

### 8.3. A comercialização conjunta como estratégia de organizações colaborativas

A discussão sobre inclusão de catadores proposta nesta pesquisa envolve o reconhecimento das diferentes formas de vida e dos conflitos que ocorrem na rua enquanto espaço de trabalho, com o objetivo de responder a uma questão importante: como criar sistemas de cooperação amplos entre catadores autônomos e cooperativas, que

resultem em melhorias de renda e condições de trabalho? Winch (2020), aponta que é necessário um solo comum para que essa relação entre diferentes formas de vida tenha algum tipo de mediação, visando a construção de processos colaborativos. Dessa forma, entendemos aqui a comercialização conjunta como esse solo comum inicial, podendo ser vista como um primeiro passo na construção da cooperação a partir do reconhecimento das diferenças. Esse processo se desenvolve a partir da comercialização conjunta, pois o material reciclável se torna a ferramenta de mediação do processo colaborativo. Ou seja, fundamentada na dinâmica de trabalho, onde se coletam materiais para inserção no processo produtivo, os catadores nas cooperativas e os autônomos compartilham algo em comum: o trabalho com os recicláveis. Nesse sentido, o envolvimento da cooperativa na integração da produção realizada nas ruas desenvolve uma organização colaborativa específica, baseada em um modelo de cooperação necessário para seu funcionamento.

A análise das experiências será dividida em três partes. A primeira aborda como a cooperação é construída a partir do encontro colaborativo entre diferentes formas de vida (Winch 2020, Manzini, 2017). Na segunda parte, serão analisadas as dinâmicas relacionadas ao vínculo e ao envolvimento dos catadores no processo de organização colaborativa, à luz das experiências estudadas. Na terceira parte, será realizada uma sistematização das diferentes organizações colaborativas entre cooperados e autônomos, que contribuem para a construção das possibilidades descritas posteriormente no capítulo de recomendações.

### *8.3.1. Um solo comum para o encontro colaborativo entre diferentes*

Um processo de cooperação, seguindo a proposta de Sennett (2019), pode ser definido como uma troca na qual os participantes se beneficiam do encontro. Manzini (2017), complementa que a colaboração ocorre quando pessoas se encontram e criam um valor comum, sendo o cerne dessa relação o próprio encontro. Dessa forma, o encontro entre catadores promovido pela estratégia de comercialização conjunta cria um valor comum. Antes de aprofundar nesse valor comum é importante analisar o que é vislumbrado como benefício inicial para que esse encontro aconteça.

A cooperativa ou associação tem como fundamento a inclusão de catadores e a integração de grupos vulnerabilizados pela condição socioeconômica, oferecendo oportunidades de trabalho e geração de renda. Nesse contexto, o encontro com catadores autônomos tem o

potencial de contribuir para a consolidação da "vocação inclusiva" das cooperativas, estendendo-se para além dos seus próprios muros. Os grupos que se abrem para construir encontros colaborativos com catadores autônomos reconhecem as limitações da inserção desses trabalhadores dentro dos galpões e, a partir disso, buscam construir uma aproximação direta para compreender como esse processo pode ser desenvolvido e ter continuidade ao longo do tempo.

O interesse das cooperativas em atrair e se aproximar dos trabalhadores autônomos manifesta a sua "vocação inclusiva", inicialmente, essa conexão se dá a partir da produção. Ao integrar a produção dos catadores autônomos à operação das cooperativas, cria-se uma ponte de diálogo e escuta com esses trabalhadores, necessários em um contato inicial, permite compreensão do trabalho e ajustes de acordos e demandas na operação. A partir dessa conexão inicial, as cooperativas passam a compreender as demandas de equipamentos, insumos e dinâmicas para facilitar o trabalho de forma compartilhada. Um maior volume de materiais é uma condição fundamental para o acesso a benefícios como créditos de logística reversa e pagamentos por serviços ambientais, além de outros programas e políticas públicas que remuneram de acordo com o volume de material reciclável comercializado. Dado que os catadores autônomos estão presentes nas ruas da cidade e têm acesso aos materiais de forma mais abrangente e capilarizado comparado ao que o sistema de coleta seletiva, as cooperativas enxergam uma oportunidade valiosa em cooperar com esses indivíduos.

Para os catadores autônomos, o encontro colaborativo com cooperativas abre possibilidades de atuação e melhoria nas condições de trabalho. O valor pago pelo material nas cooperativas tende a ser relativamente maior do que o que é pago nos ferros-velhos[46] mas também contam com algumas prescrições necessárias, como ter um cadastro e, muitas vezes, uma conta em banco. Apesar dessas exigências, o valor pago pelo

[46] Durante a pesquisa, foi possível identificar uma considerável diferença nos valores praticados por cooperativas e ferros velhos nos anos de 2020, 2022 e 2024 em Belo Horizonte e São Paulo. No varejo dos ferros velhos, alguns materiais tinham um valor até 60% menor, e em alguns casos chegavam a ser até 100% mais baixos em comparação aos valores praticados pelas cooperativas em colaboração com autônomos. No entanto, ao contrário das cooperativas, nos ferros velhos, o pagamento é frequentemente realizado de forma imediata à vista, mesmo para pequenos volumes, o que interfere diretamente nos preços praticados. Contudo, é importante considerar que os ferros velhos trabalham com tipos limitados de materiais, enquanto a cooperativa consegue absorver a produção de uma maior variedade como embalagens longa vida, alguns tipos de plásticos e outras embalagens recicláveis que, para a dinâmica de produção dos ferros velhos, não são rentáveis.

material coletado e o acesso a equipamentos de proteção são vistos como um dos principais benefícios desse processo de colaboração.

Como estratégia, algumas cooperativas recolhem o material diretamente no local do catador e fornecem *bags*, sacolas e outras estruturas de apoio ao trabalho. A possibilidade de integração com políticas públicas está presente nesse encontro, embora não haja experiências em que isso tenha se efetivado. A cooperativa é vista por muitos catadores autônomos como uma esperança de melhoria de condições de trabalho, mesmo que, em alguns casos, essa relação não se concretize plenamente.

Apesar dos benefícios apresentados, há limitações por parte de ambos os lados. No caso dos catadores autônomos, os critérios mínimos de documentação e remuneração dificultam a relação. Além disso, a falta de priorização da atividade de comercialização conjunta na operação global da cooperativa gera gargalos que prejudicam a efetividade da operação. Isso acontece porque, embora as cooperativas demonstrem interesse e força de vontade para desenvolver processos que integrem os autônomos, os custos são elevados e as prioridades precisam ser reorganizadas. Assim, a dificuldade em realizar pagamentos aos catadores e cobrir esses custos gerais de operação acaba por interromper a comercialização conjunta, gerando insegurança para os catadores.

A limitação das cooperativas é regida pela dificuldade de conciliar os custos de operação. Nesse cenário, a falta de um "capital de giro" é vista por algumas lideranças de cooperativas como uma condição mínima a ser solucionada para iniciar diálogos e processos de comercialização conjunta com os catadores autônomos[47]. No entanto, nos casos estudados em que a cooperativa toma iniciativa para a comercialização conjunta, a falta de capital de giro, embora importante, não impediu a construção do processo de colaboração entre catadores. O capital de giro nesse caso, não se configurou como condição para a experiência existir, entretanto, pode ser ferramenta importante para que ela se mantenha e se efetive. Já no caso de projetos de coleta integrada, como a experiência no carnaval, o capital de giro investido na comercialização se configurou

[47] Para as lideranças de catadores em diálogo com a pesquisa o capital de giro para pagamentos seria a condição mínima para garantir a comercialização conjunta. Nenhum dos grupos de catadores de cooperativa e associações que foram entrevistados sobre ser necessário ter um capital de giro como condição mínima para integrar autônomos, apresentou estudo ou explicação sobre como pensam a forma que esse capital de giro seria aplicado na operação da comercialização conjunta e como se chegaria em um valor ideal mínimo para iniciar os trabalhos com os autônomos.

como condição para garantir uma operação ampliada, com maior número de trabalhadores integrados e um volume maior de materiais no circuito de coleta.

Apesar das limitações, esse processo de benefícios mútuos produz um valor comum, fortalecendo a conexão entre os trabalhadores e ampliando o potencial de inovação. A partir do encontro de diferentes formas de vida e desse solo comum, é possível compreender processos como as estratégias e habilidades de quem trabalha na rua e o quanto essa atividade se complementa às estratégias e habilidades de quem atua em um galpão, como veremos a seguir.

### *8.3.2. Comercialização conjunta e os acordos pragmáticos*

A estratégia de comercialização conjunta não é uma novidade no processo produtivo de catadores de materiais recicláveis. Esse processo existe e é realizado por diversos grupos produtivos que necessitam de fornecedores de materiais, seja por não terem apoio da prefeitura na coleta seletiva na cidade, seja devido a pouca abrangência do sistema de coleta. Contudo, as experiências analisadas mostraram que a estratégia pode ser uma oportunidade de ampliação da atuação dos catadores e do aumento das taxas de materiais recicláveis coletados.

Na experiência do carnaval em Belo Horizonte, os catadores cadastrados para atuar nas ruas da cidade, coletando materiais recicláveis, desenvolveram estratégias a partir da sua forma de vida, assim como as cooperativas que operaram as centrais de reciclagem na experiência mencionada. Esse formato, que permite o desenvolvimento do trabalho a partir da experiência e habilidades específicas, potencializou a ação numa experiência que mudou a percepção de integração dessas pessoas.

Manzini (2017), discute o dilema das pessoas que precisam firmar ações diante de duas tendências opostas: uma voltada para a liberdade pessoal e a outra voltada para a cooperação e seus benefícios. Ele sugere que o compromisso é uma forma de reconciliar essas duas tendências aparentemente opostas (Manzini, 2017). O compromisso implica encontrar um equilíbrio entre a liberdade pessoal e a cooperação, reconhecendo que, em muitos casos, não podemos ter tudo o que queremos sem considerar o impacto sobre os outros.

A ideia de compromisso, materializada em regras de colaboração sugerida por Manzini (2017), resulta no estabelecimento de acordos e normas que orientam a interação com os outros e seria a ferramenta para navegar pelo espaço entre a liberdade individual e a interdependência na operação em cooperação com o outro, na busca de um equilíbrio.

Com relação ao compromisso firmado nos encontros colaborativos estudados, surgem alguns elementos que precisam ser analisados em cada experiência. A relação entre uma catadora autônoma e a liderança da cooperativa, que buscou construir uma estratégia capaz de atender às demandas dessa trabalhadora, possuía dinâmicas de compromissos diferentes das identificadas na experiência do evento de carnaval.

As regras necessárias para construção da cooperação a partir da comercialização conjunta dinamizam a relação de compromisso entre os catadores. No caso da catadora, as regras envolvem a separação adequada dos materiais, um espaço de trabalho limitado e o transporte dos materiais até a cooperativa. A separação adequada demandou a construção de um modelo acessível para atender a dinâmica do trabalho já desenvolvido e a definição de um compromisso pela cooperativa, relacionado ao recolhimento dos materiais. O espaço para acondicionar os materiais, sendo limitado, demanda o recolhimento do material o mais rápido possível para liberação e continuidade da coleta. Entretanto, é nesse ponto que o acordo de cooperação sofre instabilidade. O uso do caminhão é prioritário para execução do serviço prestado pela cooperativa a grandes geradores e outros sistemas de coleta implementados, enquanto o recolhimento da produção dos catadores autônomos está abaixo da lista de prioridades. Dessa forma, a catadora que recolheu o material como combinado e acondicionou no espaço disponível precisa aguardar o cronograma do caminhão para o recolhimento da sua produção. Enquanto isso, ela não consegue continuar com a coleta dos materiais, criando uma desestabilização no acordo firmado. Nesse processo, há uma assimetria no cumprimento do acordo devido a dificuldade da cooperativa em operacionalizar o sistema complementar com os autônomos, que para equilibrar o cumprimento do acordo deveriam ter um caminhão que não estrague frequentemente, além de manter um cronograma de coleta que atenda ao recolhimento da produção desses catadores externos. Esse desajuste fez com que o envolvimento dessa catadora, com o tempo, fosse desestimulado, sendo indicada pela cooperativa a alternativa de venda ao ferro velho, devido a dificuldade de atendimento à demanda.

No caso do carnaval, esses acordos, que são promovidos pelo compromisso como encontro colaborativo, são mais formais e estruturados, mesmo que eventuais. Ou seja, o catador precisa cumprir uma meta para receber a diária de trabalho, ao mesmo tempo em que, em troca, recebe um uniforme e um kit de apoio para executar o trabalho. As centrais funcionam em um período específico e eles precisam se organizar para cumprir a meta e receber o valor financeiro pelo trabalho dentro desse horário de funcionamento. Contudo, alguns catadores se adaptaram ao modelo, enquanto outros não retornaram por terem sido tratados de forma desagradável ou por não acharem justa a forma de pesagem ou pagamento, optando por não retornar mais para realizar o trabalho nos dias restantes do evento.

Há uma distinção entre os acordos formais, mesmo que eventuais, e os acordos negociados. No caso da catadora, apesar das negociações realizadas de forma contínua e engajada, em prol de uma relação permanente, o não cumprimento do acordo gera uma instabilidade maior por conta do vínculo construído numa relação de confiança, que acaba sendo desestabilizada. Por outro lado, no caso do carnaval, a quebra de acordo pelos catadores não gera uma instabilidade tão grande já que esse vínculo não é contínuo.

Admitindo o pluralismo da atividade e das formas de trabalho de catadores, a integração por meio da comercialização conjunta permite a diversidade e o diálogo entre perspectivas diferentes. Essa perspectiva de interação e diálogo possibilita entender os sistemas de comercialização conjunta estudados como um **acordo pragmático** (Sotto, 2002), aceitável para todas as partes, que resolve, mesmo que provisoriamente, as questões controversas, mas, contudo, sem adentrar no cerne das questões em sua substância. Essas questões incluem exploração do trabalho, necessidade de volume cada vez maior, integração com o sistema da coleta seletiva entre outras questões necessárias de serem debatidas e que persistem. Uma delas está relacionada ao acolhimento de pessoas em situações de vulnerabilidade, por exemplo.

#### *8.3.3. As organizações colaborativas e a dinâmica de envolvimento e vínculos em prol de um sistema inclusivo*

As experiências que envolvem cooperativas e catadores serão analisadas como organizações colaborativas, conforme o conceito de Manzini (2017). Esse conceito ajuda a organizar as diferentes dimensões dos encontros colaborativos a partir de duas variáveis

que o autor considera relevantes: os graus de vínculo e os graus de envolvimento dos atores no processo de cooperação. Essas duas variáveis analíticas permitirão mapear os diferentes tipos de organizações colaborativas entre catadores, desde o galpão até a rua, facilitando o diálogo com as recomendações e modelos que podem responder a pergunta central desta tese.

As organizações colaborativas podem ocorrer em diferentes modalidades e, por conta disso, precisam de um aprofundamento analítico inicial. Há uma escassez de estudos voltados às experiências de integração de catadores de rua a partir da comercialização conjunta e, diante disso, a proposta é iniciar uma construção teórica para contribuir em intervenções de melhor qualidade e com resultados mais duradouros ao longo do tempo. Para compreender como essas dinâmicas relacionais entre catadores de rua e cooperativas acontecem, iremos aprofundar nos vínculos e envolvimentos necessários na operação das experiências estudadas.

Um vínculo estabelece um relacionamento entre atores e pode ser entendido como uma conexão entre eles. Quando se trata de organizações colaborativas, o vínculo desempenha um papel fundamental, já que representa os laços que unem as partes envolvidas no esforço colaborativo. Existe uma evidente correlação entre a intensidade do vínculo, o tempo e o comprometimento necessário para construí-los. Como variável analítica, o vínculo pode ser examinado em diferentes dimensões: a qualidade da relação (ou sua natureza); a sua intensidade; a sua diversidade e como são gerenciados (ou a sua manutenção).

A qualidade do relacionamento refere-se à natureza do vínculo. Nesse caso, é possível que o vínculo seja baseado em relações afetivas, mas também em vínculos formais, como as relações institucionais e regras disciplinares na cooperativa. Outras formas de qualificar o vínculo podem incluir a atuação por cadastramento, como acontece no carnaval, ou vínculos meramente afetivos e informais, como a experiência da catadora Tita. Mesmo sendo informal, a força do vínculo entra como uma dimensão importante. Manzini (2017), considera três tipos de vínculos interpessoais: forte, fraco e ausente.

Na avaliação da força do vínculo são considerados: o tempo do vínculo, a intensidade afetiva e a força dos acordos pragmáticos estipulados. Quanto mais forte o vínculo, mais tempo de interação e mais duradouros são os acordos firmados. Na dimensão relacionada

à diversidade do vínculo, apresentam as diferentes formas como a interação é concebida, seja por interesses meramente econômicos ou pela conexão com projetos e programas que condicionam a comercialização conjunta e a interação com autônomos, como no caso de projetos como o carnaval.

Por fim, a dimensão que envolve a manutenção da relação refere-se ao tipo de gerenciamento do vínculo, ou seja, como são formados, mantidos e fortalecidos ao longo do tempo. Por vínculo, entende-se a relação formada no processo da cooperação entre catadores, considerando, nesse caso, um vínculo formal e contínuo onde o catador formalmente faz parte da instituição e os vínculos eventuais, em que é mediado por um cadastro para participação. Vínculos informais são desenvolvidos a partir de acordos verbais e relações de afeto e empatia. A manutenção do vínculo e as discussões sobre acordos de cooperação precisam de espaços de diálogo constantes, que nem sempre são implementados. O gerenciamento do vínculo depende exclusivamente do diálogo e do cumprimento de acordos de cooperação, que por sua vez ,depende do envolvimento de todos os atores no processo.

O envolvimento dos atores parte de uma discussão que, Manzini (2017), considera a partir da linha de pensamento de Nussbaum & Sen (1993), conhecida como “abordagem das capacidades”:

> “Em vez de considerar as pessoas como portadoras de necessidades a serem atendidas (por alguém ou por algo), é melhor considerá-las como sujeitos ativos, capazes de funcionar em prol do seu próprio bem estar.” (Manzini, 2017. p. 110)

A abordagem permite compreender que os atores em cooperação escolhem entre diferentes maneiras de atuar, que envolvem vários tipos de compromisso em termos de tempo, energia, atenção e habilidade (Manzini, 2017). O grau de envolvimento dos atores como variável analítica, representa o nível de participação, comprometimento e contribuição dos atores envolvidos. As dimensões relacionadas ao envolvimento podem se caracterizar como passivas ou ativas, sendo diretamente relacionadas aos tipos de vínculos. Contudo, a forma como os atores gerenciam o tempo, a energia, a atenção e as capacidades para se envolver no processo de colaboração precisam ser consideradas.

A partir das variáveis analíticas apresentadas, e também inspirado no mapeamento de encontros colaborativos de Manzini (2017), é possível concebê-las como dois eixos e

cruzá-las para produzir um mapa de organizações colaborativas, baseado na interação de cooperativas e catadores autônomos.

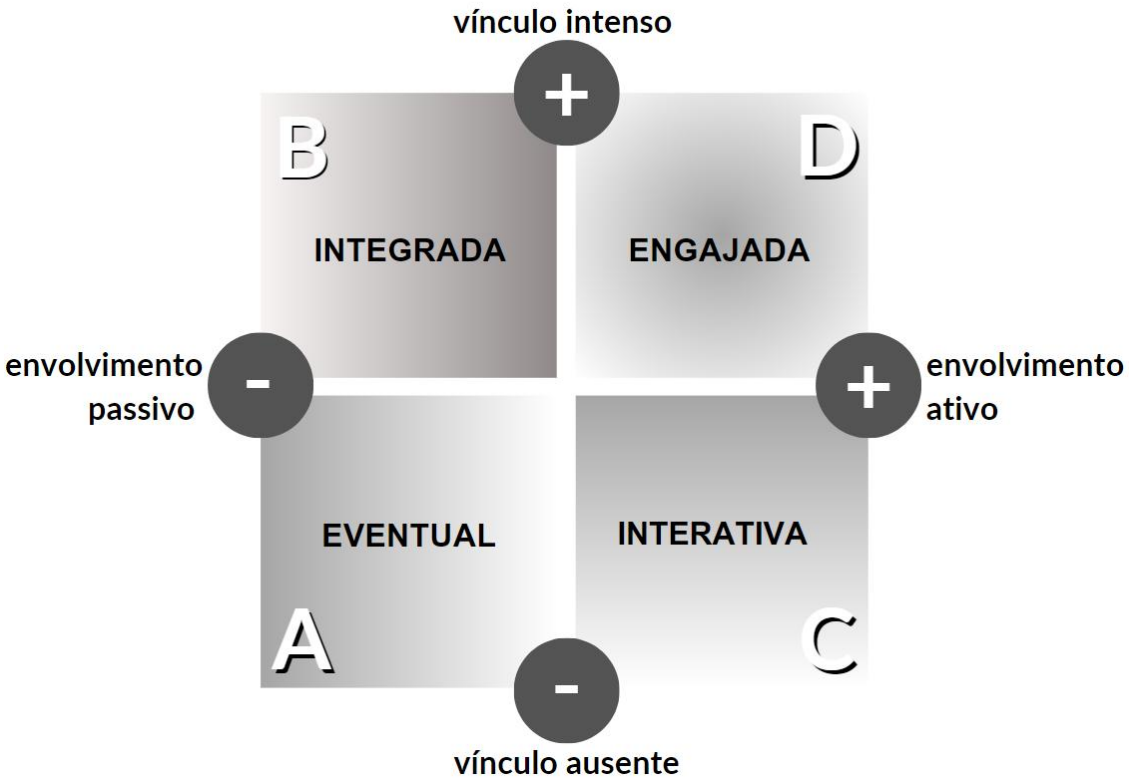


Figura 21 - Mapa de organizações colaborativas entre catadores autônomos e cooperativas e associações. Elaboração própria a partir de Manzini, 2017.

*Quadrante A:* **Organização Colaborativa Eventual:** As relações de cooperação tendem a se desenvolver em uma estrutura pouco rígida e relativamente efêmeras, caracterizada por vínculos fracos ou até ausentes, com atividades temporárias ou esporádicas. Os interesses econômicos definem o envolvimento, e a cooperação ocorre por necessidade ou conveniência, sem um engajamento profundo. Essas relações buscam alcançar um objetivo específico não conseguem criar laços fortes ou compromissos a longo prazo. O encontro colaborativo é estabelecido a partir de condições pré-determinadas, muitas vezes por outros atores. No estudo relacionado ao carnaval, essas condições foram definidas por atores externos, como a indústria cervejeira patrocinadora do projeto, que determinou os requisitos mínimos para atuação. Trata-se de um envolvimento passivo, no qual a construção da cooperação entre os atores se dá por meio de vínculos funcionais, frequentemente superficiais, sem espaço para negociações entre autônomos e cooperativas. Além disso, há uma ausência de espaços de construção de vínculos que

permitam a continuidade e o aprofundamento da relação, especialmente no que diz respeito a mediação de conflitos e desacordos. Esse tipo de organização refere-se a experiência estudada sobre a integração de catadores durante o carnaval.

*Quadrante B*: **Organização Colaborativa Integrada:** As relações de cooperação apresentam um vínculo forte, principalmente devido às relações afetivas que sustentam uma relação estável ao longo do tempo. Apesar desse vínculo forte, o envolvimento é mais passivo, com a cooperativa realizando a maior parte das operações, enquanto os autônomos seguem alternativas pré-concebidas pela liderança da cooperativa ou por outros atores. Os acordos são facilmente rompidos devido à dificuldade de envolvimento mútuo, e os espaços para negociação de demandas são pouco utilizados ou inexistentes. Nessa organização, o interesse maior é da cooperativa, que desenvolve estratégias para permanência desses catadores, muitas vezes formalizados como cooperados externos ao galpão, estabelecendo muitas vezes um vínculo formal. Esse tipo de organização colaborativa se assemelha à experiência estudada da catadora Tita, bem como às experiências da Associação Acari na cidade de Itajubá (MG) e da Associação Ascaruna em Itaúna (MG), mencionadas no capítulo 2.

*Quadrante C*: **Organização Colaborativa Interativa:** Embora as relações de cooperação essencialmente apresentem um vínculo fraco, com pouca conexão entre os atores, o envolvimento reflete em interesses mais amplos e a utilização de espaços de negociação de demandas. A fragilidade do vínculo interfere na confiança entre os atores, tornando necessário que acordos pragmáticos sejam constantemente negociados. O envolvimento dos catadores tem uma característica mais ativa, especialmente na busca por apoio e integração com projetos que ofereçam benefícios, como o projeto do Cataki em parceria com a Tetra Pak, citado no capítulo 2. Os vínculos são mais recentes e nem sempre consistentes, seja pela qualidade do vínculo informal ou devido à vulnerabilidade social, especialmente em casos de catadores em situação de rua. No entanto, embora haja um envolvimento mais ativo, o comprometimento é limitado e os espaços de participação e a organização colaborativa interativa conta com poucos espaços de manutenção do vínculo.

*Quadrante D*: **Organização Colaborativa Engajada:** As relações de cooperação são intensas e duradouras, com interesses amplos em comum que vão além do econômico. Os vínculos formais permitem que os catadores acessem políticas públicas, incentivos

financeiros baseados na produção e atendimento efetivo às suas demandas. São criados e mantidos espaços para construção e manutenção dos vínculos, com diálogos constantes e mediação de conflitos entre os diferentes atores envolvidos no processo. Há uma participação ampliada de diversos atores nessa organização colaborativa, incluindo o poder público e instituições parceiras, que atuam por meio de projetos de incentivo contínuos. A diversidade de vínculos também é presente, pois nem todos os catadores desejam integrar-se ao corpo social da cooperativa, levando a formalização dos vínculos através de iniciativas de projeto ou modelos de integração estabelecidos em estatuto. Um maior comprometimento no processo torna os acordos pragmáticos mais estáveis e ajustados às demandas específicas, graças ao espaço compartilhado de gerenciamento de vínculos. Embora ainda não tenham sido identificadas experiências que se enquadrem nesse tipo de organização, o engajamento dos atores pode servir como ferramenta para a transição de outros modelos de organização colaborativa para esse quadrante.

O mapeamento inicial de organizações colaborativas é baseado em polarizações e, embora limitado, resulta em uma representação esquemática funcional (Manzini, 2017). Essa representação esquemática auxilia na visualização das diferentes formas de organização colaborativa e suas características, facilitando a construção de trajetórias evolutivas que fortaleçam os vínculos por meio de um gerenciamento eficaz e que criem espaço para o engajamento dos atores. O objetivo é criar organizações colaborativas capazes de atender às demandas dos trabalhadores, promovendo uma reciclagem inclusiva e digna para os catadores autônomos, em parceria com as cooperativas e associações. Com base nesse mapeamento, é possível desenvolver estruturas de apoio ao trabalho e suas dinâmicas dentro de um modelo de coleta seletiva que integre efetivamente os catadores nas ruas da cidade, tema que será aprofundado no próximo capítulo.

# 9. DE PROBLEMA A SOLUÇÃO: COMO POTENCIALIZAR A RECICLAGEM POPULAR PARTIR DA COOPERAÇÃO ENTRE CATADORES NAS RUAS DA CIDADE

Neste capítulo, abordaremos a transição da competição para a cooperação entre os catadores nas ruas das cidades, reorganizando os sistemas de coleta seletiva existentes. Essa mudança não só beneficia os catadores, como também contribui para a sustentabilidade urbana, aprimorando os métodos de reciclagem e gestão de resíduos por meio da inclusão socioprodutiva. Sem a pretensão de definir de definitiva o caminho da inclusão dos autônomos, as estratégias levantadas nesta tese visam ampliar o debate sobre essas mudanças necessárias.

A discussão sobre as principais recomendações, resultantes das reflexões e estudos desenvolvidos, está dividida em três partes: a primeira aborda processos de identificação, formalização e elaboração de diagnósticos a partir de uma aproximação da realidade dos indivíduos dentro do sistema existente. A segunda apresenta recomendações sobre como desenvolver a interação com políticas públicas vigentes e elenca demandas que precisam ser consideradas no desenvolvimento de futuras políticas. Por fim, são oferecidas recomendações sobre estruturas de trabalho, consideradas fundamentais na integração ampliada dos catadores que atuam nas ruas nos sistemas de coleta seletiva.

## 9.1. Criando a visibilidade: identificação, formalização e levantamentos sobre catadores autônomos

A situação de pandemia evidenciou a necessidade urgente de criar alternativas para a identificação dos catadores de materiais recicláveis, especialmente os autônomos. As ações emergenciais direcionadas a esses catadores revelaram-se desafiadoras e essenciais. A construção da visibilidade desses trabalhadores deve passar pelo reconhecimento das diferenças e pela superação de abordagens homogeneizantes, que buscam a padronizar o perfil do catador em modelos pré-concebidos.

O contexto de risco de contaminação, interrupção do trabalho e dificuldade de acesso a benefícios de suporte durante a pandemia evidenciou a realidade dos catadores no Brasil. Ao desenvolver propostas de distribuição de benefícios, muitas iniciativas enfrentaram obstáculos relacionados à necessidade de cadastro no processo de distribuição de recursos. Nenhum recurso poderia ser distribuído sem algum tipo de comprovação de

quem o receberia, o que necessariamente envolvia cadastramento e comprovação documental. Esse levantamento de informações e documentação foi um desafio, especialmente para os catadores autônomos que constituem a maioria dos trabalhadores.

Embora as iniciativas não tenham contemplado todos os catadores autônomos previstos, aqueles que foram contemplados receberam um reconhecimento inédito, evidenciando a necessidade de mudança de paradigma e destacando a importância do desenvolvimento de registros e cadastros de trabalhadores. Nesse contexto, a identificação via cadastro pode ocorrer de duas formas: o registro formal e o cadastro ativo.

No caso do registro formal, considerando a flexibilidade da atuação no mercado informal, há prós e contras percebidos pelos trabalhadores em relação à formalização, que podem ser utilizados para discutir a *catação* no Brasil (Vahdat *et al*., 2020; Gonçalves, 2017). Entre os contras, destaca-se que a permanência na informalidade aumenta a vulnerabilidade do catador à repressão do Estado, tanto no exercício de sua atividade quanto no acesso aos materiais. Catadores que não possuem formalização (seja através de cadastro geral ou por meio de cooperativas ou associações) estão sujeitos a fiscalizações e a outros impedimentos repressivos, como interdição de seu local de trabalho e a apreensão de seu carrinho de coleta.

Além disso, a permanência na informalidade permite que o catador, ou o coletivo de catadores, mantenha o acesso a programas de proteção social, como o Bolsa Família[48]. Após a criação do Programa MEI[49] (Microempreendedor Individual), alguns catadores autônomos passaram a emitir notas fiscais e a atuar formalmente no setor da reciclagem e coleta de resíduos[50]. No entanto, ao se formalizar, seja por meio da

[48] Os catadores muitas vezes têm dificuldade de participar de projetos e atuar em programas que precisam ter conta em banco e recebimento de recursos que não seja em dinheiro por medo de perder os benefícios sociais concedidos pelo Programa Bolsa Família.

[49] O programa de registro de microempreendedores individuais surgiu em 2008, no Brasil, com a Lei nº128, buscando formalizar trabalhadores brasileiros que até então desempenhavam diversas atividades sem nenhum amparo legal ou segurança jurídica, especialmente trabalhadores autônomos.

[50] Os códigos CNAE utilizados por catadores nos seus registros MEI são: 3811-4/00 Carroceiro coleta de entulhos e resíduos independente; 3811-4/00 Coletor de resíduo não perigoso independente; 3831-9/01 Reciclador de sucatas de alumínio independente; 3831-9/99 Reciclador de materiais metálicos, exceto alumínio independente; 3832-7/00 Reciclador de materiais plásticos independente; 3839-4/99 Reciclador de borracha, madeira, papel, vidro independente. Estas categorizações não atendem toda a diversidade de atuação de catadores e precisa ser atualizada segundo a realidade vivida pelos trabalhadores, considerando, por exemplo, a categoria de triadores ou classificadores, que já é contemplada pela CBO, ou até a categoria que relaciona o serviço de destinação adequada de resíduos. Esta lacuna nas categorizações já foi levantada por catadores que utilizam MEI em diálogo com a pesquisadora.

organização em cooperativas ou do cadastro como MEI, o catador precisa arcar com custos de entrada e de manutenção que afetam sua renda, como taxas de registro, impostos e outros encargos administrativos mensais implicados na operação do negócio.

A regularização de galpões, por exemplo, por meio de alvarás diversos e adequações necessárias seguindo a legislação vigente, pode dificultar a manutenção total de alguns grupos organizados na formalidade. Apesar dos custos envolvidos no processo de formalização, os catadores podem acessar serviços bancários, como créditos ou microcréditos, emitir notas fiscais para acessar programas de logística reversa e também obter algum nível de proteção social e benefícios, como aposentadoria por idade ou auxílio-doença.

Cadastros ativos elaborados para a identificação de catadores autônomos por iniciativa do poder público são raros. Algumas pessoas podem até argumentar que o CadÚnico poderia contemplar o cadastramento desses trabalhadores, entretanto, o argumento que desqualifica o CadÚnico para atuação direta com catadores, no caso em discussão, é que um cadastro de trabalhadores precisa ter objetivos mais amplos do que apenas a identificação e classificação de usuários. O CadÚnico é voltado exclusivamente para usuários do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e, por conta disso, abrange apenas uma parte dos trabalhadores, não contemplando sua totalidade. Para desenvolver um registro ativo de trabalhadores, são necessárias iniciativas intersetoriais que mantenham esse cadastro atualizado e que sejam capazes de não apenas identificar os trabalhadores, mas também de localizá-los e mobilizá-los quando necessário, como em casos de pandemia ou de desastres climáticos.

Algumas estratégias, como a elaboração de diagnósticos de catadores, são iniciativas importantes para a identificação e classificação de trabalhadores. No entanto, a pesquisa não identificou estudos que se dedicaram a fazer diagnósticos e que tiveram efetivamente executado as propostas que emergem dos dados e informações coletadas. Isso ocorre porque, de maneira geral, o problema está mal localizado: quando se faz um diagnóstico, é porque é necessário intervir naquele problema específico. No caso dos estudos realizados para o desenvolvimento dessa pesquisa, o diagnóstico mais importante a ser feito está relacionado aos sistemas de coleta seletiva implementados e não a identificação de um perfil de catadores apontado como problema.

Muitos desses sistemas de coleta seletiva são executados com as mesmas estratégias há mais de 20 anos e as cidades enfrentam os mesmos problemas, como as dificuldades enfrentadas com a atuação dos catadores nas ruas e o pouco engajamento da população. É necessário que os diagnósticos sejam voltados para os sistemas de coleta seletiva nas cidades e para as limitações dos modelos de inclusão vigentes. Já existem levantamentos que mostram o perfil de catadores autônomos, como já apresentado nessa pesquisa, e esse perfil é conhecido, mas ignorado pelas políticas públicas.

Nesse cenário, é importante pensar possibilidades de diálogo entre as demandas já identificadas e o que é possível de ser executado. Isso pode abrir espaços para novas demandas que surgem e indicar a necessidade de construção de ações, programas e políticas que fortaleçam os trabalhadores. Em resumo, a construção da visibilidade dos catadores diante da demanda de identificação inclui:

1. **Desenvolvimento de registros e cadastros de catadores autônomos:** Implementar sistemas de cadastramento ativo que identifiquem e mobilizem os catadores. Desenvolver métodos eficazes para a identificação de catadores autônomos, permitindo que sejam assistidos adequadamente em situações de emergência.
2. **Facilitar a formalização dos catadores:** Reduzir as barreiras à formalização, como custos de registro e impostos, para permitir que mais catadores autônomos se formalizem e acessem benefícios. Melhorar o enquadramento do trabalho dos catadores no Cadastro Nacional de Atividades Econômicas (CNAE);
3. **Registros intersetoriais integrados:** Desenvolver cadastros ativos que envolvam diferentes setores, garantindo atualização contínua e a capacidade de localizar e mobilizar catadores quando necessário. Exemplos como os cadastros MEI e CadÚnico, que embora limitados, conseguem identificar catadores com informações consolidadas.
4. **Diagnóstico dos sistemas de coleta seletiva à luz da inclusão de catadores autônomos:** Conduzir diagnósticos focados nos sistemas de coleta seletiva das cidades e nas limitações dos modelos de inclusão atuais para construção de diretrizes que promovam políticas de inclusão mais efetivas.

### 9.2. Integrando políticas públicas: rompendo paradigmas do possível

A ideia de que cooperativas e associações têm uma vocação natural para a inclusão, não reconhece de forma satisfatória o trabalho de acolhimento de catadores egressos da rua. No entanto, os catadores cooperados que realizam essa atividade não são remunerados por isso, o que aumenta as demandas de organizações já saturadas de funções e com poucos recursos para se manterem. Esse acolhimento é importante em qualquer iniciativa que envolva inclusão de catadores egressos. Transformar o acolhimento em um serviço estruturado e remunerado promoveria uma transição mais suave para os catadores que ingressam nas cooperativas e também daqueles que interagem com elas a partir da comercialização conjunta, fortalecendo assim as relações e melhorando a eficácia das iniciativas de inclusão[51].

Por outro lado, a necessidade de integração com as políticas de assistência social é um desafio histórico, que remonta ao surgimento das cooperativas no início do século XXI. Existe um gargalo nessa interação, especialmente relacionado à dificuldade de construir caminhos para o trabalho e a emancipação econômica dos usuários da assistência. A porta de entrada das políticas sociais é bem conhecida, mas é preciso desenvolver melhor as portas de saída da condição social precária.

Uma das demandas de acolhimento é voltada à interação com catadores usuários de álcool e outras drogas. Diante do fracasso das políticas de repressão, que trouxeram mais danos sociais do que quaisquer possíveis danos gerados pelas substâncias proibidas, a prática conhecida como Redução de Danos emerge como uma estratégia eficaz. A Redução de Danos envolve ações que buscam minimizar os possíveis efeitos negativos das substâncias psicoativas na saúde física ou mental das pessoas, promovendo a saúde de forma integral (Valerio, 2010). Essa estratégia de saúde pública visa minimizar as consequências adversas do consumo de drogas do ponto de vista da saúde e dos seus aspectos sociais e econômicos, sem necessariamente interromper bruscamente esse

[51] Esse trabalho de inserção de pessoas em situação de vulnerabilidade no mercado de trabalho através de um programa público integrado que dê conta de atender e qualificar para inserção desses trabalhadores possui com situação de referência, a experiência francesa de "empresas de inserção" (tradução livre). As cooperativas e associações poderiam prestar o serviço público com estrutura e remuneração adequada para isso assim como a experiência francesa indica. É uma possibilidade de diversificação de receita e aumento da capacidade de inclusão e impacto social dos grupos organizados de catadores. Para mais informações sobre as empresas de inserção: https://www.avise.org/sites/default/files/atoms/files/20161206/crdlaiae_201161129_ficheei.pdf

consumo. A redução de danos implica em intervenções singulares que podem envolver o uso protegido, a diminuição do uso da droga, a substituição por substâncias menos prejudiciais ou até mesmo a abstinência (Valerio, 2010).

No caso dos catadores, é necessário aprofundar como a estratégia de Redução de Danos pode ajudar no acolhimento e diálogo desses catadores que têm esse perfil, sem ser marcada pela repressão e suas consequências.

Outra questão relevante na interação com catadores e cooperativas é o equipamento de trabalho, especialmente a distribuição de carrinhos de coleta na rua para catadores autônomos, através de recursos captados pelas cooperativas. Os carrinhos de coleta aumentam a capacidade e a produtividade dos catadores nas ruas e são frequentemente demandados. Não existem modelos consolidados sobre a melhor forma de coletar materiais nas ruas, mas iniciativas buscam desenvolver carrinhos mais leves e mais seguros para os catadores. As cooperativas recebem recursos e apoio de projetos para aquisição desses equipamentos, mas há insegurança em distribuí-los para catadores sem vínculos ou com vínculos fracos numa organização colaborativa. Essa entrega de carrinhos é visto pelas lideranças como um prejuízo, pois há risco de perder o equipamento adquirido sem um retorno produtivo.

Alguns grupos, nesse caso, optam por estratégias semelhantes às dos ferros velhos, como cobrar aluguel e condicionar o uso à produção, ou mesmo criar termos de uso que indiquem que haverá responsabilidade na utilização do equipamento. Em geral, adquirir o equipamento para catadores autônomos sem considerar o vínculo e o envolvimento deles com a cooperativa pode ser problemático e representar realmente um prejuízo de um investimento que poderia ser direcionado para outros fins para os cooperados.

Uma alternativa para reduzir a insegurança das cooperativas e, ao mesmo tempo, atender aos catadores que precisam do equipamento, é criar linhas de microcrédito e subsídio para aquisição de carrinhos. Permitindo que o catador tenha autonomia sobre o equipamento, evitando que a cooperativa precise fiscalizar constantemente o uso. Em vez de doar o carrinho recebido em um projeto ou esperar doações para os catadores, as cooperativas podem pensar em como os catadores podem adquirir seus próprios carrinhos com a ajuda de créditos e fundos criados por eles mesmos. Quando o catador possui sua própria ferramenta de trabalho, adquirida com a ajuda da cooperativa, a confiança no trabalho é

maior e a cooperativa não sofre o prejuízo caso o catador decida vender o carrinho ou emprestá-lo a terceiros. Quando a cooperativa empresta o carrinho ou cobra aluguel do catador, pode acabar reproduzindo mecanismos de exploração semelhantes aos dos ferros-velhos. O veículo de coleta, nesse caso, integra uma estratégia mais ampla de reconhecimento do trabalho na rua como parte da coleta seletiva.

Em resumo, a integração de políticas públicas com as estratégias de inclusão de catadores autônomos inclui:

1. **Estruturação e Remuneração do Serviço de Acolhimento:** Transformar o acolhimento de catadores egressos em uma atividade profissional remunerada dentro das cooperativas;
2. **Integração com Políticas de Assistência Social e Saúde:** Desenvolver programas intersetoriais, que alinhem as ações das cooperativas com as políticas de assistência social, facilitando a transição dos catadores para uma condição de maior autonomia econômica. Alinhar ações de integração de catadores com políticas de redução de danos, que favoreçam o bem-estar e saúde dos trabalhadores;
3. **Apoio e Incentivos Financeiros:** Implementar políticas de apoio financeiro para as cooperativas e catadores. Promover incentivos econômicos e financeiros para redução dos custos da comercialização conjunta para as cooperativas. Para os catadores autônomos, é importante desenvolver políticas de apoio financeiro, como microcréditos e subsídios, que possam ajudar na formalização e no investimento em seu trabalho de forma substancial.

### 9.3. Ampliando a coleta seletiva: estruturas necessárias para as diferentes organizações colaborativas

O atual sistema de coleta seletiva, embora funcional, não é suficientemente inclusivo para os catadores que operam nas ruas. É imprescindível expandir e desenvolver este sistema, incorporando estruturas que facilitem a inclusão dos trabalhadores a partir do trabalho na rua. A coleta seletiva não deve se restringir a caminhões, contêineres e galpões de triagem, pois o elemento humano é fundamental nesse processo. Além disso, é preciso considerar a diversidade de práticas e saberes dos catadores, sob uma perspectiva decolonial.

Neste contexto, apresentaremos três estruturas preliminares fundamentais para iniciar a discussão sobre a integração dos catadores de rua na coleta seletiva: Local de Entrega Voluntária Assistida, Base de Apoio para Catadores Autônomos e Central de Integração. Essas estruturas dependem de organizações colaborativas e dos diferentes graus de vínculo e envolvimento entre catadores autônomos e cooperativas.

### 1. Local de Entrega Voluntária para Catadores Autônomos

O Local de Entrega Voluntária (LEVA) é uma estrutura de apoio ao trabalho de catadores que visa resolver problemas relacionados à estratégia de coleta seletiva ponto a ponto[52]. Diferente dos modelos que não priorizam o contato humano, os LEVAs viabilizam essa estratégia. A coleta seletiva em Belo Horizonte, por exemplo, começou em 1993 com a instalação de gaiolas coloridas para acondicionamento de materiais, servindo de estrutura de apoio para os catadores da Asmare, que trabalhavam principalmente nas ruas da cidade. Essa primeira estrutura de coleta seletiva era conhecida como LEV (Local de Entrega Voluntária) e funcionava como sistema de coleta ponto a ponto. No entanto, ao longo dos anos, esses locais não se adaptaram à realidade da coleta seletiva, resultando em uma certa aversão da população aos equipamentos.

O LEVA pretende revitalizar essa estratégia de apoio ao trabalho dos catadores nas ruas, além de oferecer uma opção de descarte para moradores não atendidos pelos caminhões da coleta seletiva porta a porta. As experiências que envolvem catadores no atendimento no local de recebimento dos materiais garantem maior adesão e diálogo sobre dúvidas de separação de resíduos, promovendo uma aproximação positiva entre catadores e moradores. Para evitar problemas na vizinhança e preconceitos em relação a instalações de reciclagem, a integração do espaço com hortas agroecológicas tem mostrado bons resultados em termos de aceitação, como observado na experiência dos “Núcleos Lixo Zero Santa Tereza”, em Belo Horizonte (Souza *et al*., 2023). Além disso, a população local precisa se envolver na instalação de um LEVA, a fim de não reproduzir os problemas de implementação de modelos vigentes que não consideram como estratégico o engajamento dos moradores.

[52] A concepção do LEVA se deu no âmbito do Núcleo Alter-nativas e está em discussão desde 2011 como estratégia de superar os gargalos enfrentados nas coletas ponto-a-ponto nas cidades.

No entanto, nem sempre o LEVA, enquanto estrutura alternativa da coleta ponto a ponto, pressupõe a inclusão de catadores autônomos. O LEVA pode ser implementado com um cooperado externo, que não necessariamente possui experiência com coleta nas ruas. A estratégia implementada na estrutura prevista demanda equipamentos e insumos geralmente fornecidos pela cooperativa, assim como a remuneração pelo trabalho realizado no espaço, juntamente com a produção. O catador que presta a assistência precisa passar por processos formativos e coordenação de atividades para atendimento do público externo, organização e gestão do espaço, além da separação dos materiais, sejam os coletados por ele ou os recebidos pelos moradores.

Devido a esses fatores, a estratégia do LEVA requer uma organização colaborativa engajada para que possa se manter. Isso acontece porque a estrutura integrada a um sistema de coleta seletiva com atendimento à comunidade necessita de um vínculo intenso com a cooperativa e de um envolvimento ativo do catador, além de espaços de gerenciamento de vínculos e comprometimento direto entre todos os envolvidos na estratégia de cooperação a partir do LEVA, incluindo empresas, prefeitura e população local. Outro elemento importante é a necessidade de incentivo econômico, pois os custos de operação são consideráveis para garantir a estrutura, os equipamentos e o transporte de materiais, assim como o material gráfico de campanha e a articulação no território. Todos esses elementos precisam ser considerados na implantação de um LEVA como estratégia de coleta seletiva ponto a ponto e o modelo de organização colaborativa engajada tem elementos que contribuem para sua efetivação.

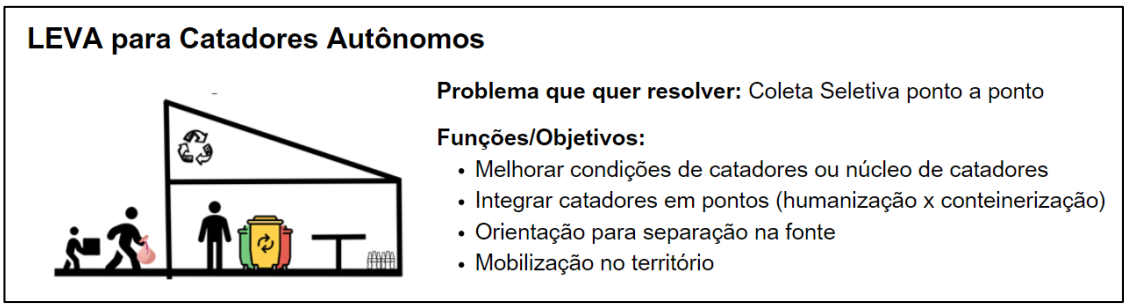


Figura 22 - LEVA para catadores autônomos. Elaboração Própria

## 2. Base de Apoio para Catadores Autônomos

Como nem todos os catadores que atuam nas ruas possuem espaço para acondicionamento do material e estrutura de apoio ao trabalho, a **Base de Apoio** surge como uma alternativa.

Existem unidades produtivas de reciclagem em diversos territórios nas cidades, muitas vezes localizadas na própria moradia dos catadores, em lotes vagos e sob viadutos. A Base de Apoio oferece uma estrutura para o trabalho desses catadores, organizações familiares ou grupos de catadores em determinado território, configurando-se como pequenos galpões de triagem e/ou pré-processamento dos materiais. Um galpão de triagem é uma estrutura que exige altos investimentos e grandes espaços disponíveis, o que nem todas as cidades possuem. A Base de Apoio para Catadores Autônomos se caracteriza por uma estrutura reduzida, que dá suporte ao trabalho, ao mesmo tempo que amplia a capilaridade da coleta seletiva realizada por catadores.

A Base de Apoio é uma estratégia abrangente e atende organizações colaborativas distintas, como no caso de catadores com vínculo mais forte, a partir de organizações colaborativas integradas ou com vínculos mais fracos como em organizações colaborativas interativas. Essa estratégia, mesmo que abrangente, exige um forte comprometimento da cooperativa para atendimento da retirada de materiais e gerenciamento do vínculo. Alguns grupos de catadores, que se organizam em bases de apoio existentes, enfrentam dificuldades na comercialização conjunta com cooperativas devido ao custo da operação que incide em uma baixa nos valores dos materiais, e à insegurança na relação com a cooperativa, especialmente pela dependência do caminhão para a retirada dos materiais caso não apresente acordos pragmáticos bem definidos.

Construir Bases de Apoio a Reciclagem e reconhecer espaços já existentes pode trazer resultados mais efetivos para o atendimento da coleta seletiva. Além de reduzir a precarização do trabalho, essa estratégia possibilita aumentar a capacidade de escoamento da produção dos catadores. A estrutura de apoio funciona como um espaço intermediário para os materiais, que posteriormente podem ser comercializados com registro de volume coletado e reconhecimento dos catadores no território por parte dos moradores. Isso evita que catadores utilizem espaços públicos, como praças e calçadas como extensão do seu trabalho, com o potencial de redução do conflito com moradores e poder público. No entanto, esses espaços também precisam ser implementados por meio de um diálogo constante com a população nos processos de construção do modelo de coleta que será atendido por essa infraestrutura. Assim, a base de apoio ao trabalho dos catadores precisa de ser instalada juntamente com espaços de controle social no território, para garantir mediação e alinhamento de demandas.

A estrutura proposta funciona como uma unidade produtiva credenciada, podendo ser regulamentada por programas específicos voltados à geração de renda e inclusão social de trabalhadores, mesmo os informais. Experiências de unidades produtivas de agricultura urbana que utilizam do credenciamento de produtores sem necessidade de vinculação com associações ou cooperativas já são realidade em Belo Horizonte, por exemplo.

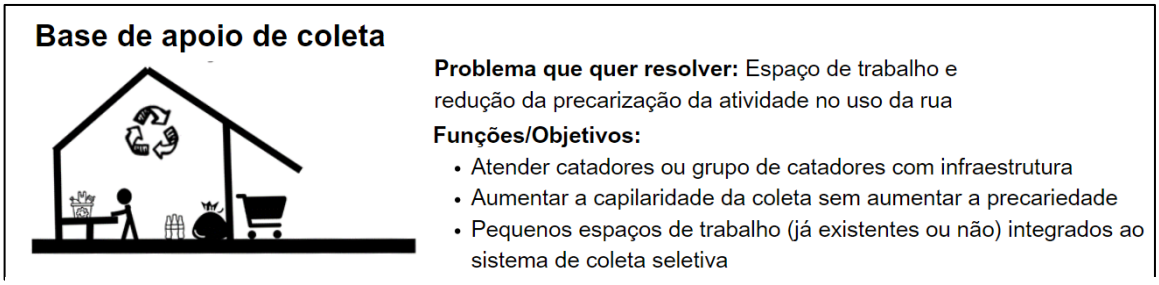


Figura 23 - Base de Apoio para catadores autônomos. Elaboração Própria, 2024

### 3. Central de Integração de Catadores

A organização colaborativa eventual requer estruturas temporárias para os catadores. Por meio da estratégia da Central de Integração, é possível fortalecer o vínculo com catadores menos envolvidos nos processos de comercialização conjunta com cooperativas. A ausência de espaços de acolhimento e suporte específicos para catadores nas cidades causa distanciamento entre as políticas públicas e os trabalhadores. A Central de Integração de Catadores surge então como uma estrutura mais robusta para atender à demanda por serviços e integração de programas e políticas existentes.

O município que implementa uma Central de Integração oferece aos catadores do território uma porta de entrada às políticas sociais, com cadastramento ativo, distribuição de itens de proteção como EPI e até mesmo a entrega de sacolas para apoiar a coleta e eventualmente reduzir o espalhamento de resíduos nas ruas. Com o registro de catadores será possível mapear atuação e desenvolver estratégias seguindo as demandas dos territórios, aproximando os catadores e promovendo seu acesso às políticas públicas e benefícios atribuídos.

A Central pode ser gerenciada de diversas maneiras, porém, sempre em colaboração com cooperativas ou associações, terceiro setor e autoridade pública. O setor demonstra interesse em aumentar a quantidade de materiais reciclados, entretanto, isso requer investimentos para melhorar as condições de trabalho. A implementação de Centrais de

Integração pode facilitar esse processo. Essa estratégia complementa o atendimento e tira a responsabilidade da inclusão e acolhimento apenas das cooperativas, criando um

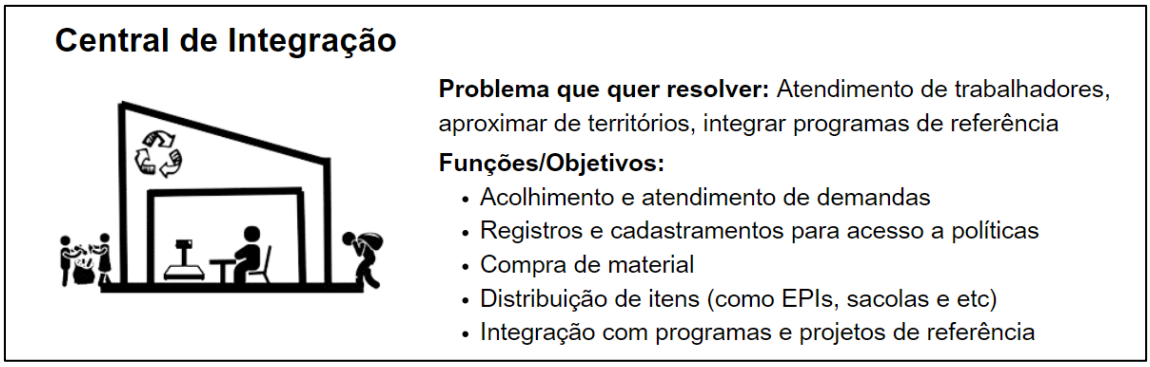


Figura 24 - Central de Integração de Catadores. Elaboração Própria, 2024.

ambiente de possibilidades e adaptável à realidade de cada território.

A partir das estratégias propostas para ampliação do sistema de coleta seletiva nas cidades e dos diferentes formatos de organização colaborativa que demandam para sua operação, é possível visualizar uma reorganização do sistema de coleta seletiva nas cidades. De uma maneira geral, essa visualização é uma proposta para iniciar uma discussão sobre a ampliação do sistema e os processos de inovação necessários para ampliação do atendimento e das taxas de reciclagem nas cidades. O papel dos catadores autônomos nesse novo modelo precisa ser valorizado, caso contrário, a guerra travada contra os trabalhadores pode resultar na violação de direitos e criminalização de sua atuação.

Nesse contexto, uma das demandas que precisa ser atendida e que enfrenta resistência de diversos setores é a compreensão do papel do setor empresarial da reciclagem nos sistemas de coleta seletiva informais. Muito se discutiu sobre como os ferros-velhos e sucatarias são considerados inimigos dos catadores e promovem a exploração de trabalhadores. Por conta disso, o diálogo com o setor é inexistente. Essa falta de articulação e a eventual invisibilização do setor empresarial, fazem com que grande parte do que é reciclado nas cidades sequer seja sistematizado. Apesar de ser um debate difícil sobre a contribuição desses grupos produtivos na reciclagem em geral, a ainda mais desafiador convidá-los para compor arenas de articulação política, é evidente que sua atuação não pode ser ignorada pelo movimento social, pelo público e terceiro setor.

Embora o assunto seja polêmico, abrir o diálogo com um grupo que tem sua atução evidente nos sistemas de coleta seletiva, como apresentado na Figura 25, poderia ampliar as possibilidades de colaboração. As experiências de interação a partir da comercialização conjunta mostram as limitações das cooperativas em garantir 100% da produção dos catadores autônomos, sendo os ferros-velhos alternativas viáveis na transição para um modelo atenda à complexidade de um setor precarizado e com tão poucos investimentos como a reciclagem de rua.

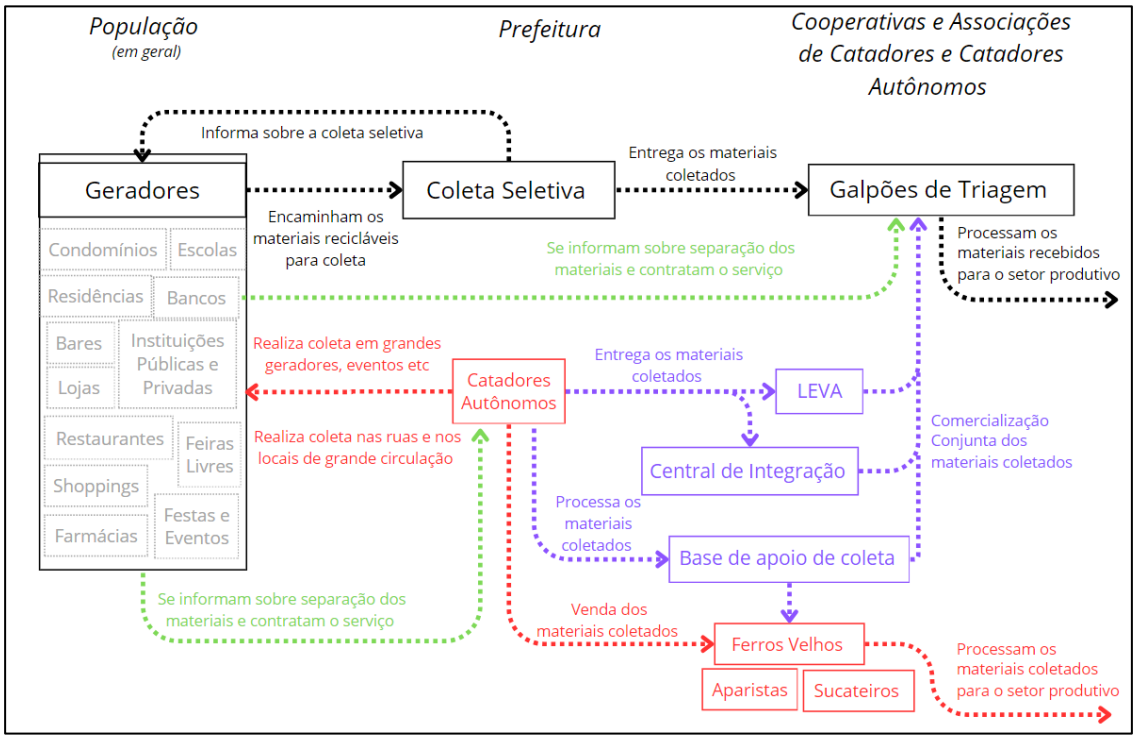


Figura 25 - Diferentes estruturas de apoio ao trabalho de catadores vinculados à estrutura de galpão de triagem e coleta seletiva preexistentes. Elaboração Própria, 2024

O sistema de coleta seletiva que utiliza as estratégias abrangentes de Unidades Produtivas, Centrais de Integração e LEVAs dão mais robustez às estruturas de coleta seletiva, aumentando sua capacidade, capilaridade e, por que não, eficiência. A proposta de diferentes estruturas ajuda a compreender a necessidade de um sistema não linear e que se adapte à realidade dos trabalhadores nas ruas da cidade. Pesquisas e levantamentos que deem conta de analisar as estratégias em profundidade podem contribuir na consolidação e melhoria contínua do sistema.

A proposta de recomendação deste capítulo complementa a pesquisa realizada com o intuito não apenas de constatar uma necessidade, mas também apresentar propostas resolutivas para o problema estudado. As estratégias apresentadas neste capítulo visam

ampliar o debate sobre inclusão de catadores autônomos em sistemas de coleta seletiva, um assunto que possui demandas sociais, técnicas, políticas e acadêmicas em um campo em expansão.

## 10. CONSIDERAÇÕES FINAIS: PONTOS DE PARTIDA

A inserção de catadores em sistemas de coleta seletiva precisa se desenvolver para além da estratégia de deslocamento de catadores das ruas para galpões de triagem. Embora essa seja uma das formas de inclusão, a integração em galpões de triagem em catadores em cooperativas não precisa ser o único caminho. Essa pesquisa buscou entender a interação entre catadores autônomos e cooperativas, propondo-se a construir alternativas e ampliar as possibilidades frente a uma realidade que aponta diversas limitações. O objetivo dessa pesquisa se desdobrou em dois: um objetivo prático, voltado a como desenvolver estratégias para incluir catadores e superar as limitações estruturais e técnicas; e um objetivo de mais teórico voltado a produção de conhecimento, para ampliar e aprofundar o entendimento sobre a diversidade de práticas envolvidas na catação de materiais recicláveis nas ruas da cidade.

A reflexão sobre a questão prática apresentada ao longo desta tese, centrou-se em "como desenvolver a inclusão através da confluência entre catadores em sistemas de coleta seletiva?", utilizando dados empíricos para contribuir diretamente com essa discussão. O caminho mais eficaz para a construção de inovação social voltada à inclusão de catadores é aquele que se forma a partir da confluência entre eles, uma maneira de se conectar com o outro e respeitar suas trajetórias na construção de novos caminhos.

O estudo realizado a partir da pesquisa-ação e da *Grounded Theory* permitiu desenvolver uma análise densa e construir uma teoria e análise que contribui para a discussão sobre a cooperação entre catadores autônomos e cooperativas. A interação entre esses dois grupos ocorre basicamente de três formas: aversão, disputa e cooperação. Essas dinâmicas se desenvolvem no contexto do sistema de coleta seletiva e apresentam elementos importantes a serem considerados em experiências de inclusão que busquem promover a confluência entre catadores.

A interação por aversão é resultado de tentativas de inserção de catadores autônomos em galpões de triagem, partindo do pressuposto de que as atividades são similares às dos cooperados, e que a entrada e permanência nos galpões ocorreriam de forma automática ou natural. Isso leva a alguns catadores a rejeitar essa opção, expressando a ideia de que "cooperativa nem pensar". A interação por disputa está mais relacionada à competição

por meios de subsistência e pelo uso do espaço público para realização das atividades, o que gera um afastamento e polarização entre quem está dentro e quem está fora das políticas públicas. Já a cooperação, apesar de ser uma forma mais positiva de relação, enfrenta uma série de desafios para ampliar e perpetuar. A pesquisa se aprofundou nesse tipo de interação, já que ela representa um contato inicial para interação positiva entre os catadores e cooperativas.

Nesse sentido, a cooperação entre dois grupos distintos pode ser desenvolvida, inicialmente, pela comercialização conjunta como um terreno comum que favorece essa interação e construção de alternativas. As experiências de comercialização conjunta são variadas, e por conta disso foram analisadas com base no conceito de encontros colaborativos (Manzini, 2017). Esses encontros, promovidos pela comercialização conjunta, trazem elementos que podem ajudar a desenvolver e aperfeiçoar as experiências, fundamentadas no vínculo e no comprometimento em prol da cooperação. No entanto, a construção da cooperação entre catadores e cooperativas precisa de estruturas que permitam sua consolidação e estratégias para se manter ao longo do tempo, evitando cair em armadilhas de reprodução da exploração promovida pelo sistema econômico no qual os catadores estão inseridos.

A reflexão proposta por essa pesquisa oferece diversas contribuições, tanto teóricas quanto práticas. De maneira geral, a perspectiva decolonial permitiu identificar que o sistema de gestão de resíduos atual possui práticas colonialistas que desqualificam saberes populares, e que isso precisa de ser superado. A engenharia, enquanto ferramenta importante no gerenciamento de resíduos sólidos, deve construir conexões com saberes locais e populares, para não reproduzir lógicas de dominação que não se adequam à realidade diversa das cidades brasileiras.

Nesse contexto, é importante também ter cuidado com os termos usados para designar catadores. A diversidade de práticas é uma característica central dessa categoria profissional, e tratar os trabalhadores a partir de suas especificidades é uma forma de dar visibilidade à sua diversidade. Tentar encaixar a atividade de catadores e sua heterogeneidade em categorias reducionistas precisa ser evitado, e essa instabilidade terminológica demonstra a necessidade de abrir espaço para outras formas de atuação, sem limitar o que os trabalhadores são ou podem ser.

Outra contribuição relevante da pesquisa está na relação teórico-prática voltada à análise dos casos de catadores que não permanecem no trabalho dos galpões das cooperativas. A partir da abordagem de formas de vida, é possível compreender que a categoria de catadores possui uma diversidade característica intrínseca, que envolve aspectos de vida, trabalho e desenvolvimento pessoal. Quando interagem com outras formas de vida, essas dinâmicas tendem a gerar contrastes de perspectivas, modos e valores. Assim, mesmo os catadores que trabalham de forma independente nas ruas seguem um conjunto de regras, ainda que essas sejam diferentes das regras aplicadas nas cooperativas. Portanto, a análise revela que a atividade produtiva realizada nas ruas não é desprovida de organização, prescrição e regras.

A reflexão proposta pela tese sobre como desenvolver a inclusão pela confluência entre catadores em sistemas de coleta seletiva apresenta resultados que apontam para novas ações e intervenções em favor dos catadores. A pesquisa não pretendeu oferecer soluções definitivas para o problema, mas aprofundar o entendimento sobre o contexto e as experiências existentes, buscando compreender o que é realizado hoje pelos próprios catadores e o que pode ser aprimorado. Entre as propostas, recomendamos estudos e levantamentos importantes para interessados no tema e que se sensibilizaram pelo desafio da inclusão de catadores autônomos nas cidades brasileiras.

A inclusão pela confluência entre catadores autônomos e cooperativas não é uma solução mágica para os sistemas de coleta seletiva, mas uma oportunidade de transformação dos modelos de gestão, criando espaço para inovação. Este estudo revelou que, com o devido investimento e apoio, os encontros colaborativos entre catadores podem superar as limitações e desafios, criando um novo sistema de coleta seletiva. No entanto, essa abordagem deve ser vista como um ponto de partida, não como um fim em si mesma.

A pesquisa apresenta algumas lacunas importantes que merecem atenção. Uma delas é a dificuldade em expandir a discussão para modelos de inclusão que vão além das cooperativas, que, embora sejam fundamentais, não representam a única forma de organização para os catadores. Outra lacuna está na necessidade de aprimorar as iniciativas de coleta seletiva existentes para que reflitam melhor as demandas e expectativas dos atores locais, em vez de apenas replicarem modelos europeus que nem sempre se adequam ao contexto brasileiro. Em termos teóricos, há espaço para aprofundar

a compreensão das formas de vida dos catadores e como suas realidades influenciam práticas de coleta seletiva mais inclusivas e eficazes. Também é importante considerar a perspectiva decolonial na gestão de resíduos, um aspecto que, nesta pesquisa, foi abordado de forma inicial. Na análise, seria valioso explorar mais detalhadamente as dinâmicas locais, identificando oportunidades para fortalecer as redes de catadores, as unidades produtivas e os saberes populares que permeiam o trabalho de catação no Brasil. Em termos de propostas, seria útil desenvolver intervenções que experimentem novos modelos e aprimorem práticas esperadas, gerando conhecimentos que contribuam para transformar o cenário de inclusão dos catadores.

Por fim, deixamos uma pergunta aberta para futuras investigações: Como podemos garantir que todos os catadores, independentemente da forma de trabalho, tenham acesso a condições dignas de trabalho e oportunidades de desenvolvimento? Esperamos que novos estudos possam continuar a construir e reconstruir a história de catadores de materiais recicláveis no Brasil, explorando novos caminhos que busquem inclusão e confluência na luta contra-colonialista.

## 11. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABAL - Associação Brasileira do Alumínio. Índice de reciclagem de latas de alumínio para bebidas atinge marca recorde de 100%, publicado em 2023. Disponível em: https://abal.org.br/noticia/indice-de-reciclagem-de-latas-de-aluminio-para-bebidas-atinge-marca-recorde-de-100/. Acesso em: 23 de dezembro de 2023

ABRELPE. Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais. Panorama dos resíduos sólidos no Brasil. São Paulo: ABRELPE, 2020. Disponível em: < https://abrelpe.org.br/panorama/>. Acesso em: [04 de nov. 2023].

ABRELPE. Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais. Panorama dos resíduos sólidos no Brasil. São Paulo: ABRELPE, 2022. Disponível em: < https://abrelpe.org.br/panorama/>. Acesso em: [04 de nov. 2023].

ADICHIE, C. N. O perigo de uma história única. Companhia das Letras, 2019.

AGUIAR, A.; HELFANT, H. O FORMAL E O INFORMAL NA RECICLAGEM DE LIXO. Encontro Nacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente, v. 5, p. 149-164, 1999.

AMARAL, V. G. *et al*. Arqueologia do lixo de Belo Horizonte/MG em meados da década 1970: o aterro da cidade indica um passado que não passa, vidas breves e fragmentos duráveis. 2023.

ANDRADE, H.; FIGUEIREDO, G.; FARIA, C. A. A trajetória histórica e organizativa da população em situação de risco de rua em Belo Horizonte: a construção de um movimento cidadão. In: KEMP, V., CRIVELLARI, H. M. (organizadoras) Catadores na cena urbana: construção de políticas socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

ANDRADE, I.S.S. Do luxo ao lixo: a produção de lixo com o aumento do delivery durante a pandemia pelo COVID-19 em Uberlândia (MG). 2023.

ANTUNES LIMA, F. P A. *et al.* Tecnologias sociais da reciclagem: efetivando políticas de coleta seletiva com catadores. Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia, v. 4, n. SPE, p. 131-146, 2011.

ANTUNES LIMA, F.P.A.; GONÇALVES, J.T.; CAMPOS, L.S.; SILVA, D.T.A. & SOUZA, M.A. Elementos Operacionais de Modelos de Coleta Seletiva. In: Gonçalves-Dias, S. et al (org.) Coleta Seletiva de resíduos sólidos urbanos: experiências internacionais e nacionais. São Paulo: Blucher, 2022. 218p.

ANTUNES LIMA, FPA *et al.* Estratégias de Desenvolvimento da Reciclagem com Participação de Catadores. In: IX Encontro Nacional da ANPPAS, 2019, Brasília. Anais. Brasília: Universidade Federal de Brasília, UnB, 2019.

APARCANA, Sandra. Approaches to formalization of the informal waste sector into municipal solid waste management systems in low-and middle-income countries: Review of barriers and success factors. Waste management, v. 61, p. 593-607, 2017.

BARBOSA, L.Q.. A experiência de contratação das cooperativas de catadores de resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis. 2021. 58f. Trabalho de Conclusão de Curso (Engenharia Sanitária e Ambiental) - Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2021.

BERTE, RODRIGO et al. A inclusão social do catador de recicláveis–estudo de caso. Revista Meio Ambiente e Sustentabilidade, v. 4, n. 2, p. 06-26, 2013.

BISPO DOS SANTOS, A. Quilombos, Modos e Significados. Editora COMEPI, Teresina/PI, 2007.

BISPO DOS SANTOS, Antônio. A terra dá, a terra quer. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023, 112p. ISBN 978-85-7126-105-1

BORJA, J. (1998). Ciudadanía y Espacio Público.Ambiente y Desarrollo, XVI(3),13-22.

BORTOLI, M. A. Processos de organização de catadores de materiais recicláveis: lutas e conformações. Revista Katálysis, v. 16, p. 248-257, 2013.

BOSI, A.de P. A organização capitalista do trabalho" informal": o caso dos catadores de recicláveis. Revista Brasileira de ciências sociais, v. 23, p. 101-116, 2008.

BOUVIER, M.; DIAS, S. Catadores de materiais recicláveis no Brasil: um perfil estatístico. WIEGO Statistical Brief, n. 29, 2021.

BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 3, 3 ago. 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm. Acesso em: 5 jun. 2024.

CAMPOS, H. K. T. Resíduos sólidos e sustentabilidade: o papel das instalações de recuperação. 2013.

CANCLINI, Néstor García. Consumidores y Ciudadanos. México, D.F.: Grijalbo, 1995.

CARENZO, S.; MIGUEZ, P. De la atomización al asociativismo: reflexiones en torno a los sentidos de la autogestión en experiencias asociativas desarrolladas por cartoneros. Maguaré, n. 24, p. 233-263, 2010.

CARMO, M. S. do, OLIVEIRA, J. A. P. de, MIGUELES, C. P. Significado do Lixo e Ação Econômica – a Semântica do Lixo e o Trabalho dos Catadores do Rio de Janeiro. In: ENANPAD, 2004, Curitiba, Anais..., 2004.

CARNEIRO, E. J. Política ambiental e a Ideologia do Desenvolvimento Sustentável. In ZHOURI, A., LASCHEFSKI, K. & PEREIRA, D. (orgs) A Insustentável leveza da Política Ambiental. Desenvolvimento e Conflitos Socioambientais. Belo Horizonte, Autêntica, 2005.

CASTEL, R. As armadilhas da exclusão. In. CASTEL, R.; WANDERLEY, L. EW; BELFIORE-WANDERLEY, M. Desigualdade e a questão social, v. 3, 2002.

cena urbana: construção de políticas socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica

COELHO, D. B.; GODOY, A. S. De catadores de rua a recicladores cooperados: um estudo de caso sobre empreendimentos solidários. Revista de Administração Pública, v. 45, p. 721-749, 2011.

ÇOLAK, H., YİĞİT, M., BOYACI, N.B. *et al*. Do not waste "Pickers": exploring the intention to join waste picker cooperatives. J Mater Cycles Waste Manag (2024). https://doi.org/10.1007/s10163-024-02049-8

CRIVELLARI, H. M. T.; DIAS, S. M. *et al*. Informação e trabalho:

DA SILVA, C. L.; BOLSON, C. Public policy for solid waste and the organization of waste pickers: Potentials and limitations to promote social inclusion in Brazil. Recycling, v. 3, n. 3, p. 40, 2018.

DA SILVA, R. B. O movimento nacional dos catadores de materiais recicláveis: atores, governação, regulação e questões emergentes no cenário brasileiro. INTERthesis: Revista Internacional Interdisciplinar, v. 3, n. 2, p. 6, 2006.

DE SOUZA MORAES, C. A. Catadores da sobrevivência: a "matéria viva" no cenário do lixo. Revista Vértices, v. 11, n. 1/3, p. 109-124, 2009.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y.S. (Ed.). The Sage handbook of qualitative research. sage, 2011.

DIAS, S M. Lixo e Cidadania: Os impactos da política de resíduos sólidos de Belo Horizonte no mundo do trabalho do catador da Asmare. XII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Ouro Preto. Minas Gerais. Nov. 2002. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT_MA_ST37_Dias_texto.pdf > Acesso em 6 de dezembro de 2013

DIAS, S. M. Construindo a cidadania: avanços e limites do projeto de coleta seletiva em parceria com a ASMARE. Dissertação de Mestrado, Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brazil, 2002.

DIAS, S. M. Trajetórias e memórias dos Fóruns Lixo e Cidadania no Brasil: experimentos singulares de justiça social e governança participativa. Belo Horizonte, 2009. 326p. 2009. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

DIAS, S.. M. Coleta seletiva e inserção cidadã - a parceria poder público/ Asmare. In: Jacobi, P. (org) Gestão compartilhada dos resíduos sólidos: inovação com inclusão social. p.65-96, 2006

DIAS, SM; GONÇALVES J.T; CAVÉ J; Warmadewanti, I. Expériences d'intégration du secteur informel au formel dans les villes du Sud. In: FANCHETTE, S. (org) Collecter et recycler les déchets à HàNôi: Acteurs, territoires et matériaux. p.339-357. IRD Éditions, Institut de recherche pour le développement. Marseille, 2023.

DINIZ, Marcelo Bentes et al. Reciclagem: Custos e Benefícios Econômicos, Sociais e Ambientais. In: Anais do Congresso Brasileiro de Custos-ABC. 2000

DOS ANJOS, N. B.; AMARO, M. I. A relevância do paradigma transformativo na contemporaneidade em estudos que envolvem temas sociais: The relevance of the transformative paradigm in contemporary studies involving social issues. Revista Macambira, v. 7, n. 1, p. e071002-e071002, 2023.

DOS REIS, C. N.; BORTOLI, M. A.; TELES, H. Condições de vida dos catadores de materiais recicláveis e estratégias de enfrentamento a exploração do trabalho. Mobilidade do capital e barreiras às migrações: desafios à Política Social, 2016, Brasil., 2016.

DUPUY, J-P. Introdução à crítica da Ecologia Política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

DURKHEIM, E. *Da divisão do trabalho social*. 2o ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

Editora, 2008.

EIGENHEER, E. M. A limpeza urbana através dos tempos. Porto Alegre: Gráfica Pallotti, 2009.

FERGUTZ, O., DIAS, S., & MITLIN, D. (2011). Developing urban waste management in Brazil with waste picker organizations. Environment and Urbanization, 23(2), 597-608. https://doi.org/10.1177/0956247811418742

FERREIRA, L.C.D. *et al.* ASCARUNA: A experiência da inclusão de catadores avulsos em Itaúna/MG. Encontro Nacional "Conhecimento e Tecnologia: Inclusão Socioeconômica de Catadores(as) de Materiais Recicláveis". Anais… Brasília, DF: 2014.

FONSECA, R. A Cidade dos Catadores: Os papéis e o espaço dos catadores de papel na cidade de Belo Horizonte.Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. Volume 8, Número 2. Pág 59-73.Novembro de 2006.

GANS, H. Urbanism and suburbanism as Ways of life. In: P. Kasintz, *Metropolis: center and symbol of our times.* . New York : New York University Press, 1995;

GIER, N. Wittgenstein and Forms of Life. Philosophy of the Social Sciences, [S.l.], v.10, p.241 – 258, set. 1980. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/toc/posa/10/3>. Acesso em: 19 abr. 2024.

GODFREY, L. et al. Co-operatives as a development mechanism to support job creation and sustainable waste management in South Africa. Sustainability Science, v. 12, p. 799-812, 2017.

GONÇALVES, J.T. Comunicação Pessoal, 2023.

GONÇALVES, J.T.; MANZANARES, R.D.; LIMA, F.P.A. & AZEVEDO, D.A.G. Integração Rua-Galpão e Inclusão de Catadores de Rua pela Associação Acari em Itajubá (MG). X Encontro Nacional da ANPPAS. Anais. Campinas – SP. 2021.

GONÇALVES, P. A Reciclagem Integradora dos Aspectos Ambientais. Sociais e Econômicos, Série Economia Solidária, FASE, DP&A Editora, 2003.

GONÇALVES, J.T, Campos, L.S. & Lima, F.P.A. Inclusão de catadores de materiais recicláveis em sistemas de coleta seletiva municipais: proposições teórico-práticas para construção de novas alternativas, 2023, artigo não publicado.

GONÇALVES-DIAS, S. L. F. Catadores – Uma perspectiva se sua inserção no campo da indústria de reciclagem. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo. 2009 298p. Tese (Doutorado).

GONÇALVES-DIAS, S., VALLIN, I.C & ALVES, R.P. Quantificação e espacialização de catadoras e catadores no Município de São Paulo: Notas Metodológicas. Nota Técnica 1. In: Lima, F.P.A & RutkowskiI, J. (org.) Atlas Brasileiro da Reciclagem .1 edição. São Paulo: Associação Nacional de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis - ANCAT, 2022.

GRIMBERG, Elisabeth. Coleta seletiva com inclusão dos catadores: fórum lixo e cidadania da cidade de São Paulo; experiências e desafios.São Paulo: Instituto Pólis 2007. 148p. (Publicações Polis, 49)

GUTBERLET, J. Cooperative urban mining in Brazil: Collective practices in selective household waste collection and recycling. Waste Management, v. 45, p. 22-31, 2015.

GUTBERLET, J. Cooperative urban mining in Brazil: Collective practices in selective household waste collection and recycling. Waste Management, v. 45, p. 22-31, 2015.

JACOBI, P.; TEIXEIRA, M. A. Criação do capital social: o caso da Asmare – Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável de Belo Horizonte. São Paulo:Cedec, junho de 1997

JACOBS, J. Morte e vida nas grandes cidades. Trad. Carlos Rosa. São Paulo: Martins Fontes,2000.

LANZA, L. M. B.; MACCAGNAN, L. A.; GARCIA, M. R. Economia Solidária e proteção social na contemporaneidade. Mundo do Trabalho Contemporâneo, v. 2, n. 1, p. 50-75, 2017.

LEFÉBRE, H. A Revolução Urbana. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LEFEBVRE, H. [1968] 2008. *O direito à cidade* São Paulo: Centauro.

LEFEBVRE, H. Critique de la vie quotidienne. Paris: L'Arche, 1981, v. 3.

MAGERA, M. Os empresários do lixo: um paradoxo da modernidade-análise interdisciplinar das cooperativas de reciclagem de lixo. In: Os empresários do lixo: um

paradoxo da modernidade-análise interdisciplinar das Cooperativas de reciclagem de lixo. Átomo, 2003. 193 pág.

MAGNI, A. A. C; GÜNTHER, W. M. R. Cooperativas de catadores de materiais recicláveis como alternativa à exclusão social e sua relação com a população de rua. Saúde e Sociedade, v. 23, p. 146-156, 2014.

MANZINI, E. Design: quando todos fazem design: uma introdução ao design para a inovação social. São Leopoldo: Unisinos, 2017.

MARRADES, J. Sobre la noción de "forma de vida" en Wittgenstein. Ágora. Papeles de filosofía, v. 33, n. 1, 2014.

MEDINA, M. Scavenger cooperatives in asia and Latin America. Resources, conservation and recycling, v. 31, n. 1, p. 51-69, 2000.

MEDINA, M. The world's scavengers: salvaging for sustainable consumption and production. Rowman Altamira, 2007.

MEYERS, R. G. Empirismo.; tradução de Marcus Penchel. - Petrópolis, RJ : Editora Vozes, 2017.

MIGNOLO, W. D. **Histórias locais-projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Ed. UFMG, 2003.

MIRANDA, I. T. P. et al. The integration of recycling cooperatives in the formal management of municipal solid waste as a strategy for the circular economy—The case of Londrina, Brazil. Sustainability, v. 12, n. 24, p. 10513, 2020.

MORAIS LIMA, P. M. *et al.* Análise de custos do planejamento estratégico do sistema integrado de resíduos sólidos urbanos em Campo Grande/MS. Engenharia Sanitária e Ambiental, v. 27, p. 749-759, 2022.

OLIVEIRA, F. G. Inclusão social, cidadania, participação popular: Catadores de quê?. UFU - Universidade Federal de Uberlândia. 2007.

PAGOTTO, C. Cooperação e cooperativas: instrumentos de organização e de resistência dos trabalhadores sem-terra. Lutas Sociais, n. 11/12, p. 161-172, 2004.

PASSOS LIMA, M. R. O avesso do lixo: materialidade, valor e visibilidade. **UFRJ**, 2021.

PEREIRA, M. C. G.; TEIXEIRA, M. A. C. A inclusão de catadores em programas de coleta seletiva: da agenda local à nacional. Cadernos EBAPE. br, v. 9, p. 895-913, 2011.

públicas de dados. In: KEMP, V. H & CRIVELLARI, H. M.T. (org.). Catadores na

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. A Colonialidade do Saber: etnocentrismo e ciências sociais–Perspectivas Latinoamericanas. Buenos Aires: Clacso, p. 107-126, 2005.

RECICLAGEM, COMPROMISSO EMPRESARIAL PARA A. Pesquisa ciclosoft. Cempre Ciclosoft, 2023.

REIS, C.A. & Teodósio, A.S.S. Morte e Vida Severina entre ruas, viadutos e arranha-céus: Catadores de Materiais Recicláveis e a Fuga do Trabalho Organizado e Solidário na Cidade de Belo Horizonte (MG) In: Gonçalves-Dias, S. L. F.; Sakurai, T; Ziglio, L. A. Ii. (org.) Catadores e espaços de (in)visibilidades. São Paulo: Blucher, 2020.

RIBAS, M. F. Forma (S) De Vida, Um Controverso Conceito Wittgensteiniano. Kínesis-Revista de Estudos dos Pós-Graduandos em Filosofia, 2020 v. 12, n. 31, p. 14-36.

RIBEIRO, H.; BESEN, G. R. Panorama da coleta seletiva no Brasil: desafios e perspectivas a partir de três estudos de caso. InterfacEHS, Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 1-18, 2007.

RIBEIRO, T. F.; DO CARMO LIMA, S. Coleta seletiva de lixo domiciliar-estudo de casos. Caminhos de geografia, v. 2, n. 2, p. 50-69, 2001.

ROSALDO, M. The criminalization of street waste pickers in Brazil: a human rights crisis. International Alliance of Waste Pickers, 2017. Disponível em: https://globalrec.org/2017/03/28/the-criminalization-of-street-waste-pickers-in-brazil-a-human-rights-crisis/ Acesso em: 28 de dezembro de 2023.

RUFINO, L. Pedagogia das encruzilhadas. Mórula editorial, 2019.

SANTOS, C. V. Contratação de cooperativas de catadores de materiais recicláveis pelo poder público municipal: estudo em três municípios do estado de São Paulo. 2018. 128f. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, São Carlos (SP), 2018.

SCHEINBERG, A. Informal Sector Integration and High Performance Recycling: Evidence from 20 Cities**.** WIEGO Working Paper (Urban Policies) n. 23 March 2012.

SCHEINBERG, A., SIMPSON, M., GUPT, Y., ANSCHÜTZ, J., HAENEN, I., TASHEVA, E., ... & GUNSILIUS, E. Economic aspects of the informal sector in solid waste management. GTZ and CWG, Eschborn, Germany. 2010

SCIVOLETTO, G. ¿ Con ventanas o sin ventanas? Winch, Apel y la monadología de las formas de vida. Revista de Humanidades de Valparaíso, n. 7, p. 43-58, 2016.

SENNETT, R. Juntos: os rituais, os prazeres e a política da cooperação. Editora Record, 2019.

SILVA, J. W. N. O modelo de Gestão de Resíduos Sólidos e a geração de emprego e renda: a experiência da Superintendência de Limpeza Urbana de Belo Horizonte. 2000.

SILVA, J. W. N.; BARBOSA, A. C. Q. Texto para discussão 40: entre o público e o privado: o modelo de gestão de resíduos sólidos adotados pela SLU de Belo Horizonte. 2001.

SILVA, M. K.; MICHELOTTI, F. C. Conflitos por reconhecimento na modernidade periférica entre a igualdade e a distinção. Politica & Sociedade, v. 8, n. 14, p. 447-474, 2009.

SIMMEL, G. *As grandes cidades e a vida do espírito* (1903). Revista Mana, v.11, n.2, p. 577-591, 2005.

SIMMEL, G. Metrópole e a vida mental. In: VELHO, O. (Org.) O fenômeno urbano. 4.ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÃO SOBRE SANEAMENTO – SNIS. Portal Água e Saneamento 2021. Disponível em <www.snis.gov.br> Acesso em: 30 de dezembro de 2023.

SOTO, L. G. Principialismo. En: Abreu L, Brito J, Maia A. *Dicionário de Filosofia Moral e Política*. Instituto de Filosofia da Linguagem; 2002.

SOUSA, C. M.; MENDES, A. M. Viver do lixo ou no lixo?: A relação entre saúde e trabalho na ocupação de catadores de material reciclável cooperativos no Distrito Federal estudo exploratório. Revista Psicologia Organizações e Trabalho, v. 6, n. 2, p. 13-41, 2006.

SOUSA, R. R.; PEREIRA, R. Di.; CALBINO, D. Limites e desafios das organizações de catadores: uma análise da ASMARE. Interações (Campo Grande), v. 22, p. 583-596, 2021.

SOUZA, J. A ralé brasileira: quem é e como vive/ Jessé Souza; colaboradores André Grillo [et al.]. 2 ed. - Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016

SOUZA, M. A.; GONÇALVES, J. T.; VALLE, W. A. In My Backyard? Discussing the NIMBY Effect, Social Acceptability, and Residents' Involvement in Community-Based Solid Waste Management. Sustainability, v. 15, n. 9, p. 7106, 2023.

SPIVAK, G. C. Pode o subalterno falar. UFMG, 2010.

TAKEDA, A. K. *et al.* Analise da Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos da Cidade de Curitiba. Com abordagem na coleta Seletiva e Domiciliar. 2002. Tese de Doutorado. Dissertação de Mestrado. Florianópolis.

TAVARES, F. L. de F. A questão do lixo e dos catadores de papel nos anos 1960 e 1990 na cidade de Belo Horizonte. Para entender a história... ISSN 2179-4111. Ano 4, Volume dez., Série 03/12, 2013, p.01-15. Disponível em: https://fabiopestanaramos.blogspot.com/2013/12/a-questao-do-lixo-e-dos-catadores-de.html. Acesso em: 23 de dezembro de 2023.

TEIXEIRA, M. M. Realidade revelada: os catadores informais de materiais recicláveis no contexto da Universidade de Brasília. 2011.

THEUREAU, J. (2014). O curso da ação: método elementar. Ensaio de antropologia enativa e ergonomia de concepção. Belo Horizonte: Editora Fabrefactum.

uma leitura sobre os catadores de material reciclável a partir das bases

VAHDAT V.S.; *et al.* Retrato do Trabalho informal no Brasil: desafios e caminhos de solução. São Paulo: Fundação Arymax, B3 Social, Instituto Veredas, 2022.

VALERIO, A. LR.(Mal) dita Liberdade e Cidadania–a redução de danos em questão. Universidade Católica do Salvador–Dissertação de Mestrado. Salvador, 2010.

VELLOSO, Araceli. Forma de Vida ou formas de Vida?. Philósophos-Revista de Filosofia, v. 8, n. 2, 2003.

VELLOSO, M. P. Os catadores de lixo e o processo de emancipação social. Ciência & Saúde Coletiva, v. 10, p. 49-61, 2005.

VELLOSO, R. Empiria Delicada. PIXO - Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade, v. 7, n. 25, p. 22-49, 30 out. 2023.

VERGARA, S. E.; DAMGAARD, A.; GOMEZ, D. The efficiency of informality: quantifying greenhouse gas reductions from informal recycling in Bogotá, Colombia. Journal of Industrial Ecology, v. 20, n. 1, p. 107-119, 2016.

WILSON, D. C.; VELIS, C.; CHEESEMAN, C. Role of informal sector recycling in waste management in developing countries. Habitat international, v. 30, n. 4, p. 797-808, 2006.

WILSON, D.C. *et al.* Comparative analysis of solid waste management in 20 cities. **Waste management & research**, v. 30, n. 3, p. 237-254, 2012.

WILSON, D.C.; VELIS, C.; CHEESEMAN, C. Role of informal sector recycling in waste management in developing countries. Habitat international, v.30, n.4, p.797-808, 2006.

WINCH, P. A ideia de uma ciência social e sua relação com a filosofia. Editora Unesp, 2020.

WITTGENSTEIN, L. *Investigações filosóficas* Trad. José Carlos Bruni. 2. ed. São Paulo: Abril cultural , 1978 (Col. “Os Pensadores”).

Pastas Operação “Catadores de papéis” e Operação “Catadores de papéis II”, disponíveis para consulta no CEMP/SLU sob os códigos MC 47, série 01 e MC 48, série 01.